
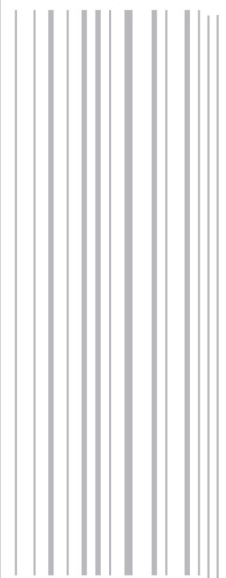


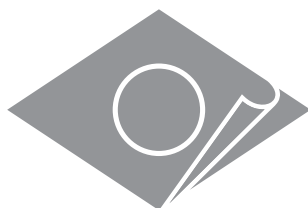


*história
econômica
&
história
de empresas*



*vol. XVIII nº 2
jul.dez 2015*





ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Conselho de Representantes

Região Norte: 1º Titular – Siméia de Nazeré Lopes; 2º Titular – Fábio Carlos da Silva; Suplente

Região Centro-Oeste: 1º Titular – Hamilton Afonso de Oliveira; 2º Titular – Paulo Roberto Cimó de Queiroz; Suplente – Teresa Cristina de Novaes Marques

Região Nordeste: 1º. Titular – João Rodrigues Neto; 2º. Titular – Ana Paula Sobreira Bezerra, Suplente

Região Sudeste: 1º. Titular – Carlos Eduardo Suprinyak; 2º. Titular – Rita de Cássia da Silva Almico; Suplente – Rogério Naques Faleiros

Região São Paulo: 1º. Titular – Fábio Alexandre dos Santos; 2º. Titular – Cláudia Heller; Suplente – Fábio Antonio Campos

Região Sul: 1º. Titular – Maria Heloisa Lenz; 2º. Titular – Alcides Goularti Filho; Suplente – Ary César Minella

De acordo com os Estatutos, também fazem parte do Conselho os ex-presidentes da ABPHE: Tamás Szmrecsányi (1995-1997) †, Luiz Carlos Soares (1997-1999), Carlos Roberto Antunes dos Santos (1999-2001), Wilson Suzigan (2001-2003), João Antonio de Paula (2003-2005), Carlos Gabriel Guimarães (2005-2007), Josué Modesto dos Passos Subrinho (2007-2009), Pedro Paulo Zahluth Bastos (2009-2011), Armando Dalla Costa (2011-2013)

Diretoria (2013-2015)

Presidente: Angelo Alves Carrara – UFJF

Vice-Presidente: Alexandre Macchione Saes – USP

Primeiro Secretário: Thiago Fontelas Rosado Gambi – UNIFAL

Segundo Secretário: Felipe Pereira Loureiro – USP

Primeiro Tesoureiro: Afonso Alencastro de Graça Filho – UFSJ

Segundo Tesoureiro: Cláudia Tessari – UNIFESP

Capa: Mangá Ilustração e Design Gráfico

Editoração eletrônica: Eva Maria

Revisão de texto: Vilma Aparecida Albino

SUMÁRIO

225 Apresentação

*Alexandre Macchione Saes, Rômulo Felipe Manzatto e
Euler Santos de Sousa*

**229 Ensino e pesquisa em história econômica:
perfil docente e das disciplinas de história econômica
nos cursos de graduação de economia no Brasil**

Marcia Eckert Miranda

**265 República Rio-Grandense: administração e
sistema tributários em tempo de guerra (1836-1845)**

José Flávio Motta

**291 Crianças no apogeu do tráfico interno de escravos
(Piracicaba, província de São Paulo, 1874-1880)**

Rodrigo Pereira

**323 Nas margens do Atlântico: o comércio de produtos entre a
África Ocidental e o Brasil e sua relação com o candomblé**

Pedro Paulo Zahluth Bastos

**355 Desenvolvimentismo, restrição externa e política econômica
no segundo governo Vargas (1951-1954)**

Joana Souza de Meirelles e Fernando Augusto Mansor de Mattos

**389 A relação entre o capital estrangeiro e
a industrialização brasileira nos anos 1950**

Viviana Román

**427 Las microempresas y pymes editoriales argentinas frente al
desafío de la promoción, venta y distribución de libros a
fines del siglo XX y principios del XXI**

Bruno de Campos

**457 Índia: de colônia britânica ao
desenvolvimento econômico nacional**

Juliano Vargas

**487 A economia e a filosofia moral de Adam Smith:
uma abordagem integral de seus escritos**

TABLE OF CONTENTS

- 225** *Presentation*
Alexandre Macchione Saes, Rômulo Felipe Manzatto and Euler Santos de Sousa
- 229** *Teaching and research in economic history: teaching and economic history courses profile in the economic undergraduate programs in Brazil*
Marcia Eckert Miranda
- 265** *The Rio-Grandense republic: administration and tax system in the age of war (1836-1845)*
José Flávio Motta
- 291** *Children in the heyday of the internal slave trade (Piracicaba, province of São Paulo, 1874-1880)*
Rodrigo Pereira
- 323** *In the margins of the Atlantic: the product trade between western Africa and Brazil and its relationship with candomblé*
Pedro Paulo Zahluth Bastos
- 355** *Developmentalism, balance-of-payments constraint and economic policy in the Vargas' second government (1951-1954)*
Joana Souza de Meirelles and Fernando Augusto Mansor de Mattos
- 389** *The relation between foreign capital and the Brazilian industrialization in the 1950s*
Viviana Román
- 427** *Publishing microenterprises and smes in Argentina facing the challenge of the promotion, sales and distribution of books in the end of 20th century and the beginning of 21th century*
Bruno de Campos
- 457** *India: from British colony to national economic development*
Juliano Vargas
- 487** *The economy and moral philosophy of Adam Smith: a integral approach of his writings*

apresentação

presentation

O presente número da *História Econômica & História de Empresas* traz nove artigos com uma relativa diversidade de objetos e métodos de pesquisa na área, contribuindo para sua posição ímpar na divulgação de pesquisas acadêmicas desse campo de estudos no país. De antemão, agradecemos a todos os autores, avaliadores, editores, revisores e diagramadores que contribuíram para manter a qualidade da revista entre inúmeras mensagens, prazos e percalços.

O artigo “Ensino e pesquisa em história econômica: perfil docente e das disciplinas de história econômica nos cursos de graduação de economia no Brasil” de autoria de Alexandre Saes, Rômulo Manzatto e Euler Sousa realiza uma análise contemporânea do ensino de história econômica nos cursos brasileiros de graduação em economia. A formação dos professores e as práticas de escolha da bibliografia no estudo dessas disciplinas são dimensões exploradas pelos autores, gerando uma diversificada gama de opções no ensino atual a despeito de diretrizes curriculares comuns nos cursos de graduação na área. Os autores apontam que as novas pesquisas realizadas nas décadas recentes têm sido absorvidas e integradas ao ensino de graduação de forma mais lenta, especialmente nas disciplinas de História Econômica Geral e de História Econômica do Brasil.

No âmbito da história econômica e institucional do período imperial, o artigo “República Rio-Grandense: administração e sistema tributários em tempo de guerra (1836-1845)” de Marcia Eckert Miranda apresenta de forma inovadora um aspecto pouco trabalhado na historiografia ao considerar a dimensão fiscal do breve Estado Rio-Grandense. Apesar de sua curta existência e da escassez documental, aspectos que por si próprios afastariam o trabalho historiográfico, a autora procura os indícios das dimensões estruturais que ameaçavam o novo Estado, seja em sua dimensão bélica, a lutar contra o império brasileiro, seja em sua dimensão

material, por estar baseado em uma economia fundada primordialmente sobre a pecuária. Se a guerra era capaz de afetar o poderoso Estado imperial brasileiro, na república meridional a questão tomava cores dramáticas que limitavam sua construção institucional, aspecto crucial salientado pela autora. Ao analisar os desdobramentos fiscais envolvidos na Revolução Farroupilha, o artigo avança temporalmente sobre os estudos anteriores realizados pela autora, complementando sua interpretação sobre as origens fiscais da revolta.

Ainda dentro do período imperial, mas já nos prenúncios do ocaso do Estado monárquico, o artigo “Crianças no apogeu do tráfico interno de escravos (Piracicaba, província de São Paulo, 1874-1880)” de José Flávio Motta aprofunda a análise do tráfico interno em uma cidade representativa da expansão cafeeira, mas ainda herdeira do açúcar, no Oeste paulista por meio do estudo das transações envolvendo crianças escravas ou ingênuas. De forma mais ampla, o artigo também contribui para uma melhor compreensão da lei da Ventre Livre. Segundo a lei, as crianças nascidas após sua promulgação acabavam acompanhando suas mães escravas, quando essas eram negociadas no tráfico. Além disso, os senhores podiam usufruir dos serviços dos filhos ingênuos que acompanhavam as mães escravas. A partir de dados notariais, o autor apresenta uma minuciosa e interessante análise quantitativa e qualitativa desse tráfico de crianças em Piracicaba.

Excedendo o período imperial, o artigo de Rodrigo Pereira “Nas margens do Atlântico: o comércio de produtos entre a África Ocidental e o Brasil e sua relação com o candomblé” adota uma perspectiva mais próxima à antropologia econômica para analisar a formação de mercados consumidores de produtos da África Ocidental no Brasil vinculados ao candomblé. Se o tráfico de escravos atuou na construção de um mercado de trabalho transterritorial nas duas margens do Atlântico, simultaneamente americano e africano, seu declínio foi compensado por outras formas de intercâmbio, na qual o comércio afro-brasileiro de produtos religiosos atuou para transformar os termos dessa unidade. Em sua argumentação, o autor analisa brevemente o comércio de azeite de dendê, panos da costa e búzios no século XIX, por um lado, e a formação e desenvolvimento de um grande entreposto comercial no Rio de Janeiro, o Mercado de Madureira, vinculado ao comércio das mercadorias africanas no Brasil, por outro.

Os dois artigos seguintes – “Desenvolvimentismo, restrição externa e política econômica no segundo governo Vargas (1951-1954)” de Pedro Paulo Zahluth Bastos e “A relação entre o capital estrangeiro e a industrialização brasileira nos anos 1950” de Joana Souza de Meirelles e Fernando Augusto Mansor de Mattos – abordam aspectos complementares da problemática inserção externa da economia brasileira na década de 1950, centrando-se o primeiro na discussão sobre os fatores estruturais que conduziram à crise cambial ao início da década e o segundo artigo no debate dos fatores externos e internos que impactaram a entrada de investimentos diretos estrangeiros no país, com diferenças significativas entre a primeira e a segunda metade da década. Além de períodos próximos, ambos artigos lidam com a difícil tarefa de equacionar elementos da dinâmica do capitalismo internacional, especialmente a construção da hegemonia econômica norte-americana no pós-guerra, com as dimensões cambiantes da construção do capitalismo brasileiro, sobretudo na questão essencial do financiamento da economia nacional em processo de industrialização.

A presente edição conta ainda com dois artigos referentes à história econômica de outros países que sofrem dilemas semelhantes aos nossos na sua condição de países capitalistas periféricos. O artigo da historiadora argentina Viviana Román, “Las microempresas y pymes editoriales argentinas frente al desafío de la promoción, venta y distribución de libros a fines del siglo XX y principios del XXI”, aponta os dilemas recentes enfrentados na Argentina pelas editoras de menor porte em um contexto de acirramento da concorrência pela entrada de grandes empresas internacionais no país platino, conflito que ocorre tanto em aspectos da produção editorial quanto nas estratégias de venda e comercialização dos livros. Do ponto de vista metodológico, a autora trata de um objeto de estudo um pouco renegado pela história econômica – o mercado editorial e a história do livro – a despeito do número crescente de trabalhos em outros campos da história. Além disso, a autora também contribui para uma outra abordagem da história econômica ao empregar a história oral, presente nas entrevistas realizadas com diversos editores, como uma fonte privilegiada para uma análise qualitativa das transformações operadas no mercado argentino nas décadas recentes.

O artigo de Bruno de Campos, “Índia: de colônia britânica ao desenvolvimento econômico nacional”, procura analisar as raízes do pro-

cesso de desenvolvimento econômico e da industrialização indiana a partir de uma perspectiva de longo prazo e da contribuição teórica de Alice Amsden para a nova economia política, sobretudo com seus estudos dos processos de desenvolvimento nos países asiáticos. Campos busca destacar também o papel das relações entre britânicos e indianos sobre o desenvolvimento indiano, retomando a velha temática dos vínculos entre imperialismo e dependência. Por outro lado, o autor ressalta o papel do Estado como agente dinamizador desse desenvolvimento e na superação das relações coloniais. Para o leitor brasileiro, o artigo apresenta um roteiro básico de análises e leituras sobre a relação entre colonização, descolonização e desenvolvimento para o caso indiano.

Por fim, na área de história do pensamento econômico, o artigo “A economia e a filosofia moral de Adam Smith: uma abordagem integral de seus escritos” de Juliano Vargas contribui para uma compreensão mais apurada das articulações da obra de Adam Smith, sobretudo das relações entre a *Tèoria dos Sentimentos* e a *Riqueza das Nações*. Vargas vale-se das interpretações contemporâneas sobre Smith que, por meio da reconstituição da produção e do contexto das obras do escocês, destacam as íntimas conexões entre a filosofia moral e a teoria econômica, aspecto evidenciado pelas ideias de interesse próprio e simpatia na construção da sociedade mercantil.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Comissão Editorial

ensino e pesquisa em história econômica: perfil docente e das disciplinas de história econômica nos cursos de graduação de economia no brasil*

teaching and research in economic history: teaching and economic history courses profile in the economic undergraduate programs in brazil

Alexandre Macchione Saes**

Departamento de Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Rômulo Felipe Manzatto***

Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Euler Santos de Sousa♦

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

RESUMO

O objetivo deste artigo é avaliar o perfil das disciplinas de história econômica oferecidas nos cursos de graduação em economia no Brasil. Parte-se do pressuposto de que a construção das disciplinas de graduação, ainda que objetivamente delimitadas pelos programas de seus cursos, abre um espaço para a subjetividade dos professores por meio da seleção de suas bibliografias. Essa seleção

ABSTRACT

This paper aims to outline the courses of economic history being taught at the undergraduate programs of economics in Brazil. We claim that the construction of the syllabus of each course, even though delimited by the requirements of the programs, gives a good perspective about teachers' scholar background and also on the courses purposes. That way, we also try

* Os autores agradecem o apoio recebido do Programa Ensinar com Pesquisa da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade de São Paulo.

Submetido: 9 de outubro de 2015; aceito: 11 de dezembro de 2015.

** Professor do Departamento de Economia da FEA-USP e do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH-USP. Doutor em Economia pela UNICAMP. Bacharel em Ciências Sociais pela UNESP-Araraquara. *E-mail:* alexandre.saes@usp.br

*** Mestrando em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da FFLCH-USP. Bacharel em economia pela FEA-USP. *E-mail:* romulo.manzatto@gmail.com

♦ Graduando em Economia pela FEA-USP. *E-mail:* eulerssouza@gmail.com

que define o perfil de cada disciplina reflete a formação dos professores e o sentido que eles buscam dar ao curso. Assim, visando explicitar as variáveis que possam influenciar na construção dessas ementas, buscou-se também avaliar a formação dos docentes que lecionam disciplinas de história econômica nos cursos de economia, com o intuito de traçar seus perfis e a influência dessa formação na construção do conhecimento disseminado em nossas universidades.

Palavras-chave: História econômica. Ensino de graduação. Perfil docente. Bibliometria. Metodologia.

to highlight the variables that can explain the construction of syllabus and the selected bibliography by analysing teachers' scholar background.

Keywords: Economic history. Undergraduate teaching. Teacher profile. Bibliometrics. Methodology.

Introdução

A história econômica é um campo de pesquisa que sofreu considerável transformação nas últimas três décadas no Brasil. Se dominante como metodologia entre os historiadores e muito presente e respeitada entre os economistas até os anos 1970, a partir da década seguinte a área passou a ser eclipsada com a ascensão de novas correntes do pensamento econômico e de vertentes historiográficas revisionistas.

Essa história econômica dominante até os anos 1970 esteve intimamente ligada à necessidade de responder aos dilemas do desenvolvimento econômico brasileiro vividos naquele momento. Temas como o processo de industrialização, a questão da mão de obra – fosse o trabalho escravo ou o livre –, a ligação da economia nacional com o mercado internacional, entre outros, eram temas da ordem do dia, que ultrapassavam o âmbito profissional e dialogavam com os problemas nacionais. Nesse sentido, obras como de Celso Furtado e Caio Prado Jr. olhavam para as especificidades da formação histórica brasileira para compreender os possíveis caminhos para a superação de nosso atraso econômico. Essas questões continuaram povoando o pensamento dos pesquisadores que entre os anos 1960 e 1970 viam na particularidade do capitalismo brasileiro, fosse pela herança da escravidão, pela desarticulação do mercado interno, pelo caráter atrasado da indústria nacional, uma possível resposta para os problemas da economia naquele período (Saes, 1976, p. 243-244, 2013).

Nos anos 1980, a articulação entre a pesquisa acadêmica e as questões nacionais parece que foi perdendo força. No Brasil era o momento de

expansão dos programas de pós-graduação que estimulavam o desenvolvimento de pesquisas monográficas, amplamente fundamentadas em fontes primárias, que buscaram, a partir de então, validar as grandes sínteses construídas pelos textos clássicos das décadas anteriores. Se metodologicamente essa tendência de revisão dos clássicos podia ser auxiliada com a crescente facilidade de acesso às fontes primárias e do emprego do computador para a análise dos dados, no campo da teoria, tanto a ciência econômica como a história passavam por alterações profundas que impactariam o ofício do historiador econômico.

No que diz respeito ao estudo da história, foi a partir dos anos 1980 que as teses da história cultural começam a ser difundidas entre os pesquisadores brasileiros. Assim, as explicações socioeconômicas e as grandes sínteses, com importante influência dos estudos marxistas, saem de cena para dar maior espaço ao empírico e ao flerte com explicações de cunho antropológico-cultural (Erbereli Júnior, 2012). Da perspectiva dos economistas, a crescente influência da nova teoria econômica, fundamentada acima de tudo na análise neoclássica e instrumental (Bianchi, 2013; Fontana, 2014), limitou a participação dos historiadores econômicos no debate econômico e, portanto, minimizou o papel de suas pesquisas como leituras dos problemas nacionais.

Os pesquisadores em história econômica se viram questionados em dois flancos, tanto no contato com seus interlocutores economistas, como no diálogo com os historiadores ligados ao paradigma da análise culturalista. Esse diálogo tenso, travado em duas frentes, acabou por fazer avançar novas tentativas de sínteses interpretativas, delimitando os atuais contornos do campo de pesquisa da história econômica.

Na história, uma vasta literatura revisionista sobre os temas clássicos, como sobre a escravidão, a industrialização, a formação do mercado interno, entre outros, apontou para novas evidências. Na economia, ainda que de maneira dominante nos países anglo-saxões, e menos no Brasil, a aproximação com a teoria econômica disseminou estudos com base na *new economic history* e na economia institucional (Fogel, 1965, p. 94; Whaples, 2010)¹. Mas afinal, se essas mudanças podem ser observadas

¹ Essa difícil relação entre teoria econômica e história econômica pode ser observada com o fim de disciplinas de história econômica nas graduações de economia nos EUA. Para o tema, cf. Temin (2013).

no campo das pesquisas de história econômica, como pensar na construção dos cursos ministrados na graduação? Até que ponto é possível observar a incorporação dessa mais recente e ampla literatura de história econômica na formação dos alunos de graduação de economia? Essas foram as questões que nortearam a presente pesquisa realizada durante o ano de 2014 por meio da análise do perfil docente e das disciplinas de história econômica, nos cursos de graduação de economia do Brasil.

Assim, o objetivo deste artigo é avaliar o perfil das disciplinas de história econômica oferecidas nos principais cursos de graduação em economia no Brasil. Parte-se do pressuposto de que a construção das ementas dos cursos de história econômica, ainda que objetivamente delimitado pelos programas de seus cursos, abre um espaço para a subjetividade dos professores por meio da seleção de suas bibliografias. Essa seleção que define o perfil de cada disciplina certamente reflete a formação dos professores e o sentido que eles buscam dar ao curso. Assim, visando explicitar as variáveis que possam influenciar na construção dessas ementas, buscou-se também avaliar a formação dos docentes que lecionam disciplinas de história econômica nos cursos de economia, com o intuito de traçar seus perfis e a influência dessa formação na construção do conhecimento.

Do ponto de vista da estrutura curricular, avalia-se a quantidade de créditos disponibilizados para as disciplinas de história econômica diante do total da carga curricular, assim como o tipo de abordagem de cada disciplina com base nos textos utilizados em sala, informados pelos próprios professores ministrantes das matérias por meio de questionários. Espera-se que este trabalho seja capaz de oferecer uma visão de conjunto dos cursos da área, contribuindo para a divulgação dos diferentes conteúdos e das diferentes vertentes abordadas e garantindo uma reflexão sobre a responsabilidade e o poder dos docentes na transmissão do conhecimento.

1. Descrição dos procedimentos

A elaboração de um perfil do ensino de história econômica no Brasil depende da criação de algum critério objetivo, capaz de delimitar

a área. Para os fins deste artigo, considera-se que as disciplinas de história econômica são aquelas que tratam de temas relativos à análise econômica e social de processos históricos, o que força a exclusão das disciplinas do tipo *história do pensamento econômico*, que, embora tangenciem as questões enunciadas pela definição utilizada, têm como foco o estudo dos intelectuais dedicados à produção teórica em economia, aproximando-se mais da área de metodologia do que propriamente da história econômica.

A distinção se dá, portanto, pelo objeto de estudo, enquanto a *história econômica* lida com as transformações econômicas e sociais em diferentes contextos, a *história do pensamento econômico* visa à compreensão do processo de construção da teoria econômica. Assim, ao analisar a produção dos intelectuais como forma de iluminar aspectos da produção teórica em economia, a *história do pensamento econômico* transforma-se em um “metaestudo”, isto é, uma análise sistemática da economia que se volta para si mesma, buscando compreender sua própria evolução. Essa é a concepção presente nas obras clássicas de história do pensamento econômico de Joseph Schumpeter (1964) e de Mark Blaug (1989), que, respectivamente, buscam a objetividade metodológica ao tratar o estudo da disciplina como “história da análise econômica” ou como uma história do pensamento econômico “absolutista”.

Dessa maneira, foram consideradas disciplinas de *história econômica* aquelas que trataram especificamente da evolução dos acontecimentos econômicos, assim como de suas interpretações, fossem relativos aos acontecimentos internacionais, nacionais ou, inclusive, regionais. Nesse sentido, consideramos como disciplinas da área de *história econômica* aquelas de *história econômica do Brasil*, *formação econômica do Brasil* ou outras denominações próximas, que de maneira geral avaliaram a trajetória da economia brasileira entre a colônia e a República. Foram consideradas também as disciplinas de *economia brasileira*, que, apesar de sofrerem variações entre os cursos no marco de início da disciplina, de maneira geral tratam das últimas décadas de nossa história. Finalmente, foram analisados outros dois grupos de disciplinas: aquelas relacionadas ao estudo da *história econômica geral*, que trata dos grandes marcos da economia internacional, percorrendo da Idade Média ao final do século XX; e, ainda, disciplinas de história econômica regional, que destacam especificidades da evolução da economia de determinados estados ou regiões.

Estabelecido o critério de definição da área de história econômica, procedeu-se a um levantamento dos cursos de graduação em economia. Embora a pesquisa tenha como objetivo a avaliação do ensino de história econômica nos cursos de graduação em economia², nos procedimentos de seleção da amostra adotou-se como critério a existência de curso de pós-graduação recomendado pela CAPES, procedimento que permitiu reduzir consideravelmente o tamanho da amostra. A inexistência de um critério unificado de avaliação dos cursos de graduação³ fez com que fosse necessário adotar a avaliação dos programas de pós-graduação como *proxy* da qualidade do ensino na graduação⁴. São esses os cursos de graduação que, por possuírem programas de pós-graduação, possuem uma maior interface entre ensino e pesquisa, podendo influenciar a redefinição do perfil das disciplinas na graduação. Afinal, acreditamos que os programas das disciplinas de graduação acabam respondendo às transformações nos debates teóricos e historiográficos que podem ser identificados anteriormente dentro das pesquisas e da pós-graduação.

A partir de uma extensa lista de cursos de graduação em economia existentes no Brasil, foram selecionadas as 43 universidades com curso de pós-graduação em economia recomendado pela CAPES. Escolhidas as universidades integrantes da amostra, realizamos um levantamento preliminar da estrutura curricular dessas Instituições de Ensino Superior (IES). Isto é, mediante as informações oficiais das grades curriculares dos cursos em questão, existentes nos *sites* que compunham a amostra, arrolamos as disciplinas de história econômica existentes em cada curso. Percebemos logo de início a dificuldade que seria essa atividade, tanto

² Essa pesquisa poderia ser realizada também para outros cursos em que a disciplina de história econômica eventualmente é oferecida, tais como os cursos de história, ciências sociais e geografia. A dificuldade nesse caso é que não há uma obrigação para a existência de disciplinas específicas de história econômica nesses cursos, ao contrário do caso da graduação em economia, como logo veremos, de maneira que poderia existir grande discrepância entre as faculdades. Esse pode ser um tema para uma futura pesquisa.

³ O ENADE, por exemplo, não é adotado pela USP ou UNICAMP, duas das mais importantes universidades brasileiras tanto na quantidade de egressos, quanto na relevância e no impacto das pesquisas produzidas na área de economia.

⁴ Ao optar por restringir a amostra segundo esses critérios, o trabalho deixou de captar os efeitos da expansão sem precedentes da rede federal de ensino superior na última década. Consolidados os resultados dessa primeira sondagem, nada impede que a pesquisa seja estendida a esses novos cursos.

por conta da existência de *sites* desatualizados ou sem informações, como também da escassez de dados disponíveis mais especificamente sobre as disciplinas. Dessa forma, para minimizar as possíveis lacunas, baseamos nossa análise em dois grupos de informações: nos dados encontrados nos *sites* das 43 IES de economia e, posteriormente, nos questionários enviados aos professores dessas instituições. Essa primeira parte da pesquisa tinha o objetivo de avaliar como as IES se adaptaram às diretrizes curriculares do curso de economia do Ministério da Educação quanto ao oferecimento de disciplinas na área de história econômica.

Vale lembrar que, conforme o Artigo 5º das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, exige-se que ao menos 10% da carga horária total do curso deve ser dedicado a disciplinas de “formação histórica” (Brasil, 2007)⁵.

Iniciamos então um levantamento dos professores das universidades selecionadas que lecionam disciplinas de história econômica tanto por meio dos *sites* dos departamentos das universidades, como por meio de telefonemas para representantes de seus departamentos de economia e de história e da lista de sócios da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE).

Após o processo de levantamento dos professores, foi elaborado um questionário com o intuito de avaliar o perfil dos professores ministrantes das disciplinas de história econômica. Esse questionário era composto por perguntas sobre dados pessoais e de identificação (como nome, idade e sexo)⁶; sobre a formação acadêmica do docente (universidade e curso de graduação, universidade e curso de doutorado e ano de conclusão da graduação e do doutorado); sobre as características do trabalho do professor (área de pesquisa, regime de trabalho, universidade em que trabalha); e, finalmente, sobre as disciplinas que o docente ministra ou ministrou (nomes das disciplinas, carga horária, descrição das disciplinas,

⁵ Para as Diretrizes Curriculares do MEC, é preciso frisar que a área de “formação histórica” exigida no curso de economia inclui a disciplina de história do pensamento econômico, ao contrário do que é considerado neste trabalho.

⁶ Os dados pessoais dos docentes que responderam à pesquisa foram utilizados somente como identificação e foram mantidos em sigilo. Somente os três pesquisadores que assinam este artigo tiveram acesso aos dados; os gráficos e tabelas expostos ao longo do trabalho não contêm nenhuma informação que possibilite a identificação dos professores que responderam à pesquisa.

bibliografia utilizada)⁷. Além disso, ao final do questionário havia um campo para que os respondentes pudessem indicar outros docentes da faculdade, para que pudéssemos verificar profissionais que teriam escapado de nosso processo preliminar de busca, além de um espaço destinado a comentários relativos às disciplinas que o docente havia ministrado.

Ao todo, nossa amostra-base foi composta por cerca de 160 professores, aos quais enviamos o questionário por *e-mail* duas vezes (caso o docente não houvesse respondido na primeira vez), intervaladas por um período de 15 a 30 dias. Para a captação das respostas, foi utilizada a plataforma Google Docs, que armazena as respostas num banco de dados *on-line* que poderia ser convertido num formato compatível com o programa Microsoft Excel, no qual ocorreu o tratamento dos dados. Do total de questionários enviados, foram obtidas 54 respostas num período de 5 meses. Após receber todas as respostas, passamos para a fase de tratamento dos dados. Do banco de dados, extraímos o que consideramos os principais aspectos definidores do perfil dos docentes que lecionam disciplinas de história econômica no curso de graduação em economia no Brasil.

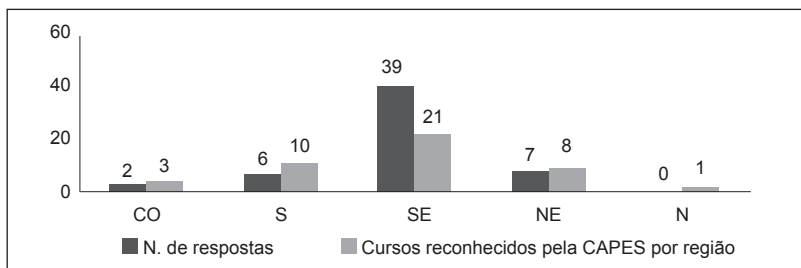
2. Descrição geral da amostra

O Gráfico 1 apresenta a distribuição geográfica por região dos professores que responderam ao questionário. Vemos que 72,2% dos professores que responderam ao questionário atuam em universidades da região Sudeste. Esse resultado já era de certa forma esperado, visto que grande parte das universidades brasileiras e da produção acadêmica nacional se concentra nessa região. Isso vale tanto se levarmos em conta o total de universidades no Brasil que lecionam economia na graduação, como se levarmos em conta o número de universidades com pós-graduação recomendada pela CAPES. Se considerarmos todos os cursos de economia do Brasil, 237 conforme dados do MEC, 44% estão localizados

⁷ Em especial, para cada disciplina que o docente ministrou nos últimos dois anos, solicitamos a indicação das cinco referências que ele considerasse as mais importantes. Os detalhes dessa seção do questionário, essencial para os objetivos desta pesquisa, serão expostos na seção correspondente à bibliometria.

no Sudeste. Se consideramos, por outro lado, os 43 cursos de pós-graduação de economia, 48% estão nessa mesma região.

Gráfico 1 – Origem das respostas por região



A concentração de nossas respostas foi consideravelmente maior do que a distribuição de cursos de graduação e pós-graduação no Sudeste, cerca de 70%. Todavia, outro fator contribuiu para reforçar essa concentração: os departamentos de economia das universidades mais antigas do país, localizados no Sudeste, tais como USP, UNICAMP, UFRJ e UFMG, são, na maioria das vezes, maiores em número de docentes e, desse modo, receberíamos mais respostas oriundas de professores dessas universidades do que de outras. Em suma, apesar de uma amostra aparentemente desigual, isto é, bastante concentrada nas universidades sediadas no Sudeste, esta representa em grande medida o perfil da concentração da pós-graduação brasileira existente hoje e, ainda mais, dos profissionais da área de história econômica atuantes no Brasil⁸. Como consideramos acima, é possível que esse cenário seja alterado em alguns anos, resultante do processo de interiorização das universidades públicas federais na última década.

Como veremos mais adiante, outro dado que explica a tendência de concentração de nossa amostra é que os principais centros de pós-graduação em história econômica do país se encontram nos estados de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. A USP, por exemplo, é a única universidade que possui um programa de pós-graduação especi-

⁸ Vale destacar que essa concentração de profissionais é bastante evidente na distribuição de sócios da ABPHE, com elevado número de sócios no Sudeste, especialmente no estado de São Paulo.

ficamente em história econômica, vinculado à Faculdade de História, enquanto o Instituto de Economia da UNICAMP, a Faculdade de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais e a Faculdade de História da Universidade Federal Fluminense possuem importantes programas que também contemplam a formação de pesquisadores em história econômica.

O argumento acima ajuda-nos a compreender a tendência de distribuição de nossas respostas em relação às unidades federativas. Das respostas recebidas observa-se que 70,37% dos professores atuam em São Paulo, em Minas Gerais ou no Rio de Janeiro (Gráfico 2). Vale ressaltar novamente que os departamentos de universidades como FEA-USP e FEA-RP-USP, UNICAMP, UFMG e UFRJ são bastante particulares, possuindo um número significativo de professores dedicados à área no departamento.

Gráfico 2 – Origem das respostas recebidas por estado

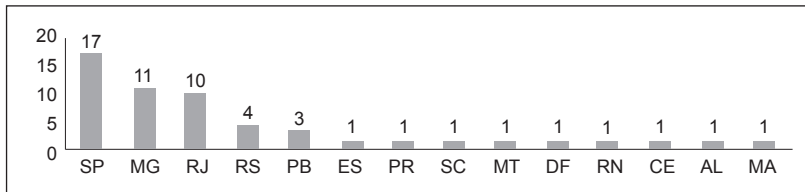
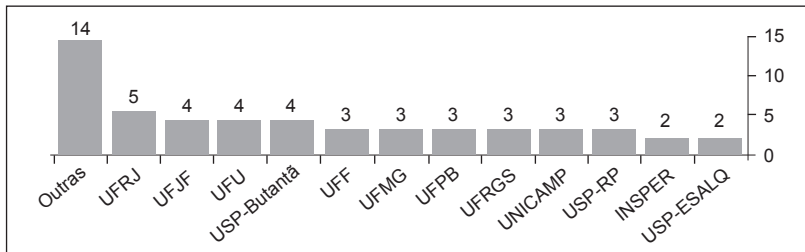


Gráfico 3 – Respostas recebidas por universidades



O Gráfico 3 apresenta a distribuição das respostas que foram recebidas de 25 das 43 Instituições de Ensino Superior. As universidades de que não obtivemos respostas foram: UFBA, UCB, UFV, UFPA, UFPE, UEM, UEL, FGV-RJ, IBMEC, UCAM, FURG, UFSM, UFPPEL, PUC-RS, UFSC,

UFS e UFSCar (isto é, 17 ao todo). Na categoria “Outras”, estão incluídas as 14 universidades de que recebemos apenas uma resposta, sendo elas: FGV-SP, PUC-RJ, PUC-SP, UERJ, UFAL, UFC, UFES, UFMA, UFMT, UFPR, UFRN, UNB, UNESP e UNISINOS.

Como é possível perceber, a concentração das respostas se deu em universidades do Sudeste: apenas UFPB e UFRGS fogem ao padrão de concentração, mas são dois tradicionais cursos em que a pesquisa de história econômica também é realizada. No Rio de Janeiro as respostas ficaram entre UFRJ e UFF, em Minas Gerais entre UFMG, UFJF e UFU, e, em São Paulo, na UNICAMP, no INSPER e nos três *campi* da USP onde o curso de economia é oferecido: São Paulo, Ribeirão Preto e Piracicaba.

3. O perfil dos professores de história econômica no Brasil

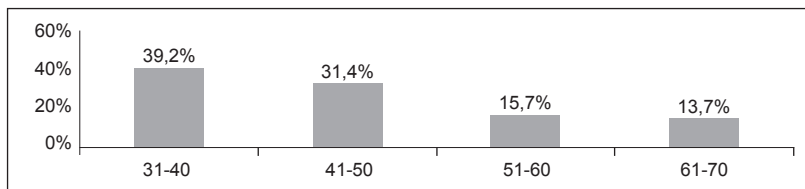
A parte inicial do questionário buscava avaliar o perfil dos professores na área, isto é, a idade, a formação e o ingresso na universidade. Com essas informações é possível analisar não somente as particularidades da formação deles relacionadas ao perfil das instituições pelas quais passaram, como também ao período em que realizaram a formação. Afinal, não somente cada geração possui uma determinada questão que norteia os estudos e interesses, influenciando aquilo que é absorvido ao longo da vida, mas também cada geração tem a sua disposição um determinado grupo de obras e autores que se tornam referência, e que podem alterar profundamente o perfil dos cursos.

Para um exemplo atual de como cada geração acaba sendo influenciada por algumas obras, hoje o livro de Thomas Piketty, *O capital do século XXI*, certamente passou a ser uma nova referência encontrada nos mais diversos programas de disciplinas de economia. O sucesso editorial e a maneira bem-sucedida que o autor expôs a questão da desigualdade social no mundo fazem de *O capital do século XXI* um candidato para ser bastante debatido também na graduação. Nos anos 1970, avaliando a trajetória da disciplina de história econômica geral, certamente contribuíram para uma transformação na forma como ela era ministrada, em primeiro lugar, a tradução de *A evolução do capitalismo*, de Maurice

Dobb, e, anos mais tarde, a publicação das obras de Eric Hobsbawm, tanto a série das “eras”, *Era do capital* e *Era das revoluções*, como o livro *Da Revolução Industrial Inglesa ao imperialismo*.

Assim, começando a exposição das características dos entrevistados pelo quesito “Idade” (Gráfico 4), vemos que 70,6% dos professores que responderam têm entre 30 e 50 anos de idade. São professores nascidos entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1980, que chegaram ao ensino superior entre as décadas de 1980 e 2000, portanto, ao final da Guerra Fria e do governo militar brasileiro. No mundo acadêmico, são gerações que vivenciaram mudanças significativas tanto no campo da economia, como no da história: se a ciência econômica vivenciou o desenvolvimento do conhecimento técnico com o desenvolvimento de modelos, de ferramentas estatísticas e do próprio computador, o campo da história foi a ascensão da história cultural, da análise das minorias e da maior facilidade de acesso aos documentos primários que marcou a transformação da pesquisa do ensino na área⁹. Certamente são gerações bastante diferentes daquelas que viveram intensamente as décadas anteriores de Guerra Fria e de ditadura militar, em que, por exemplo, a influência do marxismo era decisiva nas ciências sociais, enquanto, mais especificamente, entre economistas as teses de monetaristas ou de estruturalistas moviam intensamente os debates acadêmicos.

Gráfico 4 – Distribuição das idades

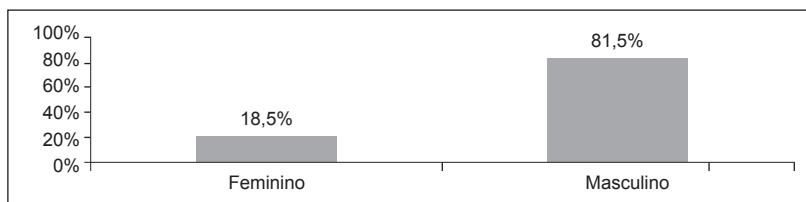


No que diz respeito à distribuição por gênero, apesar de uma lista de importantes historiadoras econômicas brasileiras, entre elas Alice P. Canabrava, Maria Yedda Linhares, Eulália L. Lobo e Maria Bárbara Levy, entre tantas outras, atualmente existe uma preponderância significativa

⁹ Para a relação entre história e economia, conferir Saes (2013) e Saes e Saes (2013, Introdução). Para a relação entre história econômica e história cultural, cf. Arruda (2002) e Motta (2009).

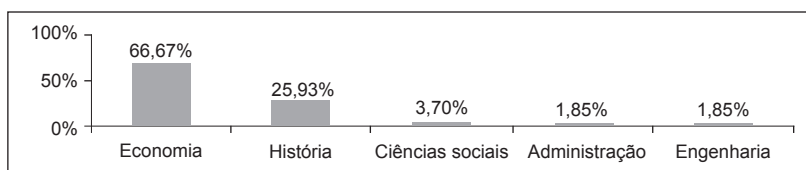
de professores do sexo masculino, que representam 81,5% dos professores entrevistados¹⁰.

Gráfico 5 – Sexo



No Gráfico 6, vemos os dados referentes às graduações cursadas pelos professores que responderam ao questionário. É nítida a preponderância de professores graduados em economia ou história.

Gráfico 6 – Cursos de graduação



Se, de um lado, a área de história econômica permite que não economistas tenham algum espaço para dialogar nos cursos de graduação, de outro, a tendência histórica dos departamentos de economia – salvo algumas exceções – foi de reforçar a endogenia da área. Nas universidades mais antigas (USP, UFRJ e UFMG), principalmente nas décadas de 1950 e 1960, houve uma tendência de substituição dos professores oriundos de outras áreas de formação que lecionavam no Departamento de Economia (como direito, sociologia, história, engenharia e contabilidade) por professores formados em economia, na maioria das vezes graduados na própria universidade¹¹. Uma tendência que reproduzia a

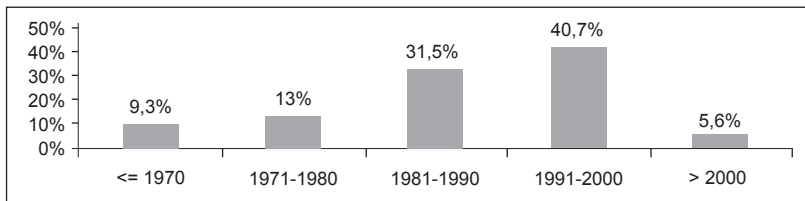
¹⁰ Para o levantamento das historiadoras econômicas no Brasil, cf. Ribeiro (2012) e Szmrecsányi (1996).

¹¹ No caso particular da FEA-USP, entre 1969 e 1980, o perfil dos professores que ministravam no curso foi completamente transformado. Em 1969, os economistas eram 50% dos docentes do departamento, enquanto em 1980 já representavam 86%. Cf. Pinho (1984).

evolução do conhecimento econômico nos Estados Unidos, de instrumentalização da teoria econômica – materializado com a microfundamentação da macroeconomia –, que tornou nas últimas décadas o espaço para o desenvolvimento da história econômica praticamente inexistente dentro dos departamentos de economia dos Estados Unidos (Coats, 1993; Morgan, 1990)¹².

Abaixo, no Gráfico 7, encontram-se os dados referentes ao ano de ingresso na graduação dos entrevistados. Esse gráfico está diretamente relacionado com o gráfico das idades. Como a maioria dos professores têm entre 30 e 50 anos, era de esperar que ingressassem no ensino superior nas décadas de 1980 e 1990, tendência confirmada pelos dados. É importante salientar que cerca de 90% dos docentes da área, independentemente de quando ingressaram nas universidades, estão no regime de dedicação exclusiva. Considerando o perfil dos historiadores econômicos como mais ligados às atividades puramente acadêmicas, com menor atuação no mercado, essa alta porcentagem era esperada. Entre os cerca de 10% que não estão no regime de dedicação exclusiva, a maior parte leciona em faculdades privadas, entre turno completo ou parcial.

Gráfico 7 – Ano de ingresso na graduação

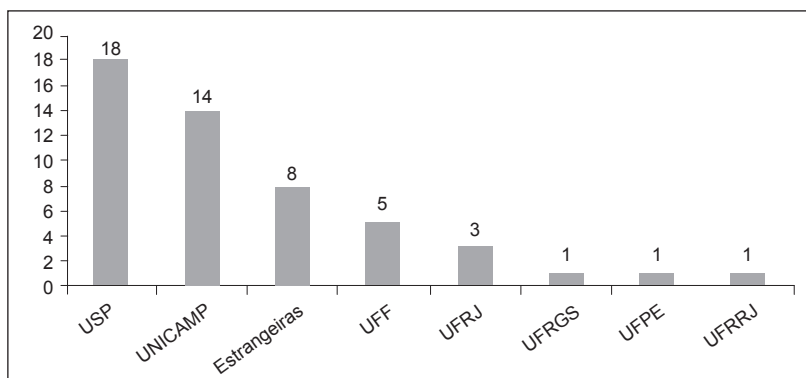


A seguir estão os dados sobre as universidades em que os professores realizaram seus doutorados. O Gráfico 8 mostra que mais de 63% dos entrevistados realizaram suas teses de doutorado no Instituto de Economia da UNICAMP (no Programa de Teoria Econômica ou no de Desenvolvimento Econômico) ou na USP (no Programa de Economia

¹² Para o caso da Inglaterra, a história da Associação de História Econômica do país reforça essa tendência de redução do espaço para estudos de história econômica: a partir dos anos 1980, a sociedade sofreu com uma queda de membros, especialmente entre os economistas (Harte, 2001).

– Instituto de Pesquisas Econômicas – da FEA-USP ou no Programa de História Econômica da FFLCH-USP). Vemos que o fato de o ensino superior no Brasil ser concentrado na região Sudeste é ainda mais acentuado quando se considera a pós-graduação, fazendo com que a maioria dos professores da área de história econômica das principais universidades públicas e particulares do Brasil tenham suas teses de doutorado realizadas em São Paulo (USP e UNICAMP) ou no Rio de Janeiro (UFF e UFRJ). As universidades estrangeiras citadas nos questionários são variadas e não tivemos nenhum programa de pós em que dois ou mais professores estudaram. Dentre as universidades estrangeiras, encontram-se as universidades de Londres, de Cardiff, a London School of Economics e a de Cambridge na Inglaterra, a de Colônia na Alemanha, a Técnica de Lisboa em Portugal, a de Córdoba na Argentina e a de Versalhes na França¹³.

Gráfico 8 – Universidades de doutoramento

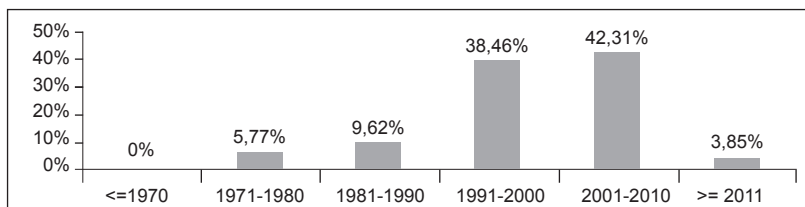


No Gráfico 9, encontram-se os dados sobre o ano de ingresso no doutorado. A concentração de teses realizadas nos anos 1990 e 2000

¹³ Nesse sentido, ao que parece, a área de história econômica parece ter avançado mais tardiamente para a tendência de internacionalização do corpo docente. Conforme descreve Maria Rita Loureiro, desde os anos 1970 os programas de pós-graduação em economia passaram a ser formados crescentemente por meio de docentes formados no exterior e, em particular, nos Estados Unidos. Em alguns poucos casos, os cursos de pós-graduação resistiram a essa tendência. No caso da área de história econômica, a formação nos programas nacionais, como os dados revelam, ainda é hegemônica (Loureiro, 1997).

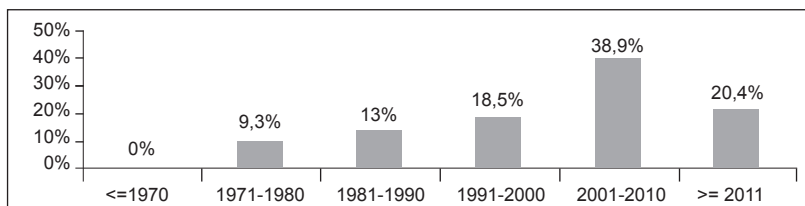
reforça a ideia de que a formação dos professores é recente, de maneira que tiveram oportunidade de incorporar, ou ao menos conhecer, variadas vertentes e referências da área publicadas nos últimos anos.

Gráfico 9 – Ano de ingresso no doutorado



O Gráfico 10 apresenta os dados sobre o ano de ingresso na universidade onde os entrevistados atuam. Vemos que a maior parte dos professores foi contratada nos anos 2000 e nos primeiros quatro anos da década de 2010, o que representa uma tendência de renovação dos quadros das universidades nos últimos 15 anos. Em parte, essa tendência é resultado das aposentadorias dos professores que ingressaram a universidade na década de 1970, momento de grande contratação de professores e reformulação dos cursos por conta de reformas universitárias tanto da graduação, como da pós-graduação; todavia, também é resultado dos reduzidos concursos para ingresso no sistema público, entre as décadas de 1980 e 1990. Essa tendência seria ainda mais acentuada, se estendêssemos a amostra para os novos cursos formados pela expansão das universidades federais no Brasil, mas que ainda não possuem cursos de pós-graduação.

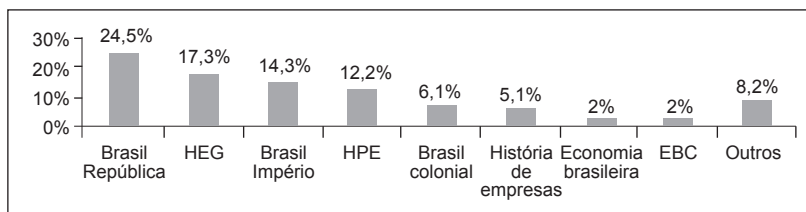
Gráfico 10 – Ano de ingresso como professor na universidade atual



Finalmente, o último gráfico (Gráfico 11) é referente à descrição do perfil dos pesquisadores que participaram da pesquisa, no qual se reúnem

as áreas de pesquisa informadas pelos próprios professores, que foram solicitados a citar no máximo duas áreas de pesquisa. Entre as três principais áreas indicadas, encontramos História Econômica Geral (HEG), História do Brasil República e História do Brasil Império. São áreas tradicionais de pesquisa em história econômica, especialmente, Brasil Império e República, áreas que concentram efetivamente o maior número de teses defendidas em programas como de história econômica da FFLCH-USP e do Instituto de Economia da UNICAMP. Vale reforçar que, nos encontros da ABPHE, essas são historicamente áreas que recebem grande quantidade de trabalhos para apresentação nos congressos nacionais. História Econômica Geral, por outro lado, pode ter aparecido com relativo destaque porque é uma disciplina obrigatória presente em todos os cursos de economia e, possivelmente, pode ter sido encarada como área de atuação pelos professores que participaram do questionário. Por fim, contidos na denominação “Outros”, estão, por exemplo, áreas de atuação como história antiga, teoria econômica, economia industrial, economia rural e desenvolvimento econômico.

Gráfico 11 – Área de pesquisa



4. Os clássicos no ensino brasileiro de história econômica: análise bibliométrica

Nos formulários enviados por *e-mail* aos professores entrevistados, constava uma seção dedicada ao preenchimento de informações relacionadas à identificação das disciplinas ministradas nos últimos dois anos (como, por exemplo, o nome da disciplina, a carga horária etc.) e a bibliografia utilizada em seus programas de curso. Em especial, solicitamos aos professores que indicassem cinco fontes bibliográficas que julgassem

as mais importantes em cada disciplina. Nosso intuito foi construir um panorama das referências bibliográficas mais utilizadas nas diferentes áreas de estudo da história econômica. Nesse panorama, buscamos mostrar quais textos têm se perpetuado como essenciais nos cursos, quais foram aqueles que perderam representatividade ao longo do tempo e quão diferente são as disciplinas que se apresentam com o mesmo nome e ementa em diferentes universidades.

4.1 Procedimentos para consolidação das respostas obtidas

As respostas obtidas por meio dos questionários foram trabalhadas para que pudessem ser consolidadas em tabelas dinâmicas do Excel. Dessa forma, cada referência citada no formulário foi associada a um professor, que, por sua vez, foi associado às informações de localidade, universidade, idade etc. Dado que as informações obtidas provêm de formulários preenchidos por diferentes professores, o tratamento inicial dos dados consistiu em padronizar as referências obtidas. Dessa forma, cada referência foi associada a um registro único de autor, tentando unificar, por exemplo, obras com edições diferentes. A referência padronizada das obras, por sua vez, foi associada a todas as linhas de base dos dados enviados pelos questionários, e o vínculo entre as duas planilhas foi mantido, utilizando uma fórmula simples de referência do Excel.

O mesmo procedimento foi adotado em relação às disciplinas, visto que a dificuldade encontrada era similar, ou seja, embora abordassem temas bastante parecidos, com base em bibliografias também semelhantes, a nomenclatura das disciplinas não possuía um padrão definido. Dessa forma, as disciplinas foram agrupadas em quatro grupos temáticos, de acordo com a bibliografia informada e a descrição resumida enviada pelos professores. Assim, apenas como exemplo, a disciplina história econômica do Brasil foi listada entre os professores também como formação econômica do Brasil e formação econômica e social do Brasil, podendo ser dividida em duas disciplinas com ementas entre colônia/ Império e República, ou ministrada como uma disciplina única. A área de economia brasileira foi considerada como formada por aquelas disciplinas que abordavam os temas da história econômica do Brasil do pós-1964 (mas que em determinados casos encontrados tinham o início

do curso os anos 1950 ou outros casos em que economia brasileira apenas se dedica para as últimas décadas da história do país). As diferentes nomenclaturas das matérias foram consolidadas em quatro áreas. A área 1, de História Econômica Geral, a área 2, de História Econômica do Brasil, a área 3, de Economia Brasileira, e área 4, de História Econômica Regional¹⁴.

A partir dessa classificação consolidamos as referências do formulário enviado pelos professores. Para a análise bibliométrica, optamos por apresentar os cinco autores mais citados em cada área temática, isto é, os cinco textos mais citados pelos professores para as áreas de História Econômica Geral, História Econômica do Brasil e Economia Brasileira, que supostamente representam as bases teóricas e históricas das disciplinas.

Na área temática 1, de História Econômica Geral, é nítida a preponderância das obras de Eric J. Hobsbawm, cujo número de citações ultrapassa em larga medida aquelas existentes para os outros quatro autores mais citados. É preciso notar também a abrangência cronológica das obras de Hobsbawm: os livros citados cobrem desde o início do século XVIII até o fim do século XX, constituindo praticamente um programa completo de disciplina. As obras *Da Revolução Industrial Inglesa ao imperialismo*, *A era das revoluções* e *A era do capital* foram livros que chegaram ao Brasil, de maneira geral, ao longo das décadas de 1970 e 1980, e, desde então, passaram a compor parte importante da bibliografia dos cursos de História Econômica Geral. Os textos de Hobsbawm apresentam não somente a grande erudição do historiador na construção de sua interpretação, como também uma especial característica de serem textos bastante acessíveis. Mesmo não se distanciando da leitura materialista da história, os textos de Hobsbawm são muito mais compreensíveis do que a principal referência dos cursos de história econômica dos anos 1970, *A evolução do capitalismo*, de Maurice Dobb, que não deixou de ser usado, permanecendo, em especial, naqueles cursos que investem no debate sobre a transição do feudalismo ao capitalismo.

¹⁴ As disciplinas de História Econômica Regional receberam poucas respostas, de maneira que elas não serão abordadas neste artigo.

Tabela 1 – Principais referências da área 1 – História Econômica Geral

AUTOR	CITAÇÕES
Eric J. Hobsbawm	32
<i>A era dos extremos</i>	14
<i>Da Revolução Industrial Inglesa ao imperialismo</i>	10
<i>A era das revoluções</i>	4
<i>A era do capital</i>	4
Barry Eichengreen	9
<i>A globalização do capital</i>	9
Ellen Meiksins Wood	6
<i>A origem do capitalismo</i>	6
Karl Polanyi	6
<i>A grande transformação</i>	6
Maurice Dobb	6
<i>A evolução do capitalismo</i>	6

Duas outras importantes referências podem ser consideradas resultado de assimilações de textos publicados mais recentemente. A obra *A globalização do capital*, de Barry Eichengreen, economista que realiza abordagem histórica sobre a formação do sistema financeiro mundial, chegou ao Brasil com uma tradução do ano 2000. De outro lado, a obra de Ellen Wood, *A origem do capitalismo*, livro que recupera o debate da transição do feudalismo ao capitalismo, recebeu sua tradução brasileira em 2001. Essas duas obras revelam questões interessantes: se, de um lado, o livro de Eichengreen prioriza a dimensão financeira da economia internacional e da formação do sistema monetário internacional, de outro, Ellen Wood recupera o tradicional debate marxista sobre o modo de produção e a dinâmica da transição. Em suma, os cursos de história econômica abrem portas para avaliar um tema que se tornou central no capitalismo moderno, a dinâmica financeira, mas também não abandonam um debate que certamente fez parte da formação da grande maioria dos historiadores econômicos, demonstrando a influência das interpretações marxistas ainda hoje na área.

Na área temática 2, de História Econômica do Brasil, a tendência observada em História Econômica Geral parece ser reforçada. As citações

das obras de Celso Furtado, com nítida concentração em *Formação econômica do Brasil*, assemelham-se em importância às citações das obras de Eric Hobsbawm para a área 1. A obra clássica de Furtado permite apresentar uma interpretação tanto acessível como sintética da evolução da economia brasileira. Dessa forma, também vale destacar as obras de Caio Prado Jr., o segundo autor mais referenciado, com citações concentradas em *Formação do Brasil contemporâneo* e *História econômica do Brasil*.

Em seguida, são citadas em número quase igual as obras de João Manuel Cardoso de Mello, Marcelo de Paiva Abreu e Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial: 1777-1808*, de Fernando Novais, ou como versão resumida *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*, foi uma obra que trouxe a perspectiva de Caio Prado Jr. em uma nova roupagem, na década de 1970. Dentro dos marcos da leitura marxista, podendo estabelecer intenso diálogo com obras como as de Maurice Dobb e de Eric Hobsbawm, essa leitura de Novais sobre a colonização parece permanecer como um clássico. O livro de João Manuel Cardoso de Mello, por outro lado, pode ser enquadrado no debate sobre as condições da industrialização do Brasil, que mantém um diálogo com outras obras também consideravelmente referenciadas entre os questionários, como as de Wilson Suzigan, *Indústria brasileira* (cinco referências), e de Maria da Conceição Tavares, *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro* (seis referências). Finalmente, o livro *A ordem do progresso*, de organização de Marcelo de Paiva Abreu, reúne artigos de economistas e de historiadores econômicos sobre economia brasileira e foi publicado no Centenário da Proclamação da República, tornando-se uma importante referência ao apresentar de maneira sistemática a política econômica dos governos republicanos brasileiros. Ademais, a obra foi adotada como bibliografia para economia brasileira nos exames da ANPEC (exames de ingresso nos programas de pós-graduação de economia), reforçando sua utilização nos cursos de graduação.

Tabela 2 – Principais referências da área 2 – História Econômica do Brasil

AUTOR	CITAÇÕES
Celso Furtado	32
<i>Formação econômica do Brasil</i>	29
<i>Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII</i>	1

Tabela 2 – Principais referências da área 2 – História Econômica do Brasil

AUTOR	CITAÇÕES
<i>Têoria e política do desenvolvimento econômico</i>	1
<i>A pré-revolução brasileira</i>	1
Caio Prado Jr.	17
<i>Formação do Brasil contemporâneo</i>	11
<i>História econômica do Brasil</i>	5
<i>A revolução brasileira</i>	1
João Manuel Cardoso de Mello	8
<i>O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica...</i>	8
Marcelo de Paiva Abreu	7
<i>A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana</i>	7
Fernando Novais	7
<i>Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial: 1777-1808</i>	5
<i>Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial</i>	2

Na área temática 3, por fim, referente à área de Economia Brasileira, destacam-se dois tipos de obras. O primeiro grupo é composto por coletâneas compostas por capítulos que cumprem com o papel de abarcar um compêndio para a trajetória da economia brasileira, com detalhada descrição da política econômica de cada governo. Esses livros são *A ordem do progresso*, livro organizado por Marcelo de Paiva Abreu e presente com 11 referências, e *A economia brasileira*, de organização de Fábio Giambiagi e presente com 10 referências¹⁵. O segundo grupo, por outro lado, é formado por obras clássicas da história do Brasil, escritas nos anos 1950 e 1960, que buscavam apresentar sínteses interpretativas sobre a dinâmica econômica do país, quais sejam, a obra *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*, de Maria da Conceição Tavares, *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado, e *Quinze anos de política econômica*,

¹⁵ Existe hoje uma quantidade significativa de livros de Economia Brasileira no mercado, de editoras com títulos voltados ao ensino universitário, tais como Campus-Elsevier, Atlas e Saraiva. Tais livros não foram arrolados entre as principais indicações de nossa amostra, mas certamente são livros muito usados em cursos de Economia Brasileira, não somente nas faculdades de economia, como também em cursos de administração, direito e contabilidade.

de Carlos Lessa, com, respectivamente, 8, 5 e 3 citações. Como veremos, esses 2 grupos de obras marcam uma mudança bastante profunda na forma de encerrar a história econômica, que, de um mecanismo de análise estrutural como era presente nos trabalhos das décadas entre 1950 e 1970, passou a ser usada muito mais como uma análise de erros e acertos das políticas econômicas nacionais.

Tabela 3 – Principais referências da área 3 – Economia Brasileira

AUTOR	CITAÇÕES
Marcelo de Paiva Abreu	12
<i>A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana</i>	11
<i>A quem beneficiam as políticas públicas no Brasil</i>	1
Fábio Giambiagi	10
<i>Economia brasileira contemporânea</i>	10
Maria da Conceição Tavares	9
<i>Da substituição de importações ao capitalismo financeiro</i>	8
<i>Acumulação de capital e industrialismo no Brasil</i>	1
Celso Furtado	8
<i>Formação econômica do Brasil</i>	5
<i>Análise do modelo brasileiro</i>	2
<i>O mito do desenvolvimento econômico</i>	1
Carlos Lessa	4
<i>Quinze anos de política econômica</i>	3
<i>A estratégia de desenvolvimento, 1974-76: sonho e fracasso</i>	1
Pedro P. Z. Bastos e Pedro C. D. Fonseca	4
<i>A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade</i>	4
Pedro C. D. Fonseca	4
<i>Vargas: o capitalismo em construção</i>	3
<i>Sobre a intencionalidade da política industrializante...</i>	1

4.2 Formação dos docentes e bibliografia citada

As referências bibliográficas foram então cruzadas com outras informações solicitadas nos formulários, a fim de observar possíveis padrões

que os professores seguem no momento de definir a bibliografia a ser adotada na disciplina, assim como observar as razões que levam à adoção desses padrões. As informações coletadas serão expostas divididas nas três áreas acima mostradas: História Econômica Geral, História Econômica do Brasil e Economia Brasileira.

4.2.1 Área 1: História Econômica Geral

As referências das disciplinas de História Econômica Geral (HEG) foram cruzadas com as respectivas universidades onde os professores realizaram suas teses de doutorado, com o intuito de observar qual a influência que a formação do doutoramento em determinada universidade pode exercer sobre a bibliografia a ser adotada. Os dados são apresentados abaixo (Tabela 4):

Tabela 4 – Universidade de realização do doutorado e referências para HEG

AUTORES	UFF	UFRJ	UNICAMP	UNIVERSIDADE ESTRANGEIRA	USP	TOTAL GERAL
Eric Hobsbawm	6	0	15	4	7	32
Eichengreen	1	0	4	1	3	9
Ellen Wood	4	0	1	0	1	6
Karl Polanyi	2	0	2	0	2	6
M. A. Dobb	0	0	5	0	1	6
David S. Landes	0	0	2	1	2	5
Karl Marx	0	1	4	0	0	5
Jeffry Frieden	0	0	0	0	4	4
Paul Mantoux	0	0	3	0	0	3
Outros	20	4	37	14	38	113
Total geral	33	5	73	20	58	189

Na área de História Econômica Geral, os livros de Hobsbawm são referência dominante, de maneira que o autor aparece como parte importante do argumento dos cursos independentemente da instituição em que se realizou o doutorado. Contudo, algumas indicações podem ser feitas para outras citações: a obra de Maurice Dobb, por exemplo, é hegemonicamente usada por quem se formou na UNICAMP, possivelmente como influência do debate da transição do feudalismo para o

capitalismo que era parte da formação acadêmica do Programa de Pós-Graduação no Instituto de Economia. Talvez por isso mesmo, e pelo papel da difusão da teoria marxista no Programa da Unicamp, que são os formandos no Instituto de Economia que mais incorporam em suas bibliografias os livros de Karl Marx e de Paul Mantoux¹⁶.

Na tabela acima, dentre o campo “Outros”, encontram-se cerca de 80 autores (113 obras) que obtiveram poucas citações. Na imensa maioria dos casos, somente 1 citação. Em todo caso, uma indicação parece interessante: são os professores formados nas universidades estrangeiras que apresentam maior quantidade de textos em inglês, como também apresentam livros publicados mais recentemente, tais como os de Robert Allen, de Antoin Murphy e de Nomi Prins.

Abaixo (Tabela 5) é apresentado o cruzamento das referências com as universidades onde os professores atualmente trabalham. Esse cruzamento poderia apontar para a formação de perfis das disciplinas com relação ao projeto do curso de graduação de cada faculdade. Contudo, o que se percebe é o alto grau de autonomia dos professores da área de história econômica na construção de suas ementas, de maneira que, aparentemente, os conteúdos das disciplinas de História Econômica Geral não possuem um padrão específico. Um caso especial merece destaque: no INSPER a disciplina é chamada de história econômica e das organizações, recebendo uma influência da economia institucional presente no projeto mais geral da faculdade, com o uso de referências menos comuns em outras faculdades, tais como Alfred Chandler Jr., Douglass North e Landes, Mokyr e Baumol.

Tabela 5 – Universidade de atuação e referências para HEG

AUTORES	INSPER	UFF	UFJF	UFMG	UFRJ	UNICAMP	USP	OUTRAS	TOTAL
E. Hobsbawm	0	1	1	3	3	6	7	11	32
Eichengreen	1	0	0	0	2	0	4	2	9
Ellen Wood	0	1	0	2	0	0	0	3	6
K. Polanyi	0	2	0	0	0	0	1	3	6
M. Dobb	0	0	1	0	0	3	1	1	6
Outros autores	7	11	13	8	15	19	17	40	130
Total geral	8	15	15	13	20	28	30	60	189

¹⁶ Para o perfil do curso de economia da UNICAMP, cf. Presser (2007).

No campo “Outras”, na primeira linha da Tabela 5, acima, encontram-se 8 universidades que foram representadas por 1 ou 2 professores. No campo “Outros autores”, na penúltima linha, encontram-se cerca de 90 autores que, assim como na tabela anterior, obtiveram poucas citações, na maior parte dos casos, somente 1. Mas há algumas tendências interessantes a serem avaliadas: em primeiro lugar, os docentes vinculados à UNICAMP, do total de citações, 26 eram de autores ou marxistas ou cepalinos. No caso da USP, as referências são mais diversificadas, tanto com livros-textos como de Frederico Mazzucchelli, Flávio Saes e Alexandre Saes, Jeffrey Frieden, como de obras publicadas mais recentemente, mais próximas da teoria econômica aplicada, de autores como Barry Eichengreen, Joseph Stiglitz e Alfred Chandler Jr.

Tabela 6 – Idade e referências para HEG

AUTORES	(ATÉ 40)	(40-49)	(50-59)	(60 OU +)	NÃO RESPONDEU	TOTAL
Eric Hobsbawm	13	11	5	1	2	32
Eichengreen	5	2	1	1	0	9
Ellen Wood	3	3	0	0	0	6
Karl Polanyi	1	3	2	0	0	6
M. A. Dobb	4	1	0	0	1	6
David S. Landes	0	4	1	0	0	5
G. Arrighi	0	0	3	0	1	4
Outros	58	26	23	8	6	121
Total geral	84	50	35	10	10	189

Na Tabela 6, os textos citados são comparados com as idades dos professores ministrantes das disciplinas. Ao que parece, a questão geracional não pode ser considerada como elemento determinante na decisão da montagem de programas da disciplina – em comparação com a localidade onde foi realizado o doutoramento –, especialmente no caso de História Econômica Geral. Diferentemente do esperado, por exemplo, os mais jovens são responsáveis pela citação de livros como *A evolução do capitalismo*, de Dobb, como de obras clássicas de autores como Karl Marx (*O capital*), Fernand Braudel (*Civilização material, economia e capitalismo*), Perry Anderson (*Linhagens do Estado absolutista e passagens da Antiguidade ao feudalismo*)¹⁷.

¹⁷ Outros cruzamentos de variáveis com as referências bibliográficas citadas (tais como

4.2.2 Área 2: História Econômica do Brasil

A área de História Econômica do Brasil abarca os estudos relativos ao período da economia brasileira colonial, imperial e republicano, tendo como marco cronológico final, em média, os anos 1960–1970. Sem dúvida nenhuma, as obras de Celso Furtado e Caio Prado Jr. aparecem como centrais na construção dos cursos que tratam da “formação econômica do Brasil”, por serem importantes sínteses interpretativas. É possível dizer que foi a partir de *Formação do Brasil contemporâneo* e de *Formação econômica do Brasil*, respectivamente de Caio Prado Jr. e de Celso Furtado, que uma parte significativa dos estudos de história econômica do Brasil foram realizados como teses e dissertações dos programas de pós-graduação, fosse para reforçar o argumento dos autores, ou para negar, seguindo a expansão das interpretações revisionistas das décadas de 1980–1990.

Quando cruzamos os dados sobre a universidade de formação do doutorado dos docentes que responderam aos questionários (Tabela 7) com as referências priorizadas para as disciplinas de História Econômica do Brasil (HEB), novamente o perfil da UNICAMP aparece como delineador de um tipo de curso: foram os docentes lá formados que mais indicaram os livros de João Manuel Cardoso de Mello, de Maria da Conceição Tavares e de Fernando Novais, que representam o chamado “pensamento da casa”. Ademais, foi da UNICAMP que as obras dos intérpretes do Brasil também mais apareceram: tanto de Gilberto Freyre como de Sérgio Buarque de Holanda, mas inclusive *A revolução burguesa*, de Florestan Fernandes.

O que é de digno de nota sobre a seleção das prioridades bibliográficas em História Econômica do Brasil, e independentemente das variáveis presentes nas tabelas 7, 8 e 9, é que o espaço para a literatura revisionista que emerge a partir da década de 1980 é ainda bastante limitado. Estudos como de João Fragoso e Manolo Florentino, *O arcaísmo como projeto*, ou *História do Brasil*, organizado por Maria Yedda Linhares, que podem ser considerados como defensores de uma nova síntese interpretativa sobre a dinâmica do mercado interno, trabalhos importantes que sustentaram a formação de pesquisadores em história econômica nas últimas décadas,

curso de graduação, sexo, ano de realização da graduação e da pós-graduação) não apresentaram resultados representativos e, por isso, não exploramos esses dados no artigo.

foram lembrados apenas duas vezes cada. E, mais curioso, não foram lembrados por docentes das instituições dos autores revisionistas. Isso vale também para o livro *O trato dos viventes*, de Luiz Felipe Alencastro, que revisou o comércio de escravos no Atlântico – assim como de uma ampla gama de estudos sobre escravidão que passaram a questionar o paradigma plantacionista pradiano –, mas ainda não parece ter sido absorvido pelos cursos de graduação, sendo lembrado apenas duas vezes também.

Tabela 7 – Universidade de realização do doutorado e referências para HEB

AUTORES	UFF	UFRRJ	UNICAMP	UNIVERSIDADE ESTRANGEIRA	USP	TOTAL
Celso Furtado	3	0	10	3	16	32
Caio Prado Jr.	1	1	5	2	8	17
J. M. C. de Mello	2	0	5	0	1	8
Marcelo de Paiva Abreu	0	0	1	0	6	7
Fernando Novais	0	0	4	1	2	7
M. da C. Tavares	1	0	3	0	2	6
Wilson Suzigan	2	0	0	1	2	5
Giambiagi	1	0	0	0	3	4
Guido Mantega	3	0	0	0	1	4
Florestan Fernandes	0	0	3	0	1	4
Outros	16	3	21	8	46	94
Total geral	29	4	52	15	88	188

Tabela 8 – Universidade de atuação e referências para HEB

AUTORES	INSAPER	UFF	UFRN	UNICAMP	USP	OUTRAS	TOTAL
Celso Furtado	3	3	2	3	9	12	32
Caio Prado Jr.	2	1	1	3	5	5	17
J. M. C. de Mello	1	2	1	1	0	3	8
Marcelo de Paiva Abreu	1	0	0	0	6	0	7
Fernando Novais	0	0	0	2	1	4	7
Carlos Lessa	0	0	0	0	4	1	5
Sérgio B. de Holanda	0	0	0	0	0	4	4
Guido Mantega	0	3	0	0	1	0	4
Outros	10	20	6	6	29	33	104
Total geral	17	29	10	15	55	62	188

Tabela 9 – Idade e referências para HEB

AUTORES	(ATÉ 40)	(40-49)	(50-59)	(60 OU +)	TOTAL
Celso Furtado	13	9	7	3	32
Caio Prado Jr.	8	4	3	2	17
J. M. C. de Mello	3	4	0	1	8
Marcelo de Paiva Abreu	3	1	3	0	7
Fernando Novais	3	2	2	0	7
M. da C. Tavares	1	4	1	0	6
Carlos Lessa	0	3	2	0	5
Bielschowsky	0	4	0	0	4
Guido Mantega	0	4	0	0	4
Outros	33	30	22	13	98
Total geral	64	65	40	19	188

4.2.3 Área 3: Economia Brasileira

As disciplinas de Economia Brasileira, dentre aquelas que consideramos como de história econômica, são as que possivelmente tivemos maiores problemas de coleta de informação. Afinal, não necessariamente são os professores da área de história econômica que assumem os cursos de Economia Brasileira nas faculdades de economia. Dessa forma, podendo ser cursos ministrados por economistas das mais diversas áreas de formação e interesse, em suma, a área possui um caráter mais heterogêneo no que diz respeito ao perfil docente do que as disciplinas de História Econômica Geral ou de História Econômica do Brasil, formadas fundamentalmente por membros da confraria dos historiadores econômicos brasileiros. Isso pode ter contribuído também para não termos conseguido incorporar uma gama maior de respostas de docentes para a pesquisa.

Como apresentamos anteriormente, ao que parece há dois grupos de referências comumente usadas nos cursos de Economia Brasileira: de um lado, os livros organizados por professores do Rio de Janeiro, especialmente de Marcelo de Paiva Abreu, professor da PUC-RJ, e Fábio Giambiagi, ex-professor da UFRJ e da PUC-RJ. De outro lado, há o grupo de livros de autores como Furtado, Tavares e Lessa, cuja influência teórica remonta a interpretação e o debate cepalino no Brasil. Nas tabelas 10, 11 e 12, apresentamos a distribuição das referências de Eco-

nomia Brasileira com relação à universidade de doutoramento, à universidade em que trabalha e à idade.

Tabela 10 – Universidade de doutorado e referências de Economia Brasileira

AUTORES	SEM DOUTORADO	UFRJ	UNICAMP	UNIVERSIDADE ESTRANGEIRA	USP	TOTAL
Marcelo de Paiva Abreu	1	1	3	3	4	12
M. da C. Tavares	1	0	5	1	3	10
Giambiagi	1	1	2	2	4	10
Celso Furtado	1	0	4	0	3	8
Carlos Lessa	0	0	4	0	0	4
Outros	6	5	17	5	19	52
Total geral	10	7	35	11	33	96

Tabela 11 – Universidade onde trabalha e referências de Economia Brasileira

AUTORES	UFPB	UFRGS	UFRJ	UFU	USP	OUTRAS	TOTAL
Marcelo de Paiva Abreu	1	0	2	1	2	6	12
M. da C. Tavares	1	2	0	1	0	6	10
Giambiagi	1	1	1	0	3	4	10
Celso Furtado	1	1	1	2	0	3	8
Carlos Lessa	0	0	0	1	0	3	4
P. P. Bastos e P. D. Fonseca	0	2	1	0	0	1	4
Pedro Cezar Dutra Fonseca	0	2	1	1	0	0	4
Outros	6	2	6	8	11	11	44
Total geral	10	10	12	14	16	34	96

Tabela 12 – Idade e referências de Economia Brasileira

AUTORES	(ATÉ 40)	(40-49)	(50-59)	(60 OU +)	NÃO RESPONDEU	TOTAL
Marcelo de Paiva Abreu	5	1	0	4	2	12
M. da C. Tavares	6	1	2	0	1	10
Giambiagi	3	3	2	1	1	10
Celso Furtado	5	0	1	1	1	8
Carlos Lessa	2	1	0	0	1	4
P. Bastos e P. Fonseca	1	0	2	1	0	4
Pedro C. Dutra Fonseca	2	0	2	0	0	4
Outros	19	6	6	10	3	44
Total geral	43	12	15	17	9	96

No caso da área de Economia Brasileira, deve-se considerar que este é ainda um campo aberto para a edificação de novas interpretações, afinal se trata de uma história em construção. Nos últimos anos o cenário é de crescente presença dos livros organizados por Marcelo de Paiva Abreu e Fábio Giambiagi, em detrimento às sínteses alinhadas às interpretações cepalinas presentes em Furtado, Tavares e Lessa. A vantagem dos livros organizados por Abreu e Giambiagi é o “tempo”, pois podem tratar dos períodos mais recentes que as obras clássicas já não alcançam mais.

Essa potencial disputa entre as duas escolas fica evidente na comparação presente na Tabela 10, quando são relacionadas as obras com o local do doutoramento: os professores formados na UNICAMP ainda estão mais presos aos autores tradicionais na formação daquela escola, isto é, Furtado, Tavares e Lessa, enquanto a USP, como outras faculdades, por outro lado, já teriam dado espaço significativo para as obras de Marcelo de Paiva Abreu e Fábio Giambiagi. São duas gerações de textos e autores, em que o sentido da história econômica na análise da realidade toma forma bastante distinta.

Partindo do exemplo do livro *A ordem do progresso*, coletânea formada, de maneira geral, por contribuições de professores da PUC-RJ com formações na pós-graduação no exterior, a perspectiva de história se distancia daquela leitura estrutural presente em autores de tradição cepalina. Como diz o organizador do livro na Introdução à primeira edição, os capítulos são voltados ao exame dos erros e acertos na condução das políticas econômicas, distanciando-se, dessa maneira, de uma perspectiva mais ampla e estrutural (Abreu, 1989, Introdução, 2014, p. xiii-xiv). Fundamentalmente foi essa uma marca das interpretações “neoestruturalistas” da PUC-RJ, que ascenderam ao debate econômico nacional com suas interpretações sobre a inflação. Apesar de consideravam as particularidades da inflação inercial brasileira, para os autores a realização de uma política econômica “certada” inseriria o país na dinâmica de qualquer outra economia internacional (Presser, 2007).

Isto é, a história torna-se muito mais um instrumento de exemplificação de políticas bem ou malsucedidas, em detrimento de uma história como instrumento de análise que pode apontar para as especificidades da estrutura econômica e social do país. Essa dicotomia de perspectivas sobre o sentido da Economia Brasileira acaba tendo consequências para

a prática econômica: para as contribuições contemporâneas, os preceitos universais da teoria econômica devem ser perseguidos na condução da política econômica nacional; para os trabalhos estruturalistas/cepalinos, a história impõe-se como condição fundamental para compreender as possibilidades e especificidades da política econômica nacional.

Finalmente, uma nova perspectiva parece emergir, liderada por contribuições como aquelas presentes na coletânea organizada por Pedro Paulo Z. Bastos e Pedro C. Dutra Fonseca (2012), em que a análise da Economia Brasileira vai além da sistematização da política econômica e dos indicadores de cada governo, mas, aproximando-se de uma história política, problematiza a construção dos projetos econômicos pelas disputas dos grupos políticos.

Considerações finais

A presente pesquisa buscou avaliar o perfil dos docentes e das disciplinas de história econômica existentes nos principais cursos de economia do país. Levantamos dados de cursos de graduação de economia das 43 Instituições de Ensino Superior do Brasil que possuíam programas de pós-graduação em economia. Além das informações oficiais existentes nos *sites* dessas instituições, a pesquisa buscou, por meio de questionários enviados via *e-mail*, dialogar com os docentes desses cursos que lecionavam na área de história econômica. Foram recebidos 54 questionários, de universidades de todo o Brasil, dos quais foi possível traçar algumas regularidades sobre o perfil dos cursos de história econômica oferecidos no país.

O quadro de professores da área tem demonstrado uma alteração profunda nas últimas duas décadas. Ao que parece, entre os anos 1990 e 2000 foi possível observar uma grande alteração dos professores responsáveis pelas disciplinas, tanto por conta da aposentadoria de docentes que teriam entrado logo após as reformas universitárias da década de 1970, como pela recente retomada da abertura de concursos nas universidades públicas, que ainda são a maioria das universidades com programas de pós-graduação em economia. Mas, afinal, essa alteração nos quadros universitários refletiu numa mudança significativa no perfil das disciplinas ministradas nas graduações?

Ao que parece, e como a pesquisa apresentou, a resposta deve ser negativa. A especificidade da área de história econômica, como uma típica *soft science*, reforça sua identidade com o necessário estudo dos autores clássicos como forma de compreensão dos debates historiográficos, inclusive os debates atuais. Isto é, a história econômica ainda é entendida como uma disciplina do tipo *soft science*, em que o contato com os problemas atuais é feito a partir da releitura dos textos clássicos, em oposição a uma concepção *hard science*, próximo do que se praticaria na física, por exemplo, que prescindiria do conhecimento detalhado da história da disciplina e da construção do seu conhecimento (Arida, 1996). Afinal, uma vez que qualquer contribuição relevante dos autores canônicos já estaria incorporada ao estado atual da teoria, criando uma dinâmica em que em que os novos estudos, os novos manuais e as novas descobertas precisam ser incorporados rapidamente ao conhecimento, passando do mundo da pesquisa para o mundo do ensino. Essas áreas, alinhadas ao modelo *hard science*, vivem intensamente um processo de “destruição criativa”, de absorção da fronteira do conhecimento, em que a inovação vai colocando novos padrões de conhecimento, tornando as teorias de décadas anteriores tanto desatualizadas, como mesmo obsoletas.

Quando nos voltamos aos estudos da história, entretanto, o caráter cumulativo do conhecimento e as sínteses do passado são os meios de compreensão das questões presentes em nossas pesquisas e em nossos problemas atuais. Assim, ainda que nas últimas décadas o conhecimento oriundo das novas pesquisas em história econômica tenha avançado substancialmente com o acesso facilitado aos documentos e a melhores condições de sistematização de dados, podemos considerar que são poucos os trabalhos que conseguiram propor novas sínteses para compreensão da evolução da economia. Talvez esse cenário de novas interpretações seja mais visível internacionalmente. Afinal, no que diz respeito aos estudos de História Econômica Geral, o reencontro da teoria econômica com a história nas duas últimas décadas trouxe interpretações fundamentadas em análises econométricas ou na teoria institucionalista, mas que tais teorias ainda são tímidas entre as disciplinas de graduação de história econômica. No que diz respeito aos estudos de História Econômica do Brasil, todavia, os estudos monográficos buscaram muito mais se contrapor às teses clássicas de Celso Furtado e Caio Prado Jr., mas sem conseguir sustentar uma teoria alternativa. Uma ressalva deve

ser feita: no que diz respeito aos temas de Economia Brasileira, especialmente voltados para atender a trajetória da economia nas últimas décadas, os textos mais recentes acabam assumindo papel logicamente mais relevante no ensino.

Ao que parece, no campo do ensino as mudanças são mais lentas. Essa necessidade de reconhecer a evolução do conhecimento exige que o espaço de formação dos alunos, desde o primeiro contato dos discentes com a área, seja um espaço de apropriação das principais linhas interpretativas e do acesso aos temas e problemas da história econômica. Nesse sentido, recuperar os autores clássicos é sempre um caminho para construir a evolução das questões que povoam os historiadores econômicos, de avaliação da trajetória do conhecimento num sentido de uma análise historiográfica.

Referências bibliográficas

- ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso*. Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso*. Dois séculos de política econômica no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- ARIDA, Pérsio. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. In: REGO, José Márcio (org.). *Retórica na economia*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- ARRUDA, José Jobson. Linhagens historiográficas contemporâneas: por uma nova síntese histórica. *Revista Amazonense de História*. Manaus, v. 1, n. 1, p. 11-30, 2002.
- BASTOS, Pedro Paulo Z.; FONSECA, Pedro César Dutra (orgs.). *A Era Vargas*. Desenvolvimento, economia e sociedade. São Paulo: EDUNESP, 2012.
- BIANCHI, Ana Maria. Sobre a matematização da economia. *Leituras de Economia Política*. Campinas, IE-UNICAMP, n. 21, p. 76, jul. 2013.
- BLAUG, Mark. *História do pensamento econômico*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989 (1962).
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES, n. 4, 2007. *Diário Oficial da União*. Brasília, 16 de julho de 2007.
- COATS, A. W. Economics as a profession. *The sociology and professionalization of economics*. British and American economic essays. V. 2. London: Routledge, 1993.
- ERBERELI JÚNIOR, Otávio. História econômica no Brasil (1951-1972): uma possibilidade de tratamento. IV CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÔMICA e VI ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA, 2012. Disponível em <http://cihe.fffch.usp.br/sites/cihe.fffch.usp.br/files/Otavio_Erbereli.pdf>. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.



- FOGEL, Robert. The reunification of economic history with the economic theory. *The American Economic Review*, v. 55, n. 1/2, 1965.
- FONTANA, Josep. O futuro de história econômica. *História Econômica & História de Empresas*, v. 17, n. 1, jun. 2014.
- HARTE, Negley. The Economic History Society, 1926–2001. In: HUDSON, Pat. *Living economic and social history*. Glasgow: Economic History Society, 2001.
- LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no governo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- MORGAN, Mary. *The history of econometric ideas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- MOTTA, José Flávio. Agonia ou robustez? Reflexões acerca da historiografia econômica brasileira. VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 2009, Campinas. *ANAIS DO VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA e 9ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS*. São Paulo: ABPHE, 2009.
- PINHO, Diva Benevides. O Departamento de Ciências Econômicas. In: CANABRAVA, Alice Piffer (coord.). *História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo: 1946–1981*. São Paulo, 1984.
- PRESSER, Mário. Ecletismo em dissenso: uma comparação das propostas dos neoes- tructuralistas da PUC-RJ e dos keynesianos da UNICAMP. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; COELHO, Francisco da Silva (orgs.). *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. As primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no Brasil. *História Econômica & História de Empresas*, v. 2, n. 2, jul. 2012.
- SAES, Flávio. A história econômica vista sob a perspectiva das revistas de economia. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, 1976.
- SAES, Flávio. Os rumos das pesquisas sobre a história econômica do Brasil. *Leituras de Economia Política*. Campinas, IE-UNICAMP, n. 21, jul. 2013.
- SAES, Flávio; SAES, Alexandre. *História econômica geral*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- SCHUMPETER, Joseph. *História da análise econômica*. Rio de Janeiro: Aliança para o Progresso, 1964 (1954).
- SOLOW, Robert. Economic history and economics. *The American Economic Review*, v. 75, n. 2, 1985. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/pdf/1805620.pdf?acceptTC=true>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2015.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. Sumário da historiografia econômica recente do Brasil republicano. *América Latina en la Historia Económica*. Norteamérica, 3, 1996.
- TEMIN, Peter. The rise and the fall of economic history at MIT. *Working Paper*. Cambridge, MIT, 13–11, 5 June, 2013.
- WHAPLES, Robert. Is economic history a neglected field of study?. *Historically Speaking*. Johns Hopkins University Press, v. 11, n. 2, 2010.





república rio-grandense: administração e sistema tributários em tempo de guerra (1836-1845)*

the rio-grandense republic: administration and tax system in the age of war (1836-1845)

Marcia Eckert Miranda**

Departamento de História, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, São Paulo, Brasil

RESUMO

Entre 1836 e 1845, foi criado o Estado Rio-Grandense, em parte do território da Província do Rio Grande do Sul. A guerra de independência dificultou a fixação do território e tornou urgente a arrecadação de recursos, fatos que condicionaram limites ao processo de criação e institucionalização das estruturas que deveriam compor o aparato administrativo e fiscal do novo Estado. Apesar da dispersão e destruição dos arquivos estatais, as fontes disponíveis permitem pensar sobre o Estado e a história tributária da República Rio-Grandense. Este texto tem por objetivo refletir sobre essas fontes documentais e analisar o sistema tributário planejado, buscando algumas pistas sobre o significado das receitas ordinárias na manutenção do Estado e da guerra e, ao mesmo tempo, compreender alguns aspectos sobre a fiscalidade em tempo de guerra.

Palavras-chave: Brasil. Fiscalidade. Revolução Farroupilha. História tributária. Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

Between 1836 and 1835, the *rio-grandense* state was created in part of the former territory of the province of Rio Grande do Sul. The independence war difficulted the territorial settlement and pressed for the extraction of resources, limiting the process of creation and institutionalization of the administrative and fiscal structures of the new state. In spite of the dispersion and destruction of the government archives, the available sources allow us to think about the state and the fiscal history of the Rio-Grandense Republic. This text aims to reflect on these documental sources and to analyze the planned tax system, looking for some clues about the meaning of the ordinary revenues in the maintenance of the state and the war. At the same time, it tries to understand some aspects about the taxation in age of the war.

Keywords: Brazil. Taxation. Farroupilha Revolution. Rio Grande do Sul.

* Submetido: 14 de outubro de 2015; aceito: 30 de novembro de 2015.

** Professora de História e Arquivos no Departamento de História da UNIFESP. Doutora em Economia Aplicada (UNICAMP). *E-mail:* mmiranda@unifesp.br

1. Fiscalidade e ruptura: a Província de São Pedro e o Império do Brasil

A província mais meridional do Brasil fora colonizada no processo conflituoso de delimitação de territórios entre as metrópoles ibéricas na bacia do Prata e, no início dos anos de 1830, as fronteiras ainda eram motivo de tensão entre o Império do Brasil e os países platinos. No Rio Grande de São Pedro, formou-se uma sociedade militarizada, na qual a participação em conflitos armados fazia parte do cotidiano. O controle dos recursos para a guerra e a capacidade de garantir vitórias forjaram uma relação específica entre os homens poderosos dessa região – estancieiros, charqueadores e comerciantes – e o Estado brasileiro. As diferentes estratégias utilizadas pelo Estado para extrair recursos da sociedade, tais como dinheiro, homens, cavalos e gado, deram origem a uma forma de interação específica entre guerra e fiscalidade (Miranda, 2009). Se, num primeiro momento, a manutenção da Província Cisplatina foi fator aglutinador de interesses, garantindo a adesão da elite sul-rio-grandense ao projeto político de Monarquia constitucional; a Guerra Cisplatina (1825-1828) e a independência do Estado Oriental do Uruguai (1828) constituíram-se em ponto de inflexão nas relações entre segmentos da elite da Província de São Pedro e o poder central no Rio de Janeiro. Nesse conflito, a questão da extração de recursos tornou-se ponto de divergência. A fiscalidade deixou de ser via de construção de alianças, passando a ser vista como instrumento de exploração. Dessa forma, no início da década de 1830, as relações entre o Estado brasileiro e a Província tornam-se conflitivas; divergências agravadas pela crise financeira do Império e pela necessidade de manutenção de paz na fronteira.

Ainda que a abdicação de D. Pedro I (1831) tivesse criado expectativas de mudanças, as reformas regenciais não foram capazes de construir novas e duradouras alianças. Ao lado de questões militares e da política da fronteira, a questão fiscal foi foco de disputas, fomentadora de descontentamento e catalisadora da ruptura política entre os setores dessa elite provincial e o governo central brasileiro. Esse descontentamento fora acirrado pelas mudanças institucionais implantadas pela Regência.

Os tributos arrecadados até o início dos anos de 1830 eram essencialmente aqueles herdados do passado colonial, caracterizados pela heterogeneidade. No caso da Província do Rio Grande do Sul, as re-

ceitas eram formadas pelos impostos de importação com alíquotas de 24%, 15% e 2%; sobre a exportação do charque; sobre o consumo de carne verde; sobre a propriedade de tabernas, botequins e veículos, além do quinto do couro e do gado em pé; da sisa dos bens de raiz; da meia sisa dos escravos ladinos; da décima dos prédios urbanos; da décima de heranças e legados e do subsídio literário (sobre o consumo de aguardente). Cobravam-se taxas de ancoragem, de guindastes e pontes; do papel selado; do Correio; dos donativos de ofícios da Justiça; pela passagem dos rios. Também faziam parte das receitas ordinárias aquelas provenientes do arrendamento dos próprios nacionais. Já as receitas extraordinárias apresentavam um grande peso nas contas provinciais devido à frequente mobilização militar. Estas eram formadas pelas remessas feitas pela Secretaria da Guerra, pelas letras sacadas sobre o Tesouro Nacional e pelas remessas de outras províncias para suprir despesas com suas tropas que se encontrassem em solo sul-rio-grandense (Miranda, 1998). Sem que houvesse a distinção entre a Fazenda Nacional e a Provincial, seguia-se com a prática da arrecadação dos tributos e da execução de despesas em cada província, sendo as sobras destinadas ao governo central. Este arrecadava essencialmente as receitas do Município Neutro (Rio de Janeiro) e aquelas geradas pela alfândega dessa cidade.

Em 1832, a Regência implementou a primeira reforma na área fiscal: a separação das competências tributárias entre o governo central e as províncias através da lei do orçamento de 24 de outubro. Essa divisão deu-se pela enumeração das fontes de receitas que passavam a ser arrecadadas exclusivamente pelo governo central, abrangendo aquelas de mais expressiva arrecadação e fácil fiscalização, ou seja, os impostos sobre o comércio externo. Assim, as províncias passaram a contar unicamente com as receitas não arroladas dentre as gerais, sem disporem do poder de legislar sobre elas (Castro, 1915). Ao mesmo tempo, foi transferida aos governos provinciais uma série de despesas com justiça, polícia, saúde, instrução pública, catequese de indígenas e colonização.

Essa divisão de competências colocava a elite da Província de São Pedro diante de novos limites. Dentre as receitas gerais, constavam os impostos incidentes sobre seus principais produtos: o imposto sobre a exportação de charque, o dízimo sobre o gado vacum e cavalos e os 20% sobre os couros exportados pela Província¹. Os rio-grandenses passaram

¹ Estima-se que, em 1822, o charque representava cerca de 51% do valor das exportações

a defender a supressão desses impostos ou, ao menos, que fossem reduzidos e transformados em receitas provinciais. Afirmavam que esses pleitos se justificavam pelo fato de a Província ter ficado responsável pela elevada dívida originada na Guerra da Cisplatina². No entanto, as várias representações encaminhadas à Corte não obtiveram respostas positivas.

Foi também a partir de 1832 que o Tesouro Nacional passou a efetuar sistematicamente saques sobre o cofre provincial, recursos destinados ao auxílio da Província de Santa Catarina e ao pagamento da dívida externa³. Nessa nova conjuntura, ao mesmo tempo em que as remessas do Tesouro cessaram, o governo central passava a apropriar-se da arrecadação de importantes fontes de receitas, além de absorver um valor fixo da arrecadação das receitas provinciais⁴. Essas mudanças tinham por objetivo viabilizar a concentração de recursos disponíveis ao governo central, necessidade potencializada pelo crescimento da dívida externa durante o Primeiro Reinado e pelas demandas decorrentes da organização do Estado.

Outra reforma importante desse período foi o Ato Adicional à Constituição de 1834, que criou as assembleias legislativas provinciais dotadas de competência para legislar sobre os tributos provinciais e municipais⁵. Mas essa autonomia legislativa acabou por internalizar o conflito. A primeira legislatura da Assembleia Provincial do Rio Grande de São Pedro de 1835 tornou-se o foco de antigos embates que assumiam novas formas, em que se confrontaram as autoridades provinciais e as

totais da então Capitania de São Pedro; em 1839, representava cerca de 47% (Silva Filho, 1922). Sobre a reforma fiscal da Regência, ver Castro (1915, v. 1, p. 224).

² 50ª Sessão do Conselho Geral de 17 de janeiro de 1833, Biblioteca da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (BALRS), *Atas do Conselho Geral da Província*, v. 3, fls. 137-138.

³ Sobre a repercussão do Aviso de 29 de novembro de 1832, ver 28ª Sessão do Conselho Geral da Província em 23/1/1834, 30ª Sessão do Conselho Geral da Província de 25/1/1834 e 37ª Sessão do Conselho Geral da Província em 4 de fevereiro de 1834 e BALRS, *Atas do Conselho Geral da Província*, tomo 3, fls. 41v-42v, 47-48, 63-64v.

⁴ Cabe observar que, no exercício de 1833-1834, as receitas provinciais foram de 166:860\$237, sendo as despesas de 132:959\$776. Considerando a apropriação do valor fixo de 20 contos de réis pelo governo central, restava à Província cerca de 13:900\$461 para o pagamento das dívidas decorrentes da Guerra de Cisplatina (Rio Grande do Sul, 1903).

⁵ Sobre o novo arranjo político decorrente do Ato Adicional de 1834, ver Dolhnikoff (2000).

autoridades locais e em que as divergências entre os setores da elite ganharam novas dimensões. Ao lado de disputas políticas na fronteira, o conflito em torno da distribuição do ônus dos tributos provinciais a serem criados aprofundou cisões entre setores de elite provincial, dividindo-a entre “legalistas” ou caramurus e os farroupilhas.

Em 1835, para o setor charqueador, o principal entrave para a recuperação econômica da Província era a concorrência do produto platino no mercado nacional. Reivindicavam a elevação da alíquota do imposto de importação do produto estrangeiro como medida necessária para revitalizar o setor produtivo rio-grandense⁶. Reivindicação essa que não encontrava eco na Corte.

Se a elevação da alíquota do imposto de importação do charque platino e a redução da alíquota sobre o sal importado, matéria-prima essencial da atividade charqueadora, estavam fora da alçada da Assembleia Provincial, restava aos charqueadores e comerciantes rio-grandenses pressionar o presidente e os deputados provinciais para que os novos tributos criados pela primeira legislatura não onerassem mais ainda produtos como charque, couros e sebo. A articulação desses setores da elite sul-rio-grandense com o presidente da Província fora vitoriosa na proposta de orçamento votado pela Assembleia, o qual delimitava as fontes de receitas provinciais em detrimento dos estancieiros.

A discussão e votação do orçamento abriram o embate entre facções, ajudando a delineá-las. O orçamento previa o aumento das despesas em relação ao ano financeiro anterior, gerando um déficit de cerca de 147 contos de réis. Deste, uma grande parcela tinha origem na destinação de 100 contos de réis para formação da força policial da Província (31% das despesas orçadas). Para fazer frente a esse déficit, foram criados provisoriamente quatro novos tributos, dentre os quais se destacava o imposto de 10 mil-réis sobre légua quadrada de campo⁷.

⁶ Segundo o deputado e estancieiro José Maria Rodrigues, enquanto os produtos rio-grandenses pagavam o dízimo, o quinto e outros direitos de exportação, elevando em 25% seu preço final, o produto oriental era tributado em apenas 4% (Sessão da Assembleia Legislativa em 29 de abril de 1835, BALRS, *Atas da Assembleia Legislativa da Província*, tomo 1, fls. 12v-13r.).

⁷ A Lei do Orçamento Provincial n. 4, de 27 de junho de 1835; além do imposto sobre légua de campo, foram criadas a taxa de 20% sobre a aguardente nacional de consumo, a taxa de \$050 réis sobre cada negociante que, vendendo a retalho, tivesse caixeiro estrangeiro e a taxa de \$050 réis sobre tavernas ou armazéns onde

Na Assembleia Legislativa com poderes deliberativos sobre o orçamento provincial, a maioria identificada com o presidente da Província encontrou a oportunidade para concretizar uma antiga reivindicação, ainda que fosse atingida apenas parcialmente (Costa Franco, 2006, p. 343-348). Sem poder desonerar o charque e outros produtos pecuários dos impostos controlados pelo governo central, a criação do imposto sobre légua de campo e os demais impostos arrolados entre as fontes de receitas provinciais desoneravam o setor charqueador, transferindo o ônus tributário integralmente sobre o consumo interno e a propriedade rural. Os estancieros da região da Campanha sofriam duas derrotas importantes. Suas propriedades passariam a ser taxadas, ainda que a alíquota fosse bastante baixa e o presidente da Província poderia, a partir da organização da polícia, dispor de uma Força Armada, sem relação com as milícias ou a Guarda Nacional, logo, fora da esfera de influência dos estancieros, tradicionais chefes militares nas campanhas do Sul.

O 20 de Setembro de 1835 marcou o início da ruptura, com a deposição do presidente da Província, Antônio Rodrigues Fernandes Braga. O distanciamento político entre uma facção da elite rio-grandense e o poder central que começou a ser construído no decorrer da Guerra da Cisplatina foi transformado em revolta em 1835 e consolidou-se como ruptura com a proclamação da República Rio-Grandense em 11 de setembro de 1836⁸. Um novo Estado começava a ser construído, assolado pela guerra prolongada e pelos limites relacionados ao conflito, à fronteira e à economia alicercada na pecuária. Construir um novo projeto de Estado envolvia repactuar as vias de extração de recursos com diferentes setores da sociedade⁹. Este texto tem por objetivo, a partir da reflexão sobre as fontes primárias disponíveis, analisar o sistema tributário implantado no Estado Rio-Grandense, buscando pistas sobre o

fossem vendidas a retalho bebidas espirituosas estrangeiras (Martins; Miranda, 2005, p. 261-264).

⁸ Como argumenta Leitman, os farrapos não eram revolucionários que buscavam subverter a ordem social, mas, ao contrário, “queriam reforçar as instituições da tradicional sociedade rio-grandense” (Leitman, 1979, p. 23); a Revolução era em grande medida uma tentativa de reverter mudanças que ameaçavam sua autonomia política e militar, opondo-se a um processo de construção do Estado que reduzia seus poderes.

⁹ Sobre a importância da questão fiscal e mais precisamente da questão tributária na construção dos estados nacionais na região platina, ver Garavaglia (2011).

significado das receitas ordinárias na manutenção do Estado e da guerra e, ao mesmo tempo, compreender alguns aspectos sobre a fiscalidade em tempo de guerra.

2. Arquivos em tempo de guerra: fontes sobre a República Rio-Grandense

A análise das origens dos recursos fiscais e extrafiscais para o sustento do Estado e da guerra coloca como condição o acesso a fontes específicas: os arquivos do Estado Rio-Grandense¹⁰. Esse conjunto de documentos produzidos e acumulados pelas diferentes estruturas e instâncias do governo republicano guardava a memória dos seus atos, constituindo-se a fonte primeira para a pesquisa de inúmeros aspectos de sua existência¹¹; no entanto, a trajetória, a sobrevivência e a preservação da organicidade¹² desses conjuntos documentais são questões raramente questionadas ou problematizadas pelos historiadores.

A guerra que se estendeu por dez anos (1835–1845) foi de movimento, sendo a cavalaria a principal arma no combate; daí o conflito marcado por avanços e recuos, rápidas investidas, saques e destruição de tudo que não pudesse ser levado (Guazzelli, 2013). A dinâmica dos combates tornou impossível a estabilização do território da República, impondo diversas mudanças da sua capital¹³.

Foram vários os fatores que contribuíram para a destruição e dispersão de partes dos arquivos do Estado republicano. Como sugere Arce (2011),

¹⁰ A criação de um novo Estado obrigou à criação das estruturas mínimas necessárias ao funcionamento do novo governo. Se essa tarefa já era razoavelmente grande, maiores eram as dificuldades enfrentadas devido à guerra contra o Império do Brasil. A criação e organização de ministérios (Interior, Fazenda, Guerra, Marinha, Justiça e Estrangeiros), a promulgação de decretos que normatizassem do policiamento à arrecadação de impostos foram tarefas importantes, mas que ficaram subordinadas às imposições do conflito militar.

¹¹ Ver Arquivo Nacional (2005, p. 27).

¹² Organicidade: “relação natural entre documentos de um arquivo (1) em decorrência das atividades da entidade produtora” (Arquivo Nacional, 2005, p. 2).

¹³ Piratini, entre 10 de novembro de 1836 e 14 de fevereiro de 1839; Caçapava do Sul, entre 14 de fevereiro de 1839 e 22 de março de 1840; e Alegrete, de 22 de março de 1840 ao fim do conflito em 1845.



esses arquivos devem ter sido dispersos em repartições, carretas, acampamentos, casas particulares, ou mesmo destruídos pelos legalistas ou pelos próprios farrapos, para impedir que os inimigos se apossassem desses documentos. Vários episódios e relatos das autoridades farrapas permitem dimensionar as dificuldades enfrentadas e as perdas sofridas¹⁴.

Em 1859, preocupado com a perda da memória farrapa sobre o conflito e com as versões legalistas, Domingos José de Almeida propôs-se a escrever “o histórico desse drama importante”¹⁵. Para a execução desse projeto, um dos principais obstáculos era justamente a perda dos arquivos do Estado Rio-Grandense. Segundo Almeida, sabia-se que, em 1843, diante do avanço de Caxias, os arquivos das diversas secretarias da República, a livraria do Gabinete de Leitura e a tipografia haviam sido ocultados. Ainda que não houvesse notícias de terem sido confiscados e/ou destruídos pelo inimigo, o destino deles era incerto¹⁶.

Por considerar perdidos o Arquivo do Governo e o da Comandância do Exército¹⁷, mas buscando evidências para subsidiar a história da

¹⁴ Em 21 de março de 1840, as tropas do brigadeiro Bonifácio Calderon invadiram Caçapava do Sul, então capital do Estado Rio-Grandense. Diante da aproximação do inimigo, alguns bens e os arquivos do Tesouro e da Contadoria foram guardados em dois caixões e escondidos na Igreja Matriz (Correspondência de Domingos José de Almeida, secretário dos Negócios da Fazenda, a Rossetti, datada de Caçapava em 1º/4/1840, CV 1.436, AHRS, v. 3, 1978, p. 373). Ao serem encontrados pelos legalistas, os bens foram apropriados pelo inimigo e os documentos, incendiados (Circular da Secretaria do Interior, Domingos José de Almeida, ministro interino, datada de Caçapava em 4/4/1840, CV 374, AHRS, v. 2, 1978, p. 285-287; Ofício de José Gonçalves Lopes Ferrugem, datado de Caçapava em 31/3/1840, a Manoel Martins da Silveira Lemos, inspetor-geral do Tesouro, *O Povo*, p. 2-3, 5/4/1840; Ofício de Manoel Martins da Silveira Lemos, inspetor-geral do Tesouro, datado de Caçapava em 8/4/1840, a Lucio Jaime de Figueiredo, coletor da capital, *O Povo*, p. 4, 11/4/1840).

¹⁵ Correspondência de Domingos José de Almeida a Manuel Vaz Ferreira, datada de Pelotas em 8/10/1860 (CV 746, AHRS, v. 3, 1978, p. 197-198).

¹⁶ Correspondência de Domingos José de Almeida ao presidente da Província, o conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, datada de Pelotas em 7/12/1859 (CV 688, AHRS, v. 3, 1978, p. 156); Correspondência de Domingos José de Almeida a Ismael Soares da Silva [também a Tristão Francisco de Gusmão, Jeremias Cardoso Osório, Laurentino Bueno de Oliveira, Francisco Rodrigues Luís, coronel Antônio de Oliveira Nico], datada de 4/10/1860 (CV 745, AHRS, v. 3, 1978, p. 196-197).

¹⁷ Minuta de carta de Domingos José de Almeida ao coronel João Antônio da Silveira, datada de Pelotas em 13/10/1859 (CV 680, AHRS, v. 3, 1978, p. 149, apud Arce, 2011, fl. 24).



Revolução, o ex-secretário dos Negócios da Fazenda da República buscou o apoio de antigos correligionários e publicou um chamado no seu jornal, *O Brado do Sul*, solicitando aos leitores a doação de documentos e de depoimentos¹⁸.

Mesmo que o projeto de Almeida não tenha sido concluído, a união do seu arquivo pessoal aos diversos documentos recebidos em doação constituiu uma grande coleção, formada inclusive por um expressivo número de documentos dos arquivos do Estado Rio-Grandense¹⁹. A Coleção Varela (CV) formada por documentos da coleção de Domingos José de Almeida e por aqueles incorporados por Alfredo Varela²⁰ é um dos mais amplos conjuntos de fontes primárias sobre o Estado Rio-Grandense. Cabe observar, como bem salientou Arce (2011), que esse conjunto documental é uma coleção artificial, pois suas unidades têm diferentes origens e relacionam-se a atos anteriores à sua formação. No entanto, dentre esses documentos, há muitos que eram documentos arquivísticos²¹.

No caso desses documentos, eles possivelmente foram reunidos por Almeida; mas há outros, como cerca de 500 documentos designados Administração da Fazenda (1840 a 1844), que, segundo o Catálogo do Museu Júlio de Castilhos, faziam parte do conjunto incorporado por Alfredo Varela²². Esse conjunto é obviamente formado por documentos originários dos arquivos das coletorias, da Contadoria e do Ministério da Fazenda da República Rio-Grandense.

¹⁸ Carta de Domingos José de Almeida a João Antônio Simplício e outros, datada de Pelotas, 6/10/1859 (CV 754, AHRS, v. 3, 1979, p. 144-145). O mesmo documento é citado por Arce (2011, p. 27), que analisa as motivações de Domingos José de Almeida, os obstáculos e a oposição por ele enfrentados.

¹⁹ A história arquivística dessa coleção, passando das mãos dos herdeiros de Domingos José de Almeida às do historiador Alfredo Varela até a sua doação ao Museu Júlio de Castilhos, em 1936, foi objeto de profundo estudo por Ana Arce (2011). A coleção passou a integrar a seção histórica do Arquivo Público, instituição vinculada ao Museu Júlio de Castilhos (Arce, 2011, p. 62-63).

²⁰ A parte correspondente à coleção iniciada por Domingos José de Almeida aparece no Catálogo do Arquivo Varela de 1936, do Museu Júlio de Castilhos, como Coleção Abrilina, certamente em referência ao nome da filha de Almeida, possivelmente a última depositária da família desse conjunto documental. Ver Arce, 2011, fls. 43-45, 102.

²¹ Sobre as características dos documentos arquivísticos que os distinguem daqueles das coleções, ver Rondinelli (2013).

²² Ver Catálogo do Arquivo Varela de 1936 em Arce (2011, fls. 101-108).

Também custodiada pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, a Coleção Ferreira Rodrigues contém muitos documentos provenientes dos arquivos da República (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1985). Dentre estes, está o registro geral do Tesouro da República Rio-Grandense²³, que traz os lançamentos do 1º Livro de Receita do Tesouro, os ofícios emitidos pelo inspetor do Tesouro Nacional aos coletores e a autoridades militares, as portarias do Ministério da Fazenda e os editais diversos registrados entre maio de 1837 e fevereiro de 1838. No entanto, a história custodial ou arquivística dessa coleção, que permita conhecer as vias pelas quais esses documentos foram incorporados, ainda está por ser escrita.

Outra importante fonte para compreender a estrutura e o funcionamento do Estado Rio-Grandense e sua administração fazendária em particular é formada pelo arquivo impresso do Estado Rio-Grandense (Soares, 1976), ou seja, por informações (decretos, ofícios e circulares) divulgadas pelos jornais oficiais farrapos: *O Povo*, publicado entre 1º de setembro de 1838 e 23 de maio de 1840, em Piratini e Caçapava; *O Americano*, publicado de 24 de setembro de 1842 a 1º de março de 1843, em Alegrete; e *Estrella do Sul*, publicado em março de 1843, em Alegrete (Laytano, 1983, p. 21). A maior parte dos exemplares desses jornais hoje disponível faz parte do acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa e foi desmembrada no início dos anos 1970 das coleções Ferreira Rodrigues (FR) e Alfredo Varela (CV).

Dessa forma, a sistematização de informações sobre a estrutura e a administração fazendária é facilitada pela existência desses documentos transcritos nos periódicos farrapos; no entanto, dada a destruição de parte dos arquivos do Estado Rio-Grandense, a dispersão e a fragmentação dos conjuntos remanescentes, as informações relativas à arrecadação de tributos e sobre as fontes não tributárias são mais raras, dificultando a sistematização de dados sobre a administração tributária para a totalidade do período.

²³ AHRs, Coleção FR 16. Transcrição publicada sob o título “Apontamentos para a história da Revolução de 1835-1845 – Registro do Thezouro da Republica Rio-Grandense (1837)”, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, p. 66-135, I e II trimestres, 1929.

3. Fontes de recursos da República Rio-Grandense

Apesar das informações dispersas e fragmentadas, é possível, com as fontes disponíveis, conhecer a composição das fontes de recursos do Estado Rio-Grandense, avaliando sua importância. A necessidade de recursos fez com que essa questão fosse foco de intensa atenção por parte do governo republicano. Segundo Dante Laytano, esta “talvez fôsse mesmo a única matéria em que se tivesse legislado com tanta unidade, pelo menos, com tanta abundância” (Laytano, 1983, p. 134).

Em tempo de guerra, havia pelo menos seis mecanismos não tributários de extração de recursos: o botim, o corso, o sequestro dos bens dos inimigos, os empréstimos, as doações voluntárias e as requisições.

O botim e o corso forneciam produtos diversos, tais como mercadorias, armamentos, cavalos e munição, os quais eram destinados ao abastecimento das tropas. Pelo Decreto de 1º/9/1838, e observando o Alvará de 12 de Novembro de 1836, a República facultou a seus cidadãos e a estrangeiros a armarem corsários e os autorizava a “fazerem a Guerra tanto no Mar largo, como nas Lagoas dos Patos e Merim, e rios confluente dentro deste Estado”²⁴. Por outro decreto da mesma data, o governo republicano obrigava-se a indenizar os corsários de possíveis perdas decorrentes de incêndios, de tomadas em combates com embarcações do Império ou perdas decorrentes de diligências determinadas por comandantes das Forças Navais republicanas²⁵. Segundo Abreu (1936), antes mesmo da publicação desses decretos, a República já havia expedido seis cartas de corso. Dentre estas, estava a carta de corso passada a Guiseppe Garibaldi, datada de abril de 1837, autorizando-o a “cruzar para todos os mares e rios onde trafegam barcos de guerra ou comércio do governo do Brasil, podendo apropriar-se deles e toma-los pela força de suas armas [...]” (Guazzelli, 2013, p. 108). Apesar da emissão dessas cartas e da ação de corsários, a falta de um porto marítimo, o fracasso da República Juliana e a ação da Marinha Imperial impossibilitaram o êxito dessas ações²⁶.

²⁴ *O Povo*, p. 1, 24/10/1838. Ver também CV 285 (AHRs, v. 2, 1978, p. 229-230).

²⁵ *O Povo*, p. 1, 29/9/1838. Ver também CV 285 (AHRs, v. 2, 1978, p. 229-230).

²⁶ Sobre as ações dos corsários na Revolução, ver Guazzelli (2013).

Já em 1835, o governo determinou o sequestro e a arrematação em hasta pública dos bens dos inimigos do Estado, ou seja, dos “súditos do Governo do Brasil”. Eram passíveis de sequestro as mercadorias existentes nas alfândegas, povoações e casas particulares ou em poder de cidadãos da República, prédios rústicos e urbanos, gado vacum, cavalariagem e muar, escravos, móveis, embarcações, sendo esses recursos apropriados pelo Tesouro Nacional²⁷. No ano seguinte, passavam também a ser passíveis de sequestro os bens de rio-grandenses que, residentes no Estado Oriental, não se apresentassem ao governo republicano num prazo de 60 dias²⁸. Em 15 de abril de 1839, um novo decreto ampliava o poder de sequestro do Estado. Passaram a ser considerados estrangeiros e seus bens passíveis de sequestro: “os Cidadãos Rio-Grandenses, que possuindo Herdades ou Terras nos Estados vizinhos, não concorrerem daqui por diante com a respectiva quota monetária que lhe for imposta, para subvenção das enormes despesas Publicas da Patria”. Também seriam sequestradas as propriedades daqueles que, possuindo bens de raiz no estrangeiro, “fugirão para os mesmos Estados com o único fim de negarem os seus serviços á Patria”²⁹.

Competia aos chefes de Polícia o levantamento das propriedades dos inimigos, informando quais eram os proprietários do distrito que aderiram ao Império, se suas esposas e seus filhos mantiveram-se na administração da propriedade, a extensão, os prédios, as fábricas, o número de animais vacuns, cavalares e ovelhuns, o número de escravos, a idade deles, o sexo e os ofícios, além da estimativa dos respectivos valores³⁰. Os bens sequestrados, especialmente os sítios e as estâncias, eram arrendados ou vendidos através de leilões públicos, revertendo os valores ao Tesouro Nacional. No entanto, ao longo dos anos, pelos menos em duas ocasiões foram concedidos indultos àqueles que, voltando ao território republicano, jurassem fidelidade ao novo Estado³¹.

²⁷ Decreto de 11/11/1835 (cf. Decreto de 28/12/1838, *O Povo*, p. 2-3, 2/1/1839; *O Povo*, p. 2, 5/5/1839) e Decreto de 11/11/1836 (*O Povo*, p. 1, 27/10/1838).

²⁸ Decreto de 5/4/1837 (*O Povo*, p. 2, 27/10/1838), Decreto de 15/4/1839 (*O Povo*, p. 2, 17/4/1839).

²⁹ Decreto de 15/4/1839 (*O Povo*, p. 2, 17/4/1839; Suplemento, fev. 1840).

³⁰ Ofício de Domingos José de Almeida, ministro da Fazenda, de 5 de abril de 1838 (CV 238, AHRS, v. 2, 1978, p. 204-205). Sobre o sequestro de bens, ver Flores (2002).

³¹ Decreto de 28/12/1838 (*O Povo*, p. 2-3, 2/1/1839).



O sequestro de bens, especialmente gado e cavalos, era uma importante fonte de receitas. Como argumenta Guazzelli, o gado e o couro eram os principais meios de troca utilizados nas transações da República, fosse para pagar importações de armas, munição e outras mercadorias através de Montevideú, fosse para saldar suas dívidas para com diversos fornecedores em território republicano (Guazzelli, 2013; Flores, 2002).

Já os cavalos eram destinados à remonta das tropas, item essencial em uma guerra cuja principal arma era a cavalaria. A elevada demanda por esses animais, a sua escassez decorrente da guerra prolongada e a consequente elevação dos seus preços tornavam o confisco aos inimigos uma importante via de abastecimento para o Exército (Guazzelli, 2013).

A busca de recursos através de empréstimos externos e internos foi iniciada já em 1837. Previa-se o pagamento de 1,5% ao mês de juros e dava-se como garantia os rendimentos do Estado e os próprios nacionais³². Ao lado do empréstimo externo e com as mesmas condições de resgate, as subscrições³³ buscavam recursos com a população, através da venda de ações ao preço de um mil-réis cada, a serem resgatadas no prazo de três anos³⁴. As doações voluntárias³⁵ eram uma antiga estratégia, buscadas sucessivamente pelo governo em todo o território³⁶.

Já as requisições feitas pelos comandantes militares, se, por um lado, supriam as tropas dos recursos necessários, como cavalos, gado e alimentos, por outro, promoviam a proliferação descontrolada de vales e de

³² Decreto de 29/5/1837 (*O Povo*, p. 2, 29/9/1838). Edital de 6/11/1837 (Apontamentos, 1929, p. 1.119).

³³ Decreto de 10/11/1836 (cf. Ofício de Francisco Moreira da Silva Verde, inspetor do Tesouro Nacional, a Domingos José de Almeida, ministro e secretário de Estado da Fazenda, datado de Piratini em 19/9/1837 (Apontamentos, 1929, p. 102).

³⁴ Ofício de Inácio José de Oliveira Guimarães a Domingos José de Almeida, ministro da Fazenda, datado de 12/1/1837 (CV 227, AHRS, v. 2, 1978); Subscrição com que gratuitamente concorrem os moradores do distrito do **Boqueirão** para as exigências da presente luta da nossa Independência, sendo por ações mensalmente, e estas não menos cada uma de um mil rs., tendo princípio no 1º de outubro de 1837 e pelo prazo de três anos (CV 5.136/A, AHRS, v. 9, 1985, p. 233-234).

³⁵ Ofício de Duarte Silveira Gomes a Domingos José de Almeida, ministro da Fazenda, datado de Caçapava em 4/9/1839 (*O Povo*, p. 2-3, 11/9/1839).

³⁶ Ofício de Domingos José de Almeida a Inácio José de Oliveira Guimarães, datado de Piratini em 14/9/1837 (CV 226, AHRS, v. 2, 1978, p. 195-196); Subscrição com que gratuitamente concorrem os moradores do distrito do **Boqueirão**... (CV 5.136/A, AHRS, v. 9, 1985, p. 233-234).



notas da dívida da República³⁷. Esses documentos informais deveriam estar espalhados pelo território, levando, em 1838, o Estado a reconhecer como suas todas as despesas “da independência política da República Rio-grandense desde 20 de setembro de 1835”³⁸. No entanto, diante da escassez de recursos, essa estratégia continuava a ser largamente utilizada, tendo inclusive o governo autorizado a comandantes e empregados a

[...] lançar mão de todos os recursos, que necessita o Exército quando seja negados por quem os tenha, atendendo sempre aos haveres, e fortuna de cada um, e fazendo passar previamente, em todo o caso, documento em forma aos proprietários, de quem os houver, para serem indenizados em tempo oportuno [...]³⁹.

Ao mesmo tempo, procurava-se estabelecer regras a serem observadas para aqueles que, em nome do governo, realizassem confiscos e, se possível, estabelecer algum controle sobre as arbitrariedades e sobre o crescimento dessa modalidade da dívida pública⁴⁰.

No entanto, essas eram fontes eventuais, características de tempos de guerra. Para o sustento do Estado, as receitas patrimoniais e tributárias deveriam ser as principais fontes de recursos. Receitas patrimoniais eram aquelas decorrentes do arrendamento dos próprios do Estado, tais como o “Rincão de Saicã, o de El Rei, em Rio Pardo; o Campo de Bojuru, o da Condessa do Real Agrado, em Jaguarão; as fazendas dos extintos jesuítas em Missões; e todos os terrenos devolutos” ainda existentes. Também incluíam aquelas produzidas pelas “fábricas do Estado”⁴¹. Essas “fábricas” eram estabelecimentos fabris e agrícolas que utilizavam mão de obra escrava, mantidos principalmente com o objetivo de produzir recursos para as tropas, mas também, como no caso dos couros, para serem comercializados com o exterior⁴². Eram eles a Fábrica do Curtume

³⁷ Decreto de 9/4/1838 (*O Povo*, p. 1-2, 3/10/1838), Decreto de 14/8/1838 (CV 2.846, AHRs, v. 5, 1981, p. 85), Decreto de 24/1/1843 e Decreto de 13/2/1843 (*O Americano*, p. 2-3, 1º/3/1843).

³⁸ Decreto de 9/4/1838 (*O Povo*, p. 1, 3/10/1838).

³⁹ Artigo 1º, § 4º, do Decreto de 24/1/1843 (*O Americano*, p. 1, 1º/2/1843).

⁴⁰ Decreto de 9/4/1838 (*O Povo*, p. 1-2, 3/10/1838).

⁴¹ Conforme o Decreto de 29/5/1837 (*O Povo*, p. 2, 29/9/1838).

⁴² Aviso do Ministério da Fazenda ao general-comandante em chefe do Exército Antonio Netto, datado de 5/2/1843 (*O Americano*, p. 3, 8/2/1843).

Nacional⁴³, a fábrica de fumo⁴⁴, a fábrica de carretas⁴⁵, a fábrica de lombilhos⁴⁶ e duas fábricas de erva-mate⁴⁷ (Flores, 2002). Outra fonte de recursos era a “coureação” do gado apreendido aos inimigos ou objeto de descaminho, sendo o produto exportado em nome do Estado⁴⁸.

Já as fontes tributárias eram de vital importância, tendo em vista o papel que a definição de fatos geradores dos impostos e da divisão da carga tributária teve no acirramento das tensões na primeira metade da década de 1830. Mesmo assim, proclamada a Independência do Estado Rio-Grandense, continuaram em vigor as leis, os decretos e avisos do Império do Brasil (Araripe, 1986, p. 46–47), muito provavelmente também o foram os tributos e a administração tributária preexistentes.

Na legislação sobre os tributos, estabeleceu-se desde o início uma condição privilegiada para os estados platinos, cujo comércio e cooperação eram requisitos para a sobrevivência da República Rio-Grandense e para o sustento da guerra (Guazzelli, 2013). O primeiro esboço de sistema tributário provavelmente fora estipulado pelo Decreto de 30/3/1837⁴⁹.

⁴³ Ofício de José da Silva Brandão, ministro da Guerra e da Marinha, datado de Piratini em 27/8/1838, a Inácio José de Oliveira Guimarães, chefe do Departamento do Boqueirão (CV 2.848, AHRS, v. 5, 1981, p. 107-108).

⁴⁴ Ofício de Domingo José de Almeida, datado de Caçapava, 6/6/1839, ao chefe-geral de Polícia do Boqueirão ordenando (CV 311, AHRS, v. 2, 1978, p. 244), Correspondência de Domingo José de Almeida ao coronel José Luiz de Andrade, datada de 6/6/1839 (CV 1.218, AHRS, v. 3, 1978, p. 317), Circular de Domingo José de Almeida ao major Antonio Simões Pires e outros, datada de 6/6/1839 (CV 1.219, AHRS, v. 3, 1978, p. 317-318).

⁴⁵ Correspondência de Domingo José de Almeida ao inspetor-geral interino do Tesouro, datada de 8/6/1839 (CV 1.237, AHRS, v. 3, 1978, p. 321).

⁴⁶ Ofício de Domingo José de Almeida a Inácio José de Oliveira Guimarães, chefe-geral de Polícia do Departamento do Boqueirão, datado de Caçapava, 28/12/1839 (CV 357, AHRS, v. 2, 1978, p. 275).

⁴⁷ Uma fábrica foi estabelecida em Taquari e outra em Dores. Ofício do ministro da Fazenda ao general Bento Manuel Ribeiro, datado em 1º/10/1838 (*O Povo*, p. 3, 17/10/1838), Ofícios do ministro da Fazenda a João Xavier de Azambuja de 1º/10/1838 e a João Evangelista de Faria de 1º/10/1838 (*O Povo*, p. 1, 20/10/1838).

⁴⁸ Circular do Ministério da Fazenda de 5/10/1838 (*O Povo*, p. 2, 10/10/1838); Ofício de Antônio Vicente da Fontoura, ministro da Fazenda, ao general Silveira datado de Bagé, em 20/1/1842 (CV 4.553, AHRS, v. 8, 1984, p. 253-254).

⁴⁹ Há várias referências ao Decreto de 30/3/1837, no entanto, não foi possível localizá-lo nas fontes primárias consultadas (cf. Ofício de Francisco Moreira da Silva Verde, inspetor do Tesouro Nacional, a Manoel Lourenço do Nascimento, coletor de Alegrete, datado de Piratini, 6/7/1837. Apontamentos, 1929, p. 76-78).

Sabe-se que entre outros tributos, foi esse decreto que determinou a cobrança de 15% *ad valorem* sobre a exportação por cabeça de gado de corte e, provavelmente, também a cobrança de \$400 réis pela arroba de charque exportada⁵⁰.

Mas foi através do Decreto de 14 de agosto de 1838, que regulamentou a criação e o funcionamento das coletorias, que o Estado estruturou sua administração fiscal e definiu os impostos a serem arrecadados. Havia diversos tributos sobre a propriedade, o consumo e a circulação de mercadorias e pessoas, além de várias taxas sobre serviços, conforme a lista abaixo⁵¹:

1. Sisa dos bens de raiz (10%)
2. Meia sisa sobre a venda ou doação de escravos e de embarcações (5%)
3. Décima sobre casas de vilas e cidades (10% sobre o valor do aluguel)
4. Décima de legados, heranças e doações de bens de raiz (10%)
5. Sobre pipa de aguardente de consumo (20% + Subsídio Literário de 1\$600)
6. Por carruagem ou sege de quatro rodas (12\$800 a.a.), por sege de duas rodas (10\$000 a.a.)
7. Por loja, armazém ou sobrado que venda gêneros secos ou molhados, ferragens, louças, vidros; por loja de ourives, lapidários, correeiros, funileiros, latoeiros, caldeiros, boticários, livreiros, botequins ou tabernas (12\$800 a.a.)
8. Por arroba de fumo em corda (10% + \$400)
9. Por escravo que em cidade ou vila exceda ao número de 2, sendo solteiro, e de 4 sendo casado (2\$000)
10. Pela passagem de pessoas pelos passos rematados pela Fazenda Pública (\$040 por pessoa)
11. Pela passagem [por rios e passos] de animais, exceto cães (\$010), pela passagem de animais a reboque (\$080)
12. Por carreta destinada a mascatear porta em porta (6\$400 a.a.)
13. Carne verde, vendida em talho público (\$005 por libra)

⁵⁰ Ofício de José da Silva Brandão a Domingos José da Almeida, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Interior e da Guerra, datado de Capão Alto em 23/8/1837 (CV 2.785, AHRS, v. 5, 1981, p. 15-17).

⁵¹ Decreto de 14/8/1838 (CV 2.846-2.847, AHRS, v. 5, 1981, p. 85-107).

14. Casas de negócio com caixeiros estrangeiros, boticas e casas que vendem por atacado gêneros secos ou molhados (200\$000 a.a.)
15. Casas em que se venderem a retalho fazendas secas (100\$000)
16. Tabernas, botequins ou confeitarias onde se venda a retalho (20\$000)
17. Imposto do selo sobre livros de bom ou mau papel, recibos, papéis forenses, etc.
18. Novos e velhos direitos (sobre cartas de cidadania, de medicina, de cirurgia, de farmácia, de juiz, etc., sobre alvarás e provimentos)⁵².

A esses, somavam-se os impostos sobre o comércio externo. Um dos primeiros impostos sobre os quais o Estado legislou foi o de importação. Justificando a necessidade de manter aberta uma importante via de abastecimento a partir do Prata, em 11/9/1837, havia sido decretada a isenção para todos os gêneros importados do Estado Oriental, Entre Rios e Corrientes⁵³. O Porto de Montevideú tornou-se já no início da revolução a principal via de escoamento dos produtos da República e de abastecimento de armas, munição e outras mercadorias essenciais para a manutenção das tropas. Ao mesmo tempo, o Estado Oriental e Corrientes eram fornecedores estratégicos de cavalos, mercadoria essencial para a guerra (Guazzelli, 2013). Por isso, as relações entre os republicanos rio-grandenses e os caudilhos orientais e de algumas províncias argentinas foram permeadas pelos interesses políticos em cada região; no caso da República, não objetivam apenas o controle da fronteira, mas também era a forma de viabilizar a guerra, a vida econômica e a manutenção da autonomia política⁵⁴.

Mesmo assim, a necessidade de recursos deve ter ditado a necessidade de alteração de algumas alíquotas, pois, em abril de 1838, foi estabelecida

⁵² Tabela 2 – Tabela dos direitos que provisoriamente se hã de arrecadar pelas coletorias e repartições fiscais do Estado – Regulamento das coletorias do Estado (CV 2.847, AHRS, v. 5, 1981, p. 95-99).

⁵³ Decreto de 11/9/1837 (cf. Decreto de 4/4/1838, *O Povo*, p. 1, 20/10/1838).

⁵⁴ Interesses semelhantes que eram fomentados pelos caudilhos orientais e argentinos. Segundo Barrera, o Tratado de Cangue (21/8/1838) entre a República Rio-Grandense e Frutuoso Riveira, que previa o apoio militar mútuo contra os respectivos inimigos e o fornecimento de armamentos, munição e cavalos, “no hacía sino poner por escrito y fortalecer unas fidelidades y circuitos de intercambio de recursos bélicos que ya funcionaban intensamente desde que el ‘Ejército Constitucional’ lograra controlar el espacio fronterizo y las villas del norte del Estado Oriental, limítrofes con el Brasil” (Barrera, 2013, p. 85).

uma alíquota de 10% *ad valorem* sobre os gêneros importados do Estado Oriental, Entre Rios e Corrientes⁵⁵, e a alíquota de \$400 réis por cabeça o gado de corte⁵⁶. Ficavam isentos os artigos bélicos, moeda estrangeira de ouro ou prata, livros e impressos, objetos de uso de agentes diplomáticos, roupas de uso, máquinas e demais gêneros de consumo para o Exército e Armada.

Eram sujeitos ao imposto de exportação todos os produtos destinados ao estrangeiro, sendo isentos somente os gêneros exportados pelo Estado e a erva-mate exportada para o Estado Oriental, Corrientes, Entre Rios e Buenos Aires. Em março de 1839, essa isenção foi revogada, passando a incidir \$160 réis por arroba de erva-mate⁵⁷. Assim, cobrava-se como imposto de exportação:

\$960 por rês de criar, rês de corte, besta muar, burro hechor
15% *ad valorem* + 8\$000 por cavalo
15% *ad valorem* + 3\$200 por cavalo redomão ou potra
15% *ad valorem* + 1\$680 por égua
15% *ad valorem* + \$320 por couro de novilho ou de boi
15% *ad valorem* + \$160 por couro de vaca
15% *ad valorem* + \$080 por arroba de erva-mate
\$080 por arroba de charque, sebo ou graxa
15% *ad valorem* + \$500) por arroba de cabelo
15% *ad valorem* + \$600 por cem chifres de novilho
15% *ad valorem* + \$300 por cem chifres de vaca⁵⁸.

Observa-se que sobre a exportação para o Estado Oriental, Entre Rios, Corrientes e Buenos Aires, excetuando-se a exportação de gado de corte e de erva-mate, havia a isenção da alíquota de 15% *ad valorem*; dessa forma os produtos exportados para outras províncias do Brasil e zonas da Província de São Pedro ocupadas pelo Exército imperial pagavam o dobro do valor do imposto que os produtos destinados aos estados platinos.

⁵⁵ Decreto de 4/4/1838 (*O Povo*, p. 1, 20/10/1838).

⁵⁶ Decreto de 28/3/1838 (cf. Tabela 5 do Decreto de 14/8/1838, CV 2.812, AHRs, v. 5, 1981, p. 37-39).

⁵⁷ Decreto de 20/3/1839 (*O Povo*, p. 2, 26/3/1839).

⁵⁸ Tabela 5 – Tabela dos direitos que provisoriamente se hão de arrecadar nas coletorias e repartições fiscais do Estado em gêneros exportados para o Império do Brasil e pontos ocupados pelas tropas imperiais (CV 2.847, AHRs, v. 5, 1981, p. 99-101).

É importante considerar que, durante a guerra, o comércio entre os territórios ocupados por farrapos e aqueles sob domínio imperial nunca foi suspenso. Além das dificuldades de repressão ao contrabando, a necessidade de importação de uma série de mercadorias através dos portos provinciais (Porto Alegre e Rio Grande) e a importância das charqueadas localizadas na região de Pelotas como mercado para o gado impuseram a mudança de postura do governo. Ainda que, em janeiro de 1838, estando Porto Alegre sitiada pelas forças republicanas, o governo tenha tentado sustar totalmente o comércio com aquela cidade⁵⁹, no ano seguinte decretou-se franco esse negócio, estabelecendo-se condições privilegiadas, já que “todos os generos quer exportados para a dita Cidade, e quer della importados para os portos e povoações do interior da Republica, pagarão sómente o direito de 10 p. % sobre sua avaliação”⁶⁰. Também em 1838, medida semelhante foi tomada em relação ao comércio com a cidade do Rio Grande, tornado franco para exportação do gado de corte rio-grandense e oriental. Esse gado deveria pagar como imposto de exportação o direito de \$960 réis em prata por cabeça e mais 15% *ad valorem*⁶¹. Um ano mais tarde, determinou-se que o gado de corte importado dos países platinos e exportado para a cidade do Rio Grande, assim como aquele de produção nacional, deveria pagar apenas \$080 réis por cabeça⁶².

Cabe comparar as alíquotas cobradas pela República com aquelas praticadas pela Província do Rio Grande de São Pedro. Ainda que a Lei do Orçamento Provincial de 1835 não trouxesse essa informação, comparando-se com aqueles definidos pela Lei do Orçamento Provincial n. 9, de 22 de novembro de 1837, é possível observar que a República Rio-Grandense manteve essencialmente os mesmos tributos arrecadados pela Província, mas praticando alíquotas mais elevadas. Enquanto o governo provincial estipulava alíquotas de \$080 réis por couro vacum, \$400 réis por cabeça de gado e \$060 réis por arroba de charque que saíssem dos seus portos, na República incidiam respec-

⁵⁹ Decreto de 10/1/1838 (*O Povo*, p. 1-2, 17/10/1838).

⁶⁰ Decreto de 21/3/1839 (*O Povo*, p. 2, 26/3/1839).

⁶¹ Decreto de 27/12/1838 (*O Povo*, p. 1, 27/11/1839).

⁶² Decreto de 7/12/1839 (*O Povo*, p. 1, 11/12/1839).

tivamente \$160 + 15% *ad valorem*, \$960 + 15% *ad valorem* e \$080 réis⁶³. Como explicar isso?

Deve-se considerar que a zona onde se localizavam as principais charqueadas da Província de São Pedro e os principais centros urbanos e comerciais se manteve a maior parte do tempo sob domínio das forças do Império, ficando o Estado Rio-Grandense com o controle da região da Campanha, ou seja, a região produtora de gado. Nesse caso, infere-se que a arrecadação do imposto sobre a exportação de charque não deveria ter uma participação expressiva nas receitas republicanas.

Por outro lado, a simples supressão da esfera de governo imperial deve ter representado a imediata redução da carga tributária sobre a pecuária e sobre o comércio, transferindo para o Estado Rio-Grandense o poder de tributar o comércio externo, facultando a construção de um sistema tributário que, mesmo onerando os produtos pecuários, privilegiava o comércio com os estados vizinhos e facilitava o acesso do gado rio-grandense àqueles mercados. No entanto, são necessários dados sobre a arrecadação da República para que essa hipótese seja testada.

A ausência de dados consolidados para todo o período, por coletoria e por tipo de tributo, é um entrave para a análise dessa questão. No jornal *O Povo*, são encontradas estimativas dos totais arrecadados pelas coletorias da República para os de 1839 e 1840. A partir dessas informações, é possível ver que as coletorias com as receitas mais expressivas eram aquelas localizadas nos municípios próximos à fronteira com os estados platinos, possivelmente devido ao recolhimento de impostos sobre o comércio externo.

Outra variável importante é a comparação da arrecadação da República com aquela da Província de São Pedro do Rio Grande. Observa-se que, no decorrer da guerra, o território foi inconstante, algo perceptível pela variação no número de coletorias arroladas em diferentes ocasiões nos documentos consultados. Os dados sobre a arrecadação do governo provincial também são incompletos, não havendo informações precisas sobre os totais arrecadados ou sobre os valores por tributo, por coletorias ou alfândegas. No entanto, comparando-se os

⁶³ A “tabela de direitos” arrecadados nas coletorias da República dos produtos exportados para o território ocupado pelo Império e o restante do território brasileiro, transcrita por Dante Laytano (1983, p. 239-240).

poucos dados disponíveis (Tabela 2) e desprezando-se fatores como a não coincidência exata dos exercícios fiscais, observa-se que os montantes arrecadados eram aproximados. Fatos que trazem outros questionamentos sobre a dinâmica da economia e da relação entre Estado e sociedade dos dois lados das fronteiras impostas pela guerra.

Tabela 1 – Receitas tributárias e patrimoniais do Estado Rio-Grandense – 1839-1840* (mil-réis**)

COLETORIA	1839	1840
Alegrete	51:331\$937	43:519\$221
Bagé	9:335\$692	20:525\$388
Boqueirão	480\$740	894\$029
Caçapava	528\$770	2:271\$213
Cachoeira	822\$117	1:786\$578
Candiota	1:552\$506	4:091\$752
Canguçu	589\$910	1:030\$881
Comissão Liquidadora de Rio Pardo	8:157\$546	
Cruz Alta	2:658\$060	6:924\$072
Dores	2:029\$227	2:427\$794
Herval	7:939\$430	12:572\$536
Itaqui	4:005\$358	7:126\$344
Jaguarão	2:145\$092	2:387\$283
Piratini	10:605\$434	12:733\$079
Rio Pardo	1:033\$894	1:986\$528
Santa Ana do Livramento	3:305\$537	10:774\$444
Santa Maria	326\$975	1:678\$793
Santa Vitória	10:367\$750	20:845\$730
Santo Antônio		1:213\$040
São Borja	15:326\$847	16:163\$364
São Gabriel	1:432\$466	1:432\$466
São João	508\$481	1:013\$044
Setembrina		6:422\$258
Triunfo	2:368\$641	9:320\$351
Total	136:852\$410	189:140\$188

* Os exercícios fiscais, em meses, não são coincidentes entre as coletorias.

** Valores estimados.

Fonte: 1839: Quadro demonstrativo dos rendimentos das collectorias do Estado e quaes os seus destinos 7c. &c. &c., *O Povo*, p. 4, 8/6/1839; 1840: Lotação dos empregados das collectorias (calculada pelo rendimento liquido de hum anno), *O Povo*, p. 1-2, 7/3/1840.

Tabela 2 – Arrecadação tributária e patrimonial da República Rio-Grandense e da Província de São Pedro – 1839-1840 (mil-réis)

ANO	REPÚBLICA RIO-GRANDENSE*	PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO**
1839	136:852\$410	185:771\$671
1840	189:140\$188	183:668\$569

* Valores estimados.

** Exercícios fiscais: 1839-1840, 1840-1841.

Fonte: Província de São Pedro – Rio Grande do Sul, Relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, 1900-1903. República Rio-Grandense, Tabela 1.

Considerações finais

Se a guerra no passado foi apontada com via para o fortalecimento e de centralização do poder dos estados nacionais europeus, cabe questionar-se sobre qual o seu papel na região mais meridional do Império do Brasil. Nessa porção da América, a fiscalidade havia, até o início dos anos de 1830, servido de instrumento de cooptação, alicerçada na autonomia de ação de parcela da elite sul-rio-grandense, em especial dos chefes militares da Campanha, região fronteira com os estados platinos (Miranda, 2009). A Guerra Cisplatina e as reformas regenciais impuseram um novo sentido à fiscalidade, fomentando a ruptura de antigas alianças e a secessão. Construir um novo projeto de Estado envolveu um esforço de repactuação em torno dos mecanismos de extração de recursos, utilizando-se uma variada gama de estratégias, da cooptação à coerção. Essa construção era ainda mais complexa em período de guerra. Assim, nessa região, onde o legado da guerra passada e a disputa em torno da distribuição do ônus tributário foram fatores fomentadores da ruptura, importa pensar o papel dessas variáveis na construção e no fracasso do Estado farrapo.

Com a extinção da República Rio-Grandense, as fontes primárias sobre sua trajetória, essencialmente aquelas que permitiriam avaliar e dimensionar a interação entre os governantes e a população, foram dispersas e são incompletas. No entanto, a legislação disponível permite avaliar que a República não promoveu quaisquer inovações na definição das suas fontes de receitas tributárias em relação àquelas existentes na Província do Rio Grande. Duas mudanças significativas foram a exclusão do imposto sobre a propriedade rural e a supressão da esfera do governo

central brasileiro, assumindo o controle dos impostos sobre o comércio externo. No entanto, as informações analisadas não permitem avaliar a importância de cada fonte de receita na arrecadação nem tecer considerações sobre a relevância das receitas tributárias e patrimoniais diante de outros mecanismos de extração de recursos.

Ainda que pela dispersão ou ausência de dados seriados não seja possível avaliar a trajetória da arrecadação e da carga tributária, a legislação desvenda intencionalidades. Dessa forma, podemos observar que a fiscalidade republicana era essencialmente conservadora e centralizadora. A supressão do poder central e, conseqüentemente, da distinção entre tributos provinciais e centrais permitiu retroagir a práticas de administração tributária anteriores às reformas regenciais da década de 1830. Ao mesmo tempo, as elevadas alíquotas do imposto de exportação indicam que as antigas reivindicações de desoneração dos produtos provinciais, em especial o charque, também não foram atendidas. No entanto, cabe observar que, sendo o alicerce da economia da República a criação de gado e o seu comércio com o Estado Oriental, a carga tributária sobre a exportação da maior parte dessa mercadoria era inexpressiva.

Ainda que a criação de fábricas fosse uma iniciativa importante para reduzir os custos da guerra, os mecanismos não tributários utilizados também pouco diferiram daqueles das guerras passadas, no entanto, a documentação disponível não permite mensurar a participação dessas fontes no total de recursos arrecadados anualmente. Mesmo diante desses limites, o esforço em coletar esses dados dispersos sobre a Fazenda republicana ajudará a pensar na fiscalidade no Estado Rio-Grandense e a lançar luz sobre questões relacionadas à condução do conflito, às negociações de pacificação e à reintegração do território e de seus líderes ao Império do Brasil.

Referências bibliográficas

ABREU, Florêncio da Silva de. Recursos financeiros da República de Piratini. *ANAI DO PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL RIO-GRANDENSE*. V. III. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1936.

- APONTAMENTOS para a história da Revolução de 1835-1845 – Registro do Thezouro da Republica Rio-Grandense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, I e II tri., 1929.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 1986.
- ARCE, Ana Ines. “Os verendos restos da sublime geração farroupilha, que andei a recolher de entre o pó das idades”: uma história arquivística da Coleção Varela. Porto Alegre: Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011 (Trabalho de Conclusão – Graduação).
- ARQUIVO Histórico do Rio Grande do Sul. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. V. 1-18. Porto Alegre: CORAG, div. anos.
- ARQUIVO Histórico do Rio Grande do Sul. *Inventário da Coleção Ferreira Rodrigues*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, 1985.
- ARQUIVO Nacional. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BARRERA, Mario Etchechury. Una guerra en busca de sus autores. Algunas notas metodológicas sobre la conflictividad regional en el Río de La Plata (1835-1845). *Illes Imperis: Estudios de Historia de las Sociedades en el Mundo Colonial y Post-Colonial*, n. 15, p. 75-100, 2013.
- CASTRO, Viveiros de. Curso de história tributária do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 88, 1915.
- COSTA FRANCO, Sérgio da. Os farroupilhas na Assembleia. In: MARTINS, Liana Bach; MIRANDA, Marcia Eckert (org.). *Bento Gonçalves da Silva: atas, propostas e resoluções da primeira legislatura da Assembleia Provincial (1835-1836)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2006, p. 343-348.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *Construindo o Brasil: unidade nacional e pacto federativo nos projetos das elites (1820-1842)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000 (Tese de Doutorado em História).
- FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense: realidade e utopia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- GARAVAGLIA, Juan Carlos. La disputa por la nación: rentas y aduanas en la construcción estatal argentina, 1850-1865. *ATAS JORNADAS DE HISTORIA ECONOMICA*. Montevideo, 23-25 de noviembre de 2011. Disponível em <<http://www.audhe.org.uy/15-la-formacion-de-las-estructuras-fiscales-en-america-atinalagado-colonial-regulaciones-liberales-formas-federativas-sec-xviii-e-xix/>>. Acesso em 25/1/2012.
- GUZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Porto Alegre: Linus, 2013.
- GUZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. A República Rio-Grandense: a praça de Montevideo (1836-1842). *PRIMEIRAS JORNADAS DE HISTÓRIA REGIONAL COMPARADA: RIO GRANDE DO SUL, URUGUAY, CORRIENTES, SANTA FE, ENTRE RÍOS, CORDOBA E MISIONES*, 2000. Disponível em

- <<http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/10/A-Republica-Rio-grandense-e-a-praca-de-Montevidео.pdf>>. Acesso em 25/8/2009.
- LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense (1835-1845)*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1983.
- LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MARTINS, Liana Bach; MIRANDA, Marcia Eckert (org.). *Bento Gonçalves da Silva: atas, propostas e resoluções da primeira legislatura da Assembleia Provincial (1835-1836)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2005.
- MIRANDA, Marcia Eckert. *Rio Grande do Sul: tributação e economia (1699-1945)*. Porto Alegre: Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998 (Dissertação de Mestrado).
- MIRANDA, Marcia Eckert. *A estalagem e o Império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo: HUCITEC, 2009.
- RIO Grande do Sul. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. *Relatório apresentado ao presidente do Rio Grande do Sul pelo secretário interino de Estado da Fazenda João Abbott em 4 de agosto de 1903*. Porto Alegre: E. Wiedemann & Filhos, 1903.
- RODRIGUES, Felix. O fenômeno econômico na Revolução dos Farrapos. *ANAI DO PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIO-GRANDENSE*. V. 3. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1936.
- RONDINELLI, Rosely Curi. *O documento arquivístico ante a realidade digital*. Uma revisão conceitual necessária. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- SILVA FILHO, Florêncio C. de Abreu e. Retrospecto econômico e financeiro do Rio Grande do Sul: 1822-1922. *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 8, dez. 1922.
- SOARES, Nilza Teixeira. Publicações oficiais: arquivos impressos. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 4, n. 2, p. 271-283, jul.-dez. 1976.



crianças no apogeu do tráfico interno de escravos (piracicaba, província de são paulo, 1874-1880)*

children in the heyday of the internal slave trade (piracicaba, province of são paulo, 1874-1880)

José Flávio Motta**

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

RESUMO

Analisamos transações envolvendo crianças escravas ou ingênuas com 12 ou menos anos de idade, identificadas em Piracicaba (SP), no período 1874-1880, anos de apogeu do tráfico interno de cativos. Durante esse intervalo temporal, era proibida a separação pela venda de cônjuges escravos, bem como entre pais e filhos menores. Estudamos as vendas de crianças desacompanhadas de

ABSTRACT

In this work we study transactions involving slave children and *ingênus* children (free children born to slave mothers) up to 12 years of age identified in Piracicaba (São Paulo province) in the years 1874-1880, the peak of the internal slave trade. Transactions that separated married slave couples or slave parents from their children below the age of legal majority were forbidden in this period.

* Neste artigo lançamos mão de fontes primárias manuscritas levantadas e coletadas na vigência de uma bolsa de produtividade em pesquisa concedida pelo CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que gerou, como principal produto, nossa tese de livre-docência, defendida em 2010 e posteriormente publicada com auxílio da FAPESP (Motta, 2012a). Uma primeira versão do texto foi apresentada no 7º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, realizado em Curitiba (PR), de 13 a 16 de maio de 2015, e também no XI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA e 12ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, realizados em Vitória (ES), de 14 a 16 de setembro de 2015. O autor agradece os comentários recebidos em Curitiba e em Vitória; agradece, outrossim, as sugestões feitas pelos avaliadores da revista *História Econômica & História de Empresas*.

Submetido: 27 de outubro de 2015; aceito: 19 de janeiro de 2016.

** Professor associado 3, livre-docente da FEA-USP. Professor do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH-USP. Membro do Hermes & Clio – Grupo de Estudos e Pesquisa em História Econômica da FEA-USP e do NEHD – Núcleo de Estudos em História Demográfica da FEA-USP. E-mail: jflaviom@usp.br



familiares, isoladas ou não, e as vendas de crianças acompanhadas de familiares, presentes ou não outros escravos. Consideramos igualmente a presença de ingênuos, os quais acompanhavam suas mães cativas. Nossas fontes documentais são escrituras de transações envolvendo escravos, registradas em livros notariais destinados a esse fim e manuscritas por tabeliães do município escolhido.

Palavras-chave: Tráfico interno de escravos. Crianças escravas. Ingênuos. Famílias escravas. Piracicaba.

We study the sales of children not accompanied of relatives, isolated or in groups, as well as the sales of children accompanied of relatives, whether or not along with other slaves. The presence of *ingênuos* children, who accompanied their slave mothers, was also taken into account. Our documentary sources are deeds involving slaves, handwritten in special registries by notaries from the selected locality.

Keywords: Internal slave trade. Slave children. *Ingênuos*. Slave families. Piracicaba.

Introdução

No último quarto do século XVIII, a localidade objeto de nossa atenção neste artigo integrou-se ao desenvolvimento paulista assentado na lavoura canavieira¹. Caio Prado Júnior, por exemplo, em seu *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, escreveu:

No conjunto, a população paulista ascende de 116.975 habitantes em 1777 para 192.729 em 1805. Tal crescimento se verifica particularmente na área central da capitania, entre os rios Mogi, Piracicaba e Tietê, grosseiramente o quadrilátero compreendido entre as vilas de Mogi Guaçu, Jundiá, Porto Feliz e Piracicaba (esta ainda simples freguesia). É a cana-de-açúcar que faz a prosperidade desta região. (Prado Jr., 2011, p. 84)

E esse avanço da cultura de cana e da produção de açúcar a ela vinculada será, de modo inequívoco, elemento importante na definição dos contornos assumidos pela posterior introdução da cafeeicultura na região. No que respeita especificamente a Piracicaba, Maria Thereza Schorer Petrone afirmou que, em 1816, “a produção de açúcar constituía aí a

¹ Referir-nos-emos à dita localidade como Piracicaba ao longo de todo o texto. Não obstante, cabe explicitar a seguinte ressalva: em 1769 foi criada a Freguesia de Santo Antonio de Piracicaba, elevada à “categoria de Vila em 1822, sendo substituído o seu primitivo nome pelo de Constituição, e foi elevada a cidade em 1856” (Luné; Fonseca, 1985, p. 462). Tão somente na segunda metade da década de 1870, o nome do município foi alterado para Piracicaba.





principal atividade da população”, papel destacado que se manteve até meados do século XIX, quando a cafeicultura, contudo, já atraía inúmeros agricultores em outras áreas da Província de São Paulo. É ainda a mesma autora quem identifica essa “resistência” piracicabana ao café:

A obsessão do café não atingiu a região, pelo menos até essa data [1854]. O cultivo da cana em Piracicaba, como em Itu, continuou progredindo, não sendo afetado pela penetração do café, como aconteceu em Campinas. Itu e Piracicaba, os vales do Tietê e do Piracicaba, portanto, eram, em meados do século passado [XIX], os redutos da cana-de-açúcar. (Petronne, 1968, p. 49)

Todavia, não seria fácil resistir a um conquistador comparável a Átila!² E, de fato, datados de princípios da década de 1860, encontramos os comentários seguintes acerca da cidade analisada, constantes do relato feito por Augusto Emílio Zaluar sobre sua viagem, a partir de fins de 1859, à província paulista:

A sua produção de café e açúcar regula, termo médio, em cento e cinquenta mil arrobas. É preciso notar que *a cultura do café é aqui de data muito recente*, pois ainda há muito pouco tempo os Piracicabanos se entregavam exclusivamente ao cultivo da cana, que com esta inovação tem consideravelmente diminuído. (Zaluar, 1975, p. 151, grifo nosso)

Ao fim e ao cabo, a “rendição” de Piracicaba à cafeicultura, ainda que não absoluta, é corroborada com base em um relatório produzido pelas autoridades do município em meados dos anos de 1860, do qual se vale Maria Celestina Teixeira Mendes Torres em interessante ensaio sobre o Comendador Luiz Antonio de Souza Barros³:

² É de Monteiro Lobato o trecho seguinte, extraído do conto *Cidades mortas*, escrito em 1906 e versando sobre o chamado “Norte” Paulista: “Umhas tantas cidades moribundas arrastam um viver decrépito. [...] No campo não é menor a desolação. Léguas a fio se sucedem de morraria áspera, onde reinam soberanos a saúva e seus aliados, o sapé e a samambaia. Por ela passou o café, como um Átila” (Lobato, 1986, p. 3-6).

³ Filho do Brigadeiro Luiz Antonio, o Comendador Souza Barros e alguns de seus irmãos mantiveram vínculos estreitos com o município de Piracicaba. Seu inventário, de 1887, foi um dos analisados por Zélia Maria Cardoso de Mello. Essa autora escreveu: “‘Capitalista’, ‘proprietário’, fazendeiro, foi um dos maiores acionistas



O Relatório Municipal de 1866 evidencia claramente os novos aspectos da economia piracicabana, reflexo da economia da Província de São Paulo: a) diminuição da produção açucareira; b) expansão da lavoura cafeeira; c) retalhamento da propriedade rural; d) maior número de trabalhadores livres; e) maior diversificação de lavouras – pequenas lavouras de algodão e de “gêneros alimentares”.

[...]

No município de Piracicaba é manifesta a decadência da produção açucareira. Em 1857 o município produzira 100.000 arrobas de açúcar e 80.000 de café; em 1866, a produção de açúcar baixa para 39.400 e a do café sobe para 112.830 arrobas. (Torres, 1966, p. 35-36)

Assim, pois, a década de 1870, em especial seus derradeiros dois terços, quando o Império do Brasil vivenciou o auge do comércio interno de escravos, sobretudo em sua vertente interprovincial, encontrou Piracicaba em grande medida dedicada à cafeicultura⁴. Em seus *Apointamentos* publicados originalmente em fins daquele decênio, afirmou Manuel Eufrásio de Azevedo Marques sobre o aludido município:

A sua única indústria é a lavoura, sobressaindo a do café e a da cana, de que conta muitas e importantes fazendas. [...] Também produz com abundância e facilidade algodão e toda a sorte de gêneros alimentícios. A

na formação da Companhia Paulista. [...] Entre seus bens, além de casas em São Paulo, arrolavam-se nove fazendas em Campinas, Botucatu, Piracicaba, São Carlos do Pinhal, que somavam quase 1.500 alqueires com plantações de café (588.000 pés) e cana, máquinas de secar e beneficiar café, engenho e máquinas a vapor. Era proprietário de grande número de escravos e encontrava-se entre os fazendeiros [...] que participaram das colônias de parceria. [...] Suas receitas advinham de alugueis, vendas de café e dividendos de ações” (Mello, 1985, p. 132-133).

⁴ Sobre a intensidade diferenciada do tráfico interno de cativos no Brasil, no decurso da segunda metade do Oitocentos, ver, por exemplo, Gorender (1985, p. 326-328). Ademais, à periodização proposta por Gorender, convém agregar as modificações sugeridas em Motta (2012a, p. 81, 91). Especificamente sobre o auge nos anos de 1870, escreveu, por exemplo, Peter Eisenberg: “O tráfico interprovincial chegou ao auge na década de 1870 em virtude das severas secas nordestinas que forçaram a liquidação dos ativos fixos, como os escravos. O total de escravos embarcados para o sul, após 1876, foi tão elevado que as províncias compradoras – Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais – impuseram elevados tributos à importação de escravos, em 1880 e 1881. [...] Os tributos acabaram com o tráfico interprovincial de escravos” (Eisenberg, 1977, p. 175-177).

exportação do município regula, termo médio, 130.000 arrobas de café, 50.000 de açúcar e 20.000 de algodão. (Marques, 1953, v. 1, p. 198)⁵

De acordo com o primeiro “Recenseamento geral do Império”, de 1872, realizado na Província de São Paulo aos 30 de janeiro de 1874, a população piracicabana somava 18.980 pessoas. Desse total, 13.566 (71,5%) eram livres e 5.414 (28,5%), escravos⁶. No contingente de cativos, a maioria era do sexo masculino: 3.112 (57,5%). A razão de sexo da população escrava, portanto, correspondia a 135,2 homens para cada grupo de 100 mulheres, indicador que, no caso da população livre, refletia um equilíbrio muito maior entre os sexos (103,5).

1. O tráfico de crianças em Piracicaba de 1874 a 1880

No intervalo de sete anos por nós contemplado neste artigo foram registradas em Piracicaba 203 escrituras de transações envolvendo 557 escravos. Trocaram de mãos, portanto, em média, cerca de três cativos em cada um desses negócios. Foram 496 pessoas com 13 ou mais anos de idade e 61 crianças com 12 ou menos anos. Ademais, em várias escrituras, mulheres foram negociadas “acompanhadas” por crianças ingênuas, as quais somaram 59⁷. No total, entre escravos e ingênuos, 616 pessoas. Na Tabela 1 fornecemos a distribuição desses três subconjuntos pelos distintos anos considerados⁸.

⁵ A produção cafeeira de Piracicaba alçar-se-ia, mencionemos, a 300.000 arrobas em 1886 (cf. Milliet, 1939, p. 43).

⁶ Recorremos, para os dados do “Recenseamento” de 1872, às tabulações realizadas pelo Núcleo de Estudos em População da Universidade Estadual de Campinas – NEPO-UNICAMP (cf. Bassanezi, 1998). O número de cativos matriculados até 30 de setembro de 1872 no município em tela foi igual a 5.339, portanto menor do que o recenseado (cf. Luné; Fonseca, 1985, p. 172). Ressalvemos que essa última cifra é, no *Almanak* de 1873, vinculada à Estação Fiscal de Constituição e, ao que parece, inclui a agência de Santa Bárbara. Se computarmos igualmente os escravos de Santa Bárbara em 1874, o total de cativos recenseados aumenta de 5.414 para 5.627.

⁷ Como sabido, “ingênuos” eram os filhos de mães escravas nascidos na vigência da Lei do Ventre Livre.

⁸ Se computadas também as crianças ingênuas, a média de pessoas transacionadas por escritura elevar-se-ia de 2,74 para 3,03.

Optamos pela utilização da faixa etária de até 12 anos para caracterizar o contingente de crianças como uma decorrência direta da Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871. Em vigência por todo o período por nós analisado, a Lei do Ventre Livre dispunha em um dos parágrafos de seu Artigo 4º: “§ 7º. Em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos é proibido, sob pena de nulidade, separar os cônjuges, e os filhos menores de 12 anos, do pai ou mãe” (*Coleção de leis do Império do Brasil*)⁹.

Além disso, convém registrar o fato de que, até 1880, limite superior de nosso recorte temporal, todos os casos de ingênuos identificados nas escrituras estarão inseridos, necessariamente, na faixa etária em questão.

Tabela 1 – Escravos transacionados segundo duas faixas etárias e ano do registro. Ingênuos mencionados nas escrituras segundo ano do registro. (Piracicaba, 1874-1880)

ANOS	CATIVOS COM 13 OU MAIS ANOS	CATIVOS COM 12 OU MENOS ANOS	CRIANÇAS INGÊNUAS	TOTAIS	CRIANÇAS ESCRAVAS + INGÊNUAS (%)
1874	62	7	4	73	15,1
1875	99	21	5	125	20,8
1876	35	6	2	43	18,6
1877	30	2	1	33	9,1
1878	112	12	18	142	21,1
1879	106	10	21	137	22,6
1880	52	3	8	63	17,5
Totais	496	61	59	616	19,5

Fonte: Escrituras de transações envolvendo escravos.

A bem da verdade, essas crianças nascidas após a promulgação da Lei n. 2.040 não deveriam ser transacionadas, uma vez que não eram escravas. Mas também não poderiam ser separadas de suas mães. De fato, o que se fazia era transferir aos compradores daquelas mulheres o direito de usufruir dos serviços de seus filhos ingênuos¹⁰.

⁹ É oportuno lembrarmos que a dita proibição constara, anteriormente, do Artigo 2º do Decreto n. 1.695, de 15 de setembro de 1869, todavia estabelecendo um recorte etário diferente, permitindo a separação apenas de filhos maiores de 15 anos (cf. *Coleção de leis do Império do Brasil*).

¹⁰ Como disposto no § 5º do Artigo 1º da Lei n. 2.040: “No caso de alienação da mulher escrava, seus filhos livres, menores de 12 anos, a acompanharão, ficando o novo senhor da mesma escrava sub-rogado nos direitos e obrigações do antecessor” (*Coleção de leis do Império do Brasil*).

Tomemos, como exemplo desse procedimento, o caso de uma escritura datada aos 15 de maio de 1879 e registrada na localidade também paulista de Casa Branca. Tratou-se da venda de Margarida, preta, solteira, de 19 anos de idade. Foi um negócio interprovincial, pois o vendedor, Pedro Crescêncio do Lago, era morador em Campestre, na Província de Minas Gerais. Margarida era natural de Campestre e fora matriculada em Caldas, registro posteriormente averbado em Pouso Alegre, sempre na província mineira. O comprador, Francisco de Araújo Govêa, residia em Casa Branca, com o que a cativa seria deslocada para o Oeste Paulista. Não obstante, por ser uma jovem mãe solteira, cujos rebentos nasceram na vigência da Lei de setembro de 1871, a venda de Margarida teve de explicitar a transferência dos serviços de seus pequenos, Clara e José, que necessariamente a acompanhariam. Dessa forma, do documento fez-se constar o seguinte:

[...] Disse mais o outorgante vendedor que tendo a escrava vendida dois filhos ingênuos de nomes Clara, parda, matriculada na mesma Coletoria da Cidade de Caldas Altas [...] em [...] 1874, e José, cor preta, matriculado na mesma Coletoria, transfere na pessoa do outorgado comprador o direito que tem nos serviços dos referidos ingênuos, independente de remuneração pecuniária, visto que pouca despesa há feito com a criação dos mesmos que ainda são mui novos, e se compromete a não reclamar nada no futuro, sob qualquer pretexto. Pelo outorgado comprador me foi dito que aceita a presente escritura [...] e se dá por empossado da compra que fez e das pessoas dos ingênuos.

No período 1874-1880 como um todo, o conjunto formado pelas crianças escravas com 12 ou menos anos, somadas aos ingênuos, correspondeu a cerca de um quinto (19,5%) do total das pessoas computadas na Tabela 1. Participação que oscilou de um mínimo de 9,1% em 1877 a um máximo de 22,6% em 1879. E, como esperado, com o passar dos anos os nascidos após a Lei do Ventre Livre foram se tornando cada vez mais importantes. Na Tabela 2 concentramos nossa atenção nas 61 crianças escravas (terceira coluna da Tabela 1). Nossa intenção é situá-las com relação às demais pessoas objeto dos negócios descritos nas escrituras.

Tabela 2 – Escravos com 12 ou menos anos transacionados segundo presença ou não de outros cativos (familiares ou não) e de acordo com o ano do registro. (Piracicaba, 1874-1880)

ANOS	CRIANÇAS ESCRAVAS ISOLADAS	APENAS NÃO FAMILIARES PRESENTES	APENAS FAMILIARES PRESENTES	FAMILIARES E NÃO FAMILIARES PRESENTES	TOTAIS
1874	–	1	4	2	7
1875	–	10	7	4	21
1876	–	–	5	1	6
1877	1	–	–	1	2
1878	–	1	3	8	12
1879	–	1	2	7	10
1880	–	1	–	2	3
Totais	1	14	21	25	61

Fonte: Escrituras de transações envolvendo escravos.

1.1 Vendas de crianças desacompanhadas de familiares, isoladas ou não

Tendo em vista a vigência da lei de libertação dos nascituros, poder-se-ia esperar que fossem poucos os cativos com 12 ou menos anos de idade transacionados desacompanhados de seus pais e/ou mães, especialmente de suas mães. Identificamos 15 casos em Piracicaba nos sete anos estudados, cerca de um quarto do contingente negociado naquela faixa etária. Em apenas um deles, a criança era o único bem negociado (segunda coluna da Tabela 2).

Em 1º de dezembro de 1877, Dona Anna Joaquina, viúva de Emílio Gomes da Silva, vendeu sua escrava Sebastiana, de 11 anos, por Rs 700\$000¹¹. Dona Anna residia em Piracicaba, ao passo que o comprador, João Baptista de Oliveira, morava no vizinho município de Limeira. Sebastiana, preta, era natural da Província de São Paulo e havia sido matriculada em Piracicaba. Um terceiro assinou o documento “a rogo” da vendedora, por ela não saber escrever. Quanto à proibição legal in-

¹¹ O livro notarial que continha o registro dessa escritura teve seu “Termo de abertura” assinado pelo Juiz Municipal em 14 de dezembro de 1874, e sua finalidade explícita era o “lançamento de escrituras de vendas de escravos”. Notamos que o registro anterior ao referente a Sebastiana fora feito vários meses antes (em julho de 1877) da venda concretizada pela viúva. Esse hiato temporal, para o qual preferimos não avançar nenhuma tentativa de explicação, subjaz ao número relativamente pequeno de pessoas comercializadas em 1877, como podemos observar na Tabela 1.

cidente sobre a venda de uma criança da idade de Sebastiana, a justificativa fez-se igualmente presente do manuscrito. Assim, esclareceu o Tabelião, “a vendedora declara que a cativa vendida é filha de Antonia, hoje liberta”. Todavia, não sabemos quando Antonia foi libertada nem se ela mantinha (ou se lhe era permitido manter) em 1877 algum contato com Sebastiana. Também desconhecemos se a venda da menina para o morador da vizinha Limeira traria implicações em termos das relações entre mãe e filha, seja acarretando seu distanciamento, seja promovendo uma reaproximação.

Casos como esse, ainda que não muito frequentes, não devem causar estranheza ao serem encontrados. Por exemplo, em trabalho anterior, fizemos menção à venda, registrada em Areias, aos 25 de agosto de 1880, de Luis, garoto de 9 anos de idade, natural da Província da Paraíba e descrito, tal como Sebastiana, como “filho de mãe liberta”. Luis havia sido matriculado em Pombal, naquela mesma província. Foi vendido juntamente com Pedro, rapaz de 13 anos de idade, natural do Rio de Janeiro e matriculado no município fluminense de Angra dos Reis. Os dois jovens possivelmente haviam sido trazidos para o território de São Paulo antes dessa venda de 1880. De fato, seu vendedor era o Alferes Cláudio Louzada, morador na paulista São Simão, representado perante o Tabelião em Areias por um procurador. O comprador, José Joaquim de Oliveira Moraes, era morador do município vale-paraibano. É oportuno retomar algo de nossas reflexões acerca dessa venda:

A comercialização desse menino suscita questionamentos para os quais não temos respostas, embora permitam levantar algumas conjecturas. Haveria quem se interessasse em averiguar a veracidade dessa informação acerca do *status* social da mãe que, ao fim e ao cabo, tornou legítima a venda? A conformidade com o espírito da lei não exigiria que se fizessem constar da escritura informações mais detalhadas sobre essa mulher liberta? Em verdade, a impressão passada pelo documento é que a declarada liberdade da mãe “funcionou” como se fora um “atestado de orfandade” de Luis. (Motta, 2012b, p. 20)

É oportuno aqui observar que mesmo a presença de uma declaração de orfandade poderia, é claro, não ser verdadeira. Warren Dean, por exemplo, para a localidade paulista por ele estudada, sugeriu ser provável uma elevada frequência de declarações falsas nessa documentação notarial:

As vendas de escravos registradas em Rio Claro a partir de 1872 consistiam na maior parte – é interessante observar – de meninos de 10 a 15 anos. Raramente eles eram acompanhados dos pais, sendo declarados – *quase sempre, é provável, falsamente* – de mãe desconhecida ou morta. (Dean, 1977, p. 69, grifo nosso)

Para 14 das “nossas” crianças, listadas no Quadro 1, apesar de negociadas com outros escravos, não foi possível identificar quaisquer relações familiares com pessoas pertencentes aos respectivos lotes em que se inseriam. Esses grupos de escravos variaram de um mínimo de dois ao máximo de 47. Na grande maioria dessas situações (13 das 14), de modo distinto ao verificado na venda de Sebastiana, não há, ao que parece, nenhuma preocupação do Tabelião e/ou dos contratantes com a necessidade de esclarecer a aparente desobediência ao disposto no § 7 do Artigo 4º da Lei de 28 de setembro de 1871.

Assim, entre os dias 9 e 13 de setembro de 1875, foram registradas várias escrituras nas quais quem vendia era José Ferreira de Figueiredo. Mas ele era proprietário de poucos dentre os escravos vendidos. Na grande maioria dos casos, Figueiredo atuou como procurador. No dia 9, por exemplo, foi lançada a escritura de venda de dois cativos, Caetano e Valério, comprados por Francisco Jeremias Ferraz, morador em Rio Claro, município próximo de Piracicaba. Valério tinha 11 anos de idade, sendo portanto uma das 14 crianças computadas no Quadro 1 e na terceira coluna da Tabela 2. O menino era natural da Província da Bahia, onde fora matriculado em Caetitê, localidade na qual residia seu proprietário anterior, Bento José Alves. Caetano, por seu turno, um jovem de 24 anos, era natural do Rio de Janeiro e fora matriculado em Parati, onde também morava seu antigo senhor, o tenente-coronel Manoel José de Souza.

Outras quatro dessas 14 crianças integraram um conjunto de 22 cativos comercializado pelo mesmo José Ferreira de Figueiredo no dia 13 de setembro de 1875. O lote foi comprado pelo Comendador Francisco José da Conceição, residente em Piracicaba, por 26 contos de réis. Um dos pequenos era propriedade de Figueiredo: Francisco, preto, de 12 anos de idade, natural da Província de Minas Gerais e lá matriculado, em Rio Pardo. Por seu turno, Januário, Pedro e Sebastião, todos pretos, naturais da Província da Bahia e com 9 anos, pertenciam a três distintos

proprietários, respectivamente, José da Costa Santos, Serapião Francisco de Campos e Leolino Xavier Cotrim, os três moradores naquela mesma província.

Quadro 1 – Escravos com 12 ou menos anos transacionados com outros cativos, sem relações familiares identificadas. (Piracicaba, 1874–1880)

NOME DA CRIANÇA	IDADE	NATURALIDADE (PROVÍNCIA)	DATA DA ESCRITURA	NÚMERO DE ESCRAVOS NEGOCIADOS
Manoel	12	SC	20/7/1874	6
Lauro	12	SP	7/1/1875	21
João	11	SP	7/1/1875	21
Valério	11	BA	9/9/1875	2
Januário	9	BA	13/9/1875	22
Pedro	9	BA	13/9/1875	22
Francisco	12	MG	13/9/1875	22
Sebastião	9	BA	13/9/1875	22
José	12	MG	16/10/1875	4
Olegário	10	MG	16/10/1875	4
Isidoro	12	MG	16/10/1875	4
Messias	12	SP	31/12/1878	25
Vicente	11	Não consta	17/12/1879	47
Simão	12	PE	5/10/1880	8

Fonte: Escrituras de transações envolvendo escravos.

Desse grupo de 22 escravos, transacionados com a intermediação do procurador Figueiredo, Serapião vendeu apenas Pedro, matriculado em Monte Alto (BA). José da Costa Santos, além de Januário, vendeu também Manoel, rapaz de 13 anos. E Leolino Cotrim, além de Sebastião, vendeu também Margarida, mulher solteira com 28 anos de idade. Não há nenhuma indicação na escritura acerca da existência de relações consanguíneas entre Januário e Manoel, ou entre Margarida e Sebastião¹². Teria havido um descuido do Tabelião, do procurador, dos antigos proprietários, quiçá de todos eles? É possível. Todavia, no mesmo negócio tratado com o Comendador piracicabano, um outro escravista, Donato Pereira do Nascimento, morador na citada Monte Alto da Bahia, vendeu Ângela, solteira de 25 anos, e Jesuína, de 5, e elas foram descritas como mãe e filha¹³.

¹² Os quatro haviam sido matriculados em Caetité (BA).

¹³ Jesuína está, pois, computada na quinta coluna da Tabela 2.

Talvez seja viável conjecturarmos que a falta de justificativa para o aparente descumprimento da Lei do Ventre Livre, e mesmo a concentração, no início do período contemplado, desses casos nos quais a justificativa seria necessária, porém não foi apresentada, tenha a ver com o então relativamente limitado tempo de vigência da lei. Afinal, como sabido, foi rubricado pelo Imperador aos 13 de novembro de 1872 o Decreto n. 5.135, em cujo *caput* lemos: “Aprova o regulamento geral para a execução da lei n.º. 2.040 de 28 de setembro de 1871”. Com isso, frisemos, não estamos sugerindo a inexistência de efeitos da lei naqueles primeiros anos; a maioria absoluta de meninos listados no Quadro 1 indicia seu impacto.

Convém lembrarmos que, conforme escreveu Warren Dean na citação por nós transcrita alguns parágrafos acima, meninos de 10 a 15 anos comporiam a *maior parte* das vendas de cativos registradas em Rio Claro, a partir de 1872. As fontes indicadas para fundamentar tal afirmação são os livros de vendas de escravos, similares aos que embasam nossas reflexões; não obstante, e em especial se encarada como um padrão nacional ou mesmo regional, essa proporção que ele menciona parece-nos algo exagerada. Por exemplo, em Piracicaba, em 1875, dos 120 escravos transacionados nas escrituras que compulsamos, os rapazes de 10 a 15 anos somaram 19, portanto menos de um sexto.

Metade desses 14 meninos elencados no Quadro 1 foram negociados no tráfico interprovincial, quatro deles vendidos por escravistas residentes em províncias do Nordeste do Império¹⁴. Dessa forma, com a libertação dos nascituros, enquanto as meninas perderam seu atrativo como futuras “produtoras” de novos escravos, os moleques passaram a ser os cativos com as maiores possibilidades em termos de duração do cativeiro e, por conseguinte, valiosos a ponto, eventualmente, de compensarem o risco

¹⁴ Foi o informe sobre o local de moradia dos contratantes das escrituras compulsadas que fundamentou a segmentação das transações em “locais” (residência nas próprias localidades onde se fizeram os registros ou em seus termos), “intraprovinciais” (envolvendo contratantes moradores em localidades paulistas distintas daquelas onde se fizeram os registros) e “interprovinciais” (envolvendo contratantes residentes em outras províncias do Império). Não podemos descartar a possibilidade de esse critério, em alguns casos, implicar aventarmos movimentações de cativos diferentes das que efetivamente ocorreram. Contudo, não cremos que tais casos – os quais, se existentes, decerto abrangeram uma minoria das pessoas negociadas – comprometam os resultados de nossa análise.

da tentativa de burlar a legislação. Mesmo porque a penalidade por essa burla não ia além da declarada nulidade do negócio.

Assim, por exemplo, em um artigo anterior, sobre duas localidades situadas no Vale do Paraíba paulista, Guaratinguetá e Silveiras, ao longo da década de 1870, ao voltarmos nossa atenção para o informe do preço de acordo com as idades, apontamos já para esse efeito diferenciado acarretado pela libertação dos nascituros:

[...] a elevação dos preços [entre dez. 1872–nov. 1874 e jan. 1878–dez. 1879] havida no caso dos cativos com idades de 10 a 14 anos (84,3% para os homens e 41,2% para as mulheres) supera as calculadas entre os escravos de 15 a 24 anos (25,2% para ambos os sexos) e de 25 a 34 anos (31,0% para homens e 25,8% para mulheres). É possível que, sob o efeito da Lei do Ventre Livre, de 1871, tenham-se valorizado de maneira mais que proporcional exatamente aqueles cativos, em especial os do sexo masculino, cuja expectativa de vida em cativo fosse mais longa. Afinal, ainda que a eficácia dessa lei para a efetiva libertação dos nascituros seja discutível, e a utilização dos “serviços” dos ingênuos uma prerrogativa dos seus “proprietários” – de fato, proprietários de suas mães –, é evidente que a reposição da mão de obra escrava não se daria mais nos mesmos moldes que antes. (Motta; Marcondes, 2000, p. 280)¹⁵

A transação registrada em Piracicaba, aos 16 de outubro de 1875, é outra a ilustrar a comercialização desses meninos. Uma firma, Martins & Irmãos, sediada no município de Grão-Mogol, na Província de Minas Gerais, vendeu para os irmãos Jayme e Ricardo P. Almeida, moradores em Piracicaba, os seguintes escravos: José (12 anos), Olegário (10), Vi-

¹⁵ Para Areias, outra localidade vale-paraibana paulista, desta feita computando intervalos temporais antes e após a Lei do Ventre Livre, esse comentário foi corroborado: “Os preços médios reais dos rapazes [de 10 a 14 anos de idade] experimentaram um incremento de 59,4% dos anos de 1860 para os de 1870, de Rs. 863\$632 para Rs. 1:377\$001, ao passo que os das moças sofreram uma diminuição de 11,1%, de Rs. 1:085\$274 para Rs. 964\$571. Tais variações, é claro, devem ser ponderadas pelo fato de serem poucos os preços individuais coletados para a faixa etária em questão [...]. Não obstante, a depreciação das mulheres, em decorrência da ‘extinção’ do ventre gerador de escravos, bem como a valorização mais que proporcional dos cativos homens com menos idade, para os quais era mais longa a expectativa da vida em cativo, colocam-se como resultados esperados da vigência da lei de setembro de 1871” (Motta, 2012a, p. 185–186).

cente (13) e Isidoro (12). A referida pessoa jurídica atuou com a procuração dos escravistas, todos igualmente residentes em Grão-Mogol. Casemiro Francisco Baptista era senhor de Isidoro; José de Quadros Mello, de Vicente; José e Olegário pertenciam ao Barão de Grão-Mogol¹⁶. Três desses quatro moleques, os que estão arrolados no Quadro 1, têm idades que deveriam impedir sua venda, se ela implicasse a separação de seus pais. Nenhum comentário sobre essa questão foi adicionado ao documento.

Duas outras crianças nascidas em distintas províncias do Império estão presentes no Quadro 1. Manoel, natural de Santa Catarina, comercializado num lote de seis escravos aos 20 de julho de 1874, e Simão, pernambucano, transacionado em 5 de outubro de 1880 num conjunto de oito cativos. Manoel, em que pese ter sido matriculado na província catarinense, em São José, estava sendo vendido por um morador em Piracicaba, Manoel Ferraz de Arruda Campos. Para as cinco pessoas restantes que integravam esse negócio, os senhores eram três, todos residentes em Santa Catarina, dos quais Arruda Campos era bastante procurador. Quem adquiriu o lote, Pedro Ferraz de Arruda Campos, era filho do vendedor/procurador, residente em Piracicaba como seu pai. Esses cinco escravos eram todos, como o menino Manoel, nascidos e matriculados em Santa Catarina; suas idades variavam de 4 a 50 anos, três eram do sexo masculino e havia um grupo familiar formado por uma mulher solteira, Luiza, de 28 anos, acompanhada por dois filhos, Firmino (7) e Rosalina (4)¹⁷. O valor pelo qual essa meia dúzia de pessoas foi transacionada igualou-se a Rs 3:950\$000.

¹⁶ Gualter Martins Pereira, primeiro e único Barão de Grão-Mogol, tempos depois, comprou a Fazenda Angélica, em Rio Claro, assim denominada por volta de 1850 em homenagem a Dona Maria Angélica, esposa do Senador Vergueiro, então detentor daquelas terras. O Barão “[...] acabou por vender suas terras em Minas Gerais, e adquiriu a Fazenda Angélica, juntamente com 300 cabeças de gado e 80 escravos (curiosamente, a maioria deles era proveniente da Bahia e de Minas Gerais), por 305:000\$000 (trezentos e cinco contos de réis). A escritura foi lavrada em 27 de agosto de 1881, no Cartório de Notas Thomaz Molina (atual 2º Cartório de Notas de Rio Claro), livro 19, às páginas 34 a 36” (Benincasa; Bortolucci, 2009, p. 86).

¹⁷ Os dois inseridos na quinta coluna da Tabela 2. O proprietário dessa família era José Silveira de Souza Fagundes. Os outros vendedores que outorgaram procurações para Arruda Campos foram João Francisco Furtado e Felisberto José Corrêa, cada um deles se desfazendo de um cativo.

Por seu turno, o garoto Simão foi comprado com 12 anos de idade por Dona Maria Joaquina de Barros. O lote adquirido por ela em outubro de 1880 tinha características bem distintas daquele no qual se inserira o catarinense Manoel. Eram oito cativos valiosos (o preço ajustado foi de Rs 19:200\$000 pelo conjunto), todos rapazes solteiros e indicados como aptos para o serviço da roça; além de Simão, os demais tinham idades entre 16 e 20 anos. Ele era o único natural de Pernambuco e fora matriculado no Recife. Sabino (20 anos) era da Paraíba, matriculado no município de Pilar. Luciano (16) e Dácio (18) eram baianos, matriculados, respectivamente, em Salvador e Camorim. Os demais eram todos cearenses: Manoel (20), Antonio (18), Manoel (18) e Francisco (18), matriculados nos municípios de Icó, São Bernardo, Imperatriz e novamente São Bernardo. O vendedor do lote, João Pereira de Almeida, residia em Campinas e foi representado no negócio por seu bastante procurador, Antonio Joaquim Soares Franco, morador em Piracicaba.

Três daqueles 14 pequenos cativos referidos no Quadro 1 eram naturais da província paulista: Lauro, João e Messias. Os dois primeiros faziam parte de um conjunto de 21 pessoas negociado em 7 de janeiro de 1875. Lauro, 12 anos, fora matriculado em Piracicaba; João, 11 anos, fora matriculado em Campinas. O lote, no valor de 34 contos de réis, foi vendido por Dona Maria Caetana Ferreira da Cunha para os irmãos Pedro e Francisco Augusto A. Barros, todos moradores em Piracicaba. As idades dos escravos variavam entre 4 e 57 anos, havia homens e mulheres, e foram identificados dois casais, um deles com três filhos¹⁸. Já Messias integrava um grupo de 25 escravos vendido em 31 de dezembro de 1878. Os contratantes eram Joaquim Fernando Paes de Barros, o vendedor, residente na localidade paulista de Capivari, e José Fernando de Almeida Barros, o comprador, de Piracicaba. Havia vários casais entre essas 25 pessoas, mas nenhuma indicação de que o menino, de 12 anos, fosse filho de algum deles.

Por fim, o caso de Vicente encerra a lista de crianças do Quadro 1. Com 11 anos de idade, ele foi negociado aos 17 de dezembro de 1879. Em sua descrição, o menino pardo é dito “sem pais”. Ao que tudo indica, Vicente, bem como os demais 46 escravos – homens e mulheres de

¹⁸ Duas dessas crianças com idades inferiores a 13 anos, portanto incluídas na quinta coluna da Tabela 2.

idades variadas, entre eles várias famílias – que foram vendidos juntamente com ele, além dos muitos ingênuos relacionados com suas mães, poderiam não sofrer nenhum deslocamento por conta da venda. O que estava sendo alterado, em duas transações paralelas, era o proprietário, tanto dos escravos como da fazenda em que eles viviam. O vendedor, José Rodrigues Caldeira, lavrador de Piracicaba, com seus bens hipotecados ao Banco do Brasil, estava repassando tudo ao capitalista Arsênio Corrêa Galvão, residente no próximo município de Itu. Vale a pena transcrevermos um excerto da escritura concernente a essa venda de 47 cativos:

[...] escravos estes empregados na cultura da fazenda Boa Esperança, neste Município, e que estão hipotecados com a mesma ao Banco do Brasil por escritura passada a vinte de novembro de mil oitocentos e setenta e sete nas Notas do Tabelião Sayão Lobato Sobrinho e ao Comendador Joaquim Gomes de Alvim e Moisés Gomes Travassos por escritura de vinte e um de novembro do mesmo ano e nas Notas do mesmo Tabelião, vende os mencionados quarenta e sete escravos, assim onerados, ao segundo contratante Arsênio Corrêa Galvão pelo preço de oitenta contos de réis assumindo o comprador todas as responsabilidades contraídas pelo vendedor pelas mencionadas escrituras de hipotecas [...]. Os oitenta contos de réis preço destes escravos, bem como os cinquenta contos de réis preço por que vendeu hoje ao mesmo comprador a fazenda Boa Esperança serão pagos com a exoneração da responsabilidade do vendedor pelas mencionadas hipotecas e o excesso dessas responsabilidades em dinheiro, tudo na forma e condições constantes da escritura firmada nas Notas deste Tabelião em data de hoje e pela qual vendeu ao mesmo comprador a fazenda Boa Esperança, obrigando-se a fazer sempre boa a presente venda.

1.2 Vendas de crianças acompanhadas de familiares, presentes ou não outros escravos

Se, como vimos na subseção anterior, foram 15 as crianças escravas com 12 ou menos anos de idade comercializadas desacompanhadas de familiares em Piracicaba, no período de 1874 a 1880, corresponderam ao triplo disso (46) aquelas transacionadas com seus pais e/ou mães, compusessem o negócio ou não outros cativos não aparentados. Com o intuito de analisarmos essas 46 crianças, retomamos a quarta e a quinta colunas da Tabela 2, cujos dados vão reproduzidos, respectivamente, na

segunda e na quarta colunas da Tabela 3. Adicionalmente, essa última tabela fornece a distribuição dos ingênuos presentes (terceira e quinta colunas da Tabela 3), irmãos menores dos pequenos escravos, de cujos serviços passariam a usufruir os contratantes compradores de seus irmãos e pais e/ou mães.

Tabela 3 – Escravos com 12 ou menos anos transacionados “em família” e eventuais irmãos ingênuos, segundo presença ou não de outros cativos e de acordo com o ano do registro. (Piracicaba, 1874-1880)

ANOS	FAMILIARES PRESENTES (A)	IRMÃOS INGÊNUOS EM (A)	FAMILIARES E NÃO FAMILIARES PRESENTES (B)	IRMÃOS INGÊNUOS EM (B)	TOTAIS
1874	4	2	2	–	8
1875	7	2	4	–	13
1876	5	2	1	–	8
1877	–	–	1	1	2
1878	3	4	8	6	21
1879	2	5	7	5	19
1880	–	–	2	2	4
Totais	21	15	25	14	75

Fonte: Escrituras de transações envolvendo escravos.

Foram 21 as crianças cativas negociadas com familiares, e apenas com familiares, e com elas trocaram de senhor 15 irmãos nascidos após a Lei de setembro de 1871. De outra parte, foram 25 as crianças escravas transacionadas com familiares, mas também com outros cativos, e com elas foram envolvidos nos negócios 14 irmãos mais jovens, ingênuos. Lembremos que a maioria quase absoluta das crianças vendidas desacompanhadas de familiares (14 das 15) eram do sexo masculino. Como seria o esperado, nas transações “em família”, a distribuição das crianças segundo o sexo apresentou-se bem mais equilibrada. Dos 46 casos, os meninos somaram 25 (54,3%) e as meninas 21 (45,7%). Decerto o equilíbrio seria ainda maior se estivéssemos computando a totalidade dos filhos gerados nas famílias em questão; todavia, alguns, ainda que incluídos nos negócios, tinham mais de 12 anos; outros, por serem maiores de 12 anos, podem não ter sido negociados; alguns, talvez muitos, teriam já falecido; e, finalmente, não computamos os ingênuos nessa distribuição por sexo, pois não foi possível, na maior parte dos casos, identificarmos se eram meninos ou meninas.

Cabe observarmos que esses ingênuos com irmãos escravos com 12 ou menos anos de idade corresponderam a quase exatamente metade (29) do total de 59 beneficiários da Lei do Ventre Livre mencionados nas escrituras consideradas neste artigo¹⁹. Como podemos perceber com base na Tabela 4, nos três últimos anos do período cresceu a quantidade de ingênuos em geral, bem como a dos dois segmentos destacados. No triênio 1878-1880 foram identificados 22 (75,9%) dos 29 ingênuos com irmãos escravos de 12 ou menos anos de idade; e 25 (83,3%) dos 30 ingênuos sem irmãos escravos naquela faixa etária. Eis outro resultado esperado. Afinal, como decorrência da legislação servil, a partir de fins de 1883 não existiriam mais crianças cativas com menos de 13 anos e a esse resultado chegar-se-ia gradualmente com a passagem do tempo.

Tabela 4 – Crianças ingênuas transacionadas segundo presença de irmãos escravos com 12 ou menos anos de idade e de acordo com o ano do registro. (Piracicaba, 1874-1880)

ANOS	COM IRMÃOS ESCRAVOS COM 12 OU MENOS ANOS	SEM IRMÃOS ESCRAVOS COM 12 OU MENOS ANOS	TOTAIS
1874	2	2	4
1875	2	3	5
1876	2	–	2
1877	1	–	1
1878	10	8	18
1879	10	11	21
1880	2	6	8
Totais	29	30	59

Fonte: Escrituras de transações envolvendo escravos.

No Quadro 2 apresentamos alguns informes acerca dos 21 pequenos cativos transacionados com familiares e apenas com estes, ou seja, aqueles que compuseram a segunda coluna da Tabela 3. Transcrevemos seus nomes, dos quais inferimos o sexo, e idades, os nomes e idades de seus pais e/ou mães, e, quando presentes, os nomes e idades de seus irmãos maiores de 12 anos. Além disso, indicamos a quantidade de irmãos ingênuos eventualmente referidos no documento e a data do registro das escrituras.

¹⁹ Conforme a quarta coluna da Tabela 1, que corresponde à coluna “Totais” da Tabela 4. Os 30 ingênuos sem irmãos escravos com 12 ou menos anos compõem o último dos contingentes objeto de nossa análise, ao fim da presente subseção do texto.

Quadro 2 – Escravos com 12 ou menos anos transacionados apenas com familiares. Identificação e idades desses familiares, quando informadas. (Piracicaba, 1874-1880)				
NOME DA CRIANÇA (IDADE)	PAI E/OU MÃE (IDADES)	IRMÃOS ESCRAVOS (IDADES)	IRMÃOS INGÊNUOS	DATA DA ESCRITURA
Joaquina (7)	Maria (26)	–	1	11/7/1874
Júlia (10)	Benedita (52)	–	–	5/9/1874
Bartholomeu (6) e Francisco (4)	Roque (37) e Isabel (23)	–	1	7/12/1874
Joana (5)	Tobias (28) e Juliana (28)	–	1	3/2/1875
Julião (10)	Ursulina (25)	Caetano (13)	1	6/8/1875
Maria (7), Firmino (5), José (4), Joaquim (11) e Faustino (10)	Ignês (38)	–	–	23/11/1875
Ladislau (8)	Lourenço (45) e Verônica (38)	–	–	29/4/1876
Ozória (9) e Altevina (6)	Juliana (34)	Autha (15) e Geraldina (14)	2	17/6/1876
Manoel (10) e Irênio (4)	Justina (30)	–	–	8/7/1876
João (8)	Balbina (30)	–	1	20/5/1878
Joanna (11) e João (9)	Margarida (29)	–	3	11/12/1878
Vicente (8)	Pureza (29)	–	2	2/1/1879
Sebastião (9)	Amaro (57) e Esméria (32)	Pulchéria (14) e Luis (15)	3	2/6/1879

Fonte: Escrituras de transações envolvendo escravos.

Cinco dessas 21 crianças foram vendidas com seus pai e mãe. Foram quatro casais, e para apenas um deles o grupo familiar negociado se limitava a pai, mãe e um filho com menos de 13 anos: Lourenço, Verônica e o pequeno Ladislau, vendidos em 29 de abril de 1876. Os três haviam sido matriculados no município paulista de Itapeva da Faxina, onde morava o vendedor, o Alferes Joaquim José de Macedo, que concretizou o negócio por intermédio de um procurador. Joana, em fevereiro de 1875, foi vendida com seus pais, Tobias e Juliana, e a essa mulher de 28 anos acompanhou também uma criança ingênuo. Da mesma forma, um ingênuo acompanhava o casal Roque e Isabel, ven-



didos em dezembro de 1874 com seus filhos, Bartholomeu e Francisco, ambos escravos.

O último dos casais listado no Quadro 2 correspondeu à mais numerosa das unidades familiares lá consideradas. O negócio foi realizado aos 2 de junho de 1879 e envolveu o menino Sebastião, de 9 anos de idade. Com ele foram vendidos os pais, o já idoso Amaro²⁰ e sua mulher Esméria, os irmãos mais velhos, Pulchéria e Luis, cativos tal como Sebastião, e transferidos os direitos de usufruto dos serviços de três irmãos menores, nascidos após a Lei do Ventre Livre. Portanto, oito pessoas: pai, mãe e meia dúzia de filhos. Não obstante Amaro e Esméria sejam descritos como casados, os três filhos cativos, vale dizer, os mais velhos, eram ditos filhos naturais. De fato, consta do manuscrito a informação de que Esméria era solteira quando da matrícula. A união, pois, foi legalizada apenas depois de vários anos de convívio²¹. Amaro era africano e o restante da família era natural de São Paulo; todos haviam sido matriculados em Piracicaba, município onde residiam ambos os contratantes da transação.

As demais crianças escravas com 12 ou menos anos arroladas no Quadro 2 foram negociadas com apenas um de seus genitores, em todos os casos a mãe. Foram nove essas mulheres, seis delas (66,7%), solteiras: Maria, Benedita, Juliana, Justina, Balbina e Pureza. Dentre essas mães solteiras, cabe destacar Juliana, de 34 anos de idade, vendida com quatro filhas escravas, duas maiores de 12 anos, Autha e Geraldina, e duas menores, Ozória e Altevina, além de acompanhada por dois filhos ingênuos.

²⁰ Em artigo anterior expusemos as razões que nos levam a fazer “[...] nossa opção pelo cômputo, como cativos idosos, daqueles com idades iguais ou superiores a 50 anos. Esse procedimento, de resto, parece coadunar-se com inferências extraídas da legislação e de anúncios de jornais da segunda metade do Oitocentos, reveladores dos interesses dos próprios escravistas” (Motta, 2010, p. 49).

²¹ Uma situação, de resto, em alguma medida recorrente em nossa sociedade escravista. Por exemplo, Robert Slenes, analisando dados disponíveis para Campinas, Província de São Paulo, escreveu: “[...] o mais provável é que reflitam uma tendência, especialmente presente nos plantéis pequenos, de muitas mulheres terem o primeiro filho quando ainda solteiras, casando-se pela Igreja só algum tempo depois. Felizmente, há informações que nos permitem seguir estas mulheres no tempo, e assim confirmar esta conclusão” (Slenes, 1987, p. 219). Esméria, por conseguinte, ilustraria de maneira mais extremada essa tendência, uma vez que os três mais velhos dentre seus filhos mencionados na escritura haviam nascido com ela ainda solteira.



Registrada em 17 de junho de 1876, foi essa venda também um negócio de âmbito local: comprador, o Doutor Felipe Xavier da Rocha, e vendedor, o Comendador Francisco José da Conceição, residiam em Piracicaba, ainda que este último tenha sido representado por seu procurador, Doutor João Baptista da Rocha Conceição²².

Os casos de duas outras dessas mães solteiras, Balbina e Maria, justificam comentários adicionais. A primeira, com 30 anos, foi vendida aos 20 de maio de 1878 com seu filho João (8), sendo a dita escrava acompanhada pelo ingênuo Eusébio, de cerca de 1 ano de idade. Balbina era natural de Itapetininga e João de São Sebastião do Paranapanema, ambas localidades paulistas. O vendedor apresentou ao Tabelião o documento da Coletoria de Paranapanema com os dados da matrícula de mãe e filho, documento que lhe é devolvido “por conter a matrícula de mais dois outros escravos filhos da mesma Balbina”. É, pois, bastante plausível supormos que esses dois outros filhos já estivessem com idades superiores aos 12 anos, com o que seria legitimada a separação da mãe, o que não ocorria nem com João nem com o ingênuo Eusébio.

A venda de Maria foi efetivada por José Gomes da Silva em 11 de julho de 1874²³. A escrava tinha 26 anos de idade e era acompanhada de sua filha, Joaquina, também cativa, de 7 anos. O comprador, José Emygdio da Silva Novais, por elas pagou dois contos de réis e recebeu, junto com Maria, o ingênuo Benedito, com “um ano e meio mais ou menos”. Todavia, havia ainda outra criança, João, nascido escravo e contando 5 anos de idade em julho de 1874, cujo destino é descrito na escritura da venda que o separava de sua mãe e irmãos:

Disse mais o vendedor que por esta venda fica a escrava Maria separada do filho João, de cinco anos de idade, que continua em poder dele vendedor, por ter-lhe sido deixado em testamento, por sua finada mãe, para servi-lo durante sua vida e depois ficar livre, por que em benefício da liberdade podem ser separados do pai e da mãe os filhos menores de doze anos que forem manumitidos com a cláusula de futuros serviços, segundo dispõe o artigo noventa, parágrafo primeiro, segunda parte do Regulamento número cinco mil cento e trinta e cinco de três de Novembro de mil oi-

²² Os sobrenomes de comprador, vendedor e procurador do comprador indiciam a possibilidade da existência de relações familiares entre os três.

²³ Fizemos já referência a esse negócio em trabalho anterior (cf. Motta, 2012b, p. 21).

tocentos e setenta e dois, e por serem intransferíveis os serviços daquele menor, artigo noventa e um do mesmo Regulamento.

Vemos aí uma possibilidade aberta pelo “Regulamento da Lei do Ventre Livre”, aprovado pelo Decreto referido, de contrariar a legislação proibitiva da separação entre mães e seus filhos de 12 ou menos anos. Vale a pena transcrevermos o § 1º do Artigo 90 do Decreto n. 5.135, que começa reafirmando a dita legislação, tanto no que respeita ao Decreto n. 1.695, de setembro de 1869²⁴, quanto ao § 7º do Artigo 4º da Lei n. 2.040, de setembro de 1871:

Art. 90. A Lei nº. 1.695 de 15 de setembro de 1869 permanece em seu inteiro vigor, com as seguintes alterações:

§ 1º. Em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos é proibido, sob pena de nulidade, separar os cônjuges, e os filhos menores de 12 anos do pai ou mãe. (Lei – art. 4º. § 7º.)

Esta disposição compreende a alienação ou transmissão extrajudicial.

*Em benefício da liberdade, porém, podem ser separados do pai ou da mãe os filhos menores de 12 anos, que forem manumitidos com ou sem a cláusula de futuros serviços. (Coleção de leis do Império do Brasil, grifo nosso)*²⁵

Além das seis mães solteiras listadas no Quadro 2, havia duas viúvas, Ursulina (25 anos) e Margarida (29), e uma casada, Ignez (38). Ursulina era mãe de Caetano (13), Julião (10) e uma criança ingênua. Margarida foi vendida com seus filhos Joanna (11) e João (9), além de três ingênuos. E Ignez foi transacionada com cinco filhos, todos escravos e com idades entre 4 e 11 anos. A escritura, porém, não traz qualquer informação acerca do marido dessa cativa (escravo de outro senhor, livre, liberto, fugido etc.). É possível que a falta desse informe relacione-se ao fato de as mercadorias negociadas serem “partes ideais” daquelas pessoas. Martinho Morato da Conceição vendeu a metade que possuía na escrava Ignez e em seus cinco filhos para seu tio, o Comendador Francisco José

²⁴ Ver a nota 9 acima.

²⁵ É o seguinte o teor do Artigo 91 do “Regulamento da Lei do Ventre Livre”, também lembrado pelo vendedor de Maria para justificar a separação do pequeno João: “São intransferíveis os serviços, quer dos menores livres [...], quer os manumitidos gratuitamente com a cláusula de prestação dos mesmos serviços. Poderão, porém, ser alugados” (*Coleção de leis do Império do Brasil*).

da Conceição, este último representado por seu bastante procurador e filho, Doutor João Baptista da Rocha Conceição²⁶. Vale dizer, é possível que a família escrava em questão, aí incluído o não mencionado marido/pai, já estivesse vivendo na escravaria do Comendador.

No Quadro 3 apresentamos as crianças escravas com 12 ou menos anos de idade negociadas com familiares (pai e/ou mãe, irmãos cativos com 13 ou mais anos e irmãos menores ingênuos) e com outros escravos. Enquanto a média de escravos negociados por escritura atingiu apenas 3,3 nos casos limitados a famílias (Quadro 2, 43 cativos em 13 escrituras), essa média elevou-se para 15,1 nas transações que envolveram igualmente escravos não aparentados (Quadro 3, 181 cativos em 12 escrituras). Esse maior número de pessoas deu margem a que fosse possível identificar vários negócios envolvendo mais de um grupo familiar integrado por crianças com 12 ou menos anos de idade. Havia duas famílias presentes entre os 22 escravos negociados em 13 de setembro de 1875, bem como entre os 25 transacionados em 30 de março e entre os nove vendidos em 26 de dezembro de 1878. E foram quatro os grupos familiares identificados entre as 47 pessoas às quais se referiu a escritura registrada aos 17 de dezembro de 1879.

Comparado ao Quadro 2, inserimos no Quadro 3 uma coluna adicional com o informe da quantidade dessas pessoas transacionadas além de cada uma das famílias descritas. Uma distinção significativa entre os dois conjuntos de famílias arrolados nos dois quadros é a participação relativa de situações nas quais os pequenos cativos foram vendidos juntamente com seus pai e mãe. Dessa forma, estavam inseridas em famílias nucleares apenas cinco (23,8%) das 21 crianças listadas no Quadro 2, ao passo que esse número elevou-se para 18 (72%) das 25 elencadas no Quadro 3.

²⁶ Martinho era menor, o que exigiu um alvará do Juiz de Órfãos autorizando a venda, bem como condicionou a forma de quitação informada ao Tabelião pelo procurador do comprador, Doutor João Baptista, “[...] ficando seu constituinte obrigado a pagar a referida quantia de três contos de réis ao vendedor quando completar ele idade de vinte e um anos, com o prêmio que correrá desde já de nove por cento ao mês capitalizando anualmente até a final liquidação”. Considerando que diversos estudos apresentam para a década de 1870 taxas de juros vigentes entre 9% e 18% *ao ano*, percebemos que a taxa de juros a ser paga pelo Comendador era deveras elevada, caracterizando um negócio “em família”, de tio para sobrinho! Ver, por exemplo, Saes (1986, p. 68) e Marcondes (2002, p. 155-156).

Quadro 3 – Escravos com 12 ou menos anos transacionados com familiares e outros cativos. Identificação e idades desses familiares, quando informadas. (Piracicaba, 1874–1880)

NOME DA CRIANÇA (IDADE)	PAI E/OU MÃE (IDADES)	IRMÃOS ESCRAVOS (IDADES)	IRMÃOS INGÊNUOS	OUTROS CATIVOS	DATA DA ESCRITURA
Firmino (7) e Rosalina (4)	Luíza (28)	–	–	3	20/7/1874
Januário (7) e Benedito (4)	Silvestre (57) e Maria (29)	Brás (14)	–	16	7/1/1875
Jesuína (5)	Ângela (25)	–	–	20	13/9/1875
Catão (10)	Justina (27)	–	–	20	13/9/1875
Desidéria (8)	Joana (22)	–	–	1	10/7/1876
Paulo (6)	Basílio (31) e Herculina (29)	–	1	1	2/1/1877
Basílio (11)	André (40) e Lazarina (17)	–	–	22	30/3/1878
Cândida (10), Maria (10) e Emília (7)	Severiano (35) e Gertrudes (30)	–	3	20	30/3/1878
Raquel (10)	Francisca (40)	–	–	3	18/6/1878
Francisca (8)	Adão (30) e Brandina (28)	–	1	6	26/12/1878
Marcolino (11) e Sebastião (8)	Delfino (64) e Sabina (24)	–	2	5	26/12/1878
Maria (12), Francisco (10) e Carlos (8)	Primo (54) e Ignez (41)	Benedita (19) e Albina (14)	3*	5	12/7/1879
Florência (10)	Luis (43)	–	–	45	17/12/1879
Angélica (9)	Elias (52) e Martha (31)	–	1	44	17/12/1879
Geraldo (10)	Joaquim (45) e Joanna (33)	–	–	44	17/12/1879
Benedita (11)	Thomás (37) e Albina (31)	–	1	44	17/12/1879
Desidéria (12)	Cândido (32) e Joanna (25)	–	1	18	9/2/1880
Victaliana (10)	Sergio (29) e Fausta (25)	–	1	3	15/6/1880

* Dois desses ingênuos são filhos de Ignez; o terceiro é seu neto, filho de Benedita, portanto sobrinho de Maria, Francisco e Carlos.

Fonte: Escrituras de transações envolvendo escravos.

É possível que a maior proporção de casais vincule-se à maior importância relativa dos negócios de âmbito local²⁷. Assim, das 21 crianças

²⁷ As fontes primárias por nós compulsadas para a elaboração deste artigo, regra geral,



do Quadro 2, 11 (52,4%) foram vendidas localmente. Esse percentual atingiu 72% (18 em 25) para as crianças do Quadro 3. Reforçando a vinculação sugerida, notamos que dois dos quatro casais presentes no Quadro 2, assim como 11 dos 12 presentes no Quadro 3, foram transacionados entre contratantes que residiam em Piracicaba²⁸.

A maior das transações contempladas no Quadro 3 foi a registrada em 17 de dezembro de 1879 e já a descrevemos na subseção anterior por conta da presença, entre os 47 escravos então vendidos, do menino Vicente, de 11 anos, “sem pais”. Três casais com sua prole compunham a escravaria da Fazenda Boa Esperança, objeto desse negócio: Elias (52 anos) e Martha (31), pais de Angélica (9); Joaquim (45) e Joanna (33), pais de Geraldo (10); e Thomás (37) e Albina (31), pais de Benedita (11). Martha e Albina eram, cada uma delas, também acompanhadas por um filho ingênuo. A outra criança cativa com 12 ou menos anos identificada nesse conjunto de pessoas, Florência (10), foi listada com seu pai, Luis (43), este descrito como solteiro.

E o menor lote de cativos mencionado no Quadro 3 foi o transacionado em 10 de julho de 1876. Joana, solteira com 22 anos de idade, foi vendida com sua filha Desidéria, de 8 anos. Compunha o conjunto a escrava Victória, de 18 anos, solteira. Quem vendia Victória era Dona Francisca da Cruz Prates, moradora em Caetité, na Bahia, ao passo que Joana e Desidéria eram vendidas pelo mineiro de Montes Claros, Francisco Xavier Affonso Pereira. Francisca e Francisco eram representados pelo mesmo procurador, Clemente de Quadros Bittencourt. Jayme e

não nos permitiram conhecer o tamanho das escravarias em que passariam a viver as pessoas negociadas, tampouco o tamanho das escravarias nas quais elas viviam anteriormente à efetivação dos negócios objeto de nossa atenção. Entretanto, tendo em vista a verificação, bastante recorrente nos estudos sobre o tema das famílias escravas – ver, entre muitos, Slenes (2011) e Motta (1999) –, de que as maiores escravarias poderiam conformar ambientes mais propícios à formação e ampliação de unidades familiares entre seus integrantes, não podemos deixar de apontar a possível influência dessa variável (o tamanho das escravarias envolvidas), além do âmbito das transações (locais o não), na explicação ao menos parcial da diferença descrita entre os resultados fornecidos nos Quadros 2 e 3.

²⁸ As crianças na faixa etária em tela, identificadas em transações que extrapolavam o âmbito local, mas se restringiram ao território da Província de São Paulo, corresponderam a 33,3% das que compõem o Quadro 2, e a apenas 8% das listadas no Quadro 3. Os percentuais correlatos, nos casos relativos a negócios interprovinciais, igualaram-se, respectivamente, a 14,3% e a 20%.



Ricardo P. Almeida, de Piracicaba, irmãos e sócios, eram os compradores. As escravas eram naturais das mesmas províncias de seus senhores e haviam sido matriculadas nos mesmos municípios nos quais eles residiam.

Destaquemos também a mais numerosa dentre as famílias apontadas no Quadro 3, abarcando três gerações. Ela era formada por dez pessoas, sete escravos e três ingênuos. Outros cinco cativos completavam o conjunto de 12 escravos comercializados em 12 de julho de 1879. Naquele dia, compareceram perante o Tabelião em Piracicaba os contratantes Antonio Bento de Camargo, vendedor, e Inocêncio de Paula Eduardo, comprador, ambos moradores naquele município. O lote de 12 cativos foi vendido por Rs 14:900\$000. Com a exceção de Primo, africano com 54 anos de idade, todos os demais eram naturais da província paulista; e igualmente todos, agora com a inclusão de Primo, haviam sido matriculados em Piracicaba. A esposa do velho africano era Ignez, de 41 anos, e os filhos escravos do casal eram Benedita (19), Albina (14), Maria (12), Francisco (10) e Carlos (8). Ignez era acompanhada por dois filhos ingênuos, e um outro ingênuo era filho de Benedita, solteira, a filha presente mais velha de Ignez.

Esse negócio registrado em 12 de julho de 1879 ilustra o último dos segmentos de crianças menores de 12 anos de que nos ocupamos neste artigo: os 30 ingênuos que não possuíam irmãos escravos naquela faixa etária (distribuídos, segundo ano de registro da escritura, na terceira coluna da Tabela 4 acima). De fato, além da numerosa família encabeçada por Primo e Ignez, o conjunto negociado por Antonio Bento e Inocêncio era formado também pelo casal Bento (32 anos) e Francisca (27). Embora eles não fossem acompanhados por nenhum filho escravo, eram três as crianças por eles geradas na vigência da Lei n. 2.040, as quais eram a partir daquela data repassadas do vendedor para o comprador, antigo e novo detentores do direito aos serviços daquelas crianças na forma da lei.

Além de Bento e Francisca, outros nove casais, ao longo do período 1874–1880, e em especial no triênio 1878–1880, foram negociados com filhos apenas ingênuos. Desses nove casais, três possuíam três filhos, quatro possuíam dois filhos e dois eram pais de apenas uma criança ingênuo. Um décimo primeiro casal, com três filhos ingênuos, possuía também um filho escravo, porém com mais de 12 anos e, por conseguinte, não inserido nos Quadros 2 ou 3. O conjunto de 30 crianças

ingênuas completa-se com quatro casos de mulheres solteiras e um de mulher viúva, cada uma delas acompanhada de um ingênuo.

Considerações finais

No período analisado neste artigo, de 1874 a 1880, Piracicaba possuía pouco menos de 20 mil habitantes, contingente no qual os escravos não atingiam os três décimos. Era um município dedicado principalmente à agricultura, sendo importante a lavoura de cana, porém apresentando maior destaque a cafeicultura. De fato, foram anos de grande expansão da produção cafeeira no Império brasileiro, expansão imbricada a uma nítida intensificação no ritmo do comércio interno de cativos. Os “municípios cafeeiros” sobressaíram-se então como pontos de chegada daquele tráfico.

Nossa atenção voltou-se ao segmento das crianças com 12 ou menos anos de idade, fossem elas escravas, comercializadas conforme escrituras registradas em Piracicaba, fossem elas ingênuas, mencionadas na mesma documentação e acompanhando, em obediência à legislação vigente, suas mães e eventualmente outros familiares sujeitos ao cativo e, por conseguinte, objeto das negociações ajustadas entre seus compradores e vendedores. Foram 61 crianças escravas e 59 ingênuos na faixa etária contemplada. Somados, esses 120 infantes corresponderam a cerca de um quinto do total de 616 pessoas transacionadas – ou com o direito ao usufruto de seus serviços transferido, no caso dos libertos pela Lei do Ventre Livre – nas escrituras que compulsamos.

Evidentemente, os negócios de compra e venda da mercadoria humana estão entre as melhores ilustrações da violência inerente ao cativo. Tais negócios possuíram sempre um elevado potencial de desorganização, em maior ou menor grau, da vida dos escravos. A comercialização de crianças cativas com 12 ou menos anos, desacompanhadas de familiares, poderia decerto representar um extremo dessa violência e desorganização, houvesse ou não outras pessoas integrando os lotes transacionados. Vimos que foram 15 as crianças que trocaram de senhores nessa condição, aproximadamente um quarto dos 61 escravos negociados. Dessas 15, apenas em duas situações as informações explicitadas na escritura poderiam servir de justificativa para a aparente

inobservância dos dispositivos legais. Em uma delas, Sebastiana, de 11 anos, “é filha de Antonia, hoje liberta”; na outra, Vicente, também com 11 anos de idade, “sem pais”, foi vendido com todos os demais escravos da Fazenda Boa Esperança, bem como a própria fazenda, para um novo proprietário.

Por conseguinte, 13 cativos com 12 ou menos anos de idade foram negociados desacompanhados de familiares e sem qualquer menção a motivos, a exemplo de uma pretensa orfandade, que evidenciassem não estarem essas crianças sendo separadas de seus pai e/ou mãe por conta das aludidas vendas. Percebemos a concentração desses casos no início do período analisado. Talvez esse fato indicie certa defasagem temporal em termos da efetiva aplicação da letra da lei. De outra parte, a verificação do desequilíbrio absoluto no que respeita ao sexo daqueles infantes – eram 13 meninos – permite vislumbrarmos que, da perspectiva dos escravistas, teria havido perfeita e rápida compreensão dos efeitos da libertação dos nascituros. Afinal, por que não comprar e vender esses moleques apesar da lei, se o risco fosse tão somente a eventual declaração de nulidade do negócio efetivado? Contudo, se assim era, por que foram apenas 13? Seria plausível sugerirmos a existência de riscos não explicitados, cuja possibilidade de identificação, no horizonte dos estudiosos, cresce na medida em que seja por eles atribuído maior peso a um protagonismo escravo em meio àquela sociedade escravista.

As crianças na faixa etária por nós selecionada, comercializadas com familiares, somaram 46. Em 21 desses casos, essas famílias compunham a totalidade dos lotes negociados, e em 25 foram transacionadas também pessoas não aparentadas. E foram 29 os ingênuos, irmãos mais novos desses 46 infantes, nascidos na vigência da Lei do Ventre Livre. Tenhamos claro que a presença de grupos familiares não garante que as famílias tenham sido completamente preservadas. Não à toa, foram poucas as situações envolvendo mais de duas gerações de famílias escravas. Vale dizer, as vendas de cativos “em família” de modo algum depõem contra a violência do cativo. Não obstante, tais vendas podem muito bem ser encaradas, ultrapassando a ótica do atendimento exclusivo do interesse dos escravistas, a partir da perspectiva privilegiada no feliz comentário crítico de Ciro Cardoso, manifesto em sua análise do tema da brecha camponesa; crítica esta decorrente do “[...] fato de muitos autores não tratarem as sociedades escravistas como verdadeiras sociedades, e

sim como uma espécie de campo de concentração generalizado” (Cardoso, 1987, p. 59).

Do conjunto de negócios por nós tratado neste artigo, convém destacar novamente, nestas considerações finais, aquele realizado em 12 de julho de 1879 e que envolveu três gerações de uma família escrava. O casal Primo e Ignez, respectivamente, com 54 e 41 anos de idade, transacionado com cinco filhos escravos, Benedita (19 anos), Albina (15), Maria (12), Francisco (10) e Carlos (8), havendo outras três crianças ingênuas acompanhando a família, duas delas filhas de Ignez, e a outra filha de Benedita. Cabe observar a inexistência de óbices legais a que Benedita e seu pequeno, bem como Albina, fossem separadas do restante da família. Todavia, não o foram. Inocêncio de Paula Eduardo os comprou a todos, além de mais cinco escravos, entre os quais outro casal, Bento e Francisca, sem filhos cativos e com três crianças ingênuas, de Antonio Bento de Camargo.

Comparados às vendas de crianças com parentes e não parentes, os negócios envolvendo pequenos escravos com 12 ou menos anos nos quais foram transacionadas *apenas* pessoas aparentadas abrangiam, em média, um número menor de cativos, e neles foi também significativamente menor a participação de casos nos quais tanto o pai como a mãe dos infantes estavam presentes. Ao que parece, a maior frequência de famílias nucleares acompanhava o predomínio de transações realizadas no âmbito local, ajustadas, portanto, entre contratantes residentes, tanto compradores como vendedores, em Piracicaba. Talvez fosse possível conjecturarmos que o tráfico envolvendo longos deslocamentos dos escravos tornasse mais fácil o encobrimento de eventuais inobservâncias dos dispositivos legais.

Em suma, apresentamos algumas reflexões acerca das características do comércio interno de crianças com 12 ou menos anos de idade, na forma como ele se apresentou em Piracicaba, São Paulo, no período de maior intensidade daquele tráfico, uma etapa concomitante ao movimento de expansão cafeeira paulista em sua trajetória em direção ao oeste da província.

Fontes

Livros especiais para transações envolvendo escravos (termos de abertura)

CONSTITUIÇÃO – “Servirá este livro com cento e cinquenta folhas para nele o segundo Tabelião Joaquim de Oliveira (ilegível) lavrar as escrituras de vendas de escravos (ilegível) Art. 3º. § 1º. do Dec. nº. 2.699 de 28 de novembro de 1860, além dos que são exigidos pelas (ilegível) em geral. Leva no fim o encerramento. Constituição, 28 de outubro de 1866. O Juiz Municipal. Manoel Avelino de Andrade.”

CONSTITUIÇÃO – “Servirá este livro pertencente ao Tabelião César para o lançamento das escrituras de vendas de escravos. Todas as folhas do livro irão por mim numeradas e rubricadas com a rubrica de meu uso, que é a seguinte: (ilegível) e pelo Termo de Encerramento se (ilegível) de suas folhas. Constituição, 14 de dezembro de 1874. O Juiz Municipal. Antonio José (ilegível) (ilegível).”

PIRACICABA – “Servirá este livro para serem lançadas as escrituras de compra e venda de escravos, passadas pelo 2º. Tabelião. Contém 46 folhas todas por mim numeradas e rubricadas com a rubrica que uso – C. Saraiva. Piracicaba, 22 de maio de 1878. Canuto José Saraiva.”

PIRACICABA – “Servirá este livro para nele serem lançadas as escrituras de compra e venda de escravos, passadas no Cartório do 2º. Tabelião Francisco Pimenta Gomes. Será por mim rubricado em todas as suas folhas, cujo número será declarado no termo de encerramento, com a rubrica que uso – C. Saraiva. Piracicaba, 20 de outubro de 1879. O Juiz Municipal. Canuto José Saraiva.”

Referências bibliográficas

- BASSANEZI, Maria Sílvia Casagrande Beozzo (org.). *São Paulo do passado: dados demográficos*. Campinas: NEPO-UNICAMP, 1998, 1 CD-ROM.
- BENINCASA, Vladimir; BORTOLUCCI, Maria Ângela Pereira de Castro e Silva. Fazenda Angélica e o Barão de Grão-Mogol. *Labor & Engenho*, v. 3, n. 1, p. 82-109, 2009.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COLEÇÃO de leis do Império do Brasil, 1808-1889. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>>. Acesso em 19/12/2014.
- DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro/Campinas: Paz e Terra/Universidade Estadual de Campinas, 1977.



- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 1985.
- LOBATO, Monteiro. *Cidades mortas*. 24. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LUNÉ, Antonio José Baptista de; FONSECA, Paulo Delfino da (orgs.). *Almanak da Província de São Paulo para 1873*. Ed. fac-sim. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado – IMESP/Arquivo do Estado de São Paulo, 1985.
- MARCONDES, Renato Leite. O financiamento hipotecário da cafeicultura no Vale do Paraíba paulista (1865-87). *Revista Brasileira de Economia*, v. 56, n. 1, p. 147-170, jan.-mar. 2002.
- MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo, seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953, 2 v.
- MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfozes da riqueza: São Paulo, 1845-1895*. Contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil-escravista à economia exportadora capitalista. São Paulo: HUCITEC/Prefeitura do Município de São Paulo, 1985.
- MILLIET, Sergio. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo de história econômica e social do Brasil*. São Paulo: s.ed., 1939.
- MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP/Annablume, 1999.
- MOTTA, José Flávio. O tráfico de escravos velhos (Província de São Paulo, 1861-1887). *História. Questões e Debates*, ano 27, n. 52, p. 37-69, jan.-jun. 2010.
- MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)*. São Paulo: Alameda/FAPESP, 2012a.
- MOTTA, José Flávio. A lei, ora a lei! Driblando a legislação no tráfico interno de escravos no Brasil (1861-1887). *História e Economia Revista Interdisciplinar*, v. 10, n. 1, p. 15-28, 1º semestre 2012b.
- MOTTA, José Flávio; MARCONDES, Renato Leite. O comércio de escravos no Vale do Paraíba paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870. *Estudos Econômicos*, v. 30, n. 2, p. 267-299, abr.-jun. 2000.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo*. Expansão e declínio (1765-1851). São Paulo: DIFEL, 1968.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista, 1850-1930*. São Paulo: IPE-USP, 1986.
- SLENES, Robert Wayne. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). *Estudos Econômicos*, v. 17, n. 2, p. 217-227, maio-ago. 1987.
- SLENES, Robert Wayne. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. 2. ed. corrigida. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.



TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. Um lavrador paulista do tempo do Império. Separata da *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, Divisão do Arquivo Histórico, Prefeitura do Município de São Paulo, n. CLXXII, 1966.

ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1975.

nas margens do atlântico: o comércio de produtos entre a África ocidental e o Brasil e sua relação com o *candomblé**

in the margins of the atlantic: the product trade between western africa and brazil and its relationship with *candomblé*

Rodrigo Pereira**

Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

O artigo versa sobre a formação de mercados consumidores de produtos da África Ocidental no Brasil atrelados às premissas religiosas do *candomblé* do século XIX ao XXI. Assim, observaremos como três elementos da cultura material – o azeite de dendê, os moluscos e o pano da costa – prefiguravam nas pautas de comércio entre o Brasil e a África no século XIX. Contudo, após o fim do tráfico e a consequente queda nas relações entre as duas margens do Atlântico, outras formas de manutenção desse comércio se desenvolveram no século XX e nas primeiras décadas do XXI. Em especial, em centros de comércio como o Mercado de Madureira (Rio de Janeiro), como espaço de oferta e consumo desses materiais. Tais locais permitiram a perpetuação das crenças e o desenvolvimento de mercados consumidores desses produtos na atualidade.

Palavras-chave: Candomblé. Comércio atlântico. Azeite de dendê. Pano da costa. Moluscos.

ABSTRACT

The article covers the formation of Brazilian consumers markets of Western African products from the 19th century to the 21st century, trade that was related to the *candomblé* religious assumptions. At first, we look the evolution of three fundamentals of material culture – palm oil, shellfish and the *pano da costa* (coastal cloth) – in the foreign trade between Brazil and Africa in the 19th century. However, after the end of the slave trade and the consequent fall in the relations between the two shores of the Atlantic, other forms of trade were sustained and developed in the 20th century and in the first decades of the 21st century. In particular, some trading centers, like the Local Market of Madureira (Rio de Janeiro), became supply and demand areas for these goods. These sites allowed the perpetuation of beliefs and the development of consumer markets for these products until today.

Keywords: *Candomblé*. Atlantic trade. Palm oil. *Pano da costa* (Coastal cloth). Molluscs.

* Agradeço a Frederico Antonio Ferreira pelo incentivo a este artigo e o compartilhamento de ideias para sua elaboração. Agência de fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Submetido: 4 de outubro de 2015; aceito: 20 de janeiro de 2016.

** Doutorando em Arqueologia (Museu Nacional, UFRJ). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e mestre em Arqueologia (Museu Nacional, UFRJ). Bacharel e licenciado pleno em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). *E-mail*: rodrigopereira.cso@uol.com.br

Introdução

Um ditado ioruba, amplamente difundido no Brasil, afirma: “cosi ewê cosi orixá” (“sem folha, sem orixá”). Além de aspectos religiosos e cosmológicos, o candomblé possui uma ampla materialidade associada ao culto dos ancestrais africanos divinizados. Os materiais mais utilizados são as plantas, os moluscos, os tecidos, os fios de conta e os objetos de cerâmica em barro e as faianças simples (entre outros). Boa parte dessa cultura material tem seu local de origem na África ou ainda nas diásporas animal e vegetal associadas ao processo de escravização de africanos para o Brasil (Rodrigues, 1964; Costa e Silva, 2012). Ao mesmo tempo, guarda grande relação identitária com o continente negro como reminiscência identitária da terra natal reelaborada no Brasil como uma fronteira interétnica (Parés, 2007). Todos eles possuem o que Pereira (2014a) e Appadurai (2010) indicam ser uma biografia de vida, ou seja, têm a capacidade de guardar em si as relações econômicas de aquisição e também as suas formas de uso ritual, tanto dentro dos terreiros de candomblé, como em suas formas de comercialização.

Autores como Lody (1977, 1979, 1992, 2010), Verger (1995), Barros (2000), Barros e Napoleão (2013) e Pereira (2014b) já atentaram quanto à materialidade do candomblé e seus usos nos ritos desse culto. Por sua vez, Verger (1987), Soares (1988), Costa e Silva (2012) e Cunha (2012), entre outros, já destacaram as relações estabelecidas entre as duas margens do Atlântico, considerando-o “como um rio” (Costa e Silva, 2003).

O presente artigo visa apresentar como, historicamente, os produtos utilizados nos diversos ritos do candomblé têm sido comercializados – desde o século XIX – no Brasil. Analisaremos a formação de fluxos comerciais dessas mercadorias entre a costa ocidental africana e os consumidores brasileiros, bem como a emergência do Mercado de Madureira (grande entreposto comercial do estado do Rio de Janeiro) como *locus* dessas relações de aquisição desses bens no século XX e início do XXI.

Ao mesmo tempo, pretendemos elucidar, como define Lange (1972), as relações sociais de produção e de distribuição de produtos através do tempo, mantendo “íntimas relações – nem sempre suficientemente explícitas – com as disciplinas teóricas de outras ciências sociais como a política, a sociologia, a antropologia e a psicologia social” (Szmrecsányi,

1992, p. 131). Ou seja, para nosso caso é interessante não desvincular os processos de produção e comercialização de aspectos da histórica cultural, social, política e oral como um todo, não como um objeto estanque (Szmrecsányi, 1992).

Para o presente artigo adotamos a perspectiva de Deedt (1977) para a cultura material segundo a qual o termo corresponde a qualquer segmento do meio físico modificado por comportamentos culturalmente determinados, em que poderemos entender como esses elementos têm sido trabalhados tanto como uma herança africana no e para o culto, como um meio de agência dos participantes do candomblé (na medida em que, pela necessidade do consumo, levaram o Mercado de Madureira a oferecê-los). Ao mesmo tempo, também compreendemos que os objetos possam ser analisados “[...] como tudo aquilo que é produzido ou modificado pelo homem e que, constantemente, é interpretado pelas pessoas [...]” (Carvalho; Funari, 2010, p. 50).

1. Os produtos africanos no Brasil: usos religiosos

Toda religião precisa de determinados suportes materiais para que suas práticas se concretizem em um determinado tempo e espaço. Marcel Mauss e Henry Hubert, em seu “Ensaio sobre a natureza e a função do sacrifício”, indicam a necessidade da transformação do profano em divino durante a realização dos ritos religiosos: “não há oferenda onde o objeto consagrado não se interponha igualmente entre o deus e o ofertante e onde este último não seja afetado pela consagração” (Mauss; Hubert, 2009, p. 149).

Dessa maneira, podemos perceber como determinados objetos do cotidiano dos africanos e de seus descendentes, tanto na África quanto no Brasil, têm uma dupla função: foram considerados materiais da alimentação, vestuário e comércio, mas também possuindo usos religiosos quando colocados nos contextos de suas matrizes cosmológicas.

Para fins deste artigo, focaremos em três segmentos da cultura material presente no candomblé e com relevância para a ilustração das relações comerciais entre a África e o Brasil: o azeite de dendê (proveniente do *Elaeis guineensis* Jacq.), os moluscos e o pano da costa. Os três materiais foram descritos por viajantes no Brasil e na África como elementos do

cotidiano religioso e secular dos povos daquele continente, mas no Brasil tornaram-se elementos ligados à religiosidade dos desembarcados como escravos e de seus descendentes. O uso cotidiano desses materiais pode ser notado, ainda que parcialmente, em obras com as aquarelas de Jean Batiste Debret (1989), para o caso do Brasil, e o relato do viajante português no Reino do Congo e a colônia portuguesa de Angola narrado por Alfredo de Sarmiento (1880), para o caso da África. Contudo, apesar do intenso uso no século XIX, tais produtos mantêm-se até a atualidade intrinsecamente ligados, para o caso do Brasil, aos cultos afro-brasileiros, possuindo um aspecto mais acentuado para fins religiosos do que seculares.

O dendezeiro (*Elaeis guineensis* Jacq.), também chamado de dendém, avoira ou palmeira de azeite, está ligado ao culto de Ogum no Brasil, sendo a árvore totêmica desse orixá. Existe um amplo espectro de uso dessa árvore no Brasil e no candomblé, do qual sete são destacáveis e registrados na história, na antropologia e na arqueologia. Primeiramente, do seu fruto é extraído o azeite de dendê utilizado na culinária dos terreiros e na preparação de alimentos para os orixás. Um segundo uso relaciona-se à confecção do *mariwó*, as folhas desfiadas da árvore que indicam cômodos sagrados nos terreiros de candomblé e são utilizadas na confecção das roupas de Ogum e Ossaim. Um terceiro uso está na produção de fitas, a partir da fibra verde das folhas, para a proteção em ritos mortuários (Pereira, 2015).

Da palha seca da folha é produzida a palha da costa, ou *ikó*, fibras que vestem e protegem Omolu, caracterizando o quarto tipo de utilização do dendê. Também dessa parte são produzidos os instrumentos de Nanã e Omolu, respectivamente o Ibiri e o Xaxará, o que denota a quinta forma de uso. Das amêndoas do dendezeiro processadas temos o sexto uso: a extração de um óleo, o *adí*, utilizado em ritos de Oxalá por ser translúcido (Barros; Napoleão, 2013).

Ainda do dendezeiro se extrai um tipo de vinho, chamado de *emu* ou vinho de palma, apresentando o sétimo uso da árvore. Por fim, Cacciatori (1988) indica um sétimo uso da planta: os frutos secos da espécie *Elaeis guineensis* Jacq. var. *Idolatríca* são utilizados na confecção de um *ifá* (oráculo advinhatório), constituído de cinco ou seis sementes dessa árvore.

Para os moluscos, Pereira (2014a) indica dois tipos de apropriação: a utilização na composição do oráculo advinhatório do candomblé e as



formas de usos rituais ou como adorno. No primeiro caso, utiliza-se a o búzio, que também é denominado de cauri, caurim ou eyó (*Monetaria moneta*), para a composição do *ifá*.

O *Ifá* pode ser compreendido como um orixá ligado à adivinhação do futuro e do destino, tendo o babalaô como seu sacerdote e dirigente de seu culto. Este oráculo pode ser composto [...] por búzios (*Monetaria moneta*) sendo utilizados 16 ou 32 búzios na sua composição (Beniste, 1999). Conforme Cacciatore (1988, p. 142), ele “[...] é a palavra de Orumilá (um dos títulos do Deus Supremo, como conhecedor do futuro) e assim faz parte da Divindade, da qual é mensageiro da luz [...]”. (Pereira, 2014a, p. 131-132)

Quanto aos usos litúrgicos e de adorno, Lody (2010) e Pereira (2014a) indicam que os moluscos são utilizados na produção dos fios de contas e na elaboração dos assentamentos dos orixás (conjunto material que denota a presença física da entidade no terreiro e que está ligado a cada um dos participantes do culto). Conforme Lody,

a categoria fio de contas é abrangente e generalizadora no imaginário convencionalmente rotulado como afro-brasileiro. Diferentes contas, de diferentes materiais, enfiadas em palha da Costa, cordonê, náilon, cumprem um texto visual de alternância de cores, quantidades, inclusões de outros materiais – *firmas*, figas, bentinhos, fitinhas, dentes de animais encastoados, crucifixos, santinhos fundidos em metal – e uma infinidade de relíquias que circulam pelo sagrado da Igreja e pelo sagrado do candomblé, do Xangô, da Umbanda, do Mina, entre outros. (Lody, 2010, p. 59)

Pereira destaca que

os fios de conta representam a ligação com o orixá de cabeça, com a entidade guia do terreiro ou ainda do dirigente da casa. Além da função religiosa, ele pode ser usado como adereço ou ainda como demarcador de pertencimento a uma “nação”. Em todos os casos, é uma materialização da devoção a determinada entidade. (Pereira, 2014a, p. 135)

O pano da costa, conforme Lopes, consiste em “um xale comprido que integra o antigo traje das mulheres africanas e crioulas na Bahia. Usado a tiracolo, sobre uma das espáduas, com as extremidades cruzadas na frente, ou negligentemente sobre o ombro” (Lopes, 2011, p. 530).



Consiste tanto em adorno de uso cotidiano, como uma das vestimentas necessárias ao culto dos orixás (Bahia, 2009). Para Pereira (2013a), ele ainda é indicativo do *status* da filha de santo dentro de um terreiro ou mesmo de seu prestígio e poder aquisitivo.

Também denominado de alaká (Cacciatore, 1988), o pano é utilizado em associação com colares, patuás e fios de conta, quando compõe o vestuário da baiana. Sua padronagem varia de listrados a cores vivas, liso, bordado ou rendado (Verger, 1987; Landes, 2002). Dentro dos candomblés, “as iaôs usam-nos amarrados ou enrolados sobre os seios, enrolado na cintura, sobre a bata (as ebâmi), às vezes preso ao redor da cintura – e assim também é visto na rua, nas festas do Bonfim ou nas baianas quituteiras – que são geralmente filhas de santo” (Cacciatore, 1988, p. 207).

2. Os fluxos comerciais entre a África Ocidental e o Brasil no século XIX¹

Os usos religiosos que os produtos acima citados têm para o candomblé também eram alvos de comércio entre o Brasil e África Ocidental, até o século XIX. Como afirma Verger (1987) para o caso do golfo do Benim e a Bahia, os dois lados do Atlântico mantinham estreita ligação comercial. Ferreira (2001) destaca, a partir do século XVIII, a fixação do comércio de aguardente e fumo do Brasil e de marfim, copal, azeite de dendê, pano da costa e outros produtos vindos dessa região.

É nesse sistema econômico de compra e venda que poderemos observar como os bens “religiosos” eram, naquele período, artigos comercialmente muito rentáveis ao Império do Brasil e aos reinos africanos, a ponto de serem produtos arrolados nas pautas comerciais de importação e exportação em ambas as margens do Atlântico, entre meados das décadas de 1850 e 1870 (Cunha, 2012).

No Brasil podemos perceber que os produtos vindos da África Ocidental eram comercializados nas regiões portuárias, possivelmente dire-

¹ Os dados trabalhados se restringirão ao comércio praticado na região do golfo do Benim. Contudo, faz-se necessário o aprofundamento dos estudos comerciais e econômicos entre a região de Angola e do Congo com o Brasil.

tamente aos africanos seus descendentes (Verger, 1987), mas também nas casas de quitanda ou zungus, como no caso da cidade do Rio de Janeiro (Soares, 1988). Esses locais, originalmente espaços de comensalidade e sociabilidade, tiveram papel decisivo na manutenção de uma identidade africana em diáspora e auxiliaram na formação de quilombos ou de processos de fuga de cativos negros:

O angu foi sem dúvida o elemento central que levou a criação das casas de angu e zungus. Por meio da alimentação – cujos senhores forneciam de má qualidade ou escassa – os escravos encontravam uma justificativa importante para se encontrarem, se socializarem, trocaram experiências, e, por que não, reabastecerem velhas lembranças da terra natal distante. Não deixa de ser digno de menção o fato de que no tempo que Debret retrata o angu era vendido também em quitandas [...]. Assim vemos como o angu alimento – misturado, mesclado – se torna uma metáfora da cultura popular de origem negra-africana: heterogênea, confusa, dispare, com vários significados – como várias receitas – e que se amolda com qualquer elemento, por mais diferente que seja. Vemos que na cultura escrava urbana de Recife – com uma história mais remota que no Rio de Janeiro, já que foi um dos primeiros pontos na costa brasileira que recebeu africanos escravos – tinha o angu como ponto central no plano alimentar e cultural, centro da culinária, e também da sociabilidade. (Soares, 1988, p. 32, 37)

Correlato a esses zungus, Soares (1988) nos traz uma informação de extrema valia: a presença de comerciantes africanos nessas casas e a venda de produtos do continente negro para escravos e seus descendentes (libertos ou ainda na condição de negros de ganho) em 1831. Popinigis (2013), para o caso de Florianópolis no século XIX (aproximadamente em 1850), além de descrever que essas casas de comércio tinham um caráter indenitário e religioso, destaca a presença de escravas africanas no comando desses locais, em especial de “pombeiros”² (considerados quase exclusivamente comandados por homens e não mulheres). Para a autora, a presença de tais locais de comércio está associada a aspectos de sobrevivência econômica dos próprios negros de ganho e da manutenção dos lucros dos senhores de escravos associados a eles. Popinigis (2013) destaca

² Espécie de mascate de rua vendedor de produtos diversos – de gêneros alimentícios a produtos manufaturados como tecidos.

ainda que esses espaços estariam relacionados a núcleos de resistência à escravidão, como também ao reforço das identidades africanas diaspóricas.

Graham indica que esses comerciantes “pertenciam, autenticamente, ao mundo Atlântico e carregavam, mesmo que de forma fragmentada ou imperfeitamente lembrada, os passados africanos do quais procediam” (Graham, 2012, p. 26). Isso é extremamente relevante para a consideração de que esses espaços de comércio negro vendiam não apenas alimentos necessários à reposição das forças despendidas no trabalho urbano, mas comercializavam produtos que remetiam à identidade africana ou ainda às expressões religiosas que serão denominadas de *candomblés*. Assim, o consumo de produtos da África poderia estar relacionado não apenas à manutenção de uma dieta alimentar, mas à perpetuação de uma identidade religiosa e étnica.

Para o caso de Salvador (BA), além da disseminação de ideias e produtos, os africanos ainda eram responsáveis pelo transporte marítimo desses gêneros entre a baía de Todos os Santos e o Porto de Salvador. Graham (2013) indica a presença de negros como marinheiros e comerciantes na Bahia do século XIX, sendo responsáveis não apenas pelo abastecimento e transporte de alimentos, mas também pela disseminação de ideias (como da Revolta dos Malês) e ainda de produtos vindo da costa africana:

Escravos e negros forros, estes na maioria africanos, faziam frete, viabilizavam a vida comercial da cidade. Como disse um residente: eram eles que moviam tudo: caixas, fardos, pipas, barricas, móveis, materiais de construção. Poderia também ter mencionado alimentos. (Graham, 2013, p. 44)

Dessa maneira, fica claro perceber que havia tanto comerciantes africanos de produtos, como outros afros que vendiam tais mercadorias tanto a uma população livre quanto a escrava. Esses gêneros, brasileiros e africanos, reforçam a assertiva de que havia um mercado consumidor de produtos africanos por africanos e seus descendentes no Brasil do século XIX.

A existência do comércio para além dos escravos parece não ter sido algo apenas complementar aos lucros dos negreiros. Para o caso da colônia portuguesa de Angola, José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, considerava que o período que iria da extinção do tráfico negreiro em 1850 até o momento da reabertura do Vice-Con-



sulado em Luanda (na década de 1855) era um momento de decréscimo das relações comerciais e dos contatos entre o Brasil e o continente africano. Para ele, com a diminuição drástica do tráfico de escravos no Atlântico, a produção agrícola na região de Angola crescia e, ao contrário doutros tempos, essa produção seguia para a metrópole portuguesa e de lá era distribuída no mercado europeu e brasileiro (AHI, 238/2/2).

Também Cunha (2012) indica que o comércio entre o golfo do Benim e a Bahia se caracterizava por um incremento de produtos que não apenas os escravos para a agricultura no Brasil. Para a autora, a presença de ex-escravos ou mesmo de populações mestiças retornadas da América após a Revolta dos Malês (1835) aqueceu as transações comerciais entre as duas margens do Atlântico. Assim, além dos comerciantes de almas, outros se instalaram na África, contribuindo para a dilatação da comercialização de outros produtos para os mercados brasileiros e africanos³. Para muitos desses homens, a estada na África significou a ascensão econômica e o *status* social (Marques, 2002).

Além dos comerciantes de cativos, a África Ocidental possuía seus próprios meios de comércio. Conforme nos informa Graham,

as mulheres iorubás, como os homens, se destacavam na manufatura. Elas cardavam e teciam algodão, tingiam pano de riscado azul e vermelho, extraíam azeite de dendê, fabricavam cerveja de milho, faziam jarros de barro e carregavam água, mas, principalmente, vendiam ou trocavam no mercado qualquer excedente, produzido pelos maridos, por outros suprimentos: tecido, sal, ferramentas e tintas corantes. Operavam numa rede de mercados que ia de pequenas vilas a grandes cidades – como o grande mercado de Ilorin, onde os comerciantes lidavam com algodão fino, cavalos árabes, espadas, sal e cativos – e que, ao fim e ao cabo, uniam o interior do território ioruba aos comerciantes árabes que viajavam em caravanas para o sul, desde as margens do Saara até o Sudão Central, canalizando mercadorias para a costa do Atlântico e, mais além, para portos europeus e americanos. (Graham, 2012, p. 42)

Dessa maneira, é possível observar como o comércio entre os dois lados do Atlântico estava colocado e em funcionamento no século XIX.

³ Para o presente artigo, daremos mais ênfase para os fluxos vindos da África Ocidental para o Brasil.



Aventamos que é a partir dele que determinados produtos passaram a ser mais amplamente ofertados e consumidos no Brasil. Como já afirmamos, talvez inicialmente como gêneros alimentícios, manufatureiros ou com conotação identitária, mas que, com o fim da escravidão, tenderam a ser alocados apenas como produtos religiosos ou remissivos à África.

Apesar da proibição do tráfico após 1830 e das dificuldades crescentes que se acumulavam nesse fluxo (principalmente o protecionismo comercial português a suas colônias africanas após a Independência do Brasil em 1822), as fortes relações econômicas construíram intercâmbios pessoais, familiares e de parcerias em diferentes atividades entre os mercados africanos e os mercados brasileiros (Accioli, 2012). Muitas vezes gerenciadas por parentes, ou mesmo por seus cativos, famílias de negociantes se dividiam entre um lado e o outro do Atlântico, mantinham-se em constante tráfego não só de pessoas, mas de notícias, produtos e correspondências (Ferreira, 2013). Assim, uma ponte entre o Brasil e a costa africana estava estabelecida:

Escravos eram comprados, caçados ou capturados na guerra e eram levados a pé por terra ou atravessavam de canoa uma rede de lagunas até os portos, onde negociantes pagavam por eles com sal, peixe e goma, assim como artigos de luxo, tais como tecido, contas de coral, tabaco baiano, búzios cauris usados como moeda, barras de ferro e armas. (Graham, 2012, p. 32-33)

De forma semelhante, Pierson descreve que

os pretos mantiveram durante muito tempo contato com a Costa Oeste da África. Mesmo depois da extinção do tráfico africano, navios transitavam regularmente entre a Bahia e Lagos, repatriando nostálgicos pretos emancipados e voltando com produtos da Costa Oeste, especialmente os utilizados no ritual afro-brasileiro tais como: búzios, sabão da costa, palha da costa e tiras de pano da costa. (Pierson, 1971, p. 276-278)

3. O dendê (*Elaeis guineensis* Jacq.)

Do ponto de vista agrícola-extrativista, há um destaque considerável para o comércio do óleo de palma ou dendê. É interessante observar

que o alvará régio emitido por dom João VI em 1813 isenta de pagamento de taxas alfandegárias o sabão e o azeite de palma vindos do arquipélago de São Tomé e Príncipe (*Collecção das leis do Brazil*, 1891). Com a Revolução Industrial na Grã-Bretanha, o óleo foi utilizado como lubrificante para o maquinário e para a produção de velas (Berger; Martin, 2000). A partir disso, tornou-se um dos produtos africanos com maior aceitação no mercado europeu nas primeiras décadas do século XIX. Tinha como seus principais fornecedores a região do delta do rio Níger, costa do Ouro (atual Gana) e o Daomé (atual Benim). O comércio desse óleo, nos séculos anteriores, também era relacionado ao tráfico de pessoas, porém, com o enfraquecimento deste, passou a ser considerado por britânicos e franceses como a alternativa mais promissora para a economia africana pós-tráfico de escravos (Ajayi, 2010). Para Cunha, o comércio de dendê entre a África Ocidental e o Brasil existia, mas “vegetou enquanto durou o tráfico” (Cunha, 2012, p. 140). O incremento nas transações do óleo na década de 1830 deve-se ao fácil escoamento da produção que se localizava no litoral. Até a década de 1850, o preço manteve-se estável. Contudo, no decênio de 1860, devido à intensificação do uso do petróleo, o dendê tem uma queda de 25% em seu preço. O material antes utilizado como lubrificante foi substituído (Cunha, 2012).

Verger (1987), Costa e Silva (2012) e Rodrigues (1964) são unânimes em afirmar a utilização do óleo na culinária afro-brasileira, bem como nos ritos dos candomblés da Bahia e dos demais estados (Lody, 1992). Contudo, o uso industrial do dendê não é verificado no Brasil devido à precária industrialização no século XIX (Szmrecsányi; Lapa, 1996), o que reforça o argumento do uso dele na comensalidade e religioso do produto.

Enquanto o uso industrial tinha uma queda, a aplicação do material na indústria de sabões e margarina, bem como na ração de gado, tem um acréscimo na década de 1870. Sobre tudo a Alemanha passou a comprar a matéria-prima para suas indústrias. A pressão inglesa pelo fim do tráfico levou chefes locais a iniciarem a produção do dendê de forma mais sistemática. É o caso do rei do Daomé, em 1841, que passou a produzir e exportar o óleo com o uso de mão de obra escrava, o que desagradava os interesses ingleses (Cunha, 2012).

Verger (1987) dá o ano 1846 como a primeira data de envio/comercialização do óleo para a Bahia. Conforme Cunha (2012), com o decréscimo do tráfico de escravos alguns negreiros brasileiros passaram a

incluir em seu lastro o dendê, como forma de complementar as rendas para o pagamento das viagens entre as duas costas. Para tanto, comercializavam fumo e aguardente na costa africana para a aquisição de recursos e do próprio óleo para o comércio no Brasil. Conforme Ross (1965), alguns comerciantes de escravos chegaram a se tornar produtores da palma entre as décadas de 1830 e 1860, na África. Contudo, a produção era apenas um apêndice ao tráfico de cativos e um meio de obter produtos para serem comercializados no Brasil.

Para Cunha (2012), com a diminuição paulatina do tráfico de negros, o comércio entre o Brasil e a África Ocidental, em especial o Porto de Lagos (atual Nigéria), que representava 5,5% das entradas brasileiras no local em 1880, cai para 1% após 1981. Na Tabela 1, abaixo, reproduzimos os dados fornecidos pela autora.

Tabela 1 – de comércio entre Lagos e Brasil, na segunda metade do século XIX

ANOS	IMPORTAÇÕES PARA LAGOS VINDOS DO BRASIL (£)	EXPORTAÇÕES DE LAGOS PARA O BRASIL (£)
1851	80.000	–
1869	29.526	9.438
1870	36.026	3.762
1871	17.135	14.179
1872	19.249	–
1877	30.727	10.475
1878	31.436	13.449
1879	28.746	20.218
1880	31.580	20.579
1881	27.177	14.856
1882	16.810	20.027
1883	16.719	6.083
1884	16.978	13.967
1885	19.238	10.764
1886	17.761	6.454
1888	9.483	8.237
1889	10.569	4.316
1904	2.275	507

Fonte: Cunha (2012, p. 144).

É perceptível no gráfico exposto em seguida que, entre os anos de 1851 e 1880, as exportações de Lagos para o Brasil foram de 13.150 mil

libras, enquanto as importações para Lagos, vindas do Brasil, foram de 33.800 mil libras. Contudo, as exportações africanas cresceram, em média, dentro do período citado acima, foram de 14,30%, enquanto as brasileiras, no mesmo período, obtiveram um decréscimo de, aproximadamente, 11%. Isso demonstra a pujança do comércio entre os dois continentes e a leve vantagem do continente negro.

4. O pano da costa

O pano da costa constituía-se em um tipo de tecido produzido, inicialmente, na África Ocidental e em outras regiões do continente e exportado para o Brasil (Lopes, 2011). Tradicionalmente, fazia (e ainda faz) parte do vestuário dos adeptos das religiões de matriz afro, sendo usado enrolado ao corpo. Caracteriza-se como um costume presente em diversas regiões africanas, como Costa do Marfim, Gana, Nigéria, Congo, Benim e Senegal. Para Cunha (1986), foi o principal produto africano consumido na Bahia, sendo realizado seu transporte por ingleses e franceses e fazendo parte do grande e lucrativo comércio na região.

Segundo Cunha (1986), no ano de 1857, quantidades enormes de panos da costa saíam, principalmente, de Lagos para o Brasil. O deslocamento de populações africanas como escravos para o Brasil e o retorno de ex-escravos para a costa do Benim foram responsáveis pela criação de novos mercados. Nesse mesmo ano, somente de Lagos, saíram cerca de 50 mil panos da costa para o Brasil e 130 mil de outros portos. Para o ano de 1888, Cunha (2012) informa que o valor exportado do tecido era da ordem de 3.367 libras (o que superavam as 2.600 libras vindas do dandê). Para a autora os motivos religiosos e étnicos são os responsáveis pela grande aceitação do produto no mercado brasileiro, pois os negros (escravos e forros) tendiam a reelaborar suas crenças. Na Tabela 2, apresentando as exportações de Lagos para o Brasil em 1889, observar o valor do pano da costa.

De forma semelhante, podemos observar que a tabela informa a presença de produtos de cunho religiosos, o que reforça a teoria de Verger (1987) sobre os fluxos e refluxos entre o Brasil e África quanto a elementos relacionados à religiosidade africana. Por exemplo, podemos ver listados: palha da costa (identificada como “palha”), utilizada como

adorno em roupas de orixás e em locais sagrados do candomblé; cabaças (utilizadas em ritos como o padê); contas (para a elaboração de fios de contas); nozes-de-cola (provavelmente a *Cola acuminata*, (P. Beauv.) Schott & Endl.), também denominada de obi e com usos em ritos de iniciação de neófitos; e sabão (ou mais conhecido como sabão da costa), com utilização em processos de limpeza ritual nos cultos afro-brasileiros).

Tabela 2 – Exportações de Lagos para o Brasil em 1889

PRODUTOS	VALOR (£)
Contas de colar	1
Cabaças	86
Tecidos de algodão	10
Pano da costa	2.306
Armarinhos	4
Nozes de cola	1.107
Azeite de dendê	2.842
Mantimentos	42
Manteiga de carité	283
Sabão	318
Palha ou fibra	97

Fonte: Cunha (2012, p. 151).

5. Os moluscos

Outro produto com grande demanda no mercado africano dos séculos XIX até a atualidade são os búzios. O nome científico da espécie – *Monetaria moneta* – indica seu uso histórico como meio circulante em regiões da África e no subcontinente indiano (Cacciatore, 1988). Sobre esse uso, Sandroni relata a utilização de outro molusco, a zimbo (*Olivancillarianna*), como moeda no Brasil e na África:

Tipo de concha utilizada como moeda durante parte dos séculos XVI e XVII em algumas regiões do Nordeste do Brasil Colônia, como a Bahia e o Maranhão. Prática já existente no passado em regiões africanas (Angola, Moçambique, Gabão, Madagascar, Zanzibar) e trazida para o Brasil pelos escravos. Os índios no Brasil utilizavam o zimbo como ornamento e davam grande valor a sua posse. A concha é semelhante a um búzio e seu nome científico, Olivancillarianna, originou-se de sua semelhança com uma oliva

(azeitona). Outra concha utilizada com o mesmo propósito durante o mesmo período no Brasil era o cauri (*Cipraea moneta*). (Sandroni, 1999, p. 646)

Autores como Lima (2012) indicam que a presença de búzios e outros moluscos é perceptível pelo registro arqueológico em locais com comprovada presença negra no século XIX. No caso do Rio de Janeiro, a região do entorno do Cais do Valongo apresentou esses materiais em contextos religiosos, conforme defende a autora.

Por falta de dados históricos mais precisos, podemos apenas destacar o fato indicado por Pereira (2014a): a maioria das espécies utilizadas no candomblé não possuem origem na fauna brasileira, mas sim provém de região da costa oriental e ocidental do continente africano, bem como zonas do oceano Índico e mar do Caribe (com exceção apenas da *Olivancillarianna*, presente nas duas margens do Atlântico). Na Figura 1, a seguir, reproduzimos o mapa de procedência das espécies malacológicas utilizadas no candomblé e listadas pelo autor.

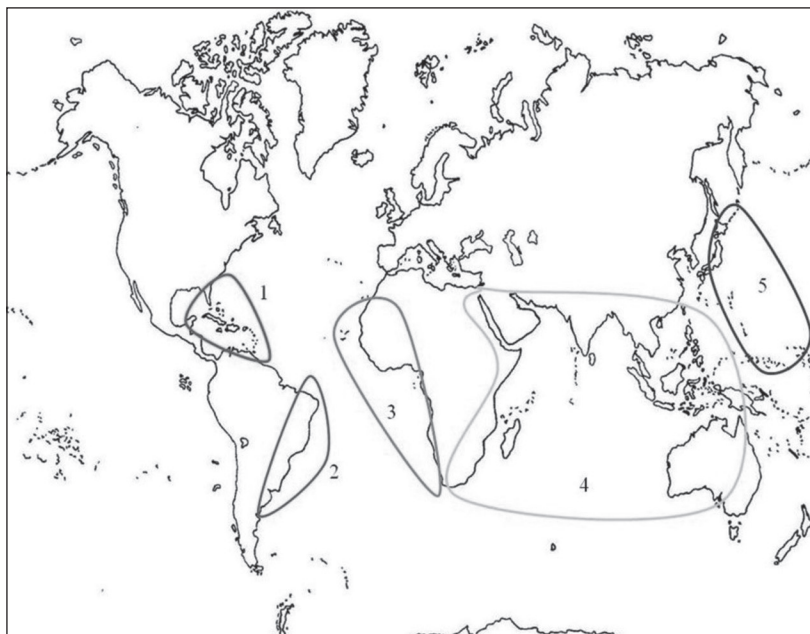
Contudo, Cruz (2010) lança uma luz tanto na procedência de determinadas espécies, quanto no trânsito destas entre a África e o Brasil. Para o autor, o zimbo (*Olivancillarianna*), a única espécie de molusco presente na costa brasileira e africana (atestado também por Pereira, 2014a), chegou a ser cultivado no sul do estado da Bahia, no século XVIII, para a utilização em transações comerciais na África. A hipótese central do autor é de que

a Comarca de Ilhéus não explorava ouro para as transações comerciais, e possuía engenhos que produzissem açúcar para hipotecar a fim de que comprássemos escravos. Então, a compra dos africanos que desembarcaram em Ilhéus durante o período colonial era financiada pela produção de alimentos, a exploração madeireira, dentre outras atividades econômicas, que garantiam a reprodução do escravismo na região. Neste sentido a exploração do zimbo teria sido uma atividade econômica complementar no âmbito da economia regional. (Cruz, 2010, p. 4)

Cruz (2010) registra a coleta e o transporte do molusco entre o sul da Bahia e a África devido à similaridade das espécies africanas e brasileiras. Baseando-se nos estudos de Alencastro (2000) e Costa e Silva (2002), o autor afirma que o molusco coletado no sul baiano era “exportado para as regiões do Congo e Angola” (Cruz, 2010, p. 6) e lá utilizado para

a aquisição de escravos para o sul baiano, tendo em vista que a espécie era considerada moeda na região (Costa e Silva, 2002).

Figura 1 – Mapa das zonas geográficas identificadas para os moluscos analisados



Legenda: 1) América Central, 2) Costa da América do Sul, 3) Costa ocidental da África, 4) Região indo-pacífica, 5) Oceano Pacífico. Fonte: Pereira (2014a, p. 140).

Analisando as fontes citadas pelo autor, chegamos a Alencastro (2000), que afirma que as exportações dos zimbos brasileiros chegaram a causar uma desvalorização durante todo o século XVII e o XVIII, até perder quase todo seu valor comercial na África. Costa e Silva complementa o fato da seguinte forma:

Era o sal, aliás, excelente moeda, e se transportava envolto numa espécie de caixa de bambu, a fim de melhor resistir às viagens de moedas e as grandes distâncias. Ao contrário do que sucedia no Congo e, em geral, ao norte do rio Dande, era a mínima aceitação das conchas como dinheiro. Além disso, o valor delas sofrera e continuava a experimentar desvalorização, pelo continuado acréscimo aos zimbos da ilha de Luanda dos cauris das Maldivas e

dos búzios da foz do rio Caravelas e de outras praias do Sul da Bahia, estes últimos trazidos em enormes quantidades. (Costa e Silva, 2002, p. 326)

Assim, percebemos como os dois lados do Atlântico se mantinham conectados comercialmente não apenas no século XIX, foco maior deste artigo, mas também nos séculos XVII e XVIII, atestando que o comércio de produtos não se relacionava apenas a fatores religiosos ou étnicos, como postula Cunha (2012), mas também a econômicos. Contudo, como aventado, parece-nos plausível que o fim do tráfico pode ter sido um dos fatores que levou à diminuição ou quase extinção de um comércio mais robusto entre a África e o Brasil. Concordamos com Rodrigues (1964), que defende que as relações entre os dois continentes tenham se malogrado devido à interferência britânica e de outros povos europeus, na medida em que estes passaram a ocupar comercialmente e territorialmente o continente africano:

Era melancólico presenciar-se a formalidade desses reconhecimentos e a indiferença com que se assistiu a retalhação em fatias sangrentas, pelas potências europeias, da África, a que fôramos ligados por tão firmes conexões [...]. Afastado o Brasil da África, a Grã-Bretanha, a França, a Bélgica e a Alemanha iniciaram a rapina para sua vantagem própria e começaram a preparar a concorrência africana aos nossos produtos tropicais. (Rodrigues, 1964, p. 209)

6. A consolidação do Mercado de Madureira como entreposto de venda de produtos afro-brasileiros nos séculos XX e XXI

Verger (1987) e Cunha (2012) destacam que o comércio entre o golfo do Benim e a Bahia se manteve, sobretudo, ligado a aspectos identitários e religiosos no início do século XX e durante boa parte de seu curso. Ruth Landes (2002), em suas pesquisas na década e 1930, ainda presencia a valorização de produtos africanos para a utilização em terreiros de candomblé. De forma semelhante, Pereira et al. (2012), ao realizar uma série de entrevistas com dirigentes de candomblés cariocas, destaca o apreço que eles ainda têm pelos materiais vindos do continen-

te negro. Cabe-nos, então, perguntar como esses materiais estão disponíveis para a compra.

Para o caso carioca, é possível notar que a abertura e expansão do Mercado de Madureira foi fator decisivo para a manutenção do comércio de produtos africanos em solo fluminense. Conforme Pereira et al.,

de elevada importância para a cidade do Rio de Janeiro o Mercado de Madureira é atualmente um dos comércios populares mais conhecidos e importantes do Brasil. Inaugurado oficialmente em 1914, mas já importante para região desde século anterior quando começara como uma feira livre, o então Mercado de Madureira se tornará até meados do século XX o mais importante polo comercial abastecedor da cidade do Rio de Janeiro, fornecendo inicialmente mercadorias que abasteciam os comércios varejistas e atacadistas de toda a cidade com a oferta de hortaliças, legumes, ervas diversas e animais vivos de variadas espécies. A partir de um quadro de crescente importância, esse centro distribuidor e fornecedor de produtos agropecuários tem acentuada a sua condição de entreposto comercial ao longo das décadas. Em fins da década de 1950, o mercado muda a sua sede deixando de ocupar o galpão onde hoje está situada a Escola de Samba Império Serrano e passa a ocupar outra região do bairro – entre a Avenida Ministro Edgard Romero e a Rua Conselheiro Galvão – ganhando novas instalações e passando definitivamente a ser um símbolo do comércio da cidade. Como consequência todo o comércio local se desenvolveu, a ponto do bairro de Madureira se tornar um dos maiores arrecadadores de impostos do Rio, e o mercado a fazer parte da vida das pessoas de toda a cidade. Mesmo passando por uma profunda crise nos idos da década de 1970, com a concorrência de novos centros distribuidores inaugurados na cidade – como a CEASA e a CADEG – e até um incêndio que o destruiu quase por completo em 2000. Em 2001 sua reconstrução é finalizada e em 5 de outubro suas portas são reabertas. (Pereira et al., 2012, s.p.)

Para a compreensão dessa importância destacada pelo autor, observaremos o desenvolvimento do local no século XX, em especial quanto à necessidade de fornecimento de gêneros alimentícios para a cidade do Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, da cultura material religiosa que passou a ser ofertada no local devido a uma associação entre a diáspora de terreiros para as periferias cariocas e a necessidade de aquisição de produtos que não eram mais produzidos nas dependências das casas de candomblé.

A implantação do Mercado de Madureira dá-se devido a dois fatores: o primeiro relaciona-se à posição do bairro e à formatação da malha ferroviária no Rio de Janeiro e o segundo devido às reformas urbanas do prefeito Pereira Passos no início do século XX. Madureira e bairros arredores (Cascadura e Oswaldo Cruz) caracterizavam-se como um ponto de ligação entre as zonas Norte e Oeste e a cidade do Rio e a Baixada Fluminense, em especial com a implantação, ainda no século XIX, mas expandida no século XX, das estradas de ferro Pedro II e Central do Brasil. Assim, o bairro passou a ser servido de serviços de trem de ambas as linhas, o que permitiu que se tornasse um elo entre diversos pontos da atual Região Metropolitana do Rio de Janeiro (na época Distrito Federal/estado da Guanabara e estado do Rio de Janeiro⁴). Conforme Martins (2009), isso influenciou diretamente a abertura de loja e da prestação de serviços à região em ambos os estados.

Ao mesmo tempo, as reformas urbanas implantadas pelo prefeito do Distrito Federal, Pereira Passos, entre 1903-1906, geraram uma “[...] crise [de alimentos na] área central [...]” (Martins, 2009, p. 40) da cidade carioca, advinda, especialmente, da proibição de feiras livres e de centros de comercialização de alimentos não regulamentados. Com essa crise, incentivou-se, nas periferias do Distrito Federal, a implantação de centros de comercialização e distribuição de alimentos, tal como implantando em Madureira com o seu entreposto comercial em 1914. Dessa maneira,

ao início de 1914, em nova intervenção do Governo municipal no sistema de abastecimento da Cidade [...] [promove-se] a concessão de pequenos mercados varejistas em vários bairros. Para o abastecimento desses varejos, em local atualmente sob as pistas de acesso do Viaduto Negrão de Lima, a Prefeitura, cercando o terreno e abrindo alamedas para a instalação de barracas permanentes, oficialmente [criando] o Mercado de Madureira. (Martins, 2009, p. 46)

⁴ Para uma boa compreensão dessa relação, é válido destacar que a Guanabara foi um estado da Federação existente até o ano de 1975, localizado no atual território do município do Rio de Janeiro. Em sua área, esteve localizado o antigo Distrito Federal. Ao mesmo tempo, o resto do atual estado fluminense denominava-se de estado do Rio de Janeiro, com sede na cidade de Niterói.



Com o advento da Primeira Guerra Mundial, ocorre um grave problema de abastecimento de alimentos para cidade, o que incentiva o governo distrital a revogar a proibição das feiras livres e, ao mesmo tempo, o incentivo à expansão de centros de comercialização de gêneros alimentares, como o de Madureira, “[...] o que em muito trouxe benefícios aos lavradores que no Mercado de Madureira negociavam os seus produtos” (Martins, 2009, p. 47). Assim, ao longo do século XX, o entreposto de Madureira vai se fixando como um grande centro de comercialização de alimentos referencial para o então Distrito Federal e a atual Baixada Fluminense.

Em 1929, constrói-se um primeiro pavilhão com boxes para abrigar os comerciantes do local, conforme indica Martins, o que reforça ainda mais o comércio na região:

Com obras complementares como o melhor calçamento das alamedas internas, mureta e a colocação a sua frente de um desvio das linhas de bonde, nessas novas instalações e com a maior presença do comércio atacadista de grãos, nos anos seguintes o Mercado de Madureira se transformaria no maior centro de distribuição de alimentos do subúrbio. A sua frente e em seu entorno, surgem lojas de comércio complementar e de apoio a sua atividade. (Martins, 2009, p. 52)

Com o advento da industrialização do Rio de Janeiro com a Era Vargas (1930-1945), há uma necessidade de oferta de alimentos, por meio de quitandas e armazéns, à população, o que leva o Mercado de Madureira a se configurar como um grande entreposto de venda a atacado de gêneros alimentares. Devido a isso, o local torna-se extremamente inadequado a esse fim, o que levará a uma reforma efetuada na década de 1940. Contudo, já na década seguinte a demanda por alimentos tornava o local com a mesma inaptidão de espaço observada anteriormente (Martins, 2009).

Assim, ocorre uma ampla reforma que resulta na inauguração do Entreposto Comercial de Madureira em 18 de dezembro de 1959, com a presença de Juscelino Kubitschek. O local fora expandido e construído uma quantidade maior de boxes de comercialização de produtos. Ainda conforme Martins (2009), apesar de eventos de incêndio ocorridos no local, desde a década de 1960 o local permanece como referencial para gêneros alimentares, mas assumiu a comercialização de outros produtos



(como roupas, material escolar e gêneros religiosos) a partir de demandas colocadas aos comerciantes do local. Dessa maneira, podemos associar, agora, o desenvolvimento do comércio de produtos religiosos em meados do século XX até o XXI.

Localizado numa região periférica da cidade, o Mercadão inicia suas atividades coincidindo com a expansão dos terreiros de candomblé do centro para bairros da periferia da cidade e os municípios que compõem a região do Grande Rio, devido a perseguições policiais e à busca por espaços maiores para comportar as atividades rituais (Pereira, 2014b) em 1914. Assim, na medida em que mais e mais os terreiros se transferiam para bairros como Madureira, Oswaldo Cruz, ou para municípios como São João de Meriti, Nova Iguaçu ou Nilópolis, o entreposto iniciou a oferta de produtos de cunho religioso afro concomitante com uma de suas primeiras atividades: a venda de animais para a alimentação da população. Na Figura 2, a seguir, adaptamos um mapa fornecido por Pereira (2014a) com os fluxos de dispersão histórica dos terreiros e a localização do Mercadão de Madureira, para ilustrar esse fluxo.

Conforme Pereira (2013b), o Mercadão era um entreposto que oferecia a possibilidade de aquisição de animais vivos – especialmente aves. Na medida em que os terreiros de candomblé foram se instalando em locais relativamente próximos a ele, dirigentes do culto passaram a utilizá-lo para a aquisição desse tipo de material para a realização de seus cultos rituais. Iniciou-se uma procura por outros elementos para estes, em especial os materiais de barro (alguidares), contas e moluscos (especialmente a *Monetaria moneta*). A demanda levou os lojistas a ofertarem tais produtos, o que foi caracterizando o local como um espaço livre de perseguições às religiões de matriz afro e também um espaço onde era possível adquirir o necessário para a manutenção das cerimônias do candomblé em seus terreiros (Pereira, 2013b).

Ao observarmos a Figura 2, a seguir, constataremos que o Mercadão, fundado em 1914, está inserido entre a segunda e a terceira fase de expansão dos terreiros, ou seja, entre os anos de 1940, 1950 e até a atualidade. Assim, fica claro perceber que existe uma relação entre a fixação da oferta de bens de cunho religioso e a expansão dos terreiros para a região que compõe a região do Grande Rio de Janeiro (Pereira, 2013b, 2014b).

Dessa forma, o Mercadão de Madureira, ao longo de seu desenvolvimento, passa a ter um cunho religioso destacável. Conforme Pereira et al.,

ao caminhar pelo Mercado de Madureira podemos vislumbrar em muitas lojas esculturas de entes sagrados para as cosmologias dos cultos afro-brasileiros como Tranca Ruas, Maria Padilha, Zé Pelintra, São Lázaro, São Jorge, Cosme, Damião e Doum. O que a princípio parece ser um simples produto a venda, se revela como objeto sacralizado pela fé popular. As imagens em gesso recebem dos passantes mostras de devoção por meio de gestos corporais e retribuição de dádivas. Essas esculturas são guarnecidas por oferendas como bebidas, moedas, fitas, pedaços de papéis com pedidos, flores e diferentes formas de reverência gestual. Tal fato demonstra a apropriação do espaço do comércio usual, interpretado pelos seus usuários como espaço de celebração do sagrado. Os comerciantes do mercado realizam há nove anos uma carreta devocional a Iemanjá, que percorre a cidade até chegar em Copacabana, reunindo centenas de pessoas em torno da fé ao orixá dos mares. (Pereira et al., 2012, s.p.)

Nas entrevistas realizadas por Pereira et al., temos a seguinte posição de um dos lojistas do Mercado sobre os produtos religiosos:

Essa relação é bem antiga, isso já vem, vamos dizer, há um bom tempo o Mercado é dado como ponto, né [sic] de artigos religiosos. Mas, há um tempo atrás as pessoas que vinhas (sic) nas casas de artigos religiosos elas tentavam se esconder, não gostavam de aparecer... Graças a Deus este tempo foi passando e hoje as lojas de artigos religiosos são bem modernas, bem iluminadas, não é uma caverna, né [sic]. As pessoas entram à vontade, compram à vontade, não tem mais aquela expressão de estar se escondendo, né [sic]. Então eles entram aqui bem e ficam à vontade. Hoje são casas bem bonitas que vende (sic) artigos até para todo tipo de religião. Mas ficou o foco no Mercado de Madureira [como] sendo... é [sic] de artigos religiosos, e há muito tempo... [Hoje] Tem mais de 30 lojas aqui dentro e o tempo foi... é [sic] mostrando isso, e as pessoas depois que começaram a perceber que as lojas de artigos religiosos não é [sic] uma caverna, elas entram, falam, comentam... e aí foi aparecendo mais né [sic]. Mas sempre existiu, [mas] hoje em dia a coisa está mais divulgada, antigamente não. (Pereira et al., 2012, s.p.)

Sobre a realização das festas no Mercado associadas ao público afro-religioso e sobre a relação entre elas e o incêndio que destruiu o local em 2000, o entrevistado relata:



A gente faz a Festa de Iemanjá, mas a gente já apoiou a Festa de Preto Velho, temos um projeto para a Festa de Ogum... [a] alvorada aqui no Mercado. E o Mercado, quando eu falo em Mercado, são os artigos religiosos, os lojistas. E quando a gente fala vamos a tal festa, o pessoal vem, apoia, ajuda, manda algum tipo de brinde, e isso foi crescendo. Então, o Mercado de Madureira, o maior apoio que ele faz, que eles fazem na festa, é o de Iemanjá [que] nós criamos pra [sic] agradecer, na verdade, [pela recuperação do local] [d]o incêndio que destruiu todo o Mercado... a imprensa toda teve aqui dentro pra [sic] mostrar que o Mercado acabou. Mas na hora... 2001, outubro de 2001, que nós abrimos para o público, isso aqui ficou vazio, porque ninguém sabia que tinha voltado. Então era uma maneira da gente agradecer o nosso retorno ao trabalho, mas também divulgar que o Mercado estava, de novo, atendendo a população. (Pereira et al., 2012, s.p.)

Sobre o referencial que o Mercado de Madureira se configurou entre os adeptos das religiões de matriz afro-brasileiras, o projeto de Pereira conseguiu em suas entrevistas o seguinte dado referente às décadas de 1960 a 1970:

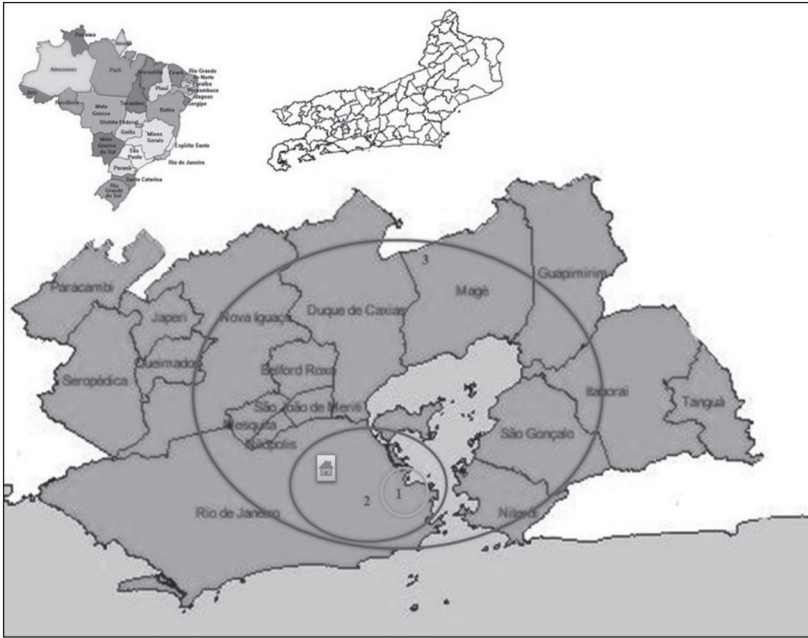
Como a gente não produzia todos os animais e plantas, íamos no Mercado para compras as folhas e os animais. Alguns a gente produzia aqui, mas nem tudo a gente tinha como criar nos fundos do terreiro, aí íamos pra (sic) Madureira e lá comprávamos os bichos e os alguidares que usávamos nas festas. (Pereira, 2015–2018, s.p.)⁵

A partir desse relato oral, podemos observar como o Mercado de Madureira era uma possibilidade de aquisição de materiais quando o espaço disponível nos terreiros não permitia a criação de animais e folhas, além de se configurar como um local onde era (e ainda é) possível adquirir elementos cerâmicos produzidos em torno para os rituais dos cultos afro-brasileiros.

⁵ É importante esclarecer que o referido projeto consiste no doutoramento do autor e encontra-se em desenvolvimento e com previsão de término em 2018, incluindo atividades de escavação arqueológica em um terreiro de candomblé, no município de Duque de Caxias, levantamento de história oral e trajetória de vida do dirigente do local (já falecido) e membros da casa. Em especial, objetiva-se elucidar como ocorre a formação do registro arqueológico em locais de religiosidade afro-brasileira. O projeto realiza-se com o apoio institucional do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista (UFRJ) e a Prefeitura do município de Duque de Caxias (RJ).



Figura 2 – A dispersão histórica dos terreiros de candomblé no Grande Rio de Janeiro – do século XIX até a atualidade



Legenda: 1) Da segunda metade do século XIX até a década de 1930, 2) Anos 1940, 3) Anos 1950 aos dias atuais. Ícone: localização do Bairro de Madureira e entreposto comercial do Mercadão. Fonte: Pereira (2013b, p. 147-148, com adaptações).

Na segunda década do século XXI, o Mercadão de Madureira constitui-se, então, em um condomínio de quase 200 lojas, tendo como base o ano de 2014. Dentre estas, 22 dedicam-se a vendas de materiais de candomblé, ou seja, 11% do total. As lojas dedicadas à religiosidade afro-brasileira perdem apenas, em quantidade, para as de brinquedos (47 lojas e 23,5% do total de estabelecimentos). Do exposto, fica clara a identidade comercial correlata às religiões de matriz africana⁶.

Assim, fica claro que, para o Rio de Janeiro, o Mercadão de Madureira foi a solução para a aquisição de produtos de origem africana e também um local de religiosidade afro-brasileira. Os produtos que, no século XIX,

⁶ Dados obtidos em consulta ao *site* do entreposto: <<http://www.mercadaodemadureira.com/index13.php>>. Acesso em 6 de março de 2015.

faziam parte da pauta de comercialização entre o Brasil e a África passam a ter um novo polo de venda não mais correlato às regiões portuárias, mas sim interiorizado no município do Rio de Janeiro e longe de possíveis perseguições que ocorreram até meados da década de 1970.

Seria um equívoco pensar em uma continuidade da oferta desses produtos ou apenas a transferência do local de comercialização. Aven-
tamos que, de outro modo, as necessidades dos terreiros de candomblé em adquirir determinados produtos tenha incentivado os lojistas do Mercado a ofertarem tais produtos devido a uma demanda do mercado⁷.

Ao analisar os moluscos comercializados no local, Pereira (2014a) informa, por exemplo, que, do universo de 16 moluscos estudados, “dentre as espécies comercializadas no Mercado de Madureira para o período analisado duas são provenientes do litoral brasileiro, uma da América Central, uma da Costa Ocidental africana, dez da região Indo-Pacífica” (Pereira, 2014a, p. 137). O autor indica, como já apresentado na Figura 1, uma prevalência de espécies da região indo-pacífica:

Com base no mapa elaborado a partir das informações sobre a procedência das espécies, podemos descrever sua origem da seguinte forma: Na América Central e Sul temos a *Strombus pugilis*; da costa atlântica da América do Sul, a *Zidona dufresnei*; da costa Ocidental da África a *Pugilina morio*; da região Indo-Pacífica a *Conus figulinus*, a *Conus planorbis* ou *Conus quercinus*, a *Cymbiola vesperilio*, a *Cypraea caputserpentis*, a *Monetaria moneta*, a *Cypraea tigris*, a *Cypraea vitellus*, a *Lambis scorpius*, a *Strombus aurisdiane*, a *Turbo petholatus* e a *Vasum turbinellu*; Da Costa do Pacífico temos a *Strombus aurisdiane* e a *Strombus sinuatus*. (Pereira, 2014a, p. 137)

Assim, para o caso dos moluscos, é possível entender que haja uma entrada de produtos importados no Mercado de Madureira. Contudo, pela própria organização das informações do local, é impossível averiguar a forma e a quantidade comercializadas e trazidas para o Brasil.

Sobre a produção de óleo de dendê, tem-se que a região Norte e Nordeste, em especial Pará, Bahia e Amapá, como principais produtores

⁷ Por mercado é compreendida a relação de compra e venda de produtos e serviços intermediados por um preço pago em moeda corrente, conforme defende Mankiw (2009).

do produto⁸. A produção anual no Brasil gira em torno de 120 mil toneladas entre os anos de 2006–2007 (Nunes, 2007, p. 4)⁹. Contudo,

entre 1996 e 2005, foram registradas importações brasileiras de óleo de palma somente no ano de 1997 e no triênio de 2003–2005. O melhor resultado foi verificado em 2004, quando desembarcou no Brasil um volume de 14,3 mil toneladas, totalizando US\$ 7,4 milhões. O maior volume de óleo de palma importado pelo Brasil refere-se ao óleo refinado [...] As importações brasileiras de óleo de palma em bruto foram originárias, entre 2003 e 2005, de três mercados (Colômbia, Equador e Indonésia), que se revezaram no fornecimento. Em 2003, a totalidade das compras foram efetuadas na Colômbia; em 2004 na Colômbia e na Indonésia e, em 2005, no Equador. (Brasil Export, 2014, p. 5)

Para o caso das religiões afro-brasileiras, podemos entender que seja a produção nacional que abastece locais como o Mercado de Madureira. Os valores de importação, conforme o Brasil Export (2014), têm utilização industrial. Assim, o Mercado de Madureira comercializa apenas o produto produzido no país. Dados etnográficos de Pereira (2013a) indicam que, no caso do Rio de Janeiro, há uma predileção pelo dendê produzido na Bahia, a escolha relaciona-se a fundamentos religiosos, que consideram o referido estado como possuidor de axé (a energia vital que é utilizada nos ritos do candomblé).

Quanto ao pano da costa, sabe-se que sua produção consiste ainda em formas artesanais e em pequena escala. Cunha Junior (2010) destaca que vários terreiros de candomblé e mestres girôs soteropolitanos mantêm a produção de forma tradicional – em teares manuais ou movidos com os pés – para a venda a religiosos do culto ou para fins de adorno a turistas.

⁸ Conforme informa a *Agência EMBRAPA de Informação Tecnológica*. Disponível em <<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/agroenergia/arvore/CONT-000fbl23vmz02wx5eo0sawqe3valo63n.html>>. Acesso em 6 de março de 2015.

⁹ Infelizmente não encontramos dados mais atualizados disponíveis nos órgãos de pesquisa do governo federal.

Considerações finais

Cabe-nos, por fim, perguntar o porquê da relevância de determinados centros como o Mercado de Madureira na venda de produtos religiosos aos adeptos das religiões afro-brasileiras. Seria apenas mais cômodo a aquisição à produção própria desses elementos ou existem outros fatores econômicos, geográficos e sociais tencionando o consumo?

Para o caso do Rio de Janeiro, a pesquisa de Pereira (2013b) nos dá uma resposta a esse questionamento. Conforme o autor, diante das perseguições que os terreiros sofreram entre o fim do século XIX e desenvolvimento do XX, várias casas se transferiram para locais mais afastados do centro da cidade em busca de liberdade para suas manifestações. Ao se deslocaram, nem sempre o espaço disponível era suficiente para que houvesse a produção de gêneros como o óleo de dendê, no que ele denominou de “espaço mata” (Pereira, 2013b) – aquele espaço ritual de uma casa de candomblé onde são cultivadas as plantas utilizadas nos ritos dos cultos aos ancestrais africanos. Assim, para o autor, há uma especialização da produção dos vegetais para o candomblé, ou seja, cultivam-se apenas as plantas que são necessárias aos ritos:

[...] Como há um espaço limitado pelo desenvolvimento urbano e populacional no entorno dos axés, as plantas selecionadas e destacadas seriam as únicas possíveis de cultivo se pensarmos nas limitações de crescimento das áreas dos terreiros. Não podemos nos esquecer que a urbanização tem tornado as periferias, onde estão localizados os terreiros, cada vez menos afastadas dos centros econômicos das cidades. O que nos permite pensar que o conceito do que é periférico tem passado por reformulações e tem se tornado menos um valor geográfico e mais um valor econômico e social. (Pereira, 2013b, p. 140)

A especialização leva em consideração que locais como o Mercado de Madureira permitem a aquisição de determinados vegetais não produzidos ou mesmo o óleo de dendê, já que “esta disponibilidade de compra também se relaciona a outras situações advindas da urbanização, em especial a diminuição das áreas de mata e capoeiras onde [...] os vegetais poderiam ser coletados pelos axés” (Pereira, 2013b, p. 140). Assim,

fica claro que o duplo movimento de oferta de plantas e o crescimento urbano estão ligados à diminuição de locais de coleta vegetal. Este fato tem correlação com o espaço mata, sobretudo, resultando em uma especialização do local para comportar traços identitários mínimos que representem o valor da ancestralidade. (Pereira, 2013b, p. 140)

O mesmo princípio de compra aplica-se aos moluscos, pois as praias não teriam esses materiais disponíveis para coleta ou mesmo não permitem que as valvas fossem obtidas naturalmente, pois as espécies utilizadas não são da malacofauna brasileira (Pereira, 2014b). Dessa maneira, o Mercado de Madureira supre uma necessidade religiosa que extrapola a não produção dentro do terreiro, mas relaciona-se a necessidade do uso, quase obrigatório a determinados ritos, de espécies africanas.

O pano da costa segue a mesma tendência, diferencia-se historicamente por ser um bem produzido de forma manual e vendido a adeptos dos cultos. Ao contrário do dendê e dos moluscos em que se criaram mercados consumidores desses elementos, a produção do pano da costa sempre esteve ligada a processos de comercialização entre seus produtores e consumidores.

Assim, longe de descaracterizar as atividades rituais historicamente desenvolvidas nos terreiros, a possibilidade de aquisição de determinados materiais, associada à ação dos dirigentes das casas de candomblé, gera, conforme Pereira, uma unicidade ao local:

Por outro lado, conforme Santos (1988, p. 13), “quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos”. Assim, se por um lado existem soluções adotadas quanto à vegetação a ser utilizada – especializando-as – mais singulares se tornarão os terreiros. Isso possibilita um maior “capital cultural” (Bourdieu, 1996) para os locais, na medida em que cada arranjo de espaço, seja ele o mata ou ainda os edificados, o torna único em sua constituição. (Pereira, 2013b, p. 141)

Conclusivamente, percebe-se, então, que a oferta de produtos africanos em mercados como o de Madureira tende a se caracterizar duplamente como uma resposta mercadológica a uma necessidade de consumo e, ao mesmo tempo, um modo de perpetuação das formas de religiosidade desenvolvidas no candomblé e que possuem estrita ligação com a utilização de produtos africanos.

Sendo economicamente viáveis à oferta e procura, locais como este suprem uma lacuna que, no século XIX, foi preenchida pelo trânsito entre os dois lados do Atlântico e conecta, na atualidade, sob novas formas e em novas perspectivas, os mercados africanos e brasileiros. Esperamos, portanto, ter deixado claro que havia e ainda há uma ligação comercial entre pontos da África e do Brasil para alguns produtos utilizados nos candomblés no país. Se o fim do tráfico levou a um decréscimo das transações, a perpetuação das religiões de matriz africana conseguiu gerar no mercado meios e locais de manterem a comercialização de produtos considerados essências para a realização de seus ritos e adorações a seus espíritos ancestrais.

Fontes documentais

ARQUIVO Histórico do Itamaraty, 238/2/2.

COLLECÇÃO *das leis do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891 (1808-1889).

Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao1.html>>. Acesso em 17 de janeiro de 2015.

Referências bibliográficas

ACCIOLI, Nilma Teixeira. *José Gonçalves da Silva à nação brasileira*. Disponível em <http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/nilma_accioli_pnap.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2012.

AJAYI, J. F. A. de. África no início do século XIX: problemas e perspectivas. In: AJAYI, J. F. A. de (org.). *História geral da África*. VI: África do XIX à década de 1880. Ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 1-27.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: UFF, 2010.

AZEVEDO, André Nunes de. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, p. 39-79, maio-ago. 2003.

BAHIA. Governo do Estado. *Pano da costa*. Bahia: Governo do Estado/Secretaria de Cultura/Fundação Pedro Calmon, 2009.

BRASIL Export. Guia de Comércio Exterior e Investimento. *O mercado brasileiro para óleo de palma (azeite de dendê) equatoriano*. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Ministério das Relações Exteriores/Ministério do Desenvolvi-

- mento, Indústria e Comércio Exterior, 2014. Disponível em <<http://www.brasiexport.gov.br/sites/default/files/publicacoes/PSCI/PSCIEquadorOleoP.pdf>>. Acesso em 6 de março de 2015.
- BARROS, José Flávio Pessoa de. *O banquete do rei... Olubajé: uma introdução à música afro-brasileira*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2000.
- BARROS, José Flávio Pessoa de; NAPOLEÃO, Eduardo. *Ewé Òrìsà: uso litúrgico e terapêutico dos vegetais nas casas de candomblé jêje-nagô*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- BENISTE, José. *Jogo de búzios: um encontro com o desconhecido*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BERGER, K. G.; MARTIN, S. M. Palm oil. In: KIPLE, Kenneth K.; ORNELAS, Kriemhild Conèè (orgs.). *The Cambridge world history of food*. V. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 388-396.
- CACCIATORI, Olga Guidolle. *Dicionário de cultos afro-brasileiros*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- CARVALHO, Aline Vieira; FUNARI, Pedro Paulo A. Discussões recente sobre a cultura material e o patrimônio científico. *Revista Paradeshã*, p. 49-52, maio 2010.
- COSTA E SILVA, Alberto da. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- COSTA E SILVA, Alberto da. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.
- COSTA E SILVA, Alberto da. *Imagens da África: da Antiguidade ao século XIX*. São Paulo: Penguin, 2012.
- CRUZ, Ronaldo Lima da. Conchas valem dinheiro, escravos são como zimbos: a efemeridade da extração do zimbo no sul da Bahia. *Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), ano I, n. 1, p. 1-13, ago. 2010.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. *Tecnologia africana na formação brasileira*. Rio de Janeiro: CEAP, 2010.
- DEBRET, Jean Batiste. *Viagem pitoresca e histórica do Brasil (1834-1839)*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- DEETZ, James. *In small things forgotten: the archaeology of early American life*. New York: Anchor Books, 1977.
- FERREIRA, Roquinaldo. Dinâmica do comércio intracolônia: geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 223-378.



- FERREIRA, Roquinaldo. Biografia como história social: o clã Ferreira Gomes e os mundos da escravização no Atlântico Sul. *Vária História*, v. 29, n. 51, p. 679-719, 2013.
- GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal* (Salvador, 1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. Ser mina no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Afro-Ásia*, n. 45, p. 25-65, 2012.
- ISAACMAN, Allen F. Os países da bacia do Zambeze. In: AJAYI, J. F. A. de (org.). *História geral da África*. VI: África do XIX à década de 1880. Ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 211-247.
- LANDES, Ruth. *A cidade das mulheres*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- LANGE, Oskar. A economia marxista e a moderna teoria econômica. In: HOROWITZ, David (org.). *A economia moderna e o marxismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- LIMA, Tania Andrade. Arqueologia da diáspora africana, Rio de Janeiro, século XIX: o caso do Valongo. COMUNICAÇÃO FEITA À 4ª REUNIÃO DA SAB SUDESTE: NOVOS PROBLEMAS, NOVOS ENFOQUES, NOVOS RESULTADOS. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 5 a 7 de novembro de 2012.
- LODY, Raul. *Pano da costa*. Rio de Janeiro: Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1977.
- LODY, Raul. *Santo também come: estudo sociocultural da alimentação cerimonial em terreiros afro-brasileiros*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.
- LODY, Raul. *Tem dendê tem axé: etnografia do dendezeiro*. Rio de Janeiro: Pallas, 1992.
- LODY, Raul. *Jóias de axé: fios de conta e outros adornos do corpo – A joalheria afro-brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- LOPES, Neil. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- MANKIW, N. Gregory. *Introdução à economia*. 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
- MARQUES, João Pedro. Tráfico e supressão no século XIX: o caso do brigue *Vêloz*. *Africana Studia*, n. 5, p. 155-179, 2002.
- MARTINS, Ronaldo Luiz. *Mercadão de Madureira: caminhos de comércio*. Rio de Janeiro: Condomínio do Entreposto Mercado do Rio de Janeiro, 2009.
- MAUSS, Marcel; HUBERT, Henri. Ensaio sobre a natureza e a função do sacrifício (1899). In: MAUSS, Marcel. *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 2009 (1899), p. 141-227.
- NUNES, Sidemar Presotto. Produção e consumo de óleos vegetais no Brasil. *Boletim Eletrônico – Conjuntura Agrícola*. Brasília, Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais, n. 157, p. 1-10, 2007.
- PARÉS, Luís Nicolau. *A formação do candomblé: história e ritual da nação jê na Bahia*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.
- PEREIRA, Rodrigo. *No reino das duas senhoras: etnografia do rito do axexê no Ilê Omô Oyá* (São Gonçalo, Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013a (Dissertação de Mestrado).



- PEREIRA, Rodrigo. *Espaço e cultura material em casas de candomblé no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013b (Dissertação de Mestrado).
- PEREIRA, Rodrigo. Do mar aos axés: o uso dos moluscos nas religiões afro-brasileiras como exemplo da diáspora negra. *Revista Outras Fronteiras*. Cuiabá, v. 1, n. 2, p. 120-143, jul.-dez. 2014a.
- PEREIRA, Rodrigo. Formação histórica e dispersão dos terreiros de candomblé no Grande Rio. *Revista Bilros*. Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 125-152, jul.-dez. 2014b.
- PEREIRA, Rodrigo. A morte ronda a casa: etnografia do rito do axexê. In: CONTINS, Márcia; PENHA-LOPES, Vânia; ROCHA, Carmem Silvia Moretzsohn (orgs.). *Religiosidade e performance: diálogos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Mauad, 2015, p. 103-125.
- PEREIRA, Rodrigo. *Projeto de pesquisa arqueológica no Terreiro da Gomeia*. Rio de Janeiro: Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia/Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, 2015-2018.
- PEREIRA, Rodrigo et al. *Inventário nacional de registro cultural do candomblé no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Musas, 2012.
- PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1971 (Coleção Brasileira, v. 41).
- POPINIGIS, Fabiane. Mulheres africanas e o pequeno comércio em desterro, século XIX. *ANAI DO 6º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013, p. 1-13.
- PRANDI, José Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- ROSS, David A. The career of Domingo Martinez in the Bight of Benin, 1833-1864. *Journal of African History*, v. 1, I, p. 79-90, 1965.
- SANDRONI, Paulo (org.). *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1999.
- SARMENTO, Alfredo. *Os sertões d'África (apontamentos de viagem)*. Lisboa: Editora de Francisco Arthur da Silva, 1880.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *Zungu: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro: Arquivo Estadual do Rio de Janeiro, Prêmio Memória Fluminense, 1988.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. História econômica, teoria econômica e economia aplicada. *Revista de Economia Política*, v. 12, n. 3 (47), p. 130-136, jul.-set. 1992.
- SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.). *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos*. Salvador: Corrupio, 1987.
- VERGER, Pierre. *Ewé: o uso das plantas na sociedade iorubá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

desenvolvimentismo, restrição externa e política econômica no segundo governo vargas (1951-1954)*

developmentalism, balance-of-payments constraint and economic policy in the vargas' second government (1951-1954)

Pedro Paulo Zahluth Bastos**

Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

RESUMO

O artigo tem por objetivo entender os motivos da crise cambial brasileira iniciada em 1952, assim como alguns de seus efeitos. Para isso, a bibliografia sobre o tema é rediscutida, sendo também apresentados documentos oficiais, discursos e dados para apoiar o argumento básico de que problemas econômicos estruturais, e a realização de um programa desenvolvimentista amplo em meio a uma conjuntura externa desfavorável, são mais importantes para explicar a crise cambial do que uma presumida prioridade anti-inflacionária do governo Vargas.

Palavras-chave: Crise cambial. Getúlio Vargas. Substituição de importações. Desenvolvimentismo. Subdesenvolvimento.

ABSTRACT

The paper seeks to grasp the causes of the Brazilian exchange crisis which evolved from 1952, as well as some of its effect. To achieve this, the literature on the theme is discussed, and official documents, political discourses, and data are presented to support the argument that structural economic problems, and the execution of a broad development program in an adverse external conjuncture, are more important to explain the exchange crisis than the hypothetical deflationary priorities of Vargas's administration.

Keywords: Exchange crisis. Getúlio Vargas. Import substitution. Developmentalism. Underdevelopment.

* Este artigo se baseia parcialmente em capítulo não publicado de Bastos (2001), comentários sobre o qual agradeço a Luiz Gonzaga Belluzzo, Alonso Barbosa de Oliveira, Paul Singer, Reginaldo Moraes e Wilson Cano. Agradeço à FAPESP pelo apoio à pesquisa.

Submetido: 5 de setembro de 2014; aceito: 19 de janeiro de 2016.

** Professor associado (livre-docente) do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas. *E-mail:* ppzbastos@eco.unicamp.br

A crise cambial de meados do segundo governo de Getúlio Vargas foi considerada por diversos autores como um marco da história econômica brasileira. A curto prazo, ela induziu a desvalorização de uma moeda cuja taxa de câmbio oficial estava fixada, em termos nominais, desde 1939. Com isso, o esquema de financiamento dos investimentos industriais que dependia do barateamento das importações de bens de capital e insumos essenciais sofreu um duro golpe, em um momento crucial do processo de industrialização. A incerteza sobre a economia e os questionamentos sobre a capacidade de Vargas de conduzi-la no sentido do desenvolvimento industrial aumentaram. O impacto inflacionário da desvalorização cambial também teve efeito político claro, ao reforçar o conflito distributivo agudo que marcaria a fase final da experiência política de Vargas. Ademais, a crise cambial deixou o governo fortemente vulnerável às pressões dos Estados Unidos da América (EUA); e, uma vez que dele dependia para obter financiamento compensatório em dólares, enfraqueceu a posição brasileira na barganha a respeito da remessa de lucros e, mais amplamente, da divisão de tarefas entre filiais estrangeiras e empresas estatais nos ramos básicos.

Desde uma perspectiva mais larga, a crise cambial significou o esgotamento de um modelo de desenvolvimento industrial que perseguia oportunidades de investimento relativamente fáceis, associadas à substituição de importações para atender à demanda de um mercado local protegido, sobretudo em ramos em que fosse possível importar bens de capital para produzir outros bens – o chamado *modelo de industrialização por substituição de importações (ISI)*. Embora Maria da Conceição Tavares (1963) – um dos expoentes dessa interpretação – identificasse originalmente o esgotamento do modelo ISI apenas no início da década de 1960, posteriormente considerou que já se esgotara na primeira metade dos anos 1950. A partir de então, o salto para a industrialização pesada exigiu uma nova forma de seleção, financiamento e coordenação de investimentos em ramos de maiores intensidades de capital, escala e tecnologia do que caracterizara, *stricto sensu*, a industrialização por substituição de importações (Tavares, 1975).

De fato, durante a industrialização pesada ao longo do Plano de Metas, os investimentos *não foram* induzidos pela demanda interna anteriormente atendida pelas importações e reservada para produção interna, em um típico processo de substituição de importações. Segundo a

autocrítica de Tavares (1975), isso não era possível porque os ramos característicos da industrialização pesada (materiais mecânico, elétrico e de transporte pesados) exigiam plantas produtivas cuja escala mínima era muito superior ao mercado interno previamente atendido por importações. Logo, os mercados que os investimentos atenderiam foram criados *ex nihilo* pela própria realização simultânea do conjunto de investimentos que mudaram a estrutura produtiva durante o Plano de Metas. O equívoco interpretativo ocorrera por exagerar-se o papel da demanda prévia e dos choques de preços relativos provocados por crises de balanço de pagamentos ou pelas políticas cambial e comercial para entender a dinâmica de mudança estrutural da economia. Era preciso deslocar o eixo interpretativo para o avanço e os limites do *potencial de acumulação de capital* gerado (1) pelo crescimento das empresas privadas e estatais nacionais e dos mercados que atendiam e (2) pela possibilidade de associação de filiais estrangeiras a esquemas de investimento e demanda interindustrial coordenados pelo Estado. Assim, durante o Plano de Metas, os investimentos foram realizados em razão da *expectativa de demanda futura* criada pela própria realização de um bloco coordenado e planejado de investimentos, ao contrário de serem induzidos pelo bloqueio das importações que protegeu o mercado interno preexistente para substituição por produção local. A proteção do mercado *futuro* pode até ser considerada, em alguma medida, condição necessária para a realização de investimentos, mas está longe de ser condição suficiente¹.

¹ Nas palavras de Tavares: “Se por industrialização entendemos a implantação de um setor de produção industrial, este surge muito antes de 1930, e não como resposta a uma crise do setor externo [...]. Isso não significa que o padrão de acumulação do período de transição tenha se mantido intocado desde 1889 até 1950. Sua ruptura efetiva começa a configurar-se em 1933-37, quando, passada a recuperação da crise de 1930, tanto a acumulação industrial-urbana quanto a renda fiscal do governo se desvinculam da acumulação cafeeira, e daí em diante submetem-na aos destinos e interesses do desenvolvimento urbano-industrial. Esse período desde a crise até o começo da década de 1950 seria o único que poderia merecer com certa propriedade a designação de ‘substituição de importações’, dado que, a partir de uma capacidade para importar que diminui em termos absolutos, conseguiu-se promover um intenso crescimento da produção industrial. Estender, porém, o conceito de substituição de importações para cobrir o período de surgimento da indústria, como o faz Fishlow, parece-nos inteiramente injustificado do ponto de vista conceitual. Do mesmo modo, tampouco podem ser abrangidas por esse conceito as transformações estruturais da indústria que se produzem a partir da presença crescente do Estado e das filiais estrangeiras [...]. Nossa proposição alternativa (atual) [...] privilegia, pois, os aspectos

Se é assim, a crise cambial que se inicia em 1952 coincide com o virtual esgotamento do dinamismo do processo de industrialização por substituição de importações, entendido no significado histórico estrito acima delineado e não apenas pelo atributo formal de orientar-se para o mercado interno protegido. Isso valoriza o entendimento de suas causas e as vincula com o fracasso mais geral do projeto de desenvolvimento industrial do governo Vargas. É nesse enquadramento que o artigo procura rediscutir as interpretações a respeito da crise cambial, seus motivos e efeitos. Em linhas gerais, ele busca reafirmar a importância que os problemas estruturais da economia brasileira, e a realização de um programa desenvolvimentista amplo em meio a uma conjuntura externa adversa, tiveram como causas da crise, e a centralidade do estrangulamento externo para a crise do próprio projeto desenvolvimentista de Vargas, particularmente por causa de sua relação de dependência financeira com os Estados Unidos².

1. O estrangulamento externo e suas causas

O segundo governo de Getúlio Vargas, iniciado em janeiro de 1951, foi precedido pela apresentação de um amplo programa de reformas e

internos do movimento de acumulação de capital, pondo ênfase no andamento cíclico característico de estruturas industriais que incorporam empresas nacionais, públicas e estrangeiras com poder desigual de acumulação. A partir desta análise é que se pode compreender de forma integrada os problemas de ‘abertura externa’ da economia brasileira e de sua articulação ‘dependente’ com o sistema internacional [...]; o ‘declínio do processo de substituição de importações’ se deu muito antes do momento por nós assinalado no já mencionado trabalho sobre a industrialização brasileira. Suas possibilidades alcançam o limite do tipo de expansão iniciada no segundo governo Vargas de uma forma contraditória” (Tavares, 1975, p. 128-141). Celso Furtado, outro expoente da interpretação da industrialização por substituição de importações, também mudou de eixo interpretativo ao afirmar que o “modelo brasileiro” passou a ser orientado pela diversificação da demanda interna de acordo com a difusão de novos estilos de consumo conduzida pelas filiais estrangeiras depois do Plano de Metas e, sobretudo, da “nova estratégia de desenvolvimento” da ditadura militar (Furtado, 1972, 1974).

² Dada a delimitação temática do artigo, a evolução da política econômica é limitada aos aspectos mais relacionados à restrição externa. Para uma apreciação geral do segundo governo Vargas, consultar Fonseca (1987, 2010, 2011) e Bastos (2005a, 2006, 2011, 2012).

políticas na longa campanha presidencial. Em seguida, esse programa foi sintetizado na *Mensagem presidencial* enviada ao Congresso Nacional para abertura do ano legislativo de 1951³.

Várias das críticas feitas ao governo Dutra em discursos proferidos por Vargas, no Senado Federal, a partir de 1947, foram retomadas na campanha presidencial e na “Mensagem programática” de 1951, a partir de uma perspectiva desenvolvimentista:

1) a crítica do liberalismo econômico e o elogio do ativismo estatal, com vistas a um programa amplo de industrialização e mudança estrutural da economia brasileira;

2) a recusa da contração creditícia e da elevação da taxa de juros, em nome da expansão do crédito e da redução dos custos financeiros, para subordinar as finanças à produção e à geração de empregos;

3) a rejeição da abertura comercial e financeira, em busca da proteção do mercado interno para bens industriais e da preservação de níveis confortáveis de reservas cambiais, utilizáveis para importações de bens essenciais e de difícil substituição interna;

4) a promessa de descongelamento do salário mínimo (não reajustado no governo Dutra) e defesa dos direitos trabalhistas, “outorgados” no primeiro governo de Vargas e desrespeitados por Dutra⁴.

³ A mensagem foi incluída na coletânea de discursos e projetos de lei de Vargas, *O governo trabalhista do Brasil*, v. I. Para uma excelente análise do projeto de desenvolvimento que se manifestou na *Mensagem* de 1951, cf. Draibe (1985, cap. 3); para uma crítica que diminui os aspectos transformadores das propostas da *Mensagem* e enfatiza seus aspectos conservadores, ver Lessa e Fiori (1984); e, para uma contracritica, ver Bielschowsky (1988) e Fonseca (1987). Segundo o depoimento de Rômulo de Almeida ao CPDOC-FGV (reg. E-109), em entrevista realizada por M. C. d’Araújo e R. Roels Jr. em março de 1980, a primeira tarefa da Assessoria Econômica foi precisamente a de coordenar a elaboração da *Mensagem* de 1951, orientada pela indicação de Vargas de que pretendia apresentar algo como uma *mensagem programática* que sintetizaria os projetos e meios de ação do governo, e tendo como diretrizes para a redação a plataforma da campanha presidencial e alguns documentos enviados por Vargas. A coordenação da redação teria envolvido também a articulação de documentos elaborados pelas diferentes equipes setoriais dos ministérios, seguindo as diretrizes que haviam sido definidas por Vargas, que checava com frequência a evolução do documento junto com Lourival Fontes, chefe da Casa Civil, filtrando e aprovando seu formato final. Para outros comentários sobre o que ele e outros consideravam uma “Mensagem programática”, ver Almeida (1986, p. 51-56, 76).

⁴ Para a base documental e as análises dos discursos de Getúlio Vargas no período, e

Um tema central da campanha presidencial, que não aparecera antes por motivos óbvios, foi a ameaça ao desenvolvimento econômico brasileiro trazida pela possibilidade de intensificação da Guerra da Coreia, conflito militar que poderia levar a uma hipotética Terceira Guerra Mundial. Vargas alegava que, como o governo Dutra interrompera vários programas de investimentos orientados para a substituição da importação de insumos essenciais, e desperdiçara as reservas cambiais acumuladas durante a Segunda Guerra com a liberalização de importações de bens de consumo, a economia brasileira se encontrava muito vulnerável ao desabastecimento de insumos que seria trazido por uma guerra prolongada. Por conta disso, era necessário tanto acelerar o programa de investimentos para substituir importações de insumos essenciais, quanto correr para formar estoques de insumos essenciais enquanto estivessem disponíveis para importação⁵.

O problema econômico colocado pela urgência de importar insumos, e ao mesmo tempo os bens de produção necessários pelos programas de investimento para substituí-los por produção interna, estava em que as reservas cambiais eram escassas e poderiam cair para níveis críticos a depender do ritmo das importações e do comportamento de outros itens do balanço de pagamentos. A resposta a um problema (o estrangulamento da oferta de bens de produção) poderia levar a outro (o estrangulamento cambial). O dilema não era desconhecido, e a escolha foi a de acelerar as importações de bens de capital e insumos, mesmo que se corresse o risco de esgotar as reservas cambiais. De fato, o risco de uma crise cambial fora admitido na campanha presidencial e na *Mensagem presidencial* de 1951, mas era um risco considerado inferior ao

sua relação com o desenvolvimentismo, ver Fonseca (1987) e Bastos (2005a, 2006, 2011).

⁵ Nas palavras de Vargas, durante a campanha presidencial: “O futuro do Brasil está hoje em jogo, mais do que em qualquer oportunidade semelhante. Dos países estrangeiros hoje chegam os ruídos ameaçadores de conflito, próximo ou distante. Que será de nosso povo, em face de uma possível terceira guerra mundial? A última teria sido para nós verdadeiramente calamitosa, não fossem as precauções tomadas pelo meu governo. Agora, desfalcados de matérias-primas industriais, se irromper uma conflagração mundial, soçobraremos como embarcação sem bússola. Tudo ou quase tudo ficará paralisado e regrediremos meio século. Esse o panorama do futuro se errarmos na escolha [...], não é possível que nos façamos corresponsáveis pelos dias sombrios que o futuro nos reserva” (Vargas, 1951, p. 546).

de agir com prudência e acumular reservas cambiais que pudessem ficar sem uso por causa de uma guerra generalizada⁶. A prioridade desenvolvimentista era claramente colocada acima dos riscos à estabilidade monetária e cambial⁷.

⁶ Na *Mensagem presidencial*, afirmava-se: “As perspectivas são, aliás, de uma nova inversão da balança comercial externa, e, mesmo, do balanço de pagamento, à falta de disponibilidades exportáveis de bens essenciais ao Brasil, nos mercados tradicionalmente fornecedores. Sob esse aspecto, o grande saldo verificado na balança comercial, em 1950, constitui mau presságio para o ano em curso. Cumpre, portanto, incrementar as aquisições externas de bens essenciais, até mesmo com a consequente acumulação de estoques daqueles que se vão tornando escassos, assegurando-se ao país, por outro lado, através de acordos internacionais, o suprimento regular das mercadorias estrangeiras imprescindíveis à nossa economia, em face da conjuntura mundial” (Vargas, 1951-1954, p. 90-91); ou: “Os recentes acontecimentos começam a refletir-se no comércio mundial e na economia brasileira. Os preparativos de defesa das nações vêm alterar as condições de oferta e procura nos mercados mundiais. É de presumir que, num prazo relativamente curto, a situação do balanço de pagamentos do país tenda a inverter-se. Antes mesmo de iniciar o mandato, atribui importância primordial ao estudo dos problemas e das medidas relacionadas com as perspectivas internacionais, para, tomadas em tempo oportuno as providências cabíveis, *como já o vêm sendo*, compensar os impactos negativos das novas condições sobre a economia nacional [...]. No plano interno, além das providências monetárias e fiscais, indicadas noutra parte, diligenciarei no sentido de promover uma política de estocagem de produtos essenciais: ampliar a capacidade de armazenagem; apressar a conclusão dos empreendimentos de relevante interesse para a economia do país, dependentes de financiamentos externos, obtendo para esse fim as prioridades para as importações indispensáveis” (Vargas, 1951-1954, p. 95-96); e: “A dificuldade de aquisição de matérias-primas e maquinaria estrangeiras, em virtude da situação nacional, é um desses empecilhos que tende a agravar-se. As restrições adotadas pelos países fornecedores que já se fazem sentir no Brasil, principalmente nas indústrias que consomem metais não ferrosos, produtos químicos essenciais, ferro e aço, folha de flandres, ao mesmo tempo em que se acentuam as dificuldades para obtenção de equipamentos. Como medida destinada a evitar maiores entraves à expansão das indústrias nacionais de bens de consumo, cumpre fomentar a criação das indústrias de base destinadas a garantir suprimentos regulares” (Vargas, 1951-1954, p. 129).

⁷ A seguinte passagem da *Mensagem* de 1951 é emblemática da visão que orientava os programas industriais de base propostos, naquela circunstância histórica: “O desenvolvimento econômico requer crescentes importações de bens de produção e, de vez que os rendimentos se elevam, também maiores volumes de importação de bens de consumo. Mas a ampliação das importações supõe um incremento da procura internacional para nossos produtos de exportação ao lado da entrada de capitais estrangeiros. Nossas exportações, entretanto, não se têm expandido numa taxa equivalente à demanda de importações e, de outro, não têm sido ponderáveis, nem estáveis, os influxos de capitais. Em consequência, tende a balança de contas do país a ser cronicamente desequilibrada, coartando o progresso econômico in-

A bibliografia sobre o tema costuma enfatizar, com correção, que a Guerra da Coreia foi uma razão essencial da decisão de acelerar o ritmo de concessão de licenças de importação, conduzindo à crise cambial que se verificaria já em 1952⁸. É inegável que o governo Vargas decidiu logo de início acelerar a concessão de licenças de importação, embora as importações não aumentassem tanto quanto o governo queria. Diante da ameaça da guerra, as importações brasileiras só não se elevaram tanto quanto gostariam as autoridades governamentais por causa da escassez provocada pelo bloqueio do fornecimento externo de insumos essenciais,

terno [...]. Nessas condições, a economia nacional, através de lento e descontínuo processo de adaptação, vem sofrendo uma transformação estrutural, que consiste essencialmente na substituição de importações pela produção doméstica e na diversificação das exportações. Esse processo, que se iniciou pela substituição das importações das manufaturas destinadas ao consumo, se prolonga na fase mais recente pelo crescimento de produção interna de bens de capital, antes importados. No setor de exportação foram avultando numerosos produtos, muitos deles certamente de procura eventual, outros, porém, que se tornaram substanciais fontes de divisas [...]. Um dos objetivos fundamentais da política econômica do governo deve residir na criação das condições que facilitem o referido processo de adaptação, em conformidade com as tendências manifestadas, como a solução naturalmente indicada para assegurar não só o desenvolvimento econômico como o equilíbrio das relações internacionais. A correção do desequilíbrio permanente do balanço de pagamentos importa em defender as iniciativas nacionais, para garantia da expansão da produção substitutiva de importações, sempre que economicamente viável; em expandir as receitas de exportação e em assegurar um influxo estável de capitais estrangeiros” (Vargas, 1951-1954, p. 91-92). E sobre a relação entre desenvolvimento econômico e controle cambial: “O impacto sofrido por essa indústria (de bens de consumo), em 1947, por motivo das importações indiscriminadas e em massa de manufaturas já fabricadas no País, não arrefeceu o ânimo dos industriais brasileiros que, não obstante a concorrência externa, mantiveram o ritmo de produção em quase todos os setores e empreenderam a renovação e ampliação de equipamentos, grandemente desgastados pelo esforço de guerra. Contudo, a experiência demonstrou, então, que a indústria nacional não pode prescindir de uma sábia política de comércio exterior, tendente a pôr as empresas instaladas para produção de artigos essenciais a coberto de surpresas resultantes de liberalidades excessivas em relação à concorrência externa. A falta de política aduaneira e, mais que isso, a situação cambial exigem a instituição daquela política, que deverá ser seguida pelo menos enquanto não se achar devidamente consolidada a posição industrial do país em face das nações industrialmente desenvolvidas. Preconizando tal orientação adotamos tão só a diretriz seguida por todas essas nações, durante o seu desenvolvimento” (Vargas, 1951-1954, p. 128).

⁸ Ver Tavares (1963, p. 65 e ss.), Lessa (1963, p. 23 e ss.), Malan et al. (1977, p. 344 e ss.), Lago (1982, p. 67 e ss.), Lessa e Fiori (1984, p. 588 e ss.).

característico de uma mobilização militar generalizada. Esse bloqueio era mesmo esperado pela *Mensagem presidencial* de 1951 (Vargas, 1951-1954, p. 129), em parte porque, desde o início da campanha eleitoral de 1950, a ameaça animou amplo debate na imprensa sobre a urgência de estocagem de produtos essenciais e materiais estratégicos. O relato de Horácio Lafer, na sabatina no Congresso Nacional (7/4/1953), é uma excelente descrição do clima de expectativas que levou as autoridades brasileiras a acelerar o ritmo de concessão de licenças de importação, ou de deixar de exigí-las em alguns casos:

Mas vejamos também, neste capítulo, como se desenrolaram os acontecimentos. Em junho de 1950, a Comissão Consultiva do Intercâmbio Comercial com o Exterior propôs à Carteira de Exportação e Importação a formação de um estoque, chamado de guerra, fora das disponibilidades normais ou do orçamento cambial [...]. Essa política foi prosseguida pelo atual governo. Qual era, então, a situação? O país desprovido de matéria prima, de máquinas, de tudo, e uma situação internacional inquietante e ameaçadora. Eu mesmo ouvi de autoridades norte-americanas que, quando começasse o programa de rearmamento americano, talvez os Estados Unidos não pudessem embarcar para o Brasil mais de 20% das licenças que aqui estavam sendo dadas. Qual o governo que poderia correr o risco, diante da situação mundial que pressagiava um conflito internacional, de deixar as indústrias desprovidas de matérias primas e o País ameaçado de paralisação nas atividades privadas, dentro daqueles primeiros meses, sempre de confusão nos embarques e nas entregas, e que caracterizam o início de um conflito? O Brasil seguiu o exemplo de outros países: deu licenças com ampla liberalidade, na certeza de que grande margem dessas licenças não seria embarcada. E o fez numa atitude de cautela, de prevenção – tendente a evitar que, no caso de uma conflagração, o Brasil não tivesse o mínimo de matérias primas e máquinas para trabalhar alguns meses, até que a situação de fornecimentos pudesse ser recomposta. Dois fatores imprevistos, entretanto, surgiram. A Argentina deixou de nos fornecer o trigo, e tivemos de comprar em dólares todo o trigo que precisávamos. Por outro lado, a situação internacional aquietou-se, e as licenças concedidas foram utilizadas em grande parte. Surgiram, assim, os atrasados comerciais em dólares. (Lafer, 1988, p. 704-705)

Tabela 1 – Importação de produtos essenciais (1.000 t)

PRODUTOS	1950	1951	VARIAÇÕES
Óleos combustíveis	2.309	2.750	441
Gasolina	1.618	1.976	358
Cimento Portland	404	656	252
Trigo em grão	1.228	1.306	78

Fonte: Banco do Brasil, *Relatório anual de 1952 apresentado à Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas* (1953).

Se o ritmo de crescimento das importações de bens intermediários não foi rápido o suficiente para antecipar-se inteiramente ao bloqueio relativo do suprimento internacional, não obstante ele foi suficiente para elevar as importações em 19% em tonelagem entre 1950 e 1951. No que tange aos bens de capital, por sua vez, a elevação das importações (101% em valor e 56% em tonelagem no mesmo período) foi suficiente para acompanhar um surto de investimentos caracterizado precisamente pela elevação do coeficiente de bens importados na formação bruta de capital fixo. A expansão da capacidade produtiva permitiu sustentar altos níveis de crescimento da renda nos anos seguintes, depois que os atrasados comerciais passaram a acumular-se e antes que o investimento externo assumisse um maior papel complementar às importações ou à produção interna de bens de capital fixo⁹.

A importância da Guerra da Coreia para explicar a política de importações praticada em 1951 aparentemente só não é consensual por causa da interpretação de Sérgio Besserman Vianna (1985). O autor alegou que não foi a urgência de acumular insumos e bens de capital para sustentar o desenvolvimento econômico brasileiro em condições externas extremas, mas a finalidade de combater a inflação que explicaria o surto de importações. A prioridade anti-inflacionária do governo Vargas se expressaria nos objetivos de aumentar não tanto as importações de bens

⁹ Fato que, aliás, era plenamente percebido na época, senão mesmo deliberadamente buscado: “Todavia, tão grande foi a entrada de maquinaria, matérias-primas e veículos no ano findo, que é bem provável que a diminuição de nossa capacidade aquisitiva em moeda conversível – em virtude das compras maciças de trigo – não seja de molde a interromper o ritmo de desenvolvimento econômico do país” (Banco do Brasil, *Relatório anual de 1951 da Carteira de Exportação e Importação (CEXIM)*, 1952, p. 131).

de produção, mas sim bens de consumo, e de reduzir deliberadamente a base monetária graças à contração das reservas cambiais¹⁰.

Tabela 2 – Participação das importações na formação bruta de capital (1939-1954)

ANO	INVESTIMENTOS TOTAIS	IMPORTAÇÕES DE BENS DE CAPITAL	PRODUÇÃO INTERNA DE BENS DE CAPITAL	% IMPORTAÇÕES SOBRE O TOTAL
1939	22,7	6,8	15,9	30,0
1940	22,6	5,5	17,1	24,3
1941	24,1	6,3	17,8	26,1
1942	19,6	3,4	16,2	17,3
1943	20,3	4,4	15,9	21,7
1944	24,2	6,2	18,0	25,6
1945	20,3	7,4	12,9	36,5
1946	29,5	12,1	17,4	41,0
1947	39,1	17,9	21,2	45,8
1948	35,3	14,3	21,0	40,5
1949	46,6	13,9	32,7	29,8
1950	51,7	13,0	38,7	25,1
1951	59,9	22,4	37,5	37,4
1952	65,6	20,5	45,1	31,3
1953	57,7	12,0	45,7	20,8
1954	59,0	16,0	43,0	27,1

Fonte: CEPAL-BNDE, *Relatório do Grupo Misto CEPAL-BNDE* (1955). (Cr\$ bilhões de 1952)

A revisão interpretativa proposta por Vianna parece equivocada por vários motivos. Em primeiro lugar, porque, ainda que o aumento das importações de bens de consumo pudesse contribuir para reduzir preços internos, esse tipo de importação praticamente não se fez usando reservas

¹⁰ É digno de nota que a *Mensagem presidencial* de 1951 criticasse o relaxamento no critério de prioridade de importações em 1950, e alegasse que o problema já fora corrigido: “A natureza extremamente dinâmica dos problemas econômicos exige que a atuação da referida Carteira se ajuste às exigências das conjunturas que lhe cumpre atender, mas sem que se afaste ela de suas diretrizes essenciais. Tenho, entretanto, a lamentar que ultimamente, interpretando com otimismo os efeitos dos melhores preços alcançados pelo café e outros produtos, a Carteira tivesse afrouxado a aplicação dos critérios que deveriam orientá-la, invertendo, em aplicações não essenciais ou simplesmente especulativas, disponibilidades exigidas por setores básicos da produção nacional [...]. Louvando-se na gravidade da situação internacional, a execução do controle permitiu importações maciças de produtos não essenciais, sob os mais variados pretextos, inclusive o de estocagem” (Vargas, 1951-1954, p. 96).

cambiais líquidas (como veremos), portanto não pode explicar a crise cambial. De fato, as reservas cambiais líquidas foram usadas sobretudo para importações de bens de produção e remessas financeiras, e não para bens de consumo importados, coerentemente à crítica que Vargas fizera à política de liberalização comercial do governo Dutra. Em segundo lugar, porque, ainda que a redução das reservas cambiais traga, tautologicamente, uma retração correspondente da base monetária, não se pode confundir causa e efeito: a retração da base monetária não pode ser tomada como a própria razão de ser das importações. Ela é apenas um efeito da decisão de usar reservas cambiais líquidas para importar, antes cedo do que tarde, insumos e bens de capital prioritários, e não bens de consumo.

Com efeito, verificou-se um aumento das importações de bens de consumo em 1951. Mas esse aumento foi financiado de dois modos, que não usaram reservas líquidas:

1) como contrapartida de operações vinculadas a exportações de produtos considerados “gravosos”, ou seja, que não eram competitivos à taxa de câmbio oficial, e cujas receitas de exportação podiam ser vendidas para importadores de bens de consumo que não atendiam às prioridades de importação de bens essenciais. Nesse caso, o objetivo não era apenas aumentar importações, mas possibilitar exportações¹¹;

2) como contrapartida de operações de acordos bilaterais de comércio com países de moeda inconvertível, nos quais cada país indicava produtos pouco essenciais que dificilmente encontrariam mercados por meio do uso de reservas cambiais líquidas escassas. Nesses convênios bilaterais, em que as contas eram escrituradas e compensadas anualmente em moedas inconvertíveis, apenas os saldos remanescentes eram liquidados em moeda forte, não sendo grandes a ponto de explicar a crise cambial¹².

¹¹ Não é de surpreender que, em sabatina no Congresso Nacional (7/4/1953) para defender-se da crítica relacionada à importação de bens de consumo, Lafer apresentasse os dados: “no período de 1951 e 1952, as importações de bens não essenciais alcançaram 4 bilhões em um ano e 3 bilhões e quatrocentos milhões no outro ano, isto é, exatamente o equivalente à exportação dos produtos gravosos, que atingiu a cifra de 7 bilhões e tanto” (Lafer, 1988, p. 704-706).

¹² Quanto ao tipo de importações, o relatório da CEXIM de 1951 argumentava que a “principal razão de ser” dos acordos estaria exatamente “nas previsões que contêm sobre as trocas de mercadorias não essenciais ou dispensáveis para a parte



A tentativa de Vianna (1985, p. 45-46) de confinar a importância da Guerra da Coreia ao primeiro semestre do ano, argumentando que, depois disso, considerações anti-inflacionárias explicariam o elevado nível de importações, também não é sustentável. Segundo o autor, o armistício de julho teria convencido as autoridades brasileiras de que o conflito não evoluiria para uma guerra longa. A interpretação não é convincente, pois não apresenta qualquer evidência da nova percepção, além de um memorando enviado por João Neves ao presidente Vargas tentando convencê-lo, em vão, da boa oportunidade de apoiar o esforço de guerra, quando a probabilidade de morte de soldados brasileiros no campo de batalha seria menor. Vargas negou a solicitação, acreditando que o risco ainda era grande e incerto. De fato, os EUA fariam grandes gestões, no segundo semestre de 1951, para convencer os brasileiros a participar de um novo esforço de guerra. Como se sabe, a guerra seria encerrada mais de dois anos depois¹³.

importadora, as quais são sempre aquelas que a parte exportadora revela maior desejo de fazer figurarem no instrumento, porquanto são os seus produtos em luta com crises de mercados externos” (Banco do Brasil, *Relatório anual de 1951 da Carteira de Exportação e Importação (CEXIM)*, 1952, p. 57-58). Mesmo assim, as importações licenciadas através dos convênios comerciais bilaterais também seguiram diretrizes desenvolvimentistas, sendo uma porta de entrada muito significativa de bens intermediários e de capital, em alguns convênios bilaterais bem mais do que de bens de consumo (ver Banco do Brasil, *Relatório anual de 1951 da Carteira de Exportação e Importação (CEXIM)*, 1952, p. 403 e ss.).

- ¹³ Vianna não considera, também, que João Neves era o principal advogado da participação brasileira na Coreia, antes e depois de julho de 1951, e que tentava convencer o presidente a respeito da proposta, sem que suas opiniões possam ser tidas como representativas da opinião geral do governo. Não obstante seus argumentos, Vargas recusou-se a tomar um armistício recente como sinal de que as hostilidades estariam definitivamente afastadas (sem o benefício da visão retrospectiva e, portanto, sujeito a um futuro repleto de incertezas), rechaçando ao longo do ano todas as solicitações dos EUA de envio de uma força expedicionária. Pouco depois, o presidente se recusaria a assinar um memorando escrito por João Neves sobre a possibilidade de participação do Brasil na Coreia, escrevendo a seu assessor Lourival Fontes: “Não subscrevo essas instruções. Elas são do governo brasileiro para um general brasileiro e devem expressar a verdade de nossa situação e não esse otimismo ingênuo de que estamos comprometidos a mandar tropas para a Coreia e outras afirmações dessa ordem”. A possibilidade de conflito armado, afinal, não estava afastada, sendo prudente manter a política de não oferecer mais do que materiais estratégicos ao esforço de guerra estadunidense, pois “possuímos vários minerais estratégicos de que os americanos necessitam e não se faz referência a essa colaboração que podemos dar, em vez de sangue dos brasileiros para lutar na Coreia” (apud Fontes, 1966, p. 76).



É claro que o ritmo de crescimento das importações não representaria um problema imediato, se as exportações ou os influxos de capital crescessem o suficiente para compensar o aumento da demanda de divisas. Do ponto de vista das exportações, porém, o ano de 1952 experimentou a redução geral de 20% provocada por exportações outras que não o café, por causa

- 1) do desaquecimento posterior ao *boom* comercial de 1951;
- 2) da sobrevalorização real do cruzeiro e da perspectiva de desvalorização (induzindo retenção de estoques);
- 3) da crise mundial da indústria têxtil (que paralisou a venda do segundo produto de exportação, o algodão, cujas exportações chegaram a apenas 20% da tonelagem de 1951).

Essa contração geral aumentou a dependência brasileira em relação ao mercado mundial de café, uma vez que o produto alcançou quase três quartos das exportações brasileiras em 1952. Em dólares correntes, as importações totais chegaram à média de US\$ 1.700 milhões em 1951 e 1952, mas, enquanto as exportações atingiram US\$ 1.770 milhões em 1951, declinaram para US\$ 1.416 milhões em 1952. O nível de importações em dólares demorou a declinar depois que o ritmo de concessão de licenças se reduziu seja porque as licenças tinham uma validade igual ou superior a um semestre, seja porque uma forte geada provocou a quebra da safra argentina de trigo, implicando um gasto adicional de dólares derivado da canalização das importações de trigo desde um país de moeda não conversível para os EUA. Ademais, o custo unitário das importações não se retraiu tanto quanto se poderia esperar depois do *boom* comercial provocado pela Guerra da Coreia, em razão da cobrança de sobretaxas em fretes (graças a atrasos de ancoragem e descarga provocados pelo desaparelhamento dos portos brasileiros) e nos produtos importados em geral (em razão do próprio crescimento dos atrasados comerciais)¹⁴.

¹⁴ Para uma análise detalhada das contas externas brasileiras no período, conferir o relatório da CEXIM de 1951 e os excelentes relatórios anuais do Banco do Brasil, além de Tavares (1963), Malan et al. (1977) e Vianna (1985).

Tabela 3 – Evolução das exportações de café (1950-1960)

ANO	EXPORTAÇÕES (1.000 SACAS)	RECEITA (US\$ MILHÕES)	PROPORÇÃO NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (%)	CONSUMO MUNDIAL (%)
1950	14.835	865	63,9	50,9
1951	16.358	1.059	59,8	51,3
1952	15.821	1.045	73,7	49,2
1953	15.562	1.088	70,8	45,1
1954	10.918	948	60,7	37,9
1955	13.696	844	59,3	40,8
1956	16.805	1.030	69,5	43,4
1957	14.319	846	60,8	40,7
1958	12.894	688	55,3	35,6
1959	17.723	733	57,2	42,0
1960	16.819	712	56,1	39,6

Fonte: Ribeiro (1997).

Assim como o café assumia um peso crescente nas exportações, o peso da conta de petróleo e derivados também aumentava nas importações, acompanhando o aumento geral do peso das importações de insumos intermediários na pauta comercial. Esse movimento seguia a tendência de estrangulamento cambial identificada pelos trabalhos clássicos da CEPAL: o crescimento e a diversificação da estrutura industrial brasileira eram acompanhados pelo aumento da dependência de importações essenciais cuja substituição por produção local era mais difícil. A tonelagem importada de petróleo e derivados passava de 947 mil toneladas em 1945 para nada menos que 5.190 mil toneladas em 1951 e 7.782 mil em 1954 (Banco do Brasil, *Relatório anual de 1954 apresentado à Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas*, 1955, p. 445). A tonelagem importada aumentou mais de 1 milhão de toneladas em 1955, já com tendência de perda de participação de gasolina e óleos combustíveis e aumento da participação de petróleo cru, uma vez a Petrobrás aumentou sua produção de óleo refinado em quase 20 vezes no ano (Banco do Brasil, *Relatório anual de 1955 apresentado à Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas*, 1956, p. 33, 102, 114)¹⁵.

¹⁵ O problema não era limitado à importação de combustíveis derivados, embora este fosse o principal problema. Nas palavras do relatório do Banco do Brasil de 1952: “O confronto da média anual do período 1947-52 com a de 1937-1939 acusa os seguintes resultados, indicativos do crescimento da produção nacional: 1. O volume



Tabela 4 – Importação de petróleo e derivados (1.000 t)

ANO	GASOLINA	ÓLEOS (FUEL E DIESEL)	LUBRIFICANTES	QUEROSENE	PETRÓLEO CRU	TOTAL
1945	412	401	70	54	10	947
1947	933	1.308	92	138	9	2.480
1950	1.618	2.309	116	236	–	4.279
1951	1.976	2.750	183	281	–	5.190
1952	2.407	3.180	148	353	18	6.107
1953	2.429	3.478	154	408	30	6.499
1954	2.626	4.262	213	539	142	7.782

Fonte: Banco do Brasil, *Relatório anual de 1954 apresentado à Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas* (1955, p. 445).

Sendo assim, a conta comercial brasileira era pressionada por duas heranças estruturais, dificilmente contornadas a curto prazo: do lado das exportações, forte dependência de exportações de produtos primários, muito parcialmente atenuada por uma melhor relação câmbio-salários; do lado das importações, dependência de insumos intermediários e bens de capital, na medida em que as bases técnicas do padrão de acumulação industrial que era internalizado ainda estavam relativamente pouco desenvolvidas. Desse modo, uma conta estruturalmente elevada de importações essenciais, inerente à reorientação que se produzia no modo de desenvolvimento do capitalismo brasileira pelo menos desde os anos 1930, era complementada pela instabilidade dos mercados internacionais de *commodities* primárias legadas da especialização produtiva anterior.

da importação de combustíveis líquidos e lubrificantes, passando de 1444,5 mil toneladas para 4115,8 mil toneladas aumentou 3 e meia vezes; 2. Não obstante haver duplicado o volume da produção interna de cimento, que subiu de 629 mil para cerca de 1500 mil toneladas, a importação desse produto, simultaneamente, aumentou oito vezes e meia, passando de 58,1 mil para 503,7 mil toneladas; e 3. Quase triplicou o consumo aparente de enxofre, tendo duplicado o de barrilha e soda cáustica. Em 1952, a importação de combustíveis líquidos e lubrificantes (6091 toneladas) representou duas vezes e meia o volume de 1947 (2471 toneladas), registrando-se aumento idêntico em relação ao cimento (820 mil toneladas, em 1952, contra 347 mil, em 1947)” (Banco do Brasil, *Relatório anual de 1952 apresentado à Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas*, 1953, p. 69).



Tabela 5 – Movimento de capitais de risco: novas entradas e refluxo de rendimentos, 1946-1952 (US\$ milhões)

ANO	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1946-1952	1939-1952
Investimentos líquidos	24,8	21,0	47,7	34,6	17,1	-13,1	5,5	137,5	97,1
Remessas	-64,6	-51,4	-96,9	-91,9	-90,2	-80,1	-33,4	-508,5	-806,9
Saldo	-39,8	-30,4	-49,2	-57,3	-73,1	-93,2	-27,9	-371,0	-709,8

Nota: Os investimentos líquidos são as entradas menos as saídas de capital de risco. Fonte: Malan et al. (1977, p. 188).

Outro aspecto da vulnerabilidade cambial do país (legado de sua condição de espaço de atuação de filiais internacionais) era, naquela conjuntura, o impacto deficitário das transações líquidas de capital. Embora a renegociação da dívida pública externa em 1943 diminuísse significativamente o custo da herança de endividamento legada da República Velha, um peso financeiro crescente era assumido pelas transferências de lucros e dividendos. No governo Dutra, essa pressão sobre as contas externas brasileiras foi facilitada pela regulamentação do DL n. 9.025 (27/2/1946), que limitava a repatriação de capital estrangeiro a 20% do capital ao ano e as remessas de rendimentos a 8% ao ano, considerando repatriação o que excedesse essa percentagem. O Aditivo ao Regulamento (3/4/1946) e a Instrução n. 20 da SUMOC (27/8/1946) permitiriam o reinvestimento dos lucros no registro do capital investido para efeito de cálculo das remessas autorizadas, além de, no texto da lei, “abolir temporariamente as restrições impostas pelos artigos 6º e 8º do DL n. 9.025 ao retorno de capitais, juros, lucros e dividendos, bem como autorizar sejam atendidas, sem restrições de limites, as transferências relativas à manutenção, viagens e turismo” (apud Leonel, 1955; Malan et al., 1977). Um resultado dessa liberalidade foi que as remessas brutas atingiram um valor acumulado pouco inferior a meio bilhão de dólares no período 1946-1951¹⁶.

¹⁶ Sobre as expectativas que levaram à liberalização externa no governo Dutra e as causas do fracasso de seus objetivos, ver Malan et al. (1977), Saretta (2000) e Bastos (2003, 2004, 2010).

Tabela 6 – Influxos não compensatórios de capital externo e refluxo de rendimentos: comparação de períodos

PERÍODO	IDÉ			OUTRAS FORMAS			TOTAL (CAP. ESTRANGEIRO NÃO COMPENSATORIO)		
	Influxo ^a (1)	Remessas ^b (2)	1 + 2 = (3)	Influxo ^c (4)	Remessas ^d (5)	4 + 5 = (6)	Influxo (a + c = 7)	Remessas (b + d = 8)	7 + 8 = 9
1946-1950	219,6	-299,8	-80,2	-214,3	-99	-313,3	5,3	-398,8	-393,5
1951-1955	350	-509	-159	128	-208	-80	478	-717	-239
1956-1960	743	-297	446	726	-461	265	1.469	-758	711

Fonte: CEPAL (1964, p. 199-201). (US\$ milhões)

Durante seu primeiro ano de governo, Vargas nada fez para conter aquilo que chamaria de “sangramento” do país no discurso de ano-novo em 31 de dezembro de 1951, quando anunciou o recálculo do registro de capitais externos no Brasil: do capital registrado para cálculo das remessas de 8% ao ano, retirou-se o reinvestimento de lucros obtidos em moeda local (Decreto n. 30.363, de 3/1/1952). Em 1952, os efeitos do novo registro e a acumulação de atrasados cambiais implicaram uma redução das remessas de lucros e dividendos, caindo de US\$ 80 milhões em 1951 para US\$ 33 milhões em 1952 (cf. Malan et al., 1977, p. 88). Não obstante o sucesso da modificação do registro (e mesmo da fila de aproximadamente dois anos para os atrasados financeiros), a pressão diplomática dos EUA forçou o governo a tramitar a Lei do Mercado Livre de Câmbio, aprovada em 7/1/1953 para facilitar as remessas financeiras e conferir incentivos para a exportação de produtos gravosos; consequentemente, as transferências aumentaram para US\$ 94 milhões em 1953, quase três vezes o valor do ano anterior. Depois do final da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), Vargas voltou à carga contra as remessas de lucros e dividendos no discurso de aniversário de

três anos de governo (31/1/1954), explicando iniciativas recentes como o Decreto n. 34.839, de 5/1/1954, que fixava as remessas no mercado livre em até 10% ao ano (8% para os juros) e exigia que as empresas registrassem seu capital na SUMOC (com documentos comprobatórios dos valores alegados). Não obstante o ataque de Vargas e as novas regras instituídas, o movimento líquido de capitais estrangeiros (entradas líquidas das saídas de investimentos e rendimentos) foi estimado em déficit de US\$ 141 milhões (Banco do Brasil, *Relatório anual de 1954 apresentado à Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas*, 1955, p. 79-83).

Tabela 7 – Investimento direto externo no Brasil (1950-1960)

ANO	INFLUXO NOVO (LÍQUIDO)	REINVESTIMENTOS
1946	–	–
1947	36	19
1948	25	42
1949	5	39
1950	3	36
1951	-4	67
1952	9	85
1953	22	38
1954	11	40
1955	43	36
1956	89	50
1957	143	35
1958	110	18
1959	124	34
1960	99	39
1961	108	39

Fonte: FGV, *Revista Conjuntura Econômica* (1972). (US\$ milhões)

Foi somente a partir de 1956 que o encargo cambial provocado pelo refluxo de rendimentos de filiais estrangeiras passou a ser mais que compensado pelos novos investimentos nos ramos de bens de capital e bens de consumo durável por firmas oligopolistas (particularmente europeias). Antes disso, o fracasso em atrair filiais estrangeiras para os ramos de infraestrutura e insumos básicos e a demora em substituí-las por investimentos estatais, como alegava Vargas (Vargas, 1951-1954, p. 187-188), acabava por inibir investimentos nos ramos de bens de capital e consumo, em razão dos estrangulamentos de oferta identificados:

oferta de energia; oferta de vagas para atracagem de navios; oferta de meios de transporte; oferta de cambiais para arcar atrasados comerciais, financiar remessas de lucros e pagar uma conta crescente de importação de insumos essenciais escassos – petróleo e derivados, cimento, enxofre, barrilha, soda cáustica etc.

A dificuldade de estimular investimentos diretos externos no setor de infraestrutura se expressou, em particular, no setor elétrico (Bastos, 2006). A resistência das filiais a internalizar recursos para novos investimentos levava Vargas a anunciar, na *Mensagem presidencial* de 1951, um plano para nacionalizar o setor elétrico. Esse plano foi postergado, porém, diante da oportunidade de obter recursos bilaterais por meio da CMBEU. A dependência de recursos estadunidenses limitava a possibilidade de usá-los para fortalecer a participação estatal na oferta de energia, uma vez que o Banco Mundial, em linha com o Departamento do Estado, buscava direcionar os recursos para fortalecer a posição das filiais estrangeiras. Com isso, os investimentos dessas filiais contaram com financiamento negociado bilateralmente de governo a governo, sem quebrar o padrão que, segundo Vargas, prejudicava o balanço de pagamentos: impacto cambial negativo do investimento direto externo, dada a limitação de novos influxos e o volume de remessas de lucros¹⁷.

O embate em torno ao setor elétrico reflete um problema mais geral: o governo Vargas tinha uma visão sobre a divisão de tarefas entre empresas estatais e filiais estrangeiras que era oposta à dos EUA, e buscava alocar reservas cambiais para importações essenciais e financiar a entrada de empresas estatais nos setores básicos. Isso acabaria expulsando o capital estrangeiro desses ramos estrangulados pela falta de investimentos privados, mas era uma condição, paradoxalmente, para atrair investimen-

¹⁷ Nas palavras de Bastos: “a Light não foi só a primeira destinatária de um empréstimo do Banco Mundial para o Brasil, em 1949, como obteve nada menos que 56% do valor total dos empréstimos feitos até 1958. Além dos empréstimos liberados pelo Banco Mundial para a American and Foreign Power (Amforp) em 1950 (US\$ 15 milhões), para a Light em 1949 (US\$ 75 milhões) e em 1951 (US\$ 15 milhões), o mais significativo dispêndio aprovado e liberado a partir dos trabalhos da CMBEU foi o empréstimo conferido à Amforp pelo Eximbank (US\$ 41,1 milhões); somando um novo empréstimo conferido à Light pelo Banco Mundial em 1954 (US\$ 18,8 milhões), cerca de um terço (US\$ 60 milhões) do total de recursos liberado pelos bancos (US\$ 186 milhões) dentre os 41 projetos (ou US\$ 387 milhões) aprovados pela CMBEU destinou-se a apoiar a expansão das duas grandes filiais estrangeiras no setor de energia elétrica” (Bastos, 2006, p. 268).

tos para novas destinações setoriais. Nesse sentido, o *boom* de investimentos diretos que acompanhou o Plano de Metas tornou-se possível, na segunda metade dos anos 1950 e não antes, seja porque os oligopólios industriais europeus responderam ao desafio dos EUA, expandindo-se internacionalmente e/ou financiando suas exportações com créditos de fornecedores (*suppliers' credits*), seja porque o Brasil se tornava uma área atrativa em razão de

- 1) incentivos públicos (cambiais, financeiros e fiscais);
- 2) metas de expansão e proteção dos mercados internos a *criar* através de um bloco integrado de investimentos públicos e privados; e
- 3) superação de pontos de estrangulamento de infraestrutura e insumos básicos (Lessa, 1963; Tavares, 1975)¹⁸.

Tabela 8 – Distribuição setorial do estoque de capital estrangeiro: 1950 x 1960

SETORES	1950 (%)	SETORES	1960 (%)
Energia elétrica	27,1	Automóvel	11,4
Petróleo	12,9	Petróleo	11,0
Bancos	6,9	Produtos químicos	10,8
Produtos químicos	5,9	Metalurgia	5,4
Indústria alimentar	5,6	Indústria alimentar	5,0
Aparelhos eletrônicos	4,9	Laboratórios farmacêuticos	4,5
Automóvel	3,2	Aparelhos eletrônicos	4,3
Metalurgia	2,4	Siderurgia	3,6
Cimento	2,3	Comércio	3,3
Laboratórios farmacêuticos	1,5	Serviços liberais	2,9
Máquinas para indústria	1,4	Peças (ind. automobilística)	2,8
Papel e celulose	0,9	Bancos	2,6

Fonte: Appy (1987, p. 45).

¹⁸ Isso não quer dizer que as prioridades setoriais (bens de consumo e de capital), o tipo de financiamento estrangeiro (investimento direto ou empréstimos, privados ou oficiais) e a divisão de tarefas entre filiais estrangeiras e empresas estatais fossem os mesmos nos projetos de desenvolvimento implementados por Vargas e JK. Para uma discussão mais ampla, ver Bastos (2001) e Campos (2003); Campos faz interessante discussão sobre a Comissão de Investimentos e Financiamentos Estrangeiros Registráveis (CIFER), criada no governo Vargas para assegurar a defesa do “especial interesse nacional” na autorização de operações de filiais com impactos esperados sobre as reservas cambiais.

Seja como for, é evidente que as remessas de lucros e dividendos aumentariam em valores absolutos depois da internacionalização/trans- formação da estrutura industrial do final dos anos 1950, elevando a pressão sobre o balanço de pagamentos assim que os investimentos externos se retraiam depois do ciclo expansivo, na primeira metade dos anos 1960. Com efeito, as remessas de filiais eram menores em 1951-1954 do que seriam mais tarde, mas o que pesava nas contas externas durante o governo Vargas, como na primeira metade dos anos 1960, era o fato de que as remessas não eram compensadas por um *boom* de investimentos externos que financiasse um influxo líquido de reservas. Daí as frequentes imprecisões de Vargas contra o fato de que as filiais eram financiadas pela acumulação de lucros em moeda doméstica, o que inflava o valor do estoque de patrimônio externo, aumentava remessas de lucros e dividendos e reduzia a capacidade de importação de bens essenciais.

2. A reação do governo à crise cambial

Diante da crise cambial, o que fez o governo?

A primeira iniciativa foi a de buscar negociar empréstimos-ponte para liberar atrasados comerciais, com pouco sucesso. Ao mesmo tempo, o governo passou a desvalorizar a moeda brasileira a partir da Lei do Mercado Livre de 7 de janeiro de 1953. A Lei n. 1.807 instituiu um mercado livre de câmbio para transações financeiras (regulando entradas e saídas por meio de uma taxa de câmbio específica), o que pode ser encarado como uma concessão diplomática às pressões estadunidenses. A desvalorização implícita na reforma cambial foi também uma forma de compensar os exportadores de produtos “gravosos” pelo fim das operações vinculadas. A lei promoveu a criação de três taxas flutuantes, com uma desvalorização implícita para os “produtos gravosos” através da venda de parte das divisas (15%, 30% ou 50%, dependendo do produto) no mercado livre. Os compradores de divisas nesse mercado eram penalizados por uma taxa de câmbio superior à taxa oficial para realizar certas operações comerciais e financeiras (importações não essenciais, remessas de lucros e dividendos sem “interesse nacional” etc.). A taxa oficial, por sua vez, permaneceu cotando 85% das exportações (café,

cacau e algodão) que não eram consideradas “gravosas”. Do lado dos demandantes de câmbio, por sua vez, a taxa oficial subsidiava importações consideradas essenciais (dois terços do total), serviços a ela associados (frete, seguros etc.), remessas do governo e remessas de lucros, dividendos e juros considerados de “interesse nacional”¹⁹.

Tabela 9 – Taxas nominais e reais de câmbio (Cr\$/US\$)

ANO	TAXA NOMINAL (MÉDIA ANUAL)	TAXA REAL (1980 = 100)
1952	0,019	58,60
1953	0,043	88,65
1954	0,062	94,32
1955	0,071	97,89
1956	0,071	91,07
1957	0,076	90,98
1958	0,129	123,07
1959	0,151	112,37
1960	0,187	104,36
1961	0,270	106,07

Fonte: Ribeiro (1997).

A Lei do Mercado Livre não se mostrou suficiente para superar a vulnerabilidade da inserção exportadora brasileira. Pelo contrário, um movimento de antecipações de importações e atraso de exportações (tanto de “gravosos” quanto de cafeicultores na expectativa de maior desvalorização cambial) fez com que os atrasados comerciais continuassem aumentando a despeito da forte redução das importações. Em razão disso, o EXIMBANK não liberou em junho a segunda das cinco parcelas de US\$ 60 milhões do empréstimo-ponte negociado em fevereiro para os atrasados comerciais. Logo a seguir, Oswaldo Aranha substituiu Horácio Lafer, tendo como um dos objetivos a imediata liberação da segunda parcela do empréstimo-ponte. Buscando dar novo vigor às exportações, o ministro também ampliou a desvalorização implícita na Lei do Mercado Livre, permitindo a transferência de 50% das divisas obtidas por exportações “gravosas” para o mercado livre. Para os principais produtos de exportação (café, cacau e algodão), por sua vez, foi

¹⁹ Sobre as mudanças do regime cambial no governo Vargas, inclusive a Instrução n. 70, de outubro de 1953, ver Rio e Gomes (1955), Tavares (1963), Huddle (1964), Malan (1976), Malan et al. (1977). Dib (1983), Leopoldi (1984) e Vianna (1985).

criada uma “pauta mínima” mediante a qual as divisas obtidas pelas exportações eram negociadas à taxa oficial apenas até uma cotação mínima (US\$ 68/60 kg para café, por exemplo), liberando as divisas obtidas a um preço excedente (na época, US\$ 78/60 kg em NY) para transações no mercado livre.

Tabela 10 – Taxas de câmbio sob o regime de leilões, out. 1953–ago. 1957 (Cr\$/US\$)

CATEGORIA/ANO	1953	1954	1955	1956	1957	% DO TOTAL ALOCADO**
Taxa oficial	18,82	18,82	18,82	18,82	18,82	–
Taxa de mercado livre	43,32	62,18	73,54	73,59	75,67	–
LEILÕES DE IMPORTAÇÃO						
Categoria 1	31,77	39,55	87,70	83,05	60,76	40%
Categoria 2	38,18	44,63	105,23	111,10	81,56	30%
Categoria 3	44,21	57,72	176,00	149,99	106,34	20%
Categoria 4	52,19	56,70	223,16	219,58	151,93	8%
Categoria 5	78,90	108,74	303,54	309,28	316,39	2%
TAXAS DE EXPORTAÇÃO*						
Categoria 1	–	–	31,50	37,06	38,16	–
Categoria 2	–	–	37,91	40,10	43,06	–
Categoria 3	–	–	43,18	49,88	55,00	–
Categoria 4	–	–	50,98	59,12	67,00	–

* De 9/10/1953 a 15/4/1954: Cr\$ 23,36/US\$ p/ o café e Cr\$ 28,36/US\$ p/ os demais produtos; de 16/8/1954 a 10/11/1954: Cr\$ 30,70/US\$ p/ o café e Cr\$ 35,12/US\$ p/ os demais produtos; de 11/11/1954 a 17/1/1955: Cr\$ 31,50/US\$ p/ o café e Cr\$ 37,79/US\$ p/ os demais produtos.

** Exceto mercado oficial e livre.

Fonte: Dib (1983).

A Lei do Mercado Livre não regulou a política cambial por muito tempo: a mudança mais importante e duradoura no regime cambial foi a Instrução n. 70 da SUMOC (publicada em 9/10/1953). Pelo lado da demanda de divisas, o novo regime cambial eliminou tanto a sistemática de licenciamento prévio, quanto as transações diretas entre vendedores e compradores de câmbio que haviam sido estabelecidas pela Lei do Mercado Livre. Pelo lado da oferta de divisas, reinstalou o monopólio cambial e passou a distribuir reservas através de leilões de câmbio, ou seja, não eliminou completamente o sistema de preços introduzido pela Lei do Mercado Livre. A diferença era que os ganhos derivados da venda das cambiais eram apropriados pelo governo. Os leilões de câmbio

realizavam-se em cinco categorias para as quais se alocavam diferentes montantes de divisas segundo a essencialidade do gasto, contra o pagamento de ágios mínimos (crescentes por categoria) sobre a cotação oficial e de uma comissão de transferência de 8%.

As divisas eram compradas com uma bonificação aos exportadores: CR\$ 5,00 para os cafeicultores e CR\$ 10,00 para os demais produtos – de fato, a mudança significativa valeu para o café, pois a taxa de compra das divisas dos demais bens permaneceu quase idêntica à resultante da mistura, meio a meio, da taxa oficial e da livre no regime da Lei do Mercado Livre. O saldo entre as receitas dos ágios de venda e os gastos com bonificações na compra das divisas era uma receita parafiscal creditada no Banco do Brasil, permanecendo fora dos leilões as compras de trigo e papel ou material de imprensa e, contra a fixação de sobretaxas predefinidas sobre a cotação oficial, combustíveis e certas importações essenciais das diferentes unidades da Federação (GV 53.10.10/5).

Tabela 11 – Importação brasileira por categoria de uso (%)

CATEGORIAS DE USO	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955
1. Bens de consumo	21,7	19,8	17,9	15,5	13,7	15,7	13,5	11,1	10,2	9,7
durável	9,0	11,7	10,7	8,9	6,7	10,0	7,5	3,6	4,3	2,8
não durável	12,7	8,1	7,2	6,6	7,0	5,8	6,0	7,5	5,9	6,9
2. Combustíveis e lubrificantes	9,5	9,6	12,6	12,0	14,8	12,0	13,5	18,8	14,7	21,5
3. Matérias-primas	43,0	41,0	38,9	42,6	40,7	39,5	36,0	41,2	44,9	41,5
para indústria	42,2	40,0	37,9	41,5	38,9	37,8	35,0	40,1	43,8	40,0
para agricultura	0,8	1,0	1,0	1,1	1,8	1,7	1,0	1,1	1,1	1,5
4. Bens de capital	25,8	29,6	30,6	29,9	30,8	32,8	37,1	28,9	30,2	27,3
para indústria	8,3	9,5	9,8	11,3	12,1	11,4	14,0	13,2	10,4	11,2
para agricultura	1,3	1,3	1,7	3,3	4,1	3,2	2,9	1,6	3,9	2,3
Transporte	11,5	14,2	14,4	9,8	9,6	13,9	15,0	10,0	11,8	9,8
Diversos	4,2	4,6	4,7	5,5	4,9	4,2	5,2	4,1	4,1	4,0
5. Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dib (1983, p. 218).

A Instrução n. 70 tinha três objetivos básicos. Primeiro, visava ampliar as exportações e introduzir critérios de mercado para encarecer as importações. Nesse aspecto, a reforma foi temporariamente bem-sucedida,

registrando-se um significativo crescimento das exportações no último trimestre de 1953, mantendo as importações em níveis reduzidos. Segundo, o sistema de leilões de câmbio criado pela Instrução n. 70 manteve a política seletiva de importações que buscava assegurar os bens intermediários e de capital requeridos pelos empreendimentos produtivos. Nesse sentido, ela era uma reafirmação do espírito do tratado de Bretton Woods de 1944: não buscava subordinar a expansão da economia doméstica ao equilíbrio a qualquer custo do balanço de pagamentos. Pelo contrário, era uma tentativa de conciliar um regime cambial subordinado aos requerimentos do crescimento e diversificação econômicos domésticos às restrições cambiais que se faziam sentir na acumulação de crescentes atrasados comerciais. Terceiro, o regime cambial buscava ampliar a arrecadação fiscal do governo, contornando em parte as resistências a uma reforma tributária no Congresso Nacional.

Já no primeiro semestre de 1954, contudo, a situação cambial voltaria a agravar-se por conta do início de mais um ciclo de redução dos preços do café. A restrição externa tinha razões estruturais e expressava a vulnerabilidade da inserção exportadora de um país cujo principal bem era uma *commodity* cuja produção não envolvia requerimentos tecnológicos e financeiros que impusessem barreiras à entrada de novos concorrentes. Sendo assim, um ciclo favorável de preços provocado pela reativação da demanda mundial e, principalmente, pela retração de estoques mercantis e investimentos que se seguia à crise de superprodução anterior, atraía inversões na abertura de novas áreas de cultivo e a entrada de novos concorrentes que, a médio prazo, voltavam a inundar o mercado mundial e provocar outra crise. A crise dos anos 1930 seria superada apenas no pós-guerra, uma vez que os estoques advindos da crise de superprodução anterior foram praticamente esgotados em 1948-1949. Em seguida, a fase ascendente do ciclo de preços foi acompanhada pela entrada de novos produtores na América Central e na África Oriental britânica, o que levaria a oferta de café em meados da década de 1950 a níveis bastante superiores à demanda mundial. Em 1954, ademais, a tendência deflacionária de médio prazo foi reforçada pela campanha bem-sucedida do senador Gillete nos EUA contra a especulação e o consumo do café (ver Delfim Netto, 1959; Bacha, 1975; Stolcke, 1986; Bacha et al., 1992).

Tabela 12 – Mercado mundial de café (em 1.000 sacas de 60 kg)

ANO	PRODUÇÃO EXPORTÁVEL			EXPORTAÇÕES EFETIVAS			CONSUMO MUNDIAL
	Brasil	Outros países	Total	Brasil	Outros países	Total	
1949	16.303	14.236	30.539	19.368	14.696	34.064	32.911
1950	16.754	15.966	32.720	14.915	14.530	29.445	29.310
1951	14.962	15.730	30.692	16.278	15.641	31.919	31.429
1952	16.076	16.474	32.555	15.821	16.570	32.391	31.964
1953	15.145	18.010	33.155	15.562	19.211	34.781	33.771
1954	14.506	19.253	33.759	10.918	18.657	29.575	30.329

Fonte: Banco do Brasil, *Relatório anual de 1954 apresentado à Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas* (1955), *Relatório anual de 1955 apresentado à Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas* (1956).

Se o objetivo do sistema de pauta mínima em meados de 1953 fora o de incentivar grandes produtores e exportadores a desovarem estoques, em meados de 1954 tratava-se do inverso. Visando induzir uma retenção voluntária de estoques para impedir queda de preços, o governo publicou decreto em junho de 1954 fixando elevada cotação mínima para exportações de café a partir de 1º de julho. Em meio a reduzidas exportações em junho e julho, porém, os cafeicultores acirraram a campanha contra o “confisco cambial” e exigiram a revogação da política de “pauta mínima”. Apenas 45 dias depois da introdução da nova pauta mínima e apenas 10 dias antes do suicídio de Getúlio, Aranha e Souza Dantas cederam às pressões econômicas e políticas, baixando em 14/8/1954 a Resolução n. 99 da SUMOC. Ainda que não se alterasse a cotação mínima em cruzeiros por libra-peso exportada, as bonificações cambiais de CR\$ 5,00 e CR\$ 10,00 só valeriam para 80% das exportações, enquanto para o 20% restante seria abonada a diferença entre a taxa oficial (ainda CR\$ 18,36/US\$) e a média das taxas de compra no mercado livre. Para os cafeicultores, isso representava uma desvalorização implícita de 27% (supondo taxa de CR\$ 60,00/US\$ no mercado livre). Para o objetivo do governo de estimular as exportações de café, porém, a iniciativa não foi exitosa: a desvalorização levou a uma vertiginosa especulação baixista do preço internacional do café na Bolsa de Nova York, mas a apenas uma tímida resposta do volume exportado, dando livre curso a uma nova fase descendente do preço do café e agravando a crise cambial brasileira. Isso dava razão aos argumentos sistematizados

por Eugênio Gudín ainda em 1933, no livro *Café e câmbio*, segundo o qual a demanda por café era preço-inelástica.

3. O sentido e as consequências da crise cambial

A crise cambial era estrutural, com efeitos muito negativos sobre a estratégia geral do governo Vargas. Ela não significava apenas a falência da estratégia de financiamento externo do programa de desenvolvimento: a curto prazo, ela ameaçava a continuidade do crescimento econômico estrangulado pela falta de recursos cambiais, e aumentava as pressões inflacionárias que agravavam o conflito distributivo e inviabilizavam graus mínimos de conciliação política. Muito embora o risco calculado da decisão de acelerar importações diante da Guerra da Coreia fosse em parte responsável pela crise, ela tinha raízes estruturais: o ciclo de preços do café entrava em uma nova fase descendente, reduzindo receitas cambiais; mas a demanda de divisas aumentava graças ao refluxo de rendimentos do estoque de capital externo no país e à grande dependência de insumos essenciais (particularmente petróleo) e bens de capital, agravada pela substituição de importações de bens de consumo duráveis no governo Dutra.

Ademais, necessidades cambiais não apenas não eram compensadas por financiamentos da CMBEU: o governo estadunidense pretendia inclusive aproveitar as dificuldades cambiais para exigir reformas no programa de desenvolvimento brasileiro, fortalecendo a posição de filiais estrangeiras em ramos tradicionais, cuja oferta fora, paradoxalmente, estrangulada pelo desinteresse dessas filiais em realizarem investimentos que acompanhassem o ritmo acelerado de demanda por insumos básicos e serviços de infraestrutura, exigindo investimentos estatais. Antes mesmo da mudança de orientação geral com a posse do governo Eisenhower, que defendia ainda mais agressivamente a posição das filiais estrangeiras em detrimento da ajuda governamental, documentos apresentados por Bastos (2012) mostram que a decisão de acabar unilateralmente a CMBEU foi tomada ainda no governo Truman, dada a perda do trunfo brasileiro (minerais estratégicos) que fortalecera o poder de barganha de Vargas em 1951. Isso frustrou a replicação da aposta bem-sucedida durante a Segunda Guerra, por exemplo com o suporte financeiro e tec-

nológico para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional: contar com apoio dos EUA para avançar na modernização da estrutura produtiva brasileira e para o financiamento do balanço de pagamentos²⁰.

Por outro lado, a tentativa do governo Vargas de subsidiar e induzir o investimento industrial privado à custa dos exportadores de *commodities*, mantendo uma taxa de câmbio fixa (Cr\$ 18,5/US\$) que barateava importações de bens de produção, tornou-se inviável quando a crise forçou a desvalorização cambial. O problema das exportações, porém, não era apenas o de uma taxa de câmbio competitiva, mas sim o de um perfil estrutural de especialização produtiva pouco diversificado, concentrado em *commodities* cujos requerimentos financeiros e técnicos de produção não criavam barreiras à entrada de novos concorrentes. Por isso, as desvalorizações cambiais para facilitar as exportações a partir de 1953 não se mostraram capazes de superar vulnerabilidades mais estruturais e, no caso do café, até induziram uma redução do preço internacional no segundo semestre de 1954.

Em vista da natureza do problema, solucionar a crise cambial não dependia apenas de paliativos voltados a encarecer circunstancialmente as importações e favorecer exportações primárias com variações da taxa de câmbio. Uma vez que a crise tinha determinantes estruturais no plano comercial (uma conta crescente de insumos e bens de capital; vulnerabilidades associadas à inserção exportadora tradicional) e financeiro (refluxo de rendimento de capitais estrangeiros) largamente independentes da taxa de câmbio, resolver a crise suporia superar problemas estruturais, ou seja, financiar empreendimentos que almejassem inserção exportadora em mercados industriais de maior valor agregado e maior crescimento ao longo do tempo, e que diminuíssem a dependência de importação de insumos essenciais. Como isso não era provável a curto prazo, era necessário pelo menos contornar os problemas estruturais por meio de um novo ciclo de financiamento externo que, a um tempo, gerasse influxos líquidos de capital que compensassem circunstancialmente os refluxos de serviços financeiros e a debilidade da inserção comercial da economia brasileira. Se esses influxos de capital finançassem

²⁰ Para diferentes visões sobre a crise das relações Brasil e Estados Unidos, seus antecedentes e efeitos, ver Malan et al. (1977), Vianna (1985) e Bastos (2005b, 2012).

uma melhora da inserção comercial a médio prazo, através de novos investimentos industriais, tanto melhor.

Não surpreende que, assim que a perda dos trunfos geopolíticos brasileiros e a reorientação da política externa estadunidense deixaram claro que obter recursos governamentais e multilaterais com o apoio dos EUA não seria mais de esperar, o governo Vargas passou a ensaiar várias comissões mistas com países europeus para atrair filiais estrangeiras por meio de investimentos diretos e crédito de fornecedores. Embora o principal símbolo dessa aproximação fosse a inauguração da fábrica da Mannesman em Minas Gerais, a poucos dias do suicídio, essa tática surtiria pleno efeito apenas no governo Juscelino Kubitschek, embora com prioridades setoriais e divisão de tarefas entre filiais e estatais diferente da estratégia projetada por Vargas. No governo Vargas, a crise cambial fez ruir o esquema de financiamento do investimento privado que se baseara na oferta de crédito público e câmbio barato para a compra de máquinas, equipamentos e insumos, ao mesmo tempo em que a tentativa de expandir os empreendimentos estatais por meio da obtenção de recursos externos de governo a governo esbarrava em contradições incontornáveis entre os objetivos de política externa do Brasil e dos Estados Unidos.

Arquivos consultados

ARQUIVOS do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV): Arquivo Departamento de Estado (DE), Eugênio Gudin (EUG), Getúlio Vargas (GV).

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, R. Política econômica do segundo governo Vargas. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; GRANZIERA, Rui G. (orgs.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986, p. 131-146.
- APPY, R. *Os capitais estrangeiros no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- BACHA, E. L. O papel do café na economia brasileira: do pós-guerra a meados dos anos 60. *Os mitos de uma década: ensaios de economia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 (1975), 3. parte, cap. 1, p. 137-157.



- BACHA, E. L. et al. *150 anos de café*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1992.
- BANCO do Brasil. *Relatório anual de 1951 da Carteira de Exportação e Importação (CEXIM)*. Rio de Janeiro: Editora Jornal do Commercio, 1952.
- BANCO do Brasil. *Relatório anual de 1952 apresentado à Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas*. Rio de Janeiro: Editora Jornal do Commercio, 1953.
- BANCO do Brasil. *Relatório anual de 1954 apresentado à Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas*. Rio de Janeiro: Editora Jornal do Commercio, 1955.
- BANCO do Brasil. *Relatório anual de 1955 apresentado à Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas*. Rio de Janeiro: Editora Jornal do Commercio, 1956.
- BASTOS, P. P. Z. *A dependência em progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1954)*. Campinas: IE-UNICAMP, 2001 (Tese de Doutorado).
- BASTOS, P. P. Z. As aporias do liberalismo periférico: comentários à luz dos governos Dutra (1946-1950) e Cardoso (1994-2002). *Economia e Sociedade*, v. 12, p. 245-274, 2003.
- BASTOS, P. P. Z. O presidente desiludido: a campanha liberal e o pêndulo de política econômica no governo Dutra (1942-1948). *História Econômica & História de Empresas*, v. VII, p. 99-136, 2004.
- BASTOS, P. P. Z. Desenvolvimentismo incoerente? Comentários sobre o projeto do segundo governo Vargas e as ideias econômicas de Horácio Lafer (1948-1952). *Economia*. Brasília, v. 6, p. 151-176, 2005a.
- BASTOS, P. P. Z. Raízes do desenvolvimento: sonhos prussianos e cooperação pan-americana no Estado Novo. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 71, p. 127-144, 2005b.
- BASTOS, P. P. Z. A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e mercado nos setores de base. *Revista Economia* (selecta especial de artigos do XXXIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA), v. 7, n. 4, dez. 2006.
- BASTOS, P. P. Z. Liberal esclarecido ou aliado fiel? Sobre a natureza da política econômica externa brasileira no governo Dutra (1946-1951). *Economia*. Brasília, v. 11, n. 4, p. 285-320, 2010.
- BASTOS, P. P. Z. Qual era o projeto econômico varguista?. *Revista Estudos Econômicos*, v. 41 (2), abr.-jun. 2011.
- BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. (orgs.). *A Era Vargas – Desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: UNESP, 2012.
- BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. (orgs.). *A Era Vargas – Desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: UNESP, 2012.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.
- CAMPOS, F. A. *Estratégias de desenvolvimento nacional: o papel do capital estrangeiro entre o segundo governo Vargas e o governo Castelo Branco (1951-1966)*. Campinas: IE-UNICAMP, 2003 (Dissertação de Mestrado).



- CEPAL. *El financiamiento externo de America Latina*. New York: UN, 1964.
- CEPAL-BNDE. *Relatório do Grupo Misto CEPAL-BNDE*. Rio de Janeiro: BNDE, 1955.
- DELFIM NETTO, A. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1979 (1959).
- DIB, M. F. P. *Importações brasileiras: políticas de controle e determinantes da demanda*. Rio de Janeiro: PUC, 1983, mimeo.
- DRAIBE, S. M. *Rumos e metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FGV. *Revista Conjuntura Econômica*, v. 25, 1972.
- FONSECA, P.D. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989 (1987).
- FONSECA, P. D. Nem ortodoxia nem populismo: o segundo governo Vargas e a economia brasileira. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v. 14, p. 19-58, 2010.
- FONSECA, P. D. O mito do populismo econômico de Vargas. *Revista de Economia Política*, v. 31, p. 56-76, 2011.
- FURTADO, C. *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- FURTADO, C. *O mito de desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 (1974).
- FONTES, L. *A face final de Vargas (os bilhetes de Getúlio)*. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1966.
- HUDDLE, D. L. Balanço de pagamentos e controle de câmbio no Brasil – Diretrizes políticas e história, 1946-1954. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 1, p. 5-40, mar. 1964.
- LAFER, H. *Discursos parlamentares (Reunidos por Celso Lafer)*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.
- LAGO, P. C. *A SUMOC como embrião do Banco Central, 1945/1964*. Rio de Janeiro: PUC, 1982.
- LEONEL, J. *Controle de câmbios – Regime jurídico e penal: ensaio com referência à legislação cambial brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Jornal do Commercio, 1955.
- LEOPOLDI, M.A. *Industrial associations and politics in contemporary Brazil: the associations of industrialists, economic policy-making and the State with special reference to the period 1930-61*. St. Antony's College, 1984 (Tese de Ph.D.).
- LESSA, C. *Quinze anos de política econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1982 (1963).
- LESSA, C.; FIORI, J. E houve uma política nacional-populista?. *ANAIAS DO XII ENCONTRO DE ECONOMIA*, 1984.
- MALAN, P. *Foreign exchange-constraint growth in a semi-industrialized economy: aspects of the Brazilian experience, 1946-76*. Berkeley: University of California, 1976 (Tese de Ph.D.).
- MALAN, P. et al. *Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939/52)*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.
- RIBEIRO, R. R. *As políticas cambiais no Brasil de 1953 a 1982*. Campinas: UNICAMP, 1997, mimeo. (Monografia de Graduação).
- RIO, A. S.; GOMES, H. C. Sistema cambial: bonificações e ágios. In: BARROS, J. R. M.; VERSIANI, F. R. (orgs.). *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1977 (1955), p. 339-356.

- SARETTA, F. *Política econômica brasileira (1946-1951)*. São Paulo: FCL/Laboratório Editorial/Cultura Acadêmica Editora, 2000 (1990).
- STOLCKE, V. *Caféicultura – Homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TAVARES, M. C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972 (1963).
- TAVARES, M. C. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998 (1975).
- VARGAS, G. *A política trabalhista no Brasil*. São Paulo: José Olympio, 1950.
- VARGAS, G. *A campanha presidencial*. São Paulo: José Olympio, 1951 (1950).
- VARGAS, G. *Mensagem presidencial ao Congresso Nacional (1951-1954)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1951-1954.
- VARGAS, G. *O governo trabalhista no Brasil*. V. I-IV. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969 (1952-1955).
- VIANNA, S. B. *A política econômica no segundo governo Vargas*. Rio de Janeiro: BNDES, 1987 (1985).



a relação entre o capital estrangeiro e a industrialização brasileira nos anos 1950*

the relation between foreign capital and the brazilian industrialization in the 1950s

Joana Souza de Meirelles**

FINEP, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Fernando Augusto Mansor de Mattos***

Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

O trabalho discute os principais aspectos relacionados ao capital estrangeiro, na forma de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), no Brasil da década de 1950. Serão abordados os condicionantes externos e internos que influenciaram o influxo de IDE no período. Dentre os fatores externos, destacam-se a nova ordem econômica internacional estabelecida no pós-Segunda Guerra Mundial e a consolidação da hegemonia norte-americana e seus desdobramentos sobre a concorrência intercapitalista e sobre a divisão internacional do trabalho. Dentre os fatores internos, avaliam-se as principais medidas de política econômica relacionadas ao capital estrangeiro e as condições institucionais e de infraestrutura do país no período, além do papel exercido pelas mudanças ocorridas na estrutura produtiva, especialmente no setor industrial. O argumento central do artigo defende a ideia de que os fatores internos e externos se somam para explicar a mudança do cenário entre a primeira e a segunda

ABSTRACT

This paper discusses the main aspects related to foreign capital, in the form of Foreign Direct Investment (FDI), in Brazil, in its 1950s. External and internal constraints will be approached that influenced the FDI influx. Among the external factors, we can point out the new international economical order established in the post Second World War, the consolidation of the dominance of the United States and its breakdowns on the inter-capitalistic competition and on the international division of labor. Among the internal factors, we consider the main measures of economic policy related to the actions of foreign capital, besides the institutional conditions and infra-structure of the country in the period, in addition to the role played by changes in the productive structure, especially in the industrial sector. The central argument of the article sustains the idea that the internal and external factors joined forces to explain the change of scenery between the first and second half of

* Submetido: 10 de outubro de 2014; aceito: 18 de janeiro de 2016.

** Economista pelo IE-UFRJ. Mestre em Economia pelo PPGE-UFF Analista da FINEP. *E-mail*: joanademeirelles@gmail.com

*** Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Economia da UFF. Mestre e doutor em Economia pelo Instituto de Economia da UNICAMP. Integrante do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Economia Brasileira (NEB), da Faculdade de Economia da UFF. *E-mail*: fermatt1@hotmail.com



metade da década de 1950, no que se refere à presença dos IDEs na economia brasileira.

the 1950s, as regards the presence of FDI in the Brazilian economy.

Palavras-chave: Investimento Direto Estrangeiro no Brasil. Industrialização brasileira. Década de 1950.

Keywords: Foreign Direct Investment in Brazil. Brazilian industrialization. Decade of 1950s

Introdução

A trajetória do capital estrangeiro na economia brasileira, notadamente no período em que a industrialização teve impulso decisivo, é tema ainda hoje de importante controvérsia a respeito de suas causas e de seu papel para o desenvolvimento brasileiro. Tal percepção parece estar referendada pelo fato de que a participação do capital estrangeiro na industrialização dos anos 1950 tenha sido substancialmente maior no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) do que no segundo governo Vargas (1951-1954). Ao analisar especificamente o comportamento do Investimento Direto Estrangeiro (IDE)¹, modalidade mais destacada do impacto do capital estrangeiro sobre a estrutura produtiva brasileira nos anos 1950, é possível distinguir duas tendências distintas: durante o segundo governo Vargas, o volume de IDE foi, em média, de US\$ 62 milhões ao ano e, no governo JK, de US\$ 153 milhões ao ano². Logo, a média desse investimento no governo JK superou em mais de 100% a média do segundo governo Vargas³.

¹ Trata-se do investimento que se caracteriza pela participação permanente e efetiva na direção de uma empresa que opera em uma economia que não seja a do país investidor (CEPAL, 1986).

² Dados da CEPAL (1986), em dólares a preços correntes. Esses dados, além de diversos outros que serão apresentados ao longo do artigo, seguem a seguinte metodologia: uma vez que os casos de IDE dos países latino-americanos no exterior foram escassos no período, a CEPAL somente apresenta os saldos; além disso, os investimentos de empresas transnacionais não são computados. Ressalta-se também que aos dados de investimento, se somam os reinvestimentos.

³ Durante o interregno Café Filho (1954-1955), o IDE no Brasil foi de cerca de US\$ 86 milhões (considerando exclusivamente o ano de 1955), valor localizado entre as médias anuais observadas nos governos de Vargas e JK. Devido às suas características de transição, o governo Café Filho não será um foco direto de análise deste trabalho, porém não se deixará de apresentar – e reconhecer – a influência da Instrução n. 113 da SUMOC (implementada em 1955, durante o mandato de Café Filho) sobre a entrada de IDE no país.



A hipótese sustentada no presente trabalho é de que a diferença dos fluxos de IDEs, ocorrida na economia brasileira entre o segundo governo Vargas e o governo JK, deveu-se tanto a fatores externos como a fatores internos, que se somaram para promover a mudança mencionada acima, entre a primeira e a segunda metade da década de 1950⁴. No que se refere aos fatores externos, destacam-se o cenário de Guerra Fria e o papel da nova institucionalidade monetária e financeira definida em Bretton Woods, no imediato pós-Segunda Guerra, que deu novo formato à dinâmica capitalista internacional, baseada na consolidação da hegemonia norte-americana e de seus desdobramentos sobre a concorrência intercapitalista e sobre a divisão internacional do trabalho. No que tange aos elementos internos que influenciaram os movimentos de capitais internacionais em direção ao Brasil, destacam-se

1) o avanço das forças produtivas capitalistas no país, notadamente no setor industrial, que já tomava grande impulso desde o governo Dutra, quando entrou em funcionamento o setor siderúrgico que havia sido concebido no primeiro governo Vargas;

2) a própria dimensão do mercado interno brasileiro, notadamente em comparação com outros países da América Latina;

3) a institucionalidade que passou a reger, nos anos 1950, a atuação

⁴ Há diversos autores que se posicionam em favor da ideia de ter havido uma ruptura entre o governo de JK e o de seu antecessor, Getúlio Vargas; da mesma forma, há diversos autores que advogam terem predominado elementos de continuidade. Nosso objetivo não foi entrar exatamente nessa polêmica, mas procura compreendê-la, como uma forma de interpretar os fatores que afetaram os movimentos tão díspares dos IDEs em período relativamente curto (primeira e segunda metade dos anos 1950). Não restam dúvidas de que houve diversas medidas que, ao serem destacadas, podem ser usadas para advogar pela tese da ruptura ou pela da continuidade. Não há dúvidas, tampouco, que os estilos de fazer política e os respectivos apoios sociais e políticos de Vargas e de JK guardavam diferenças entre si, embora também deva ser registrado que ambos tiveram vários “inimigos” políticos em comum. Campos (2003, 2009) destaca que um elemento importante de ruptura entre JK e Vargas se deu no que se referia à divisão de tarefas entre o capital estrangeiro e as empresas estatais. Conforme dito, não pretendemos entrar nessa polêmica, embora seja importante tê-la registrado e ter tomado compreensão dela, através de uma revisão bibliográfica, como forma de apoiar nossos argumentos de existência de relações que se reforçam entre os fatores internos e externos para explicar os diferentes movimentos de IDEs entre a primeira e a segunda metade dos anos 1950. Para mais informações, ver Campos (2003, 2009).

do capital estrangeiro no país e o fato de que, ao contrário do que ocorria em outros países ou continentes, não havia hostilidade ao capital estrangeiro;

4) alguns importantes aspectos instrumentais da política macroeconômica desenhada no período, além da existência de fatores institucionais também relacionados ao que Fonseca (2003) se refere de forma mais ampla como política econômica⁵.

No período subsequente à Segunda Guerra Mundial, houve a configuração de uma nova ordem internacional, com consolidação da hegemonia norte-americana em um contexto de Guerra Fria. O mundo, em especial o mundo capitalista desenvolvido, atravessou um período de excepcionalidade, com intensa acumulação de capital baseada na atuação de um Estado intervencionista. Os chamados “anos dourados” combinaram altas taxas de crescimento com aumentos de produtividade, dos salários reais e da geração de empregos, bem como uma jamais vista redução da desigualdade de renda na maioria dos países (Piketty, 2014; Mattos, 2009). Os benefícios materiais desse crescimento, porém, foram percebidos somente a partir de meados dos anos 1950, pois, nos primeiros anos após a guerra, os países atingidos pelo conflito estavam voltados à sua reconstrução (Hobsbawm, 1999). O momento de expansão foi acompanhado de amplo movimento de internacionalização do capital e do estabelecimento de um novo padrão de concorrência capitalista, com conseqüente nova divisão internacional do trabalho.

Nesse momento, o Brasil avançava no processo de substituição de importações⁶. Iniciado na década de 1930 com a substituição de impor-

⁵ Fonseca (2003) entende o conceito de política econômica de uma forma mais ampla do que as chamadas *políticas instrumentais* (política monetária, creditícia, cambial etc., ou seja, os diversos aspectos do que se convencionou considerar como partes da política macroeconômica), incluindo também órgãos, ministérios, autarquias etc. já existentes ou criados e que também fazem parte das ações estatais de condução da atividade econômica. A esse conjunto de elementos constitutivos da política econômica Fonseca chama de instituições, o que também inclui os desenhos das políticas sociais e outras formas de regulação da atividade econômica e das políticas públicas.

⁶ “[...] o ‘processo de substituição das importações’ pode ser entendido como um processo de desenvolvimento ‘parcial’ e ‘fechado’ que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos” (Tavares, 1977, p. 35).

tações de bens não duráveis de consumo final, por tratar-se de bens que demandam menos tecnologia e capital, além de possuírem, nesse período, maior reserva de mercado no Brasil, esse processo avançou nos anos 1940 com a implantação de indústrias de insumos pesados. Em meados dos anos 1950, o país entrou na chamada industrialização pesada, caracterizada pelo “crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo antes de qualquer expansão previsível de seus mercados” (Mello, 1982, p. 117). Houve instalação mais articulada dos setores produtores de bens de capital, bem como consolidação da presença da indústria automobilística no Brasil, dentre outros setores importantes da produção de bens de consumo duráveis de alto valor agregado. Esse processo de profunda mudança da estrutura do sistema produtivo nacional configurou a passagem a um padrão de acumulação especificamente capitalista, com efeitos sobre a urbanização e a organização social do Brasil.

O objetivo deste trabalho é buscar compreender, sem hierarquizar⁷, como fatores externos e internos atuaram na promoção da mudança ocorrida, entre a primeira e a segunda metade dos anos 1950, nos fluxos de Investimento Direto Externo em direção ao Brasil.

A partir de uma abordagem estruturalista, pretende-se discutir, inicialmente, como se articularam e operaram os aspectos históricos, geopolíticos, institucionais e econômicos na ordem econômico-financeira internacional estabelecida a partir do pós-Segunda Guerra Mundial, bem como a maneira pela qual tais fatores influenciaram as alterações na estrutura produtiva brasileira. Será também realizada uma discussão sobre os principais aspectos do ambiente institucional, político e econômico brasileiro do período em questão, a fim de compreender a razão de o Brasil ter sido um dos principais destinos desses capitais na América Latina.

Além de argumentos, também serão apresentados dados sobre a evolução comparada da presença de Investimento Direto Estrangeiro no Brasil naquele período. O presente estudo irá delimitar seu campo de pesquisa aos fluxos de capitais externos sob a forma de IDE por tratar-se

⁷ Estamos de acordo com o que pontuou Possas na seguinte passagem: “tanto em relação à origem quanto ao setor de destino do investimento direto estrangeiro no Brasil, é preciso levar em conta ao mesmo tempo as condições internas e os determinantes externos, assim como o vínculo entre eles” (Possas, 1983).

de um investimento de longo prazo que afeta de maneira mais imediata a estrutura produtiva no contexto da industrialização, dando prosseguimento ao processo de substituição de importações da economia brasileira. Os IDEs, que já se apresentavam como a forma preferida de aplicação privada desde os anos 1940 (Bastos, 2004), se concentraram, no período em tela neste artigo, no setor industrial⁸. A evolução do perfil do IDE corrobora a ideia de que estes foram relevantes na modificação da estrutura industrial no período, ainda mais quando se considera que, entre 1950 e 1961, a produção industrial brasileira cresceu cerca de 9,6% ao ano, em média, em termos reais, o que significa crescimento total de cerca de 200% para a produção industrial tomando o período todo (cálculos de crescimento industrial feitos com base nas informações constantes no Apêndice estatístico de Abreu, 1990).

O trabalho está organizado em quatro seções, a contar da presente introdução. A seção seguinte apresenta uma breve análise do contexto internacional em que se deu a entrada do IDE no Brasil, nos anos 1950, e na terceira seção são apresentados os principais aspectos internos de atração desses capitais. A quarta e última seção é reservada às considerações finais.

1. Os condicionantes externos: a nova ordem econômica do pós-Segunda Guerra Mundial

A compreensão da trajetória do IDE no Brasil da década de 1950 deve ser precedida de uma interpretação das transformações que ocorreram no sistema monetário internacional e da construção de uma nova ordem capitalista sob hegemonia norte-americana, em um contexto de Guerra Fria. Esse cenário político e econômico do pós-guerra condicionou o movimento internacional de capitais no período, com efeitos tanto sobre os países desenvolvidos, como sobre os da periferia do capitalismo.

⁸ Alguns dados disponíveis são os seguintes: em 1950, 56,7% do IDE estava no setor industrial e 39,4% em serviços; em 1956, 73,6% na indústria e 24,5% em serviços; e, em 1961, 81,3% na indústria e 17% em serviços (as porcentagens se referem aos estoques correntes e os dados se encontram no Anexo 3 de Campos, 2009).

O sistema financeiro e monetário internacional estabelecido nos acordos de Bretton Woods (1944), que adotou o padrão dólar-ouro, baseou-se em três aspectos fundamentais:

1) adoção de câmbio fixo, porém ajustável diante de situações de “desequilíbrios fundamentais” relacionados aos balanços de pagamentos dos países;

2) aceitação de controles que limitassem os fluxos de capitais internacionais, a fim de evitar a extrema mobilidade de capitais financeiros que vigorava até então; e

3) criação do Fundo Monetário Internacional (FMI)⁹, instituição destinada ao monitoramento das políticas econômicas nacionais e à concessão de financiamento para que países que estivessem em risco pudessem equilibrar seus balanços de pagamentos (Eichengreen, 2000).

Os acordos monetários internacionais são criações políticas que tendem a refletir e manter a distribuição de poder entre os países e as classes sociais (Block, 1987) e não foi diferente com os acordos de Bretton Woods (1944). Os Estados Unidos, através de seu Plano White, foram o país com maior influência na versão final dos acordos, seguidos dos britânicos, com o Plano Keynes¹⁰. O poderio norte-americano nas negociações era reflexo de sua situação econômica e financeira privilegiada: superavitários, eram os credores dos países centrais e detinham a maior parte das reservas mundiais de ouro. Além disso, tratava-se de uma potência bélica e do único país envolvido no conflito que havia saído da guerra com seu território intacto.

⁹ No período do pós-guerra, foi montado um forte aparato institucional de organização mundial sob influência norte-americana, fruto de sua posição central na nova ordem capitalista estabelecida. Além do FMI, foram criados a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), dentre outras instituições.

¹⁰ Os planos de Harry Dexter White e John Maynard Keynes divergiam em pontos fundamentais: White defendia o câmbio fixo e a ausência de controle de capitais, enquanto Keynes propunha a flexibilidade no câmbio e a adoção de restrições cambiais e comerciais que fossem necessárias à compatibilização de pleno emprego e equilíbrio no balanço de pagamentos, além de volumosos recursos para o financiamento deste.

Os acordos de Bretton Woods foram decisivos para a consolidação do dólar como moeda oficial do sistema e dos Estados Unidos como centro da nova ordem capitalista estabelecida após a Segunda Guerra. A influência na nova ordem era interessante no sentido de garantir o maior grau possível de abertura dos países participantes dos acordos, para que o fluxo de bens e capitais fosse determinado em grande medida pelas forças de mercado – situação na qual os Estados Unidos, por terem economia mais forte, alto nível de desenvolvimento técnico e empresas competitivas, conseguiriam maximizar suas vantagens e obter maiores benefícios dos demais países. Além disso, a perspectiva de que a Guerra Fria estava em curso é essencial para analisar o período. A política exterior dos EUA visava impedir não somente um possível triunfo socialista, mas também o surgimento de experiências nacionais de desenvolvimento capitalista na Europa, que vivia um momento de instabilidade política e econômica e, portanto, a reconstrução europeia se apresentava como medida fundamental para os planos geopolíticos dos norte-americanos (Block, 1987; Mattos, 2009; Hobsbawm, 1999). Como o restabelecimento da Europa não pôde ser realizado no âmbito dos acordos de Bretton Woods, pois, em sua versão final, o limite dos empréstimos a países com balanço de pagamentos deficitários ficou significativamente reduzido, os Estados Unidos se encarregaram de realizar um plano de reconstrução dos países europeus aliados: o Plano Marshall (1948-1952)¹¹.

A penetração das empresas norte-americanas na Europa no âmbito do referido plano, juntamente com os gastos militares dos Estados Unidos, constituiu a primeira etapa do processo de internacionalização do capital¹². Dessa forma, vale destacar que, desde o início das negociações da

¹¹ O financiamento de déficits proporcionado pelo plano superou em quatro vezes o limite superior estabelecido em Bretton Woods como benefício de saque da Europa e em seis vezes a obrigação máxima estabelecida aos norte-americanos (Eichengreen, 2000).

¹² A liderança norte-americana na expansão capitalista mundial teve seus aspectos econômicos e militares oficialmente estabelecidos através da Doutrina Truman, em 1947. “Neste ano, e pela primeira vez, os Estados Unidos estenderam as fronteiras de sua segurança a qualquer parte do mundo onde ‘regimes totalitários’ fossem impostos aos ‘povos livres’, para usar aqui a retórica de Truman. A ‘ajuda externa’, através de seus programas econômicos e militares, foi o principal instrumento dessa política expansionista empreendida sob a responsabilidade do Estado americano e realizada à sombra de seu poderio nuclear” (Martins, 1973, p. 99).

reforma da ordem financeira internacional do pós-Segunda Guerra Mundial e ainda durante a implementação do Plano Marshall, os EUA estimularam a expansão da atividade econômica europeia, com a ampliação das relações comerciais intraeuropeias, dadas suas (norte-americanas) evidentes preocupações acerca das perspectivas do continente europeu depois de terminado o sistema de transferências diretas de dólares oriundos do Plano Marshall.

Desde o imediato pós-Segunda Guerra, mais do que a “simples” reconstrução europeia, a preocupação norte-americana era com a necessidade de institucionalização de um sistema de pagamentos multilaterais na Europa Ocidental, com o fito de gerar as condições favoráveis à internacionalização do capital norte-americano, em particular o capital produtivo. Essa construção geopolítica supunha a instituição de uma união aduaneira na Europa Ocidental. Se, aparentemente, essa medida defendida pelo *establishment* norte-americano parecia prejudicial aos interesses mais imediatos das empresas americanas¹³, interessadas em exportar para a Europa em processo de reconstrução, com o passar de algum tempo ela logo se mostraria importante para impulsionar os investimentos diretos externos das empresas privadas dos EUA na Europa Ocidental, maneira mais viável de aproveitar aquele mercado em expansão. Tal movimento (mas não somente ele, evidentemente) teve papel importante para a redinamização da atividade econômica europeia a partir da passagem dos anos 1940 para os anos 1950.

Nesse mesmo contexto e com os mesmos objetivos de promover a recuperação econômica da Europa Ocidental, também medidas *ad hoc*, inicialmente não previstas nos acordos de Bretton Woods, como as desvalorizações cambiais praticadas no terceiro trimestre de 1949 pela maior parte dos países europeus ocidentais (a começar pela Inglaterra), atendiam aos objetivos estratégicos e geopolíticos dos EUA e sua sempre presente preocupação em evitar a ascensão ao poder de partidos socialistas ou comunistas (conforme o caso, em cada realidade nacional na Europa Ocidental) nos diferentes países, aproveitando-se de eventual prolongamento da crise econômica e social que se abate sobre a Europa, logo após a euforia da derrota nazista (Van der Wee, 1987; Bordo, 1994). A

¹³ Ademais porque estavam previstas discriminações contra produtos da área do dólar norte-americano, conforme lembra Scandiucci Filho (2000, p. 209).

“construção sociopolítica” (Hobsbawm, 1999) do pós-Segunda Guerra Mundial e o ciclo virtuoso dos investimentos públicos “puxando” investimentos privados (Mattos, 2009), viabilizados pelas regras de funcionamento do sistema financeiro internacional gestadas em Bretton Woods (pelo menos enquanto não se faziam sentir as dificuldades geradas pela “desregulamentação competitiva” (Helleiner, 1994) sobre os raios de manobra da elaboração das políticas macroeconômicas nacionais devotadas ao pleno emprego¹⁴), abriram espaço para o crescimento econômico do velho continente e para a atração dos IDEs em solo europeu.

O segundo momento desse movimento de internacionalização do capital privado tornou-se mais evidente a partir de meados dos anos 1950, quando a Europa já estava reconstruída e os oligopólios industriais europeus passaram a se expandir internacionalmente, diversificando seus mercados em escala global, assim competindo com os investimentos norte-americanos na busca de espaços de atuação, notadamente na América Latina (Coutinho; Belluzzo, 1979)¹⁵. O sistema entrava em sua fase monopolista, com aprofundamento da penetração nacional e internacional da grande empresa e estabelecimento de um novo padrão de concorrência intercapitalista, definido pelas características da estrutura industrial e do padrão de consumo tipicamente norte-americanos (Coutinho; Belluzzo, 1979; Campos, 2009).

O movimento de expansão das multinacionais para as regiões mais atrasadas acarretou um reordenamento na divisão internacional do trabalho. A revolução tecnológica proporcionada pelo movimento de capitais gerou integração de diversos países subdesenvolvidos ao mercado mundial e constituição de forças produtivas especificamente capitalistas nesses países, ampliando o espaço de vigência do sistema (Balanco; Pinto, 2007). A institucionalidade criada a partir de Bretton Woods, bem como a rejeição à hegemonia liberal que havia levado a economia mundial à crise do entreguerras (Hobsbawm, 1999), contribuíram para criar um ambiente econômico e ideológico que favoreceu o provei-

¹⁴ Para mais detalhes, ver Mattos (2009).

¹⁵ No caso brasileiro, os EUA reagiram à expansão dos investimentos europeus ocorridos em meados dos anos 1950, aumentando seus investimentos em setores já instalados e diversificando suas atuações segundo os setores de atividades, conforme salientou Bandeira (1973, especialmente p. 392-393).

tamento, por parte de países da chamada semiperiferia do capitalismo (Chirot, 1977), de uma janela de oportunidade para implementação de políticas e programas nacionais de industrialização¹⁶. Naturalmente, os países que atraíram esses investimentos eram justamente os que já haviam logrado construir uma infraestrutura econômica e social mínima¹⁷, para gerar externalidades positivas para o capital internacional em busca de novos espaços de acumulação.

O Brasil se inseriu nesse movimento de transnacionalização como um mercado – dinâmico e em expansão – para o capital estrangeiro dos países em etapas mais avançadas do capitalismo, notadamente capitais norte-americanos e europeus. O Gráfico 1 apresenta o movimento de entrada desses capitais no Brasil, na forma de Investimentos Diretos Estrangeiros, nos anos 1950.

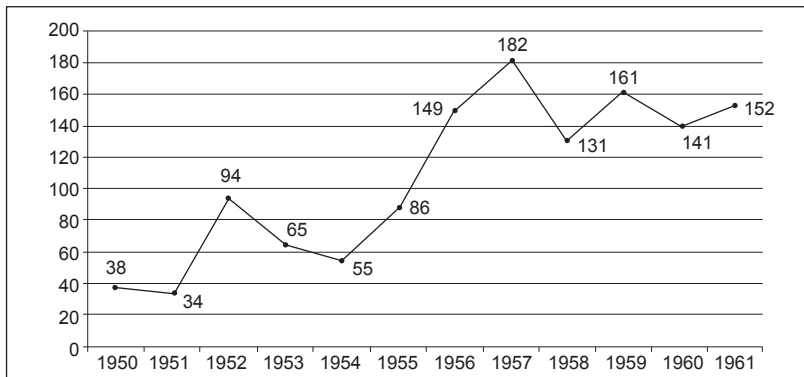
A visualização dos dados de IDE no Brasil, ano a ano, apresentados em gráfico, torna clara a percepção de que, nos anos 1950, houve duas tendências distintas em relação à entrada desse capital no país: na primeira metade da década, o volume de IDE variou entre 34 e 94 milhões de dólares¹⁸, enquanto na segunda metade houve, em todos os anos, investimento superior a US\$ 100 milhões, variando entre 131 e 182 milhões

¹⁶ Para verificar as mudanças ocorridas na distribuição mundial da produção manufatureira, como resultado do processo de industrialização nos países fora do núcleo central de países pioneiros da Revolução Industrial, ver, pelo menos, além de Chirot (1977), Bairoch (1982) e Leechor, Kohli e Hur (1983).

¹⁷ Sobre o processo de expansão do capital estrangeiro e das condições de atração dele em diferentes países, vale citar passagens selecionadas de Coutinho e Belluzzo: “esse processo de alargamento das fronteiras de expansão do capitalismo, em sua fase avançada e oligopolista, transformou de forma significativa algumas economias periféricas, incorporando-as definitivamente à franja do mundo industrializado. [...] em alguns países, a penetração do oligopólio estrangeiro foi acompanhada por um esforço de constituição da base industrial pesada, sobretudo através da ação do Estado. [...] A constituição do que se pode rigorosamente definir como um Departamento de Bens de Produção requer a criação simultânea e articulada dos seus principais setores, tais como a siderurgia, a metal-mecânica pesada, o de material elétrico pesado e a grande indústria química. Isto exige, ademais, um amplo suporte infra-estrutural, na forma de capital social básico” (Coutinho; Belluzzo, 1979, p. 19-20).

¹⁸ Em termos mundiais, tratou-se do segundo país que mais recebeu investimentos norte-americanos entre 1949 e 1954, superado apenas pelo Canadá. Nesse período, o investimento líquido norte-americano em manufaturas no Brasil representou 53% do realizado na América Latina e 17% do total e, excluindo-se o Canadá, a última porcentagem chegaria a 34%.

Gráfico 1 – Investimento Direto Estrangeiro no Brasil (US\$ milhões)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da CEPAL (1986).

de dólares¹⁹. Conforme visto, a ampliação da presença de IDE na economia brasileira na segunda metade dos anos 1950 resultou da expansão de empresas multinacionais, em decorrência do movimento de transnacionalização do capital que caracterizou o pós-Segunda Guerra, respondendo a mudanças ocorridas no padrão de concorrência intercapitalista em âmbito mundial. Esse fenômeno foi também percebido em algumas das principais economias latino-americanas, conforme pode ser verificado na Tabela 1.

Ao estender a análise do IDE às principais economias da América Latina, verifica-se que a maior internacionalização na segunda metade da década de 1950 não foi um fenômeno particular do Brasil, mas sim um fenômeno generalizado na região. O volume desse investimento no Brasil aumentou 129% entre os períodos 1951-1955 e 1956-1960, o que representou um crescimento menor que o do total da América

¹⁹ A análise dos condicionantes internos desse processo, realizada na próxima seção, é necessária para a compreensão das variações de IDE ano a ano. O pico de IDE em 1952, por exemplo, está relacionado à instauração de um controle de remessas de lucros realizado no segundo governo Vargas, através do Decreto n. 30.363, em janeiro de 1952, que vigorou até janeiro do ano seguinte. A legislação mais restritiva teve influência sobre o aumento dos reinvestimentos: dos US\$ 94 milhões de IDE em 1952, US\$ 9 milhões são fruto de influxo novo (líquido) e US\$ 85 milhões de reinvestimentos (contra US\$ 67 milhões de reinvestimento no ano anterior). No ano seguinte (1953), diante da liberalização, o reinvestimento foi de apenas US\$ 38 milhões (conforme dados de Bastos, 2012, p. 12).

Tabela 1 – Investimento Direto Estrangeiro em países selecionados da América Latina (US\$ milhões, preços correntes)

Países	1951-1955	1956-1960
Argentina	12	829
Bolívia	4	60
Brasil	334	764
Colômbia	12	19
Costa Rica	14	17
Chile	95	209
Equador	16	36
El Salvador	-5	2
Guatemala	-3	77
Haiti	21	8
Honduras	42	-13
México	440	393
Nicarágua	9	10
Panamá	28	64
Paraguai	1	14
Peru	168	311
República Dominicana	10	32
Uruguai	40	28
Venezuela	364	1.579
Total América Latina	1.602	4.439
Participação do Brasil no total da América Latina (em porcentagem)	20,8%	17,2%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da CEPAL (1986).

Latina, na qual o volume de IDE cresceu aproximadamente 177% entre os dois períodos. Sendo assim, apesar de o Brasil ter percebido aumento expressivo do IDE na segunda metade da década, a participação brasileira em relação ao total da região caiu de 20,8% para 17,2%²⁰ entre os dois períodos considerados na Tabela 1, o que demonstra que

²⁰ Através de uma análise dos dados presentes em tabela similar elaborada por Campos (2009, p. 22), verifica-se que o IDE no Brasil, no período do governo Dutra (1946-1950), representou 13% do total da América Latina (foram utilizados dados das Nações Unidas). Além disso, analisando o período de 1951-1954 contra 1956-1960, ou seja, retirando-se o ano de 1955 da análise (governo Café Filho), o Brasil totaliza participação de 18,1% no total de IDE na América Latina, no primeiro período, contra 17,2% no segundo.

a internacionalização brasileira fazia parte de um contexto mais amplo, de condicionantes relacionados ao movimento do capitalismo internacional, no qual os países centrais passaram a direcionar investimentos de forma mais acentuada aos países periféricos, especialmente na forma de IDE. De todo modo, deve-se destacar, com base nos dados expostos na Tabela 1, que o Brasil continuou sendo um país importante na recepção de capital externo na forma de IDE, e que a diversificação produtiva ocorrida no período contou com o papel decisivo do capital estrangeiro²¹, o que revela a importância do mercado interno brasileiro nas decisões de aqui aportar capital por parte das empresas multinacionais²².

²¹ Dados mencionados por Bastos (2011c) (retirados de Appy, 1987) revelam que, em 1950, 27,1% do estoque de capital estrangeiro concentrava-se na energia elétrica, enquanto 12,9% situavam-se no petróleo e 6,9%, em bancos (setor financeiro). Os produtos químicos reuniam 6,9% do estoque total de capital estrangeiro, e atividades que caracterizam o dinamismo industrial, como o setor automobilístico, a metalurgia e os laboratórios farmacêuticos, não atingiam 5% do estoque de capital estrangeiro daquele ano. Em 1960, por outro lado, a ampliação do estoque de capital estrangeiro promoveu também significativa mudança do perfil de sua distribuição setorial, a começar pelo fato de que as atividades de serviços perderam proeminência (a participação da energia elétrica, por exemplo, esteve abaixo de 3% do total), em favor do setor industrial. Dessa forma, a indústria automobilística, ainda segundo os dados mencionados por Bastos (2011c), passou a liderar a presença de capital estrangeiro na economia, reunindo 11,4% do total, seguida, pela ordem, pelas atividades de petróleo (11%), produtos químicos (10,8%), metalurgia (5,4%), indústria alimentar (5%), laboratórios farmacêuticos (4,5%), aparelhos eletrônicos (4,3%) e siderurgia (3,6%). Ou seja, houve não só o aludido aumento do estoque de capital estrangeiro, conforme mostram a Tabela 1 e outros estudos, entre os quais se destacam Appy (1987) e também Martins (1973, 1975), como também uma importante diversificação setorial, com destaque para o fato de que essa diversificação favoreceu a atividade manufatureira, promovendo importante mudança na estrutura industrial do país.

²² Possas lembra que, na primeira metade dos anos 1950, predominaram IDEs destinados a setores intermediários, como papel, borracha e químicos, “juntamente com as grandes firmas remanescentes da ‘onda’ farmacêutica dos anos 40. Mas desde 1953/55 uma outra clara tendência se manifesta: grandes corporações internacionais da indústria automobilística como Volkswagen e Daimler-Benz (1954), congêneres manufatureiras de partes elétricas e mecânicas como Bosch, NGK, Bendiz etc.; produtoras de maquinaria mecânica e elétrica: FIAT, ASEA, Caterpillar, Dresser, Brown Boveri; de aparelhos domésticos: Olivetti, Osram, Whirlpool, ESB. Ao mesmo tempo, os setores industriais básicos eram também ocupados por firmas multinacionais, especialmente os setores produtores de metais básicos – Mannesmann, Krupp, Nippon Steel, Rheem etc. – e fornecedores de material de construção, como cimento e cerâmica” (Possas, 1983, p. 20). “Trata-se, portanto, de um cenário que contrasta com o que ocorrera desde o final do século XIX e as três primeiras



Ademais, deve-se perceber que a expansão do IDE na segunda metade dos anos 1950, tomada para o conjunto da América Latina, deveu-se também a uma forte concentração de movimentos em direção à Argentina e à Venezuela, por motivos diferentes²³.

Para melhor ilustrar aquele momento histórico e procurar compreender os condicionantes dos fluxos diferenciados de IDEs em diferentes momentos da década de 1950, vale também avaliar dados deles segundo a origem e sua natureza. Os dados mostrados na Tabela 2 revelam que EUA e países europeus foram os principais emissores de investimentos externos em direção ao Brasil.

décadas do século XX, quando o capital estrangeiro, na forma de IDE, destinava-se principalmente para atividades de serviços, sejam eles o setor financeiro ou as atividades de serviços públicos de infraestrutura – e, em todos os casos, sempre ligados às atividades exportadoras, notadamente o café, evidentemente.” (Possas, 1983)

- ²³ É importante destacar que o volume de IDE em direção à Venezuela deveu-se quase exclusivamente ao fato de se tratar de um país exportador de petróleo. Entre meados dos anos 1940 e meados dos anos 1950, houve forte expansão da produção e também da produtividade do setor petrolífero naquele país (Furtado, 2008), muito acima da média dos demais setores, o que acabaria atraindo gigantes aportes de capital estrangeiro para essas atividades a partir de meados dos anos 1950. O caso brasileiro é diferente, pois, conforme mencionado acima, os Investimentos Diretos Externos se espalharam por uma gama muito mais ampla de setores de atividade, tanto nas atividades industriais como nas de serviços, o que revela a importância do mercado interno brasileiro e do grau de evolução de sua estrutura produtiva, nas decisões externas de aqui aportar IDEs. O caso argentino (e também o mexicano) representa situações intermediárias entre os casos do Brasil e da Venezuela. Documento da CEPAL (1986) revela, por intermédio de indicadores de balanço de pagamentos de todos os países da América Latina, importantes diferenças entre Brasil e Venezuela (e desta com a Argentina), que ilustram o que acabamos de comentar. Enquanto os valores registrados como Investimentos Diretos Externos de longo prazo recebidos pelo Brasil mostram-se bem distribuídos ao longo do segundo lustro da década de 1950 (CEPAL, 1986, p. 94), os dados referentes à Venezuela revelam uma forte concentração nos anos de 1956 e 1957 (CEPAL, 1986, p. 233), atraídos exclusivamente pela atividade petrolífera. No caso brasileiro, fica mais evidente o interesse bem mais homogeneamente distribuído ao longo dos anos, provavelmente por conta da diversidade da estrutura produtiva. Também se pode perceber, pelos indicadores divulgados por referido estudo, que a balança comercial venezuelana se mostra altamente superavitária nos anos 1950, estando, assim, de acordo com o estudo de Furtado (2008) sobre a Venezuela, a respeito do “subdesenvolvimento com abundância de divisas”. No caso brasileiro, por outro lado, evidenciam-se as dificuldades cambiais e as restrições do balanço de pagamentos à medida que se desenvolvia o ciclo de expansão industrial do país, que, conforme foi analisado em Tavares (1977, 1985), representou significativa diversificação setorial e estrutural.



Tabela 2 – Investimento Direto Externo no Brasil: distribuição por país da empresa/ano de ingresso ou capitalização (em US\$ milhões)

ORIGEM	ATÉ 1950	1951 A 1960	1961 A 1970
Estados Unidos	98	408	691
Europa	78	398	995
Outros	131	150	442
Total	307	956	2.128

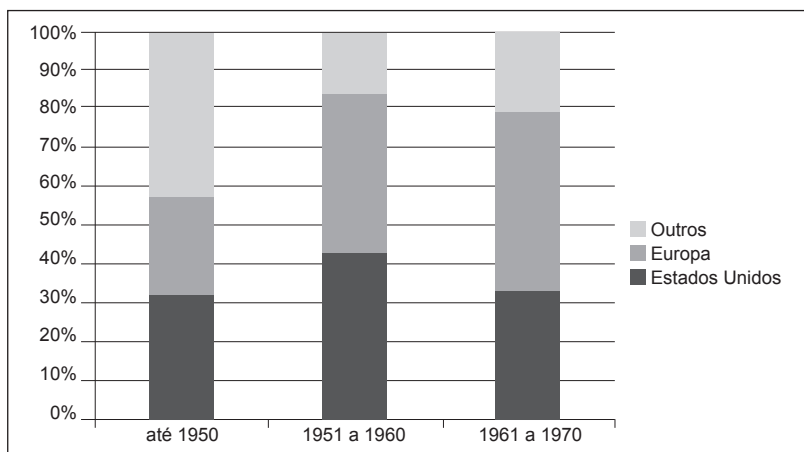
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/rex/ied/port/Pa%C3%ADsDaEmpresa-Ano-50-85/Htms/PAISES-EMPRESA-ANO-50-85.asp?idpai=INVEDIR>>.

A Tabela 2 apresenta os dados de IDE, considerando fluxos novos somados aos reinvestimentos, realizados no Brasil e distribuídos de acordo com o ano e o país da empresa investidora. Os dados indicam que os investimentos realizados no Brasil na década de 1950 tiveram principalmente origem norte-americana e europeia, totalizando US\$ 408 milhões e US\$ 398 milhões respectivamente, representando aproximadamente 84% do investimento total. Até 1960, o IDE oriundo dos Estados Unidos superou por pouco o europeu; porém, a partir de 1961, houve inversão desse quadro, com os investimentos europeus superando em 44% os norte-americanos.

Essa divisão dos investimentos, que se manteve nas décadas seguintes, está relacionada à dinâmica capitalista internacional do pós-Segunda Guerra, conforme mencionado anteriormente. A Europa, logo após o término do conflito mundial, esteve concentrada em sua recuperação, tanto física quanto econômica; logo, somente a partir de meados da década de 1950, após a reconstrução, é que os oligopólios europeus se fortaleceram o suficiente para ir buscar em outras regiões espaços para sua expansão (Campos, 2009). As regiões periféricas em estágio mais avançado de industrialização constituíram os destinos preferidos. As grandes empresas multinacionais norte-americanas responderam ao desafio e entraram na concorrência com o capital europeu. Essa mesma divisão do total dos investimentos novos e reinvestimentos no Brasil pode ser observada no Gráfico 2, abaixo.

Em relação aos investimentos oriundos de outros países, estes superaram, até 1950, o volume dos investimentos advindos das empresas norte-americanas e aqueles advindos das empresas europeias, mas deve-se

Gráfico 2 – Investimento Direto Externo no Brasil: distribuição por país da empresa/ano de ingresso ou capitalização (em porcentagem do IDE total)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/rex/ied/port/Pa%C3%ADsDaEmpresa-Ano-50-85/Htms/PAISES-EMPRESA-ANO-50-85.asp?idpai=INVEDIR>>.

lembrar de que se trata de volumes diferentes (antes de 1950 eram poucos os IDEs)²⁴. A apresentação dos dados dos anos 1960, embora não se refira a um período que seja objeto deste artigo, serve para sugerir que de fato foi importante a expansão dos investimentos europeus ao longo dos anos 1950, estendendo-se na década seguinte a sua liderança em termos de fluxos dos IDEs, dada a crescente importância das empresas europeias no Brasil, a partir dos anos 1950.

Em relação aos países europeus, as empresas da Alemanha Ocidental e do Reino Unido foram as que mais investiram no Brasil, nos períodos analisados. Os dados da Tabela 3 permitem uma visualização mais detalhada do período e dos países de forma desagregada. Seus dados revelam

²⁴ Tanto no período que se estende até 1950, como nos outros dois apresentados, o Canadá foi o principal representante desse grupo, tendo realizado IDEs de US\$ 94 milhões, US\$ 54 milhões e US\$ 125 milhões no Brasil, em cada um dos períodos, o que representou aproximadamente 72%, 36% e 28% desses investimentos oriundos de “outros países”. O Canadá foi seguido pelo Panamá, com IDEs de US\$ 31 milhões, US\$ 48 milhões e US\$ 92 milhões, e pelo Japão, com US\$ 3 milhões, US\$ 29 milhões e US\$ 110 milhões. Nesse último caso, o aumento expressivo a cada período é reflexo do crescimento acelerado da economia japonesa após a reconstrução pós-Segunda Guerra.

que os europeus passam a ser relevantes a partir de 1955 ou de 1956, dependendo do caso. E mostram também que os EUA, por estarem anteriormente mais presentes do que os europeus, promoveram movimentos de reinvestimentos mais frequentemente do que eles. Para complementar os dados anteriores, é apresentada, no Gráfico 3, uma ilustração da distribuição dos ingressos de capitais analisados nesta seção entre investimentos novos e reinvestimentos, dessa vez somente em relação àqueles de origem norte-americana e europeia.

Tabela 3 – Origem dos Investimentos Diretos Externos, em fluxos (US\$ milhões), Brasil de 1951 a 1960, valores correntes e percentuais em relação ao total

PAÍSES	ANOS E TIPOS DE FLUXOS	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960
EUA	Investimentos	3.650	1.038	7.121	21.870	7.589	15.719	14.253	53.991	58.177	27.301
	Reinvestimentos	54.080	23.865	6.256	12.962	6.307	35.233	12.466	12.373	11.348	24.798
	Total	57.730	24.903	13.377	34.832	13.896	50.952	26.719	66.364	69.525	52.099
Reino Unido	Investimentos	249	33	401	1.875	3.691	2.320	5.022	1.439	1.589	6.243
	Reinvestimentos	5.504	6.123	2.442	6.711	100	8.529	12	2.228	1.160	3.595
	Total	5.753	6.156	2.843	8.586	3.791	10.849	5.034	3.667	2.749	9.838
Japão	Investimentos	0	45	0	9	2.435	832	1.931	5.796	5.069	16.897
	Reinvestimentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	224
	Total	0	45	0	9	2.435	832	1.931	5.796	5.069	17.121
França	Investimentos	310	479	367	527	2.497	2.276	2.730	3.321	2.673	1.918
	Reinvestimentos	582	4.236	1.024	2.558	201	7.372	66	103	445	2.367
	Total	892	4.715	1.391	3.085	2.698	9.648	2.796	3.424	3.118	4.285
Itália	Investimentos	0	3	0	38	458	391	660	915	1.087	2.086
	Reinvestimentos	0	0	0	16	0	102	0	0	157	30
	Total	0	3	0	54	458	493	660	915	1.244	2.116
Alemanha	Investimentos	0	0	1.642	5.728	6.252	13.788	9.194	39.934	21.375	52.492
	Reinvestimentos	0	0	0	0	350	1.898	0	-39	8.896	584
	Total	0	0	1.642	5.728	6.602	15.686	9.194	39.895	30.271	53.076

Tabela 3 – Origem dos Investimentos Diretos Externos, em fluxos (US\$ milhões), Brasil de 1951 a 1960, valores correntes e percentuais em relação ao total

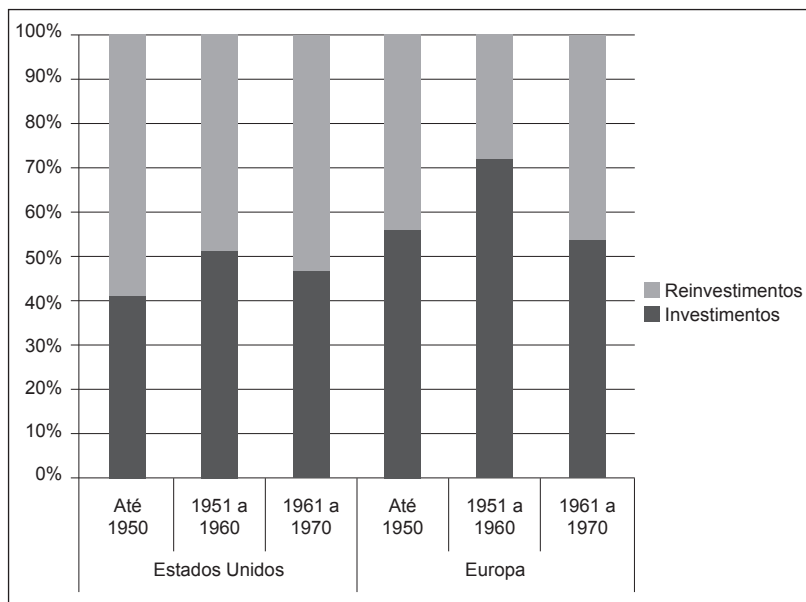
Outros	Investimentos	5.625	2.844	7.951	11.131	17.260	29.522	51.678	37.797	66.857	44.595
	Reinvestimentos	18.400	8.715	11.089	16.168	6.311	26.954	2.643	13.630	15.588	14.944
	Total	24.025	11.559	19.040	27.299	23.571	56.476	54.321	51.427	82.445	59.539
Total	Investimentos	9.834	4.442	17.482	41.178	40.182	64.848	85.468	143.193	156.827	151.532
	Reinvestimentos	78.566	42.939	20.811	38.415	13.269	80.088	15.187	28.295	37.594	46.542
	Total	88.400	47.381	38.293	79.593	53.451	144.936	100.655	171.488	194.421	198.074
PAÍSES	% EM RELAÇÃO AO TOTAL	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960
EUA	Investimentos	37	23	41	53	19	24	17	38	37	18
	Reinvestimentos	69	56	30	34	48	44	82	44	30	53
	Total	65	53	35	44	26	35	27	39	36	26
Reino Unido	Investimentos	3	1	2	5	9	4	6	1	1	4
	Reinvestimentos	7	14	12	17	1	11	0	8	3	8
	Total	7	13	7	11	7	7	5	2	1	5
Japão	Investimentos	0	1	0	0	6	1	2	4	3	11
	Reinvestimentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	5	1	2	3	3	9
França	Investimentos	3	11	2	1	6	4	3	2	2	1
	Reinvestimentos	1	10	5	7	2	9	0	0	1	5
	Total	1	10	4	4	5	7	3	2	2	2
Itália	Investimentos	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1
	Reinvestimentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	1	0	1	1	1	1
Alemanha	Investimentos	0	0	9	14	16	21	11	28	14	35
	Reinvestimentos	0	0	0	0	3	2	0	0	24	1
	Total	0	0	4	7	12	11	9	23	16	27

Tabela 3 – Origem dos Investimentos Diretos Externos, em fluxos (US\$ milhões), Brasil de 1951 a 1960, valores correntes e percentuais em relação ao total

Outros	Investimentos	57	64	45	27	43	46	60	26	43	29
	Reinvestimentos	23	20	53	42	48	34	17	48	41	32
	Total	27	24	50	34	44	39	54	30	42	30
Total	Investimentos	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Reinvestimentos	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: BACEN/FIRCE. Adaptado de Campos (2009).

Gráfico 3 – Investimentos e reinvestimentos de capitais de origem norte-americana e europeia no Brasil (em porcentagem)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/rex/ied/port/Pa%C3%ADsDaEmpresa-Ano-50-85/Hms/PAISES-EMPRESA-ANO-50-85.asp?idpai=INVEDIR>>.

Os dados do Gráfico 3 revelam claramente que despontam, nos casos de países europeus, os novos investimentos, principalmente quando comparados às decisões tomadas por empresas norte-americanas. Tal

disparidade é mais notável justamente ao longo dos anos 1950, o que talvez se deva aos fatos relacionados às novas características da concorrência intercapitalista internacional, conforme analisadas nesta seção. De todo modo, é relevante observar que, tanto no caso dos Estados Unidos como no caso europeu, os investimentos novos superaram os reinvestimentos da década de 1950 – mais, inclusive, do que nos outros dois períodos –, o que denota o caráter de expansão da internacionalização da economia brasileira na referida década.

A análise dos fluxos de capitais externos na forma de IDEs reforça a explicação do *timing* de entrada de capital estrangeiro após a reconstrução europeia ter sido concluída e de acordo com os efeitos que o novo cenário internacional teve sobre a concorrência intercapitalista, conforme argumentaram Coutinho e Belluzzo (1979) e outros trabalhos aqui mencionados, ao analisarem a evolução do movimento do capital estrangeiro do pós-guerra²⁵.

Por fim, é importante registrar que o perfil setorial dos IDEs na segunda metade dos anos 1950 denotam uma mudança em relação ao que o ocorria nos anos anteriores, quando, em boa medida, as decisões de investimentos externos derivavam do estoque prévio de capital estrangeiro existente no Brasil, desde o início do século, que se concentravam especialmente em setores de serviços relacionados ao processo de urbanização e/ou a atividades de apoio dos complexos exportadores da economia brasileira. Essa importante questão vai ficar mais clara quando tiverem sido apresentados os condicionantes explicativos internos da atração de IDEs. Portanto, uma vez identificados os condicionantes externos, é necessário também entender o porquê de o Brasil, dentre os demais países periféricos, ter sido um dos destinos preferidos desses capitais²⁶, discussão realizada na seção a seguir.

²⁵ Conforme mencionamos acima, podemos repetir aqui, de forma sumária: movimento de capitais inicialmente partiu das fronteiras norte-americanas em direção à Europa e ao Japão e, então, quando as empresas desses países se reorganizam diante da penetração em seus respectivos mercados, buscam concentrar capital e promover “fortalecimento tecnológico e financeiro” (Coutinho; Belluzzo, 1979, p. 17) não somente para enfrentar a concorrência das empresas provenientes dos EUA, como também para se movimentar em direção a países periféricos que reunissem condições de receber filiais de suas empresas (e também das próprias empresas norte-americanas), em busca de novos espaços de valorização do capital.

²⁶ O Brasil foi o segundo país que mais recebeu IDE norte-americano entre 1949 e

2. Os condicionantes internos: principais medidas de política econômica em relação ao capital estrangeiro e o papel exercido pelo ambiente institucional

A política externa dos Estados Unidos no imediato pós-Segunda Guerra Mundial priorizou a destinação de recursos a algumas áreas de interesse estratégicas, especialmente Europa e Japão. O pequeno interesse do *establishment* norte-americano em relação ao financiamento dos programas de desenvolvimento da América Latina não foi percebido pelo governo brasileiro em um primeiro momento. O planejamento inicial do governo Dutra (1946-1951) demonstrava otimismo em relação ao quadro econômico internacional, com expectativas positivas em relação à entrada de recursos oficiais dos Estados Unidos e de investimentos privados internacionais, o que foi se revelando, gradualmente, como uma expectativa ilusória (Bastos, 2004; Saretta, 2002; Skidmore, 1982).

Dutra iniciou seu mandato adotando princípios liberais na condução da economia. As autoridades econômicas de seu governo (e ele próprio) apostaram que, alinhando-se à nova ordem financeira estabelecida em Bretton Woods, haveria incentivo à entrada de capitais estrangeiros. Acreditavam também que os Estados Unidos recompensariam a participação brasileira na Segunda Guerra. Entretanto, a política liberal comercial e financeira não atraiu os IDEs esperados²⁷. Houve queda no saldo comercial e fuga de capitais e, além disso, não foram atendidas as crescentes solicitações de ajuda financeira norte-americana. O país havia

1954, ficando atrás somente do Canadá (Vianna, 1985, p. 108-115, apud Fonseca, 2002, p. 27).

²⁷ Bastos (2004) afirma que a opção liberalizante do governo não tinha sentido de retorno à “vocação agrária”, não sendo, portanto, contrária   industrializa o. Ainda segundo Bastos, acreditava-se que “a liberaliza o de importa o es e o aumento da concorrência forçaria o setor industrial a realizar importa o es complementares para se modernizar” (Bastos, 2004, p. 12). Dessa forma, a indústria contribuiria para a redu o da escassez e da infla o, objetivo prioritário do governo. Além disso, a liberaliza o dos fluxos de capitais estrangeiros era considerada um atrativo para tais capitais, conforme afirmou o presidente em sua primeira mensagem enviada ao Congresso Nacional, em 15/3/1947 (Dutra, 1947, p. 95-97, apud Bastos, 2004, p. 13).

acumulado um volume significativo de divisas durante a guerra, mas a situação não era confortável como se supunha, pois as reservas internacionais eram, em sua maioria, inconvertíveis²⁸. Sendo assim, as reservas em moedas convertíveis reduziram-se rapidamente. O Brasil começou a acumular atrasados comerciais²⁹ e a indústria a sentir os efeitos da escassez de dólares, pois a produção dependia de importações de matérias-primas. Diante do agravamento do desequilíbrio do balanço de pagamentos, o governo optou pela adoção de controles sobre as importações, segundo o critério de essencialidade (Saretta, 2002; Vianna, 1990a; Bielschowsky, 2012).

O país já havia tido uma experiência de controle cambial através da introdução de licença prévia para importações, em janeiro de 1945, ainda no primeiro governo de Vargas, “com o objetivo explícito de evitar a utilização das reservas cambiais, acumuladas durante a guerra, na importação de ‘produtos suntuários ou dispensáveis’” (Bielschowsky, 2012, p. 277). Extintos em dezembro de 1945, sob o governo de transição de José Linhares, os controles foram retomados em meados de 1947 pelo governo Dutra. O controle tornou-se mais rigoroso a partir de fevereiro de 1948, com a adoção de um sistema de contingenciamento de importações, com a retomada das licenças prévias de importação (Vianna, 1990a; Bielschowsky, 2012).

Essas medidas inauguraram a fase de intervenção da política econômica no mercado cambial através do estabelecimento de taxas múltiplas de câmbio, prática que seria rompida apenas no breve governo de Jânio

²⁸ “Em fins de 1946, dos US\$ 730 milhões de reservas totais, apenas cerca de US\$ 100 milhões eram reservas líquidas disponíveis para a área convertível; o restante compunha-se de libras esterlinas (bloqueadas de facto), moedas inconvertíveis (soando US\$ 273 milhões) e ouro depositado nos Estados Unidos” (Vianna, 1990a, p. 109).

²⁹ Os chamados atrasados comerciais referem-se a empréstimos externos tomados (mas ainda não pagos, apesar de já ter expirado seu prazo de vencimento) especificamente para financiar gastos com importações feitas pelo Brasil. O procedimento técnico-contábil correto, nesses casos, para efeito de registro no balanço de pagamentos, é excluir os atrasados comerciais da conta de amortizações, debitando-os desta, e creditando justamente na conta de atrasados comerciais. Quando o pagamento finalmente for efetuado, deve-se debitar da conta dos atrasados comerciais e creditar na conta de amortizações. Para uma discussão dos atrasados comerciais como resultado da restrição externa sofrida especialmente pelo governo Dutra e segundo governo Vargas, ver Vianna, 1990a, e também Bastos, 2004, 2012.

Quadros (1961)³⁰. Essa forma de intervenção se caracterizaria por ser uma administração política dos problemas cambiais, realizada através da adoção de instrumentos que estabeleciam prioridades na importação de produtos considerados essenciais, em geral bens de capital e insumos básicos, contribuindo para o processo de substituição de importações iniciado na década de 1930 (Fonseca, 2010).

Apesar das intenções norte-americanas em relação ao Brasil não terem sido corretamente interpretadas pelas autoridades econômicas brasileiras nos primeiros anos após o encerramento da Segunda Guerra, os Estados Unidos realizaram uma série de demonstrações de seu posicionamento em relação ao tema, por exemplo através do relatório da chamada Missão Abbink, comissão técnica constituída por Brasil e Estados Unidos, em 1948, com o objetivo de estudar a situação econômica do país e identificar problemas de infraestrutura. Tal relatório preconizou que o programa de desenvolvimento brasileiro, no que concerne ao influxo de capitais estrangeiros, deveria realizar as medidas internas que fossem necessárias para viabilizar a atração de capitais privados internacionais, criando um clima favorável à atração deles (Saretta, 2002). É importante ressaltar, porém, que diversas medidas foram tomadas no sentido de alinhar-se à ideologia liberal e ao projeto norte-americano de uma economia mundial aberta, mas não obtiveram os resultados esperados, pois desconsideravam o fato de que o influxo de capitais privados internacionais era fortemente condicionado por fatores externos e permaneceram em níveis muito baixos até meados da década de 1950, conforme explicitado na segunda seção deste trabalho.

No discurso de posse de Harry Truman, em 1949, houve indícios de que a política externa norte-americana em relação aos países da América Latina poderia oferecer a contribuição de fundos públicos, pois, no Ponto IV sobre as linhas de política externa, foi demonstrada a intenção de tornar disponível, aos países periféricos, o conhecimento técnico norte-americano. Entretanto, as atenções dos Estados Unidos logo no ano seguinte se voltaram à Guerra da Coreia, que se iniciava. Além disso,

³⁰ A adoção da Instrução n. 204 da SUMOC, ocorrida em março de 1961, entre outros objetivos e atribuições, deu início ao processo de unificação das taxas de câmbio no Brasil. Essa unificação foi completada pela adoção da Instrução n. 208, instituída alguns meses depois, que continha outras medidas que não precisam ser discutidas aqui, pois fogem aos objetivos deste artigo.

quando Dwight Eisenhower assumiu a Presidência em janeiro de 1953, foi estabelecida uma política externa que teria, sobre o Brasil, um efeito danoso para as contas externas. O novo governo fez duas modificações na política norte-americana para a América Latina: o combate ao comunismo passou a ter prioridade diante do acirramento da Guerra Fria e foi abandonada a política do Ponto IV de Truman. O governo norte-americano não mais financiaria projetos da CMBEU e os empréstimos do EXIMBANK ficaram limitados: a prioridade passou a ser dada ao Banco Mundial, que tinha taxas mais altas e maior capacidade de tutelar a política econômica dos países latino-americanos (Vianna, 1990b; Moniz Bandeira, 2011).

A política cambial e as medidas em relação às remessas de lucro no segundo governo Vargas³¹ devem ser analisadas sob a perspectiva de que o governo atravessou uma relevante crise cambial. Vivia-se o temor de uma possível “Terceira Guerra Mundial”, advinda de uma intensificação da Guerra da Coreia (1950-1953), que estava em curso. A estratégia adotada pelo governo para se precaver de um possível desabastecimento em caso de conflito mundial foi relaxar a política de concessão de licenças para importar, acelerando as importações, especialmente de bens de capitais e insumos essenciais, em um momento no qual o câmbio, fixado em termos nominais desde 1939, estava sobrevalorizado. Tratou-se de uma opção por dar continuidade à realização do programa desenvolvimentista diante de uma conjuntura externa desfavorável, somada aos problemas econômicos estruturais da economia brasileira (Bastos, 2012), que colocava crescentes necessidades de divisas cambiais para promover novas etapas do processo de industrialização, uma vez que a

³¹ O posicionamento de Getúlio Vargas em relação à presença do capital estrangeiro no Brasil gerou intensa e por vezes apaixonada controvérsia, não somente na literatura, como também dentre os grupos políticos da época (ver Fonseca, 2002). Nossa interpretação é de que Vargas vislumbrava um projeto nacional de industrialização inserido nos marcos do capitalismo, que não excluía a participação do capital estrangeiro, em consonância com a análise de Bastos (2006), que identifica três características fundamentais na postura do segundo governo Vargas em relação ao capital estrangeiro: (1) a crença de que o Estado deve conduzir o processo de industrialização, expresso na regulação pública do individualismo econômico, orientação política de decisões de investimento e formas de concentração estatal de recursos para apoiar investimentos necessários; (2) o oportunismo nacionalista, expresso na política de realizar barganhas externas orientadas a maximizar os interesses nacionais; e (3) a capacidade de adaptação a circunstâncias históricas cambiantes.

etapa “fácil” da substituição de importações de bens de consumo não duráveis já estava praticamente completa (Tavares, 1977). Todavia, as reservas, que já eram escassas, começaram a se esgotar, culminando na crise cambial que se inicia em 1952.

Em janeiro de 1952, através do Decreto n. 30.363, foi instaurado um controle das remessas de lucro. Retirou-se o reinvestimento de lucros obtidos em moeda local do capital registrado para cálculo das remessas de 8% ao ano, com conseqüente redução das remessas de lucros e dividendos: de US\$ 80 milhões em 1951 para US\$ 33 milhões em 1952 (Malan et al., 1977, p. 88, apud Bastos, 2012, p. 12). Entretanto, a crise deixou o governo vulnerável às pressões dos Estados Unidos, dos quais dependia para obter financiamento compensatório em dólares, enfraquecendo a posição brasileira na barganha a respeito da remessa de lucros, e, mais amplamente, da divisão de tarefas entre filiais estrangeiras e empresas estatais nos ramos básicos (Bastos, 2012). Diante da pressão diplomática norte-americana, o governo Vargas recuou em relação às medidas tomadas em 1952 e decidiu promulgar, em janeiro de 1953, a Lei n. 1.807, chamada Lei do Mercado Livre, que concedeu ampla liberdade de movimento pelo mercado livre de câmbio ao capital estrangeiro no Brasil (Campos, 2009; Bielschowsky, 2012), além de restabelecer os reinvestimentos na base de cálculo, tornando-se uma das menos restritivas da América Latina. A admissão de contabilizar os dados de reinvestimento no estoque de capital sobre o qual incide o cálculo do teto para remessas de lucros ampliou de forma significativa a quantidade de recursos enviados para o exterior: as remessas quase triplicaram em relação ao ano anterior, somando US\$ 94 milhões em 1953 (Bastos, 2012).

O mecanismo de taxas múltiplas de câmbio foi aperfeiçoado e tornou-se mais robusto e presente na vida econômica e empresarial brasileira com o advento da Instrução n. 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), em outubro de 1953. A instituição da Instrução n. 70 foi motivada, em primeiro lugar, pela própria situação de crise cambial vivenciada naquela época. A necessidade de dólares tornava-se mais urgente e de maior magnitude, na medida em que o próprio processo de industrialização por substituição de importações exigia disponibilidade crescente de divisas. O mecanismo de taxas múltiplas de câmbio instituído pela Instrução n. 70 destinava-se não apenas a controlar importações, estabelecendo critérios para a compra das cambiais pelos deman-

dantes de divisas, mas também objetivava a promoção da industrialização, ao reintroduzir o critério de essencialidade para a compra das cambiais e assim estimular especialmente a compra de bens de capital e de matérias-primas consideradas essenciais para a industrialização e que não eram, ainda, produzidas pelo parque industrial já instalado no Brasil³². A Instrução n. 70 também permitia ao Estado obter ganhos de arrecadação através da venda das cambiais nos diferentes leilões das cinco categorias de taxas de câmbio criadas. Além disso, a existência de uma taxa de mercado livre criou vantagens para remessas de lucros e dividendos para o capital estrangeiro aqui investido.

Posteriormente, a existência dessa modalidade de taxa de câmbio, a chamada taxa de mercado livre, teria papel fundamental na atração de capital estrangeiro, notadamente depois de ter sido instituída a Instrução n. 113 da SUMOC, que manteve em vigor a taxa de mercado livre que fora instituída pela Instrução n. 70. Naquele momento, a taxa de mercado livre estava mais desvalorizada do que a taxa oficial registrada pelos acordos de Breton Woods; porém, mais valorizada do que as taxas de câmbio das categorias que estavam sujeitas aos leilões de cambiais para importação. Sendo assim, a taxa de câmbio usada para registrar o valor das máquinas e dos equipamentos importados sem cobertura cambial, segundo as regras da Instrução n. 113, ampliava o valor (em moeda local, evidentemente) do estoque de capital da empresa importadora mais do que se a importação tivesse sido feita pela taxa de câmbio livre. Além disso, sobre esse estoque de capital era calculado o valor que poderia ser remetido ao exterior na forma de lucros e dividendos; essa remessa, por sua vez, era feita justamente pela taxa de mercado livre. Assim, a sistemática de entrada e saída de divisas não apenas permitia inflar o estoque de capitais, ampliado pela importação sem cobertura cambial, como conferia vantagens adicionais ao capital estrangeiro, relacionadas ao cotejo entre a entrada e a saída de cambiais por parte do investidor externo.

³² A Instrução n. 70 logrou agradar simultaneamente importadores e exportadores. Os primeiros, diante da grave crise cambial enfrentada, com dificuldades de conseguir licenças para importar, consideravam preferível pagar mais caro pelas divisas e realizar as importações desejadas a não as realizar. Por sua vez, os exportadores se beneficiaram com a bonificação a eles destinada na compra de divisas e com o descongelamento do dólar, que provocou desvalorização cambial (Fonseca, 2010).



Dessa forma, pode-se dizer que a Instrução n. 113 – criada no interregno Café Filho e largamente utilizada pelas empresas multinacionais durante o governo JK, para realizar investimentos diretos sem cobertura cambial – embutia um legado do segundo governo Vargas, ao aproveitar a sistemática das taxas múltiplas de câmbio criada sob o seu governo³³. Esse mecanismo era utilizado para incentivar a entrada de capital estrangeiro na forma de IDE no Brasil, aprofundando o processo de industrialização por substituição de importações³⁴.

Além das medidas de política econômica relacionadas ao câmbio e às remessas de lucro, o aparato institucional e as condições de infraestrutura do país, que se encontrava em intenso processo de industrialização, são relevantes para a discussão acerca da atração do capital estrangeiro. Nesse sentido, é fundamental observar que a construção institucional

³³ Não se deve deixar de registrar, porém, que houve rupturas, entre um período e outro, na legislação que regia a Instrução n. 113, conforme registra Campos (2003), quando menciona que parte integrante importante da legislação implementada por Vargas que regulamentava a presença do capital estrangeiro foi revogada pela Instrução n. 113. Campos lembra que a Instrução n. 113 eliminou a Comissão de Investimentos e Financiamentos Estrangeiros Registráveis (CIFER), o que, segundo o autor, debilitou “a autonomia do Estado brasileiro perante a influência desestabilizadora da acumulação internacionalizada” (Campos, 2003, p. 136). Este é um dos elementos em que repousa o argumento de Campos (2003), segundo o qual houve uma ruptura entre GV e JK, pois cada um deu ao capital estrangeiro um tratamento diferente. Para Campos (2003), a divisão de tarefas entre o capital estrangeiro e o Estado brasileiro sofreu uma modificação entre o período Vargas (quando, segundo o autor, a empresa estatal deveria liderar o processo de desenvolvimento) e o período JK, quando “a cooperação das diversas frações de capitais para alcançar a industrialização não estaria necessariamente determinada por uma hegemonia”. Esta é a razão pela qual, ainda segundo Campos (2003), Vargas havia dado prioridade à modalidade de empréstimos para a atração do capital estrangeiro (sem negar a importância do IDE), enquanto JK enfatizou o papel do IDE, mantendo a regulamentação promovida pela Instrução n. 113 (ocorrida ainda no breve governo Café Filho). Em trabalho posterior, Campos (2009), em diversas passagens, reforça essa interpretação, identificando na mudança da regulamentação que rege o papel do capital estrangeiro na economia brasileira um sinal de ruptura existente entre os governos de Vargas (segundo mandato) e de JK. Em uma das passagens mais explícitas, o autor afirma que “o padrão de desenvolvimento de Kubitschek, embora definisse as tarefas ao capital internacional e organizasse o processo de industrialização pesada, não pretendeu impor uma disciplina institucional sobre o capital internacional e sobre os interesses privados aos moldes de Vargas, delimitando por isso uma ruptura com a fase anterior” (Campos, 2009, p. 42).

³⁴ A respeito do papel das duas instruções mencionadas para o processo de substituição de importações, ver Bastos (2012), Fonseca (2010), Lessa (1983), Tavares (1977).



realizada no segundo governo Vargas e todo o esforço de superação dos gargalos de infraestrutura, especialmente nos setores energético e de transportes, foram determinantes para que o Brasil se tornasse um dos principais destinos do Investimento Direto Estrangeiro na segunda metade da década de 1950³⁵, quando crescem os IDEs feitos nos países periféricos, conforme discutido na seção anterior.

A proposta de Getúlio Vargas era continuar o esforço de criação de infraestrutura para o desenvolvimento econômico, uma vez que os problemas de infraestrutura já haviam sido diagnosticados como um dos principais impasses para o avanço industrial – e também para a própria atração de capital estrangeiro, conforme lembra Bastos (2011c, 2006), bem como se depreende dos trabalhos clássicos de Lessa (1983) e Tavares (1985). Essa etapa era necessária para que o Brasil pudesse realizar a substituição de importações na faixa de bens de capital, avançando para um novo momento da industrialização, no qual a divisão de tarefas se daria com os capitais públicos puxando a demanda, que seria atendida pelo setor privado local e estrangeiro (Leopoldi, 2002). Para tal, foram realizadas mudanças na estrutura econômica brasileira que representaram um marco inicial da política de desenvolvimento do país e constituíram parcela importante do núcleo de instrumentos utilizados no Plano de Metas, realizado no governo JK (Lessa, 1983). Dentre as principais medidas, destacam-se o aparelhamento, econômico e social, do Estado; a eliminação de pontos de estrangulamento através da promoção de infraestrutura de energia e transporte e da instalação de indústrias de base, com destaque para a criação da Petrobrás (1953)³⁶; a intensificação do crescimento e da modernização da estrutura industrial, principalmente

³⁵ Toda a postura do segundo governo Vargas e, em especial, as suas ações em relação aos investimentos em infraestrutura foram decisivas para a posterior atração dos IDEs. Uma vez frustradas as expectativas de receber aportes de empréstimos ou financiamentos dos EUA, constatando que o governo norte-americano e suas empresas privadas não se interessaram por setores de base como energia elétrica, petróleo e siderurgia, apesar das propostas formuladas pelo governo para a atuação de capital estrangeiro nesses setores –que lhes abriam (e a outros países, em princípio) significativas vantagens (Bastos, 2006) –, decidiu-se por realizar (ao contrário do governo Dutra) investimentos estatais para criar as empresas necessárias para dar prosseguimento ao processo de industrialização via substituição de importações.

³⁶ Vale lembrar que a CSN, a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Nacional de Álcalis, todas estatais e muito importantes para a indústria de base no Brasil, já vinham funcionando, respectivamente, desde 1946, 1942 e 1943.

através de políticas creditícia e cambial – com destaque para a já mencionada Instrução n. 70 da SUMOC. Também houve crescimento da massa de salários, gerando estímulo a setores de bens de consumo não duráveis, além da criação do BNDE (1952), instrumento fundamental à realização do projeto de investimentos ocorrido no governo JK (Draibe, 2004)³⁷.

O eixo central da política econômica do governo JK foi a realização dos investimentos referentes ao Plano de Metas, que consistiu em um conjunto de metas setoriais com claro objetivo industrializante. Composto de 30 metas, além da meta adicional de construção e transferência da capital para Brasília, o plano abrangia 5 setores: energia, transportes, indústrias básicas, alimentação e educação. As prioridades eram o desenvolvimento da indústria automobilística, a construção e pavimentação de estradas, a produção e o refino de petróleo e o desenvolvimento da siderurgia. Através dessa política de investimentos, foi concluída a constituição básica da nova estrutura econômica do país (Bielschowsky, 2012; Lessa, 1983).

Além de contar com os instrumentos e aparelhos de política e regulação econômica estabelecidos no governo Vargas, o governo Kubitschek contou com a Instrução n. 113 da SUMOC, conforme já apresentado. A principal medida do governo em relação ao câmbio foi a Lei n. 3.244, de 1957, através da qual foi instituído um novo sistema tarifário e foi simplificado o sistema cambial múltiplo em vigor até então, fruto da Instrução n. 70 da SUMOC: preservou-se o “mercado livre” para capitais e turismo, algumas importações preferenciais foram mantidas, como no caso do petróleo e do trigo, e as demais categorias de importação foram reduzidas de cinco para duas (Bielschowsky, 2012).

Por fim, para entender o “salto” ocorrido nos fluxos de IDEs em comparação entre a primeira e a segunda metade dos anos 1950, deve-se destacar a natureza das mudanças ocorridas na estrutura produtiva brasileira, ou seja, avaliar como o grau de desenvolvimento das forças capitalistas no Brasil moldou as características e, portanto, as necessidades financeiras e de tecnologia que os novos blocos de investimentos, sob

³⁷ Draibe (2004) também destaca que as instituições criadas para a elaboração da política social geraram demanda para os setores produtores de bens de consumo instalados ou em processo de instalação, e, portanto, tiveram papel decisivo no processo de industrialização brasileiro, notadamente a partir dos anos 1950.

o Plano de Metas, exigiam (Lessa, 1983). Na mesma linha de argumentação seguida neste artigo, Tavares (1985) pontuou as características do dinamismo da estrutura produtiva brasileira e procurou relacioná-las a aspectos externos, afeitos à concorrência intercapitalista. Tavares (1985), analisando as características das diferentes etapas do desenvolvimento industrial brasileiro, antes e depois de meados da década de 1950, identificou, no período compreendido entre 1937 e 1954, menor grau de associação entre o capital nacional e o capital estrangeiro, além de um perfil “mais atenuado” de “dominação estrangeira”, quando comparado ao período que se inicia em 1956-1957. A autora atribuiu essa mudança aos dois fatores econômicos seguintes:

1) o primeiro, externo, referiu-se à expansão capitalista mundial “intercentros” no imediato pós-guerra, na qual a periferia não representava um mercado de interesse, senão marginal, para a aplicação dos novos capitais industriais; e

2) o segundo, que considerou mais decisivo, referiu-se à forma de expansão e acumulação do mercado interno brasileiro anterior ao Plano de Metas, que não requeria maiores entradas líquidas de capital estrangeiro, pois a demanda de capitais era suprida pela retenção interna de lucros para reinvestimentos das filiais estrangeiras já instaladas e seu maior acesso ao endividamento interempresas e com o setor financeiro privado.

Ainda segundo Tavares (1985), a alteração desse quadro se deu a partir do novo ciclo de industrialização iniciado com o Plano de Metas, caracterizado pelo crescimento da capacidade produtiva significativamente superior à demanda preexistente e pelo caráter concentrado no tempo do bloco de investimentos, o que passou a requerer investimentos maciços, tanto nacionais quanto estrangeiros. Uma vez que os empresários nacionais não dispunham dos instrumentos de mobilização e centralização de capital suficiente e que a estrutura técnica e financeira dos novos capitais era completamente diferente da anterior e, portanto, não poderia advir da expansão e diversificação da estrutura produtiva existente, esse novo ciclo de industrialização levou à forte presença do Estado e ao caráter dominante do capital estrangeiro (Tavares, 1985, p. 112-113)³⁸.

³⁸ Campos apresenta argumento que referenda essa análise de Tavares (1985), entre

Dessa forma, esta seção revelou as interações entre diversos elementos internos à economia brasileira na explicação do volume dos fluxos de IDEs em diferentes momentos dos anos 1950, destacando não apenas a dimensão do mercado interno em si, mas as reformas institucionais e a atuação da política econômica no sentido de atrair esses capitais, em contexto de pronunciadas e aceleradas mudanças na estrutura industrial. Todos os governos do período estudado adotaram medidas que objetivavam atrair capitais estrangeiros para o Brasil, considerando as diferentes circunstâncias históricas enfrentadas. Nesse sentido, parece evidente que houve uma somatória de fatores externos e internos a explicar a magnitude e o perfil dos fluxos e do estoque de capital estrangeiro nos anos 1950, no Brasil, notadamente no caso dos IDEs, conforme avaliado neste artigo. A seguir, são feitos alguns comentários a título de considerações finais.

Considerações finais

O presente trabalho se propôs a estudar os condicionantes da internacionalização da economia brasileira nos anos 1950; mais especificamente, dos influxos de Investimento Direto Externo no país. Através dos dados apresentados, observou-se que, na primeira metade da década, o volume de IDE variou entre 34 e 94 milhões de dólares ao ano, enquanto na segunda metade houve, em todos os anos, investimento superior a US\$ 100 milhões, variando entre 131 e 182 milhões de dólares ao ano. No período do governo JK, não somente os IDEs totais superaram aqueles registrados no segundo governo Vargas em aproximadamente 121%, como também houve mudança de perfil, tendo em vista que os novos influxos passaram a superar largamente os reinvestimentos.

Por outro lado, através da análise dos dados dessa modalidade de investimento na América Latina, concluiu-se que a maior internacionalização da economia no segundo lustro dos anos 1950 foi um fenômeno

outras passagens, quando afirma, referindo-se ao período 1951-1954, que a internacionalização do mercado interno foi “[...] truncada, porque o grau de maturação da concorrência intercapitalista no centro do sistema não proporcionava ainda as condições para o deslocamento das bases produtivas capazes de internacionalizar o mercado interno brasileiro” (Campos, 2009, p. 42).

generalizado na região e que deve ser tratado em termos absolutos, pois, quando analisado em termos relativos aos demais países, a afluência de IDE ao Brasil na primeira metade da década de 1950 também foi expressiva, sendo inclusive um pouco superior (percentualmente) ao que ocorreria no governo JK.

Quanto à origem, os capitais norte-americanos lideravam até 1950, quando os investimentos oriundos da Europa passaram a representar o maior volume de investimento direto realizado no Brasil. Deve-se atentar ao fato de que, se considerados os vários países isoladamente, os Estados Unidos continuaram liderando o movimento, pois foram superados somente pela soma dos investimentos dos países europeus. Neste artigo, buscou-se compreender como fatores externos e internos atuaram na promoção desse movimento da internacionalização da economia brasileira, a começar pela contextualização do momento histórico enfrentado.

O pós-Segunda Guerra foi um período muito específico da história mundial, no qual a questão geopolítica se mostrou particularmente delicada. Os Estados Unidos consolidavam sua posição hegemônica no sistema capitalista em um contexto de Guerra Fria, e os países europeus envolvidos no conflito passavam por um momento de instabilidade política e econômica. A política externa dos norte-americanos estava voltada para a construção de uma nova ordem mundial sob seu comando e esse objetivo passava pela reconstrução europeia no intuito de garantir a aderência desses países ao bloco capitalista. Além disso, o *establishment* americano objetivava fortalecer os mercados europeus para que fossem restabelecidas e ampliadas as relações econômicas destes com os Estados Unidos. Sendo assim, nos primeiros anos subsequentes à Segunda Guerra, a América Latina e, conseqüentemente, o Brasil não foram alvo de interesse norte-americano. Somente a partir de meados dos anos 1950, com a Europa reconstruída, os capitais europeus começaram a concorrer com os norte-americanos na busca por novos espaços de atuação e valorização, direcionando-se mais intensamente aos países periféricos.

Nesse processo, o Brasil figurou como um dos principais destinos, por diversos fatores internos. Em primeiro lugar, tratava-se de um país com uma industrialização em curso desde a década de 1930, que se apresentava como uma das mais avançadas dentre os países periféricos. As condições institucionais e de infraestrutura estavam se desenvolvendo: o aparelhamento do Estado promovido por Vargas foi relevante para a

constituição do núcleo de instrumentos utilizados no Plano de Metas, com destaque para a criação do BNDE (1952); a eliminação de pontos de estrangulamento contribuiu para possibilitar a instalação e operação das multinacionais, sendo realizada principalmente através da promoção de infraestrutura de energia e transporte e da instalação de indústrias de base, com destaque para a criação da Petrobrás (1953) e para indústria siderúrgica, que já vinha operando desde o início do governo Dutra; também importantes foram a intensificação do crescimento e modernização da estrutura industrial e o crescimento da massa de salários, que gerou estímulo a setores de bens de consumo não duráveis.

No campo da política cambial, a criação da Instrução n. 113 (que não eliminou, mas, pelo contrário, aprofundou o legado da Instrução n. 70 de Vargas, embora tenha apresentado alguns fatores de descontinuidade em relação ao período Vargas, conforme procuramos sublinhar) teve papel decisivo na atração de IDE, ao permitir a importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial, em um contexto internacional particularmente bastante difícil, em virtude da deflagração da Guerra da Coréia e das incertezas por ela geradas. O papel da Instrução n. 113 não se restringiu apenas a incentivar a internacionalização da economia, mas também a enfrentar uma crise cambial justamente em um momento em que a industrialização mais demandaria divisas, dado que ela entrava em uma etapa mais avançada.

Por vários motivos – e entre esses estão, certamente, muitos relacionados à Guerra Fria e à maior preocupação dos Estados Unidos em relação à Europa e ao Japão do que em relação à América Latina –, nem sempre os interesses e o *timing* das decisões de investir, por parte dos capitais norte-americanos, coincidiam com os do Brasil; isso explica os conflitos recorrentes entre o governo brasileiro e o governo e as empresas norte-americanos no período estudado. Em resumidas palavras, pode-se afirmar que os conflitos com os interesses dos EUA derivavam, principalmente, de medidas tomadas para enfrentar problemas de balanço de pagamentos, notadamente no que se refere à regulamentação das remessas de lucros, pois, à medida que avançava o processo de industrialização por substituição de importações, aumentava a necessidade de divisas para manter a dinâmica do processo de industrialização (ao mesmo tempo em que a própria expansão da industrialização ampliava o estoque de capital estrangeiro nas atividades internas e, assim, a pressão por remessas de lucros e dividendos).

Diante do exposto, conclui-se que a coincidência dessas medidas internas com o momento vivido pelo capitalismo internacional explica o comportamento diverso da entrada de IDE, a partir da segunda metade da década de 1950, em comparação com os seus cinco primeiros anos. A partir de meados dos anos 1950, com a Europa reconstruída e suas empresas fortalecidas e concorrendo com as norte-americanas por mercados, essa modalidade de capital passou a se direcionar para os países periféricos com mais intensidade, sendo o Brasil um dos destinos preferidos por reunir condições atrativas para a implantação das empresas multinacionais, dentre as quais legislação que favorecia a entrada do capital estrangeiro, mercado interno em crescimento e infraestrutura básica para implantação da indústria, além de disponibilidade de mão de obra e matérias-primas com custos atrativos.

Referências bibliográficas

- ABREU, M. P. (org.). Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- APPY, R. *Os capitais estrangeiros no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- BAIROCH, P. International industrialization levels from 1750 to 1980. *Journal of European Economic History*, v. 11, n. 1-2, Fall, 1982.
- BALANCO, P.; PINTO, E. C. Os anos dourados do capitalismo: uma tentativa de harmonização entre as classes. *Revista Pesquisa & Debate*, v. 18, n. 1 (31), p. 27-47, 2007.
- BANDEIRA, M. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- BASTOS, P. P. Z. O presidente desiludido: a campanha liberal e o pêndulo de política econômica no governo Dutra (1942-1948). *História Econômica & História de Empresas*, VII, 1, 2004.
- BASTOS, P. P. Z. A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e mercado nos setores de base. *Economia, Selecta*. Brasília, v. 7, n. 4, p. 239-275, dez. 2006.
- BASTOS, P. P. Z. Qual era o projeto econômico varguista?. *Texto para Discussão*. Instituto de Economia da UNICAMP, n. 161, maio 2010.
- BASTOS, P. P. Z. De bom vizinho a aliado fiel: comentário sobre o alinhamento econômico e político do Brasil aos Estados Unidos nos primórdios da Guerra Fria. *Texto para Discussão*. Instituto de Economia da UNICAMP, n. 194, set. 2011a.
- BASTOS, P. P. Z. A construção do nacionalismo econômico de Vargas. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. (org.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora UNESP, 2011b.



- BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. (org.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora UNESP, 2011c.
- BASTOS, P. P. Z. Restrição externa e desenvolvimentismo no Brasil: sobre o segundo governo Vargas (1951-1954). *Texto para Discussão*. Instituto de Economia da UNICAMP, n. 202, abr. 2012.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012 (1988).
- BLOCK, F. *Las orígenes del desorden económico internacional*. México: Fondo de Cultura, 1987.
- BORDO, M. D. The Bretton Woods International Monetary System: a historical overview. In: BORDO, M. D.; EICHENGREEN, B. (org.). *A retrospective on the Bretton Woods System*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- CAMPOS, F. A. *Estratégias de desenvolvimento nacional: o papel do capital estrangeiro entre o segundo governo Vargas e o governo Castelo Branco (1951-1966)*. Campinas: IE-UNICAMP, 2003 (Dissertação de Mestrado).
- CAMPOS, F. A. *A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)*. Campinas: IE-UNICAMP, 2009 (Tese de Doutorado).
- CAPUTO, A. C. *Desenvolvimento econômico brasileiro e o Investimento Direto Estrangeiro: uma análise da Instrução 113 da SUMOC – 1955-1963*. Niterói: UFF, 2007 (Dissertação de Mestrado).
- CHIROT, D. *Social change in the twentieth century*. Orlando: Harcourt Brace Jovanovich Inc., 1977.
- COMISIÓN Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). América Latina y el Caribe: Balance de Pagos 1950-1984. *Cuadernos Estadísticos de la CEPAL*. Santiago de Chile, n. 10, 1986.
- COUTINHO, L.; BELLUZZO, L. G. O desenvolvimento do capitalismo avançado e a reorganização da economia mundial no pós-guerra. *Estudos CEBRAP*, n. 23, 1979.
- DRAIBE, S. *Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- EICHENGREEN, B. *A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- FONSECA, P. C. D. Nacionalismo e economia: o segundo governo Vargas. In: SZMREC-SÁNYI, T.; SUZIGAN, W. (org.). *História econômica do Brasil contemporâneo*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 2002.
- FONSECA, P. C. D. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. *Revista de Economia Política*, 23 (1), p. 133-148, 2003.
- FONSECA, P. C. D. Nem ortodoxia nem populismo: o segundo governo Vargas e a economia brasileira. *Tempo*. Niterói, Editora UFF, v. 14, n. 28, jan.-jun. 2010.
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, C. *Ensaios sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Arquivos Celso Furtado (1). Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Celso Furtado, 2008.





- HELLEINER, E. *States and the reemergence of global finance: from Bretton Woods to the 1990s*. Ithaca: Cornell University Press, 1994.
- HOBSBAWM, E. *A era dos extremos. O breve século XX: 1914–1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999 (1994).
- LEECHOR, C.; KOHLI, H. S.; HUR, S. Structural changes in world industry: a quantitative analysis of recent developments. *World Bank Technical Paper*, Nov. 1983.
- LEOPOLDI, M. A. P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia industrial e industrialização no segundo governo Vargas. In: SZMRECSÁNYI, T.; SUZIGAN, W. (org.). *História econômica do Brasil contemporâneo*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 2002.
- LESSA, C. *Quinze anos de política econômica*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983 (1963).
- MALAN, P. S. Relações econômicas internacionais do Brasil, 1945–1964. In: FAUSTO, B. (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III, V. II. São Paulo: DIFEL, 1984.
- MALTA, M. (org.). *Ecossistemas do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA/Centro Celso Furtado, 2011.
- MARTINS, L. Política das corporações multinacionais na América Latina. *Estudos CEBRAP*, n. 5, p. 81–129, 1973.
- MARTINS, L. *Nação e corporação multinacional: a política das empresas no Brasil e na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- MATTOS, F. A. M. *Flexibilização do trabalho: sintomas da crise*. São Paulo: Annablume, 2009.
- MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MONIZ BANDEIRA, L. A. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950–1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- PIKETTY, T. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- POSSAS, M. Empresas multinacionais e industrialização no Brasil: notas introdutórias. In: BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (org.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. N. 2 – Ensaio sobre a crise. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SARETTA, F. O governo Dutra na transição capitalista no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T.; SUZIGAN, W. (org.). *História econômica do Brasil contemporâneo*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 2002.
- SCANDIUCCI FILHO, J. G. *Hegemonia, Estados e mercado nos arranjos de Bretton Woods*. Campinas: IE-UNICAMP, 2000 (Tese de Doutorado).
- SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- TAVARES, M. C. Auge e declínio do processo de substituição de importações. In: TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977 (1972).
- TAVARES, M. C. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1985. (Originalmente apresentada como Tese de Livre Docência na Faculdade de Economia e Administração da UFRJ, em 1975.)
- VAN DER WEE, H. *Prosperity and upheaval – The world economy 1945–1980*. London: Pelikan Books, 1987.
- VIANNA, S. B. Política econômica externa e industrialização: 1946–1951. In: ABREU, M. P. (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889–1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990a.



VIANNA, S. B. Duas tentativas de estabilização: 1951-1954. In: ABREU, M. P. (org.).
A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio
de Janeiro: Campus, 1990b.

las microempresas y pymes editoriales argentinas frente al desafío de la promoción, venta y distribución de libros a fines del siglo xx y principios del xxi*

publishing microenterprises and smes in argentina facing the challenge of the promotion, sales and distribution of books in the end of 20th century and the beginning of 21th century

Viviana Román**

Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires, Universidad Nacional de Tres de Febrero, Buenos Aires, Argentina

RESUMEN

Desde fines del siglo XX el sector editorial de Argentina ha asistido a una creciente polarización con la coexistencia de grandes empresas de capitales internacionales, por un lado y microempresas y pymes, por otro. Al mismo tiempo, se registraron transformaciones en los mecanismos de promoción, venta y distribución de libros. Este escenario constituyó un desafío para las firmas editoriales de menor tamaño, condicionando la generación de variadas y novedosas respuestas en materia de producción y comerciali-

ABSTRACT

Since the late twentieth century, the publishing industry in Argentina has seen an increasing polarization with the coexistence of large international capital companies on the one hand and microenterprises, small and medium sized business on the other hand. At the same time, changes were recorded in the mechanisms of promotion, sale and distribution of books. This scenario was a challenge for smaller publishing houses, conditioning the generation of varied and innovative responses in

* Este trabajo forma parte de una investigación más amplia sobre las microempresas y pymes editoriales argentinas que se desarrolla en el marco del Proyecto “Las industrias culturales y los proyectos de cultura en el contexto de la expansión las TICs. Un análisis en perspectiva histórico-económica” acreditado en la Secretaría de Políticas Universitarias (SPU), Ministerio de Educación de la Nación Argentina. Fecha de recepción: 30 de enero de 2015; fecha de aceptación: 14 de diciembre de 2015.

** Profesora adjunta regular en la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Buenos Aires (UBA). Profesora titular en la Universidad Nacional de Tres de Febrero (UNTREF). Magíster en Historia por la Universidad Torcuato Di Tella (UTDT). *E-mail*: vivi.romanjasienowski@gmail.com



zación. Con relación a lo anterior este artículo tiene como objetivo general el estudio de las estrategias puestas en práctica por esas microempresas y pymes editoriales argentinas frente al contexto de concentración y extranjerización del complejo editorial referido en las líneas anteriores.

Palabras-clave: Producción de libros. Microempresas y pymes. Emprendedores. Comercialización de libros. Industrias culturales.

production and marketing. With regard to the above, item's general objective is the study of the strategies implemented by these micro, small and medium sized Argentine publishers against the backdrop of concentration and foreigner colonization of the editorial resort referred to in the preceding lines.

Keywords: Book production. Microenterprise and SMEs. Entrepreneurs. Marketing books. Cultural industries.

Introducción

Los cambios producidos en materia de concentración y extranjerización en el sector editorial de la Argentina desde fines del siglo XX modificaron las formas de promoción, venta y distribución de libros. En este escenario las microempresas y pymes editoriales desarrollaron una serie de estrategias para insertarse en el mercado. Por ello es importante resaltar que las editoriales comparten con empresas de otros sectores las oscilaciones de la economía global y, como otras industrias culturales, fueron impactadas por la expansión y el desarrollo de las nuevas tecnologías de la información y la comunicación.

Estas transformaciones tuvieron lugar en un contexto económico local que en la década de 1990 se caracterizó por la puesta en marcha de reformas estructurales que incluyeron la desregulación, la privatización y la adopción de una caja de conversión que fijó el tipo de cambio nominal y ató la política monetaria al resultado de las cuentas externas; eliminando los controles sobre la cuenta de capitales. La reducción de aranceles y la apreciación real de la moneda local provocaron una reducción en el precio de los bienes de capital e intermedios importados y estimularon la modernización y el aumento de la productividad (Bouzas, 2004, p. 158). Al mismo tiempo, la sobrevaluación de la moneda generó precios internos altos si se los mide en dólares. Elementos a tener en cuenta en el desempeño del sector editorial, pues influyeron en el crecimiento y en el incremento notable en los niveles de rentabilidad del mismo durante buena parte de la década de 1990.

Con relación a esto, el informe del Centro de Estudios para la Producción (CEP) (2005, p. 71-72) sobre la industria del libro en Argentina



entre 1990 y 2004 señala que en los primeros años de la década del noventa se produjo un importante incremento en la cantidad de libros editados; pasando de 13 millones en 1991 a unos 48 millones en 1994. En él se afirma que si en los años ochenta esta industria presentó los niveles más bajos de producción de ejemplares de los últimos cincuenta años, en los noventa mostró un importante crecimiento y se editaron un promedio anual de alrededor de 52 millones de libros. Luego de registrar un crecimiento acumulado del 78% en esos años la actividad empezó a declinar, esta situación se mantuvo hasta después de la Crisis del Tequila, retomando la senda de crecimiento en 1996. Sin embargo, hacia el fin de la convertibilidad, los efectos de la recesión estaban ya presentes y en 2001 el sector experimentó una caída superior al 20% (CEP, 2005, p. 71). El informe del CEP referido señala que en la etapa de la post convertibilidad en el 2002 la producción se redujo casi el 43% con respecto al año anterior, en el que se habían editado 58,8 millones de libros. Asimismo, según datos suministrados por la *Agencia EFE* (2009), la industria editorial argentina registró una fuerte recuperación desde la salida de la crisis económica de 2001-2002, con un avance acumulado en la producción del 110% hasta 2008. Pero, ya en el primer trimestre de 2009, comenzó a sentir los efectos de la crisis global desencadenada en septiembre del año anterior; no obstante, se recuperó relativamente a lo largo del 2010. Según datos de la Cámara Argentina del Libro (CAL)¹ desde el 2003 hasta el 2012 se produjo un incremento de 13.301 títulos, alcanzando el pico máximo en el año 2011 con una cantidad de 27.365 títulos registrados.

La mencionada expansión de la industria editorial en los noventa estuvo también ligada a la fusión y adquisición de empresas por parte de capitales extranjeros. Desde el punto de vista de algunos autores (Botto, 2006, p. 209), los grupos empresariales extranjeros que compraron editoriales locales comenzaron a promover políticas editoriales que modificaron considerablemente su comportamiento en términos de impacto cultural. Como resultado de este proceso asistimos a un escenario en el que por un lado, se encuentran las grandes empresas de ca-

¹ Datos extraídos de la página *web* de la Cámara Argentina del Libro (CAL). Disponible en <HYPERLINK “<http://www.camaradellibro.com.ar>” www.camaradellibro.com.ar>. Accedido el junio de 2014. Cabe destacar que esta cámara nuclea mayoritariamente a las microempresas y pymes del sector.

pitales internacionales, que establecieron filiales en Argentina y por otro, se produjo el surgimiento de una significativa cantidad de microempresas y pymes²; además de la subsistencia de algunas (en número, por cierto, reducido) que se habían creado, especialmente, a partir de los años sesenta.

Este proceso de concentración se expresó también en el área de la comercialización: en cuanto a las librerías, se produjeron importantes fusiones. No obstante, las librerías denominadas “tradicionales” o “independientes” han tenido y tienen cierta presencia. Al mismo tiempo, se registraron transformaciones en los mecanismos de venta y distribución. Este escenario constituyó un desafío para las microempresas y pymes editoriales, condicionando la generación de variadas respuestas en materia de comercialización: promoción, venta y distribución de su producción de libros. Con relación a lo anterior este trabajo tiene como objetivo general el estudio de los mecanismos puestos en práctica por esas editoriales argentinas frente al contexto más arriba descrito. Se derivan, por lo tanto, un conjunto de interrogantes: ¿Cuál es la relación entre la permanencia de microempresas y pymes editoriales argentinas surgidas fundamentalmente – pero, no exclusivamente – desde la década de 1990 en adelante y las estrategias de comercialización que han desplegado?, ¿Cuál es la relación entre sus políticas editoriales y los ámbitos de promoción y venta que han elegido?, ¿Con qué mecanismos de promoción, venta y distribución han operado?, ¿Qué ha ofrecido la Cámara Argentina del Libro (CAL) para contribuir a la solución de los problemas que presenta la comercialización para las empresas de menor tamaño? Constituyendo la hipótesis general de este trabajo la idea de que los mecanismos de promoción, venta y distribución puestos en práctica por las empresas en cuestión influyen en su capacidad de permanencia. Asimismo, los dueños de estas microempresas y pymes han estado dispuestos a ensayar diferentes respuestas – con un esquema de prueba, error y ajuste – frente al desafío de la comercialización.

² Entre las editoriales que surgieron desde los noventa pueden citarse en una lista muy incompleta (de manera tal que entre muchas otras): Juan Genovese Editor, Letra Buena, Paradiso, Ediciones Mate, Interzona, Homo Sapiens, Capital Intelectual, Adriana Hidalgo, Del Zorzal, Bajo la Luna, Quadrata, Simurg, Beatriz Viterbo, Siesta, Van Editoras, Ediciones Godot, Las Cuarenta, Ediciones Disconario, La Comarca, Calisbroscoپیo, Amauta, Ediciones del Naranja, La Brujita de Papel, Ediciones Iamiqué, Pequeño Editor, Nuestra América, Lenguaje Claro Editora, Dialectik, Quipu y Lugar Editorial.

Teniendo en cuenta lo precedente, es importante señalar que el dinamismo de las firmas de menor tamaño, la especialización que desarrollan y la capacidad de internacionalización de algunas de ellas son primordiales para pensar a este segmento empresarial desde su permanencia a lo largo del tiempo y NO como un residuo de épocas pasadas. Históricamente Argentina conformó su complejo editorial entre fines del siglo XIX y principios del siglo XX a partir de un conjunto de empresas pequeñas y medianas. Esta temprana configuración fue creando el marco favorable para impulsar la sanción de leyes que regularon más específicamente la actividad. Se sancionó la Ley n. 11.723 – Régimen Legal de la Propiedad Intelectual³ en 1933 que – si bien con algunas modificaciones – es la norma que rige hasta el día de hoy. En 1973 se sancionó con el n. 20.380⁴ la primera Ley del Libro, declaró de “interés nacional” la promoción, producción, comercialización y difusión del libro argentino. También, se obtuvo la exención del Impuesto al Valor Agregado (IVA) para los libros⁵, la Ley n. 22.399 que estableció el uso obligatorio del ISBN en 1982 y las leyes n. 25.446 de Fomento del Libro y la Lectura y n. 25.542 de Defensa de la Actividad Librera en 2001⁶, normas actualmente en vigencia⁷.

La reconfiguración del sector desde fines del siglo XX a nivel mundial y el arribo de los conglomerados extranjeros modificó el panorama dando paso a la mencionada coexistencia de grupos empresariales de capitales internacionales y de un heterogéneo universo de micro, pe-

³ Ley n. 11.723, Régimen Legal de la Propiedad Intelectual, artículos 2, 5, 37. Esta ley reconoce antecedentes en las leyes n. 7.092, 9.141, 9.510, de 1910, 1913, 1914, respectivamente y fue modificada en varias oportunidades: 1957, 1993, 1998, 2004, 2007. Los cambios tecnológicos condicionaron el dictado de nuevas leyes y decretos – entre otros el n. 165, de 1994 – que protege la propiedad de los *softwares*.

⁴ Ley n. 20.380, Ley del Libro.

⁵ Cabe aclarar que la forma en la que se aplica esa exención ha generado cuestionamientos de parte de algunos empresarios pymes editoriales.

⁶ Leyes n. 22.399, Uso obligatorio del ISBN; n. 25.446, Fomento del Libro y la Lectura; y n. 25.542, Defensa de la Actividad Librera.

⁷ Cabe aclarar que los entes desde los cuales han emanado las políticas públicas específicas hacia el conjunto del sector cultural en Argentina en las últimas décadas han sido la Secretaría de Cultura de la Nación reconfigurada como Ministerio de Cultura de la Nación a partir del año 2014 y el Fondo Nacional de las Artes creado en 1958. No obstante, es importante tener en cuenta que otros Ministerios e instituciones gubernamentales también han influido e influyen en el desarrollo del sector.

queñas y medianas. Merece destacarse, por lo tanto, que las firmas más chicas se adaptan mejor a la segmentación del mercado y al cambio acelerado; una economía con un gran número de pymes puede ser altamente “autoadaptable” frente a las transformaciones. Pues, las firmas más pequeñas compensan su dimensión reducida con eficiencia a través de la flexibilidad. Estas ideas adquieren importancia en el análisis de las editoriales más chicas porque desde principios de la década de 1990 creció su fundación, se enfocaron en algún área o temática, se insertaron en un nicho de mercado y aprovecharon su estructura mínima. Además, estas consideraciones respecto de las pymes contribuyen – al menos, en parte – a entender porqué se incrementó la conformación de micro y pequeñas empresas editoriales desde 2001-2002.

Se ha definido, por lo tanto, un período histórico sobre el cual trabajar que se extiende desde principios de la década de 1990 hasta los años 2011-2012. El inicio de la etapa se sitúa en los comienzos del proceso de concentración y extranjerización verificado en el sector y cuya mayor implicancia fue su reconfiguración con la presencia de grandes editoriales, por un lado y de micro y pymes, por otro. A su vez, el cierre está directamente vinculado a las ventajas significativas en materia de publicación y de circulación de productos editoriales que otorgaron la difusión generalizada de las nuevas tecnologías, y a partir de esta variable, la aceleración del ritmo de creación de micro y pymes editoriales, especialmente después de la crisis de 2001 y en el marco de su recuperación hasta los años 2011-2012. Esta última década resulta particularmente de interés por el marcado dinamismo que las empresas en cuestión han tenido, sobre todo en algunos segmentos como por ejemplo, libros para niños y adolescentes.

Se ha analizado, entonces, una serie de fuentes integrada por publicaciones institucionales y periódicas, entrevistas a informantes claves⁸ que desarrollan su actividad profesional y empresarial dentro del sector, estadísticas, información de repositorios como la Biblioteca del Ministerio de Economía de la Nación, el Sistema de Información Cultural de la Argentina (SInCA), la Cámara Argentina del Libro (CAL), el La-

⁸ Cabe destacar en este aspecto que para el presente trabajo se han seleccionado 16 entrevistas de las 35 con las que cuenta la investigación en curso. Ellas han sido elegidas por ser muy representativas de la temática abordada.

boratorio de Industrias Culturales de la Secretaría de Cultura de la Nación, y estudios de diversos investigadores sobre el tema en cuestión. Se ha utilizado un análisis de tipo cualitativo que intenta captar a partir de la información relevada la definición de la situación que efectúan los sujetos (Forni; Gallart; Vasilachis de Gialdino, 1993, p. 108-109) en el devenir histórico. Se tiene en cuenta, en este sentido, que “la historia oral” selecciona nuevos sujetos sociales con atención a los fenómenos y eventos que permiten, por medio de la oralidad, aportar interpretaciones cualitativas de procesos y fenómenos histórico-sociales; procurando centrar el análisis en la visión/versión que se manifiesta desde la experiencia (Aceves Lozano, 1994, p. 143-144). El uso del lenguaje analítico permite cuestionar el discurso del entrevistado y explorar sus contradicciones inherentes (Grele, 1989, p. 125), complejizando, de esta manera, el estudio. Además, se han analizado fuentes corporativas/empresariales, periodísticas y jurídicas. Este tipo de análisis se ha integrado con otro de orden cuantitativo, pues las fuentes estadísticas permiten observar e interpretar el desarrollo de la industria editorial de libros en Argentina.

Se han delineado, además del presente que constituye una introducción al tema, tres apartados. El primero que se aboca al análisis de las microempresas y pymes editoriales en el contexto de concentración y extranjerización, teniendo en cuenta también la delimitación del catálogo que ofertan a sus lectores-consumidores; el segundo, que analiza la promoción, venta y distribución de las empresas en cuestión y el tercero, que presenta, a modo de cierre, algunas reflexiones.

1. Las microempresas y las pymes en el contexto de la concentración y extranjerización

Como ya se ha señalado en el marco de las modificaciones en materia económica que tuvieron lugar en la década de 1990 se produjo la venta de editoriales, su fusión o incorporación a grupos empresariales⁹. De ello resultó una creciente polarización de la industria editorial.

⁹ En este punto es importante aclarar que existe literatura específica que analiza el arribo de capitales españoles a la Argentina en este período. Para un análisis de la industria editorial española y su relación con los mercados de habla castellana pueden verse entre otros los trabajos de Ana Martínez Rus como “Exportando

Es importante, entonces, resaltar que la mayor parte de la adquisición de editoriales argentinas por capitales extranjeros se realizó entre los años 1997 y 2000; momento en que en otras áreas los capitales procedían cautelosamente. La excepción la marca el grupo colombiano Norma, de capitales mayoritariamente españoles, que había arribado ya en 1991 con la compra de la editorial Tesis, y que en 1994, con la adquisición de Kapelusz, tuvo una presencia relevante. En cuanto a los capitales que llegaron desde España en los años noventa, la compra de Javier Vergara editores por Ediciones B (empresa controlada por el Grupo Z) fue muy significativa. Galerna devino en una cadena de librerías y editó parte de su catálogo en asociación con la firma española Libsa. Por su parte, el Grupo Planeta, lideró el mercado con un 12,3% de las ventas, hasta que la compra de la editorial Emecé, producida en el año 2000, elevó ese porcentaje a un 20%. Las empresas editoriales que integraban también este grupo en ese entonces eran Seix Barral, Ariel, Espasa-Calpe, Crítica, Temas de Hoy, Destino, y Martínez Roca, entre otras. A su vez, en el 2003 Paidós – con sucursales en México y España – negoció su venta a Espasa Calpe. Sudamericana fue adquirida en 1998 por el Grupo Random House Mondadori¹⁰, que contaba ya con editoriales de renombre como Lumen, Grijalbo y Plaza & Janés. Random House llegó a la Argentina vía España, pero la mayor parte de sus acciones las posee el Grupo Bertelsmann, de origen Alemán¹¹. Otra de las editoriales

cultura: las estrategias transatlánticas de los editores españoles, 1892-1936”, *Revista de la Historia de la Economía y de la Empresa. Historia Empresarial Española*, n. 2, España, BBVA, 2008; “La proyección editorial en los mercados americanos (1901-1936)”, *Pliegos de Bibliografía*, 4. trimestre, 2000; y “La industria editorial española ante los mercados americanos del libro 1892-1936”, *Hispania: Revista Española de Historia*, v. 62, n. 212, 2002; y de María Fernández Moya como “La promesa del gran mercado del libro. Un siglo de editoriales españolas en Argentina (1908-2008)”, *La Historia Económica y de la Empresa en América Latina, Revista de la Economía y de la Empresa*, España, BBVA. 2011; “Multinacionales del castellano. La internacionalización del sector editorial español”, *Revista de Historia Industrial*, España, n. 40, 2009; “Editoriales españolas en América Latina. Un proceso de internacionalización secular”, *Información Comercial Española (ICE)*, España, n. 849, 2009; y “Editores españoles a ambos lados del Atlántico”, *Historia del Presente*, n. 12, II época, 2008.

¹⁰ Patricia Kolesnicov, “¿Quiénes deciden qué libros se leen hoy en la Argentina?”, *Clarín*, 5 de diciembre de 2002, versión digital.

¹¹ Claudio Rama, *Economía de las industrias culturales en la globalización digital*, Buenos Aires: EUDEBA, 2003, p. 129.

consideradas emblemáticas de la Argentina como El Ateneo fue comprada también en 1998. Por su parte, el Grupo Prisa Santillana – que manejaba editoriales como Aguilar, Altea, Taurus, y Alfaguara – cobró mucha importancia en los años noventa. A fines de 1998 la mayoría de los paquetes accionarios de las editoriales jurídicas locales como Abeledo – Perrot y Depalma fueron adquiridos por la División Legal de la Empresa Reed Elsevier de capitales anglo – holandeses y líder mundial en publicaciones y proveedores de información sobre leyes, jurisprudencia y doctrina. Al mismo tiempo, el sello La Ley pasó a formar parte del grupo Thomson Reuters de capitales canadienses y británicos en el año 2000¹². Es de interés señalar también que si bien en menor medida después del 2000 siguieron produciéndose adquisiciones; por ejemplo, el grupo Macmillan compró editoriales dedicadas a la producción de libros para la enseñanza como Puerto de Palos en el 2006 y Estrada en el 2007. Estos conglomerados de empresas ya controlaban a datos del año 2005 cerca del 75% del mercado argentino (CEP, 2005, p. 65).

Al mismo tiempo, es importante considerar que este proceso de adquisiciones y fusiones formó parte de la concentración del sector editorial a nivel mundial. En los Estados Unidos, el 80% de la edición norteamericana ha quedado en manos de unos pocos grandes conglomerados – Bertelsmann, Holtzbrinck, Longman, News Corporation y Viacom – que absorbieron editoriales de prestigio. En Francia ocurrió algo similar, pues Lagardère – la multinacional multimedia de la comunicación propietaria de Hachette – adquirió la mayor parte de Vivendi Universal Publishing. En tanto que en España a datos del 2004 una de cada cuatro empresas pertenecía a un holding editorial. En el 2001 se produjo la unión de Grijalbo–Mondadori con los sellos del grupo Plaza & Janés, que resultó a su vez del acuerdo entre los grupos Mondadori y Bertelsmann (Martínez, 2004)¹³. Asimismo, en julio de 2001 Random

¹² Idem, op. cit., p. 79.

¹³ Cabe aclarar que las adquisiciones continúan produciéndose y que si bien está fuera del período analizado en el trabajo es importante incluir información sobre la reciente venta de Alfaguara, empresa editorial que pertenecía al Grupo Prisa. Con relación a esto Manuel Rodríguez Rivero destaca que “la venta de uno de los más prestigiosos sellos literarios del mundo hispánico deja la parte mollar del mercado de la ficción en los países hispanohablantes en manos del duopolio Planeta/Penguin Random House: dos grupos – ambos reestructurados recientemente con vistas a sucesivas adquisiciones – propietarios en bloque de ochenta y tantos logos editoriales,

House y Mondadori constituyeron un *joint venture* que dio origen a Random House Mondadori. Esta asociación empresarial finalizó en noviembre de 2012, y en ese contexto Bertelsmann adquirió las acciones de Mondadori. El cuadro que se presenta a continuación da cuenta de la concentración en la actividad editorial a partir de datos sobre negocios realizados por grupos editoriales europeos, puede verse en función de lo señalado precedentemente que algunas de las empresas consignadas en él fusionaron y/o adquirieron sellos editoriales argentinos.

Los doce primeros grupos editoriales europeos
Cifras de negocios realizados – En millones de euros, a datos del 2006

Reed Elsevier	5.851
Pearson	5.616
Thomson	5.108
Bertelsmann	4.612
Wolters Kluwer	3.693
Hachette Livre	1.975
Mac Graw – Hill Education	1.942
Readers Digest	1.835
Scholastic	1.757
De Agostini Editore	1.607
Holtzbrinck	1.227
Grupo Planeta	1.015

Fuente: Elaboración propia en base a datos de “Des mastodontes majoritairement européens. Les douze premiers groups”, en Dossier de Livres Hebdo, 2007.

En este marco una caracterización y análisis general del, de por sí heterogéneo, universo micro y pyme editorial tiene sus complejidades. No obstante, de las fuentes consultadas se desprenden algunos rasgos predominantes que se presentan a continuación.

Hay una tendencia a la especialización, pero suelen complementar su catálogo con otras temáticas; los dueños de algunas de estas empresas se perciben como empresarios de micro y pymes; otros, se definen fundamentalmente como gestores culturales: se trata de los “editores inde-

y que van a controlar, como mínimo (extrapolo datos de 2012, que incluyen los de Alfaguara), el 80% de los títulos más vendidos y de los autores más leídos”. En “Los gigantes siempre están hambrientos”, artículo aparecido en *El País*, 29 de marzo de 2014.

pendientes”. Esto influye especialmente sobre la configuración de sus catálogos. Algunas se interesan en publicar autores desconocidos. Se manejan con tiradas cortas y sus márgenes de rentabilidad por título son bajos. Tienen una estructura pequeña que les permite a partir de la tercerización¹⁴ de servicios expandir o contraer su capacidad de producción conforme a la demanda, siempre y cuando cuenten con el capital suficiente. Permiten que el sector en su conjunto disponga de una oferta variada o como sostiene un destacado editor “restablecen el equilibrio ecológico”¹⁵. La inversión en publicidad es escasa, suelen difundir sus catálogos especialmente a través de páginas *web* y/o por listas electrónicas. Presentan mecanismos de promoción, venta y distribución muy diversos, además de fuertemente condicionados por la cantidad de títulos y por el segmento de demanda al que está destinada su producción.

Dado este escenario cabe considerar las políticas editoriales que han desplegado las micro y pymes editoriales porque ellas delimitan el catálogo que el sello ofrecerá a sus lectores – destinatarios e influye en la elección de los ámbitos que se privilegiarán en materia de promoción y de venta. En este sentido, editoriales especializadas en ciencias sociales, surgidas a mediados de la primera década del siglo XXI basaron su decisión de producir en este segmento a partir de la afinidad con la temática, el conocimiento de autores¹⁶ y de las características del público consumidor potencial de este tipo de producto. Al mismo tiempo, una editorial surgida a fines de los años noventa como Adriana Hidalgo¹⁷ se caracteriza por detectar los libros o autores “faltantes” dentro de una tradición ya legitimada para procurar su edición, reedición o traducción; y por la publicación de obras nuevas de autores que ya cuentan con un

¹⁴ Entrevista a Gabriela Tenner, titular de Lenguaje Claro Editora, 8 de noviembre de 2010.

¹⁵ Entrevista a Alberto Díaz, director editorial de Emecé y director a cargo de los sellos Seix Barral y Destino, todos pertenecientes al Grupo Planeta, Buenos Aires, 25 de junio de 2009. Director editorial de Planeta Argentina, abril de 2011.

¹⁶ Entrevista a Darío Stukalsky, fundador del sello editorial Dialectik y responsable de publicaciones de la Universidad Nacional de General Sarmiento, Provincia de Buenos Aires, Argentina. 7 de diciembre de 2009. Entrevista a Gabriela Tenner antes citada.

¹⁷ Adriana Hidalgo es nieta de Pedro García, fundador de la librería y editorial El Ateneo surgida en 1912. En 1999 fundó la pyme editorial que lleva su nombre.

capital simbólico considerable (Botto, 2006, p. 231), definiendo esto su política editorial. En Las Cuarenta¹⁸, una editorial fundada en el año 2006, han priorizado – conforme a términos de su dueño y co fundador – las lecturas que permiten escapar de la modernidad, que apuntan a ampliar los horizontes y resalta que su formación en Filosofía marcó el rumbo de la firma en este sentido; satisfaciendo así la demanda de un segmento con interés en estos temas. Bajo la Luna – editorial literaria que reconoce orígenes desde 1991 – se ha destacado por ser una empresa que apuntaba, en sus comienzos, a un público lector de poesía para luego dedicarse también a otros géneros literarios. En los últimos años su catálogo se ha nutrido de títulos tanto de autores nacionales como extranjeros, a través de la compra de derechos han hecho traducciones de diversos idiomas, especialmente de “lenguas que no son centrales”¹⁹ como por ejemplo el islandés, el coreano y el portugués de países africanos. Otra firma de interés en ese aspecto es Lugar Editorial²⁰, surgida como sello en el año 1991, de manera similar al resto de las empresas editoriales reciben propuestas para su publicación, pero también tienen autores a los que les proponen determinados temas que de acuerdo a la información relevada en las Ferias del Libro el público está demandando. En general, produce libros académicos y literatura infantil dentro de su colección sobre educación. En cada uno de estos casos la promoción y la venta han estado directamente relacionadas con las características de su catálogo, es así que una editorial especializada en filosofía, como la antes citada, difunde y fundamentalmente vende dentro del ámbito universitario.

A partir de estas políticas editoriales puede interpretarse desde la perspectiva de Bourdieu (2006, p. 30–31, 223–224) respecto del poder del editor – en este caso de editores dueños de sellos editoriales – el manejo de la consagración de autores. Para esta teoría en dicha consagración hay una transferencia de capital simbólico que es tanto más importante cuanto quien la realiza está él mismo más consagrado, espe-

¹⁸ Entrevista a Néstor González, titular de Las Cuarenta, Buenos Aires, 22 de noviembre de 2013.

¹⁹ Entrevista a Miguel Balaguer, a cargo de Bajo la Luna desde el año 2003, Buenos Aires, 26 de noviembre de 2013.

²⁰ Entrevista a Graciela Rosenberg, titular de Lugar Editorial y vicepresidente de la Cámara Argentina del Libro (CAL), Buenos Aires, 28 de enero de 2014.

cialmente a través del “catálogo” que ha publicado en el pasado. Por eso la preocupación sobre qué obras conforman el catálogo de una editorial aparece reflejada en el control de las decisiones de qué se publica y qué no. Por otro lado, en estas políticas editoriales coexisten dos aspectos señalados por el autor. Estos son el lado literario (puede hablarse en sentido amplio de lado académico o de calidad del material de lectura) y el costado comercial. Tanto uno como el otro tienen gran importancia en las microempresas y pymes del sector, pues garantizan el prestigio de la editorial y del editor/dueño, estando ligado también, en muchos casos, al nicho de mercado en el que se han insertado; el segundo, constituye una necesidad en la medida en que se pretenda permanecer en el mercado e implica la generación de estrategias de comercialización.

Con relación a nicho de mercado y dinamismo – flexibilidad – vitalidad de las firmas más chicas es fundamental considerar que la especialización flexible es una estrategia que consiste en una innovación permanente en la adaptación a los cambios, muchas pequeñas y medianas empresas se han beneficiado en las últimas décadas de la flexibilidad de las nuevas tecnologías (Piore; Sabel, 1984, p. 29, 435). Afirmación que se verifica para el caso de las empresas editoriales más chicas, pues las transformaciones tecnológicas han hecho posible la reducción de costos de producción y una ampliación en la llegada a lectores/público. Las firmas de menor tamaño se adaptan mejor a la segmentación del mercado y al cambio acelerado y compensan su tamaño reducido con eficiencia a través de la flexibilidad, especialmente en momentos de turbulencia/crisis económica (Julien, 1998, p. 35-37). La creciente segmentación del mercado puede explicar, en alguna medida, la multiplicación de nichos operada en las últimas décadas, en ellos se insertan las firmas de menor tamaño como las editoriales en análisis. En esta tendencia puede ser clave la diversificación de modas para muchos grupos pequeños de consumidores y la constante renovación de necesidades. A este respecto es de interés tener en cuenta que la economía genera un número de espacios de mercado que no son favorables para la producción a gran escala, no rinden la suficiente ganancia como para interesar a los grandes productores (Penrose, 1959). Esos mercados pequeños pueden ser creados por costumbres locales o por usos especiales – en el caso de las micro y pymes editoriales la puesta en práctica de una política editorial centrada en la edición de textos destinados, por ejemplo, sólo a un reducido

público académico – o por necesidades lujosas o por ubicación geográfica o por mercados muy nuevos con una demanda aún muy baja.

2. Los mecanismos de comercialización de las micro y pymes editoriales: promoción, venta y distribución

La percepción que los dueños de estos sellos tienen de sí mismos y de la actividad que desarrollan resulta de interés en este punto pues esto influye en las decisiones que han tomado en cuanto a comercialización de su catálogo. En tal sentido, está presente la idea de que la publicación de un libro trasciende la lógica empresaria y por ello quienes se consideran “editores independientes” vinculan su quehacer a la posibilidad de editar “sin condicionamientos”. Desde esta perspectiva, sostienen que hay títulos con un alto capital simbólico que prestigian una colección, que en el mediano plazo pueden ser instalados en el mercado, y en consecuencia generan “retorno”. Sumado a esto la inserción en un nicho de mercado condiciona las estrategias de llegada al público lector a través de la promoción, venta y distribución del producto “libro” tanto en el mercado interno como en el mercado externo.

Es importante, entonces, analizar algunas consideraciones respecto a la idea de “editor independiente” y lo que de ella se deriva a través de la reflexión de Octavio Getino (1995, p. 16-17) sobre la perspectiva de Max Horkheimer y Theodor W. Adorno (1969, p. 147, 165, 173) en torno a la “industria cultural”. Para estos filósofos el mercado asume características de verdadero apocalipsis en términos culturales, amenazando la existencia de la capacidad tanto creativa como crítica de los intelectuales y los artistas. En alguna medida quienes se autodefinen como “editores independientes” participan de esta concepción que sitúa al intelectual y/o al artista y a su obra por fuera del mercado. No obstante, como dueños de sellos editoriales las mayores o menores posibilidades de colocar la producción en el mercado aparecen como una cuestión de la cual se ocupan. Es por lo tanto en la distancia entre el discurso en tanto “editor independiente” y la descripción de los mecanismos utilizados para colocar su producción editorial en el mercado en donde se pone de manifiesto la relación más o menos conflictiva entre cultura y economía. En esta coexistencia de elementos culturales a di-

fundir y aspectos económicos la comercialización – promoción, venta y distribución – parece fundamental.

2.1 El mercado interno

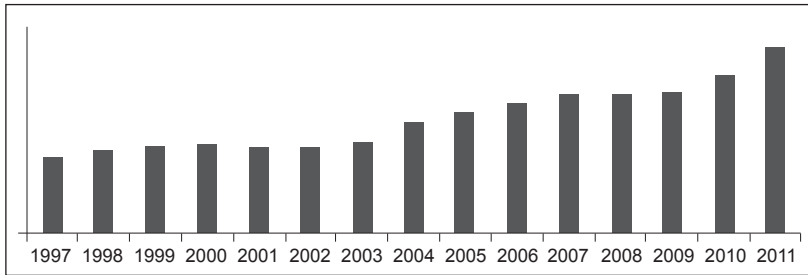
Desde la década de 1990 los conglomerados editoriales transnacionales, que fusionaron casas editoras de diversos países, subordinaron la producción de cada nación a la programación de una política de best-sellerización, y modificaron las estructuras de distribución y venta de libros (Saítta, 2004, p. 251): las librerías incrementaron la utilización de la modalidad de consignaciones, pues fue la manera que encontraron de absorber una oferta tan diversificada.

En este sentido, la concentración del sector se expresó también en el área de la comercialización; dos grandes cadenas de librerías – trabajando con material consignado con hasta un 50% de descuento en el precio de lista – lideraron: se trata de Yenny/El Ateneo y Cúspide. En la primera década del siglo XXI esta última (de la familia Gil Patricio) adquirió Fausto que en 2000 había sido comprada por la española Santillana, mientras tanto la familia Grüneissen se quedó con Yenny, El Ateneo y Tematika.com. Por su parte, las librerías tradicionales/independientes quedaron atrapadas en la avalancha de títulos que se editan día a día y con grandes dificultades financieras para enfrentarse a los precios que las grandes cadenas pueden obtener de los editores con sus pedidos al por mayor (Martínez, 2004). De los datos suministrados por librereros surge que las librerías tradicionales/independientes no pueden absorber la gran cantidad de títulos que se editan por mes y en función de ello tienden a la especialización como estrategia para mantenerse en el mercado²¹. El siguiente gráfico de barras ilustra el incremento en la cantidad de nuevos títulos entre 1997 y 2011, puede verse en él que en ese período la aparición de novedades creció significativamente.

²¹ Entrevista a Gustavo Rodríguez, propietario de Librería Rodríguez del Barrio de Belgrano, CABA, 12 de noviembre de 2010. Es importante aclarar que de las dos cadenas mencionadas la presencia de Yenny/El Ateneo ha crecido mucho más que la de Cúspide; y si bien no corresponde al período analizado en la presente investigación resulta interesante mencionar que esta tendencia se ha profundizado desde el 2013 cuando fue adquirida por el grupo Clarín. Sin embargo, a fines del 2014 se desplegaron algunas acciones cuyo objetivo parece ser revertir tal situación.



Evolución de novedades registradas expresadas en títulos



Fuente: Cámara Argentina del Libro (CAL), Informe estadístico 2012.

Al principio Yenny/El Ateneo se manejaba con un sistema centralizado por el cual todos los libros iban al centro de distribución y desde allí, se enviaban a todas las sucursales. Pero, en la segunda mitad de la década del 2000 se descentralizó y a partir de ese momento cada sucursal comenzó a hacer sus propios pedidos²². Por otro lado, producto de la diversificación de la oferta con el aumento de títulos publicados los que no alcanzaban la mínima rentabilidad estipulada comenzaron a ser reclamados por las editoriales para ser reemplazados por otros nuevos. Muchas veces los títulos reclamados han sido reingresados a las librerías y rematados en las mesas de saldos. Paralelamente a esta saturación de la oferta, hubo lectores que buscaban determinados títulos y no los encontraban o bien por estar agotados o bien por no haberse considerado conveniente para la reimpresión o porque la librería no contaba con un fondo propio (Botto, 2006, p. 216).

Esto comenzó a representar un problema para muchas micro y pymes del sector, y generó una novedosa respuesta desde hace unos años en lo que se denomina “impresión bajo demanda” por parte de algunas editoriales²³, aunque otras no han acordado con la implementación de este

²² Entrevista a Damián Winnik, jefe de ventas corporativas de Yenny/El Ateneo – Grupo ILHSA, Buenos Aires, 3 de julio de 2014. Entrevista a Gabriela Tenner antes citada.

²³ Esto es particularmente así en el caso de Libros del Zorzal y de la editorial Teseo. Los propietarios y co fundadores de Libros Del Zorzal son Leopoldo y Octavio Kulesz. Este último además es director de la Editorial Teseo y en el año 2007 fue elegido presidente del International Young Publisher of the Year Network, red global que nuclea a unos 45 jóvenes editores, con centro en Londres. Entrevista a Leopoldo Kulesz, Buenos Aires, 4 de enero de 2010. Teseo se ha destacado por la integración total de las tecnologías editoriales de punta, como la impresión bajo demanda y la



sistema por considerar el encarecimiento de los costos derivado de él. Desde esta perspectiva, el gran problema parece ser la consignación, pues el título se agota en una librería y no se le retira a otra para poder cubrir la demanda insatisfecha, esto hace que se vaya agotando el stock.

A la luz de las líneas precedentes el análisis de las transformaciones en las formas de comercialización: promoción, venta, distribución en las microempresas y pymes editoriales argentinas supone tener en cuenta los canales de venta utilizados.

Los comercios minoristas han sido históricamente el principal punto de contacto entre las editoriales y el público lector. Es así que tomando el conjunto del sector a través de las librerías (incluyendo las que pertenecen a las propias editoriales) se canalizaba conforme a cifras del 2005 el 68% de las ventas de todas las editoriales, ya sea un sello perteneciente a un grupo, a una microempresa o a una pyme. Al mismo tiempo, a datos de ese mismo año el 17% era comercializado por medio de distribuidores, el 7% era adquirido por el Estado (incluyendo a la Comisión Nacional de Bibliotecas Populares – CONABIP) (CEP, 2005, p. 67), y el resto era distribuido por otras vías, como quioscos de revistas, vendedores directos (a domicilio) o Internet.

Es importante resaltar en este punto que respecto de las ventas al Estado algunos dueños de micro y pymes editoriales consideran que no hay que centrar el funcionamiento de la firma en este tipo de ventas debido a su carácter inestable y por lo tanto, son partidarios de tomarlo como un negocio aparte. En muchos casos la venta al Estado permite ampliar la tirada del título seleccionado para tal efecto provocando esto

distribución digital de libros físicos. En un proceso de publicación dinámico, impone bajas tiradas. Asimismo, gracias a una serie de convenios con diversas librerías online, los títulos de Teseo podían comprarse en Amazon, Prometeo Libros, Cúspide y Capítulo Dos, entre otras. A partir del 2010 los títulos pueden comprarse en Gato Sabido, Library Bin y Librería Hernández. En diciembre de 2007, Teseo ganó el concurso IncuBA, perteneciente a la Dirección General de Industrias Creativas de la Ciudad de Buenos Aires. Esta editorial no tiene stock ni gastos fijos, su centro de operaciones es la *web* y el 90% del *software* que usa es libre. Datos extraídos de “La impresión por demanda, un primer paso hacia el libro digital”, *Clarín*, 28/12/2009, versión digital. Además, en desde el 2010 Teseo tiene convenio de co edición con FLACSO y con el Instituto Ravignani, perteneciente a la Facultad de Filosofía y Letras de la UBA.

un abaratamiento de los costos²⁴. También, hay editores²⁵ que han destacado el papel de la Cámara Argentina del Libro (CAL) en la venta de libros al Estado. Esto se debe a que ella estuvo como intermediaria de muchas de las gestiones y asesoró a las pequeñas editoriales en lo referente a las licitaciones públicas. Asimismo, algunas fuentes consultadas ponen el acento en que si bien las compras del Estado se han “democratizado”²⁶ entre fines de la década del 2000 y principios de la de 2010 sólo ha habido entre 80 y 100 editoriales que venden libros al Estado. En esto intervienen variables que van desde la decisión de no participar de estas ventas hasta que el catálogo de la editorial no cuenta con títulos que puedan ser seleccionados para ser comprados.

Además, los mecanismos de promoción, venta y distribución van variando conforme a la cantidad de títulos que tiene una microempresa o pyme editorial y al lector al que apunte la producción. Así, por ejemplo, los sellos cuyo material está destinado fundamentalmente al público universitario han concentrado sus puntos de venta cerca de diferentes sedes universitarias. Los sellos cuentan con una página *web* que permite la promoción del material, orienta al lector respecto de los lugares donde conseguirlo, en el caso en que su producción o parte de ella sea utilizada en el sistema escolar han incorporado propuestas de trabajo para el aula con sus títulos y, en algunos casos, han incluido también la posibilidad de hacer compras por ese medio, incursionando de esta manera en el comercio electrónico. Al mismo tiempo, muchas firmas difunden su catálogo a través de listas electrónicas y haciendo presentaciones de libros en lugares claves conforme a su público.

En algunas editoriales se han contratado agentes de prensa, en otras ha habido promotores e incluso vendedores que se han ocupado de determinadas zonas del país. En algunos casos se han logrado acuerdos y firmas pequeñas comparten el staff de promoción y/o venta. Hay empresas que tienen una distribución propia; otras, trabajan con esa modalidad y con distribuidores; y existen, además, editoriales que sólo trabajan con firmas de distribución. Incluso se registran algunas intere-

²⁴ Entrevista a Darío Stukalsky antes citada.

²⁵ Entrevista a Judith Wilhelm, titular de la editorial Calisbroscopio y de la librería El libro de Arena, 9 de diciembre de 2013.

²⁶ Por ejemplo, Alejo Ávila Huidobro, socio fundador de Ediciones Del Naranja, en entrevista 17 de diciembre de 2013.

santes propuestas como el caso de Distribuidora Llegó que surgió para realizar una distribución integral orientada temáticamente al libro psicoanalítico y afines, aglomerando a pequeñas editoriales, revistas y/o ediciones de autor que no tienen la estructura necesaria para realizar la distribución de manera directa. Proyecto que empezó a organizarse en junio de 2004, publicitando su actividad con las siguientes líneas: “Sabemos el vacío que existe entre el librero y el pequeño editor y por lo tanto, para que no se pierdan en cajas húmedas y viejos estantes los trabajos que sabemos cuánto cuesta realizar, nosotros procuramos ocupar ese vacío y proveer una solución”²⁷.

Al mismo tiempo, se han registrado casos que utilizan los servicios de empresas de logística y distribución: Ignacio Arrieta²⁸ titular de Libro Express – logística para editoriales – trabaja en la consolidación de cargas para el interior del país retirando paquetes de varias editoriales y colocándolos en el transporte. De esta manera, se abaratan costos de flete pues la tarifa mínima de transporte es de 20 kilos. En algunas firmas²⁹ han ido probando diferentes opciones como hacer distribución propia y tercerizar la logística o tercerizar una y otra, e incluso, el depósito en el que se guarda la producción; en otras, han mantenido alguno de estos mecanismos desde los inicios de la actividad. Hay editoriales que han optado por distribución propia y tratan de trabajar tanto con librerías como con pequeñas estructuras que cuidan el material y que se comprometen a exhibirlo.

Hay microempresas y pymes que han organizado una estructura de distribución propia y que han sumado a ella la producción de otros sellos con menos cantidad de títulos³⁰. Simultáneamente, algunas han dejado de trabajar con las grandes cadenas como Yenny/El Ateneo y Cúspide porque comenzaron a exigir descuentos y cantidades de libros muy grandes. Han aparecido además las estructuras no convencionales

²⁷ Datos extraídos de <www.distribuidorallego.com.ar>. Accedido el julio de 2014.

²⁸ Entrevista a Ignacio Arrieta, propietario de Libro Express, 23 de enero de 2014.

²⁹ Entrevistas a Alejo Ávila Huidobro, a Miguel Balaguer, a Judith Wilhelm y a Leopoldo Kulesz antes citadas, y entrevista a Leandro Donozo, director – responsable editor de Gourmet Musical Ediciones, Buenos Aires, 27 de noviembre de 2013.

³⁰ Cabe destacar que se trata de Ediciones Disconario y que aunque cuenta con distribución propia también distribuye su producción Calisbroscopio, sin superponer rutas. Entrevista a Miguel Dente, cofundador de Ediciones Disconario, Buenos Aires, 20 de noviembre de 2013.

como por ejemplo emprendimientos de bibliotecarios o jubilados que armaron algún proyecto ligado a capacitación y en esos casos hubo microempresas y pymes que les vendieron directamente con un descuento menor que el de las librerías³¹. Asimismo, hay microempresas editoriales dedicadas a la producción de libros sobre música y han realizado ventas en eventos de musicología y en conciertos³². Dentro de este mismo segmento hay quienes han canalizado una parte de sus ventas a través de disquerías³³.

La ya mencionada venta por Internet reviste importancia. Esta modalidad fue adquiriendo relevancia desde fines de la década de 1990 y muchas editoriales de menor tamaño fueron incorporándola paulatinamente de maneras diversas. Grandes cadenas de venta y distribución de libros como Yenny/El Ateneo la habían puesto en práctica desde 1999 a través de la página de Tematika.com, de todas formas según datos relevados el uso de la misma se incrementó a partir del 2002-2003³⁴.

Entre las fuentes consultadas existen microempresas y pymes editoriales en los que se han producido acuerdos en torno a la venta vía Internet, ejemplo de esto es la alianza entre la editorial CalibroscoPIO – de libros infantiles e ilustrados – con la prestigiosa revista digital Imaginaria – de literatura infantil y juvenil destinada fundamentalmente a docentes y bibliotecarios – para la creación de una librería virtual³⁵. Las preventas a través de Facebook también han cobrado importancia³⁶. Todo lo anterior se torna fundamental porque a través de la virtualidad se ha tratado de dar solución a una de las mayores falencias presentadas por las editoriales más chicas: la llegada de sus libros a zonas alejadas del lugar de origen del sello.

³¹ Entrevista a Judith Wilhelm antes citada.

³² Entrevista a Leandro Donozo antes citada.

³³ Entrevista a Miguel Dente antes citada.

³⁴ Tematika.com forma parte de los canales alternativos de venta de Yenny/El Ateneo, tiene un depósito propio y recupero diario con las grandes sucursales de la cadena como la del Shopping Alto Palermo y las ubicadas de la calle Florida de la ciudad de Buenos Aires. Este medio le permite a esta firma distribuir libros tanto dentro del país como en el resto del mundo. Entrevista a Damián Winnik antes citada.

³⁵ Entrevista a Judith Wilhelm antes citada.

³⁶ Entrevista a Leandro Donozo antes citada.

2.2 El mercado externo

En todo el conjunto del sector editorial entre los años 1993 y 2001 las exportaciones promediaron los 47 millones de dólares, registrando el pico más alto en 1998, con ventas por 66,1 millones de dólares. Durante la etapa de paridad cambiaria, las colocaciones externas no presentaron grandes variaciones, aunque hacia el final de la convertibilidad mostraron una clara tendencia decreciente que se extendió hasta la devaluación del 2002. Desde la devaluación hasta el 2004 aumentó el porcentaje de editoriales que destinan más del 20% de su producción a otros países (CEP, 2005, p. 76). El siguiente cuadro ilustra la evolución del comercio exterior de libros entre el 2002 y el 2012, en él puede observarse un descenso en el 2009; puede atribuirse a la crisis internacional del 2008.

Evolución del comercio exterior de libros 2002-2012 en dólares

2002	23.386.022
2003	25.290.872
2004	31.801.542
2005	38.785.830
2006	44.696.892
2007	42.375.758
2008	49.062.943
2009	38.314.609
2010	44.767.078
2011	41.505.167
2012	43.424.344

Fuente: Elaboración propia a partir de datos de la Cámara Argentina del Libro (CAL), Informe estadístico 2012. En base a información Sistema María ADUANA – AFIP.

En este contexto general, algunas pymes editoriales han realizado exportaciones a partir de distribuidores en otros países. Sin embargo, hay quienes consideran que es más redituable la instalación en ellos³⁷, ahora bien eso implica tener capital que lo permita. Por otro lado, hay pymes

³⁷ Consultado Leopoldo Kulesz a este respecto respondió que estaba entre sus planes instalarse con Libros del Zorzal en España y en México por el tamaño del mercado y porque la distancia a los mercados siguientes es grande y desarrollar un plan editorial en cada país. Entrevista antes citada.

editoriales que han surgido teniendo como principal estrategia la colocación de su producción en el exterior; este es el caso de Ediciones Manantial que cuenta en su catálogo con títulos pertenecientes a las áreas de las ciencias sociales, la educación y el psicoanálisis³⁸ y exporta a España desde el año de la fundación de la empresa.

Vinculado a lo anterior resulta de interés tomar en consideración que la internacionalización de las firmas – en este caso las de menor tamaño – es un proceso complejo y relativamente heterogéneo. Así, pueden internacionalizarse por etapas sucesivas, pueden saltarlas o pueden internacionalizarse desde su fundación. Teniendo en cuenta que los recursos son los activos tangibles e intangibles de una empresa en tanto que sus competencias están ligadas a la capacidad de combinar esos recursos, las firmas que disponen de conocimientos suficientes sobre los mercados internacionales y son eficaces en la asimilación y el aprendizaje de conocimientos pueden saltar etapas. A su vez, los recursos empresariales, financieros y tecnológicos se tornan importantes a la hora de identificar oportunidades en el mercado externo (Laghzaoui, 2006, p. 3-4, 8-9, 11-12).

Asimismo, respecto de este tema es importante destacar que la Cámara Argentina del Libro (CAL) asesora en lo que a exportación de libros se refiere. En ella funciona una Comisión Asesora para la Exportación de Libros (CAEL)³⁹ que brinda información sobre las medidas referentes al comercio del libro y asesoramiento en los trámites de exportación o importación. A este respecto, en algunas editoriales⁴⁰ se resalta la importancia del asesoramiento de la cámara en este punto y se pone de relieve la presencia de despachantes de aduana que trabajan con los editores en las reuniones sobre comercio exterior de libros organizadas por la referida comisión. Esta cámara está facultada desde 1978 para intervenir en facturas de exportación previamente a toda declaración aduanera, agilizando trámites, pago de reembolsos y brindando seguridad en el correcto despacho de los embarques. En este aspecto la

³⁸ Entrevista a Carlos de Santos, dueño – gerente general de Ediciones Manantial, surgida en 1984, y presidente de la CAL en 2010, Buenos Aires, 15 de noviembre de 2010.

³⁹ Información consignada en la página web de la CAL. Disponible en <<http://www.editores.org.ar>>. Accedido el junio de 2014.

⁴⁰ Entrevista a Judith Wilhelm antes citada.



perspectiva de diversos autores (Borello; Agoff; Carmona, 2001; Chosco Díaz; Volguein, 2010) que han analizado el rol y las funciones de las cámaras es de interés, pues se identifica la incorporación de servicios de información y de asistencia novedosos que responden a las transformaciones del sector editorial y a nuevas demandas en función de lo anterior por parte de sus asociados.

Sobre colocación de producción en el exterior, las ferias internacionales⁴¹ constituyen también una oportunidad para las editoriales de menor tamaño en cuanto a comercialización de libros, compra y venta de derechos de autor y de traducciones en el exterior. Hay editores⁴² que han destacado que para contactarse con sus pares de América Latina y con bibliotecarios de Los Ángeles es necesario tener presencia en la Feria de Guadalajara. Incluso hay pymes editoriales⁴³ que a partir del establecimiento de conexiones en la mencionada feria comenzaron a venderle libros al Estado de México por medio de editores de ese país con los que han realizado acuerdos a tal efecto.

Según fuentes consultadas, las ferias internacionales⁴⁴ constituyen un ámbito propicio para la conformación de redes⁴⁵ tanto entre editores como con distribuidores. Así se conectan editores de diferentes países y comparten información sobre títulos. Esto es particularmente importante si se trata de producciones de países orientales. Incluso hay quienes

⁴¹ Las ferias importantes en América Latina son las de Guadalajara en México y la de Buenos Aires en Argentina y en el mundo, las de Bolonia en Italia, Liber en España (un año en Madrid y otro, en Barcelona), la de Madrid en España, la de Frankfurt en Alemania, el Salón de Londres en Inglaterra y el Salón de París en Francia, entre otras.

⁴² Entrevista a Alejo Ávila Huidobro antes citada.

⁴³ Entrevista a Judith Wilhelm antes citada.

⁴⁴ Según Isay Klasse quien ha pertenecido desde sus inicios en la década de 1970 a la Fundación El Libro, organizadora de la Feria Internacional del Libro de Buenos Aires, la presencia de las pymes en las ferias es importante “a los efectos del intercambio comercial. En primer lugar, desde el punto de vista íntimo del editor porque le da una visión del conjunto, tanto de la competencia como del mercado”. En entrevistas realizadas en Buenos Aires el 28 de diciembre de 2009 y el 4 de enero de 2010.

⁴⁵ La Feria de Frankfurt que tiene lugar en el mes de octubre constituye la de mayor importancia en el mundo occidental. Sin embargo, hay quienes afirman que parte de los negocios que se llevan adelante en ella, comienzan a concretarse en el Salón de París que se realiza en el mes de marzo. Leopoldo Kulesz en entrevista citada. Las fuentes consultadas también han destacado con relación al armado de redes las Ferias de Guadalajara y de Bolonia. Judith Wilhelm en entrevista citada.



pretender explorar las ferias en lugares como India, China y Emiratos Árabes. Con relación a esto último la Cámara Argentina del Libro (CAL) es responsable por la participación argentina en las ferias internacionales y en este sentido, promueve la asistencia de sus asociados a ellas.

Tanto en lo que se refiere a exportaciones como a participación en ferias, las redes sociales son fundamentales pues permiten a los editores conformar un interesante sistema de relaciones y contactos tanto formales como informales que tiende a compensar las debilidades derivadas del tamaño de la empresa (Szarka, 1998, p. 311). Durante el 2001 un grupo de editores de pequeñas y medianas empresas empezó a trabajar para realizar exportaciones conjuntas y para participar colectivamente en las ferias internacionales, en el 2006 esto derivó en la conformación del Colectivo de Editores Independientes por la Bibliodiversidad de la Argentina. Participaron de la fundación de esta organización pymes editoriales como Argonauta, Asunto Impreso Ediciones, Biblos, De la Flor, Del Zorzal y Ediciones del Signo (Fernández Moya, 2010-2011, p. 232), entre otras.

Paralelamente, se han registrado ventas al exterior que no constituyen casos de exportaciones, pues tanto microempresas como pymes editoriales⁴⁶ han realizado ventas de libros a través de librerías de otros países de América Latina como Colombia y Chile. Incluso ha habido presencia de libros de microempresas del sector en diversas ferias internacionales a través de otras editoriales que estuvieron interesadas en llevar determinados títulos que no eran propios⁴⁷.

Atendiendo a lo expresado en las líneas precedentes respecto de la comercialización es importante señalar que la diferenciación en los negocios como nota distintiva de las pymes dinámicas y las particularidades del proceso que da origen a estas empresas como la experiencia laboral en cuanto a las competencias emprendedoras que plantean Hugo Kantis y Juan Federico (2007, p. 2) son características generales que pueden observarse tanto en las pymes editoriales como en las microempresas del sector. También es relevante poner de manifiesto las consideraciones de Sophie Boutillier (2011-2012, p. 20) sobre la vitalidad de las empresas más pequeñas y su relación con las cualidades personales

⁴⁶ Entrevista a Judith Wilhelm antes citada.

⁴⁷ Entrevista a Miguel Dente antes citada.

de sus propietarios: más diligentes, más ágiles en el seguimiento de los negocios y más acostumbrados a una gran cantidad de detalles. Características que aparecen reflejadas en el accionar de los dueños de las microempresas y pymes editoriales en cuestión.

Además, es importante poner de manifiesto que las transformaciones tecnológicas en materia de comunicaciones ofrecen a las empresas más chicas una ampliación de un público lector potencial mucho más allá de lo local. Por esto, tomar en consideración las afirmaciones de Martín-Barbero (Martín-Barbero, 1998, p. XXVIII) y de Rey (Rey, 2009) resulta pertinente. El primero entiende que la comunicación (en sus diversas expresiones y manifestaciones culturales) se volvió cuestión de mediaciones más que de medios, y en este sentido, el tema de la recepción cobra una importancia fundamental. Las formas de utilización de las nuevas tecnologías que caracteriza a estas microempresas y pymes editoriales de surgimiento más o menos reciente acierta, siguiendo la perspectiva de Martín-Barbero, pues no pierde de vista la capacidad de recepción de consumidores/públicos/audiencias/lectores. Por su lado, Rey sostiene que las industrias culturales, en este caso la producción de libros, están marcadas por sus nuevas posibilidades tecnológicas, pero también son bienes simbólicos. Hacen posible, por lo tanto, la circulación de estéticas, valores, creencias y percepciones sociales con las que interactúan millones de personas.

3. A modo de cierre

Este trabajo se ha ocupado de analizar las estrategias de comercialización desarrolladas por las microempresas y pymes editoriales argentinas desde fines del siglo XX hasta principios del siglo XXI. En esta dirección, se ha propuesto un recorrido que contó con el estudio de las características de las firmas en cuestión en el contexto de la concentración y extranjerización del sector, la consideración de las políticas editoriales a partir de las que configuraron el catálogo ofrecido a sus lectores-consumidores, y la exploración de la promoción, la venta y la distribución de su producción.

Para esto se partió de algunas preguntas en torno a la relación entre la permanencia de microempresas y pymes editoriales surgidas funda-

mentalmente desde la década de 1990 en adelante y las estrategias de comercialización que han desplegado; a la vinculación entre sus políticas editoriales y los ámbitos de promoción y venta que han elegido; a la esfera de la comercialización y a la contribución de la Cámara Argentina del Libro (CAL) en la solución de los problemas que presenta la esfera antes referida para las empresas de menor tamaño.

Se elaboró entonces una hipótesis general: los mecanismos de promoción, venta y distribución puestos en práctica por las empresas objeto de estudio influyen en su capacidad de permanencia. Asimismo, sus dueños están dispuestos a ensayar diferentes respuestas – con un esquema de prueba, error y ajuste – frente al desafío de la comercialización. Al mismo tiempo, las funciones de asesoramiento incorporadas por la Cámara Argentina del Libro (CAL) han contribuido a que sus asociados pudieran solucionar dificultades en el área de la comercialización de su producción.

Finalmente, puede concluirse que el alto nivel de permeabilidad que los editores dueños de las empresas en análisis presentan respecto del uso de nuevas tecnologías y formatos les aportan muchas posibilidades en cuanto a llegada a diversas y distantes audiencias/públicos lectores. Asimismo, el dinamismo que las firmas de menor tamaño han adquirido en las últimas décadas, la especialización que han desarrollado y la capacidad de internacionalización de algunas de ellas son primordiales para entender su permanencia. Además, la conformación de redes a partir de la participación en diferentes instancias propias del sector editorial (actividades camerales, ferias y variados eventos) les ha proporcionado oportunidades de desarrollo y han hecho posible la implementación de estrategias de comercialización conjuntas. Constituyendo esta última una de las respuestas a los problemas generados en ese aspecto e invitando a profundizar la reflexión sobre las debilidades derivadas del tamaño de la empresa, los límites que impone y la capacidad de quienes la dirigen para explotar al máximo sus potencialidades y en consecuencia, permanecer con relativo éxito en el mercado.

Fuentes corporativas/empresariales

DISTRIBUIDORA Llegó. Disponible en <www.distribuidorallego.com.ar>. Accedido el julio de 2014.



ESTATUTO de la Cámara Argentina del Libro (CAL). Disponible en <<http://www.editores.org.ar>>. Accedido el junio de 2014.

Fuentes estadísticas

DES MASTODONTES majoritairement européens. Les douze premiers groups, en *Dossier de Livres Hebdo*, 2007.

INFORME Centro de Estudios para la Producción (CEP). La industria del libro en Argentina. Argentina, 2005.

INFORME estadístico Cámara Argentina del Libro (CAL) 2012. Disponible en <www.editores.org.ar>. Accedido el junio de 2014.

MATERIAL estadístico. Anuarios sobre Industrias Culturales, Observatorio de Industrias Culturales del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, 2003, 2004, 2005.

MATERIAL estadístico Cámara Argentina del Libro (CAL). Disponible en <www.editores.org.ar>. Accedido el junio de 2014.

MATERIAL estadístico – *Mercado Continuo*, 27 de mayo de 2009. Disponible en <www.mercadocontinuo.com>. Accedido el julio de 2014.

MATERIAL estadístico Sistema de Información Cultural de Argentina (SiInCA). Disponible en <<http://sinca.cultura.gob.ar>>. Accedido el julio de 2014.



Fuentes jurídicas



LEY n. 11.723. Régimen Legal de la Propiedad Intelectual.

LEY n. 20.380. Ley del Libro.

LEY n. 22.399. Uso obligatorio del ISBN.

LEY n. 25.446. Fomento del Libro y la Lectura.

LEY n. 25.542. Defensa de la Actividad Librera.

Fuentes orales

ENTREVISTA a Alberto Díaz, director editorial de Emecé y director a cargo de los sellos Seix Barral y Destino, todos pertenecientes al Grupo Planeta. Buenos Aires, 25 de junio de 2009. Director editorial de Planeta Argentina, abril de 2011.

ENTREVISTA a Alejo Ávila Huidobro, socio fundador de Ediciones del Naranja. Buenos Aires, 17 de diciembre de 2013.

ENTREVISTA a Carlos de Santos, fundador del sello Ediciones Manantial y presidente de la Cámara Argentina del Libro (CAL). Buenos Aires, 15 de noviembre de 2010.

ENTREVISTA a Damián Winnik, jefe de ventas corporativas de Yenny/El Ateneo – Grupo ILHSA. Buenos Aires, 3 de julio de 2014.



- ENTREVISTA a Darío Stukalsky, fundador del sello editorial Dialectik y responsable de publicaciones de la Universidad Nacional de General Sarmiento. Provincia de Buenos Aires, Argentina, 7 de diciembre de 2009.
- ENTREVISTA a Gabriela Tenner, titular de Lenguaje Claro Editora. Buenos Aires, 8 de noviembre de 2010.
- ENTREVISTA a Graciela Rosenberg, titular de Lugar Editorial y vicepresidente de la Cámara Argentina del Libro (CAL). Buenos Aires, 28 de enero de 2014.
- ENTREVISTA a Gustavo Rodríguez, propietario de Librería Rodríguez. Barrio de Belgrano, CABA, 12 de noviembre de 2010.
- ENTREVISTA a Ignacio Arrieta, propietario de Libro Express. Buenos Aires, 23 de enero de 2014.
- ENTREVISTA a Judith Wilhelm, titular de la editorial Calisbroscopio y de la librería El Libro de Arena. Buenos Aires, 9 de diciembre de 2013.
- ENTREVISTA a Leandro Donozo, director – responsable editor de Gourmet Musical Ediciones. Buenos Aires, 27 de noviembre de 2013.
- ENTREVISTA a Leopoldo Kulesz, cofundador y director de Libros del Zorzal. Buenos Aires, 4 de enero de 2010.
- ENTREVISTA a Miguel Balaguer, a cargo de Bajo la Luna desde el año 2003. Buenos Aires, 26 de noviembre de 2013.
- ENTREVISTA a Miguel Dente, cofundador de Ediciones Disconario. Buenos Aires, 20 de noviembre de 2013.
- ENTREVISTA a Néstor González, titular de Las Cuarenta. Buenos Aires, 22 de noviembre de 2013.
- ENTREVISTAS a Isay Klasse, fundador de la distribuidora Tres Américas, socio en Turner Ediciones, organizador del Grupo Interamericano de Editores, vicepresidente de la Unión Internacional de Editores. Miembro fundador de la Fundación El Libro. Buenos Aires, 28 de diciembre de 2009 y 4 de enero de 2010.

Fuentes periodísticas

- LA IMPRESIÓN por demanda, un primer paso hacia el libro digital, *Clarín*, 28 de diciembre de 2009, versión digital.
- LA INDUSTRIA editorial argentina siente los efectos de la crisis global. *Agencia EFE*. Disponible en <www.soitu.es>. Accedido el 18 de mayo de 2009.
- MARTÍNEZ, Ezequiel. La avalancha de los libros. *Revista Ñ*, 10 de abril de 2004, versión digital.
- RODRÍGUEZ RIVERO, Manuel. Los gigantes siempre están hambrientos. *El País*, 29 de marzo de 2014, versión digital.



Referencias bibliográficas

- ACEVES LOZANO, Jorge Eduardo. Práctica y estilos de investigación en la historia oral contemporánea. *Historia y Fuente Oral*, n. 12, 1994.
- BORELLO, José Antonio; AGOFF, Sergio; CARMONA, Rodrigo. *Las cámaras empresariales industriales en el conurbano bonaerense*: caracterización preliminar y presentación de una metodología de investigación-acción. Buenos Aires: Instituto del Conurbano, Instituto de Industria, Programa de Desarrollo Local, Universidad Nacional de General Sarmiento, 2001.
- BOTTO, Malena. 1990-2000: la concentración y la polarización de la industria editorial. En: DE DIEGO, José Luis. *Editores y políticas editoriales en Argentina 1880-2000*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *Intelectuales, política y poder*. Buenos Aires: EUDEBA, 2006.
- BOUTILLIER, Sophie. La persistencia de las pequeñas empresas. Análisis sobre las teorías de la firma del emprendedor. *Innovations*. Francia, n. 35, p. 9-28, 2011-2012.
- BOUZAS, Roberto. La Argentina y la economía internacional. En: NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *La historia reciente*. Buenos Aires: EDHASA, 2004.
- CARMONA, Rodrigo; BORELLO, José Antonio. *Análisis comparado y evaluación de cámaras empresariales industriales en la Región Metropolitana de Buenos Aires*. Buenos Aires: Instituto de Industria, Instituto del Conurbano, CONICET, Universidad Nacional de General Sarmiento (UNGS), 2002.
- CHOSCO DÍAZ, Cecilia; VOLGUEIN, Sabrina. *Reflexión sobre el rol de las cámaras empresariales en la actualidad*. Un análisis desde la perspectiva del actor. Buenos Aires: UNGS, 2010.
- FERNÁNDEZ MOYA, María. La promesa del gran mercado del libro. Un siglo de editoriales españolas en Argentina (1908-2008). *La Historia Económica y de la Empresa en América Latina, Revista de la Economía y de la Empresa*. España, BBVA, p. 205-238, 2010-2011.
- FORNI, Floreal; GALLART, María Antonia; VASILACHIS de GIALDINO, Irene. *Métodos cualitativos II. La práctica de la investigación*. Buenos Aires: CEAL, 1993.
- GETINO, Octavio. *Las industrias culturales en la Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 1995.
- GRELE, Ronald J. La historia y sus lenguajes en la entrevista de historia oral: quién contesta las preguntas de quién y por qué. *Historia y Fuente Oral*, n. 5, 1989.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Dialéctica del iluminismo*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1969.
- JULIEN, Pierre A. Las pequeñas empresas como objeto de investigación: algunas reflexiones acerca del conocimiento de las pequeñas empresas y sus efectos sobre la teoría económica. En: KANTIS, Hugo. *Desarrollo y gestión de pymes*. Aportes para un debate necesario. Buenos Aires: Instituto de Industria, UNGS, 1998.
- KANTIS, Hugo; FEDERICO, Juan. *Los determinantes del surgimiento de nuevas empresas altamente dinámicas*. Una comparación internacional. Buenos Aires: LITTEC/Instituto de Industria, Universidad Nacional de General Sarmiento, 2007.



- LAGHZAoui, SouLaimane. *La internacionalización de las pequeñas y medianas empresas. Para una relectura de los términos recursos y competencias*. Francia: Universidad Paul Cézanne, Marsella III, 2006.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *De los medios a las mediaciones*. Colombia: Convenio Andrés Bello/Editorial Gustavo Gili, 1998.
- PENROSE, Edith. *The theory of the growth of the firm*. Oxford: Bacioc Blackwell, 1959.
- PIORE, Michael; SABEL, Charles. *La segunda ruptura industrial*. Argentina: Alianza, 1984.
- RAMA, Claudio. *Economía de las industrias culturales en la globalización digital*. Buenos Aires: EUDEBA, 2003.
- REY, Germán de. *Industrias culturales, creatividad y desarrollo*. España: AECl, 2009.
- SAÍTTA, Sylvia. La narrativa argentina entre la innovación y el mercado (1983-2003). En: NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *La historia reciente*. Buenos Aires: EDHASA, 2004.
- SZARKA, Josep. Las redes y la pequeña empresa. En: KANTIS, Hugo. *Desarrollo y gestión de pymes*. Aportes para un debate necesario. Buenos Aires: Instituto de Industria, UNGS, 1998.

Índia: de colônia britânica ao desenvolvimento econômico nacional*

india: from british colony to national economic development

Bruno de Campos**

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar as relações entre britânicos e indianos, no período colonial, e o processo de desenvolvimento econômico e de industrialização da Índia, consistindo principalmente de levantamento bibliográfico. Teoricamente, utilizaremos os trabalhos de Alice Amsden sobre o desenvolvimento de países asiáticos e periféricos. Partiremos das relações entre britânicos e indianos e suas consequências para o desenvolvimento indiano. Em seguida, apresentamos o desenvolvimento econômico indiano antes e após sua independência, marcado pela presença do Estado. Enfim, este trabalho aponta que o imperialismo britânico contribuiu para retardar o desenvolvimento do capitalismo moderno indiano e que este se deu com a presença do Estado no desenvolvimento econômico e industrial do país.

Palavras-chave: Índia. Imperialismo britânico. Independência. Desenvolvimento. Estado.

ABSTRACT

This work aims to examine the relationship between British and Indians in the colonial period, as well as the process of the economic development and industrialization of India, through the analysis of the secondary literature. In theory, we will use the works of Alice Amsden about the development of the Asian peripheral countries. We start studying the relations between British and Indians and its consequences for the Indian development. Then we present the Indian economic development before and after the independence, process which was marked by the presence of the State. Finally, this paper points out that British imperialism has slowed the development of modern Indian capitalism, and that the same was true of the state presence in the economic and industrial development of the country.

Keywords: India. British imperialism. Independence. Development. State.

* Trabalho apresentado no XI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA e 12ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS. O autor agradece à CAPES e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Submetido: 20 de outubro de 2015; aceito: 19 de janeiro de 2016.

** Doutorando e bolsista CAPES do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGG-UFSC). *E-mail:* camposbrunode@yahoo.com.br

Introdução

Mesmo sendo um típico caso de industrialização tardia (Amsden, 1992)¹ e desenvolvimento atrasado (Amsden, 2009), e sofrendo alguns problemas sociais internos, em cerca de 60 anos de desenvolvimento a Índia tornou-se uma das economias mais vigorosas do mundo.

Segundo Alice Amsden (1992), a característica que define uma industrialização tardia seria a ausência de novas tecnologias – mesmo entre empresas líderes. Para a autora, os países de industrialização tardia não detinham inicialmente o ativo competitivo representado pelo pioneirismo (produtos ou processos), diferenciando-os daqueles que se industrializaram mais cedo. Os inovadores também emprestam tecnologia de seus competidores, mas os países de industrialização tardia dependem de “aprender” para rivalizar com os demais.

Entre os chamados países de desenvolvimento atrasado, Alice Amsden (2009) apresenta dois tipos, quanto à experiência manufatureira ao fim da Segunda Guerra Mundial, o “resto”, em que estaria incluído o caso indiano, e o “resquício”. O “resto” sendo um grupo de países de industrialização tardia com certa experiência manufatureira na produção de seda, tecidos de algodão, gêneros alimentícios e bens de consumo leves para avançar para setores de médias e depois alta tecnologia. Já o “resquício” seriam países que estiveram menos expostos à vida fabril moderna no pré-guerra, não possuindo posteriormente nada que se aproximasse da diversificação industrial do resto. Ainda para Amsden (2009), as experiências manufatureiras pré-guerra teriam três categorias: pré-moderna, emigrada e colonial. No caso indiano, ocorreram a pré-moderna, advinda de atividades artesanais e sendo a de mais longa duração, e a colonial ou o *know-how* e as organizações que surgiram de antigos elos coloniais (ou imperialismo britânico).

Assim sendo, o trabalho que se segue terá, além desta introdução, mais seis seções. A primeira seção apresentará as relações entre britânicos e indianos, a segunda será sobre o movimento nacional e o processo que culminou com a independência indiana. Na terceira seção contextualizaremos, de modo geral, a geopolítica mundial após a Segunda Guerra Mundial, momento histórico ao qual está inserida a independência

¹ E, para Sanjaya Lall (2005), seriam economias de industrialização recente (EIRs).

indiana em relação aos britânicos. A seção seguinte, a quarta, abordará a gênese do desenvolvimento econômico e industrial na Índia, e a quinta, estes após a independência. Por último, uma seção com considerações sobre o trabalho como um todo e a temática dele.

1. Os britânicos na Índia

Não podemos interpretar o processo histórico do impacto dos ingleses na sociedade indiana, ao longo de cerca de três séculos, como um simples resultado uniforme. A sociedade britânica e os ingleses que foram para a Índia sofreram variadas mudanças entre os tempos isabelinos e o século XX. O período que vai de 1750 a 1850 pode ser visto como o que mais teve mudanças significativas nas relações entre ingleses e indianos. De organizados em busca de comércio e pilhagem até metade do século XVIII, os ingleses, em meados do século XIX, já eram “senhores da Índia” (Moore, 1983).

Tendo chegado à Índia entre 1611-1612, no início do século XVIII os britânicos exerciam sua influência em três regiões: na região de Bombaim, Madrastra e Bengala (Könemann, 2010).

Os britânicos chegaram à Índia por motivos como aventura, razões de Estado, comércio e pilhagem, mas tudo isso em plena decadência da civilização medieval cristã tradicional. Logo perceberam a necessidade de consolidar uma base territorial. Essa necessidade tinha por intuito tornar o comércio mais vantajoso para os britânicos, que, deixando representantes na Índia, poderiam negociar produtos agrícolas na época das colheitas, com preços mais baixos. Por esses motivos estabeleceram fortes e armazéns na Índia, a partir dos quais surgiria uma expansão do domínio territorial britânico em solo indiano (Moore, 1983).

Em 1600, dois anos antes da Companhia Holandesa das Índias Orientais (do holandês, Vereenigde Oost-Indische Compagnie –VOC), os ingleses criaram sua própria Companhia das Índias Orientais, com licença da rainha Elizabeth I, para desenvolver o comércio com a Índia. Tornou-se conhecida como a Casa da Índia, superando em esplendor a rival holandesa, organizando seu próprio Exército e transformando-se em uma espécie de Estado dentro do Estado. Estavam envolvidos, na companhia, donos de navios, mercadores e bucaneiros privados, unidos

frouxamente por um conselho de diretores (Magnoli; Serapião Junior, 2006).

O estabelecimento de centros comerciais europeus em algumas regiões costeiras da Índia resultou, entre outros, no surgimento de uma importante classe de capitalistas indianos, intimamente ligadas aos comerciantes estrangeiros (Panikkar, 1977). Entretanto, diferentemente do que diz Panikkar (1977), não acreditamos que a fonte de riqueza da referida “classe de capitalistas indianos” tenha vindo dos comerciantes estrangeiros, mas sim, e pensando nos escritos de Karl Marx e Mike Davis (Campos, 2013), da expropriação de artesãos e principalmente camponeses. Por sinal, algo que não nos parece muito diferente ao que aparentemente ocorre ainda hoje em alguns estabelecimentos comerciais por nós visitados em Agra e Jaipur (2012), voltados para exportação ou venda direta, principalmente para estrangeiros, de produtos centenários do artesanato indiano.

Em Surrate, os capitalistas ligados aos comerciantes estrangeiros possuíam o primeiro lugar nas trocas comerciais, de acordo com os primeiros relatórios da companhia. Sua influência política também se fazia presente, como em 1622, quando exerceram a função de mediadores entre a companhia inglesa e os governadores mongóis. O surgimento dessa classe ligada aos mercadores estrangeiros, e contrária, há tempos, à autoridade muçulmana, afetaria as estruturas políticas e econômicas indianas. A economia essencialmente agrícola, com produção industrial não ultrapassando as necessidades do consumo interno, por mais de dois séculos permaneceu ao lado do desenvolvimento de um comércio exterior substancialmente marítimo. Para Panikkar (1977), esse comércio não afetou a vida econômica continental indiana, pois no século XVI tratava-se principalmente das especiarias. Mas, ainda para o mesmo autor, a partir do século XVII iniciou-se uma revolução quando os mercadores estrangeiros passaram a pedir por produtos manufaturados ou de colheita, como grão de mostarda e cânhamo. Muitos produtos do fértil vale do Ganges convergiram aos portos de Bengala através dos mercadores *marwars* espalhados por toda a Índia do Norte, que seriam em breve os detentores do poder real. Ofereciam apoio financeiro aos vice-reis que aceitassem as taxas de juros mais altas e prometessem favorecer seus negócios (Panikkar, 1977).

A companhia inglesa tinha sede em Londres, e governador-geral estabelecido em Calcutá. Possuía delegação de poderes do governo britânico, ao mesmo tempo que exercia atividades normais de uma empresa especializada no comércio colonial. Entre o século XVIII e o início do século XIX, a companhia organizou vários sistemas de arrecadação fiscal, que não escondiam ser de grande preocupação para ela. Em Bengala, os responsáveis pela coleta dos impostos eram os *zamindar* (coletores de impostos no tempo dos mongóis, agora reconhecidos como proprietários rurais privados, dos quais os camponeses se tornaram arrendatários); no sul, através dos *ryotwari* (cada camponês era responsável pessoalmente no campo fiscal); no nordeste, por meio dos *mahaluwari* (o imposto recaía coletivamente sobre as aldeias). Os agentes da companhia, todos ingleses, dirigiam o referido sistema fiscal, ao mesmo tempo em que exerciam funções administrativas e judiciárias, não sendo incomum a mesma pessoa acumular diferentes funções. Os indianos somente eram aceitos em postos muito subalternos. Esta era a organização financeira dos territórios diretamente controlados pela companhia. Mesmo que em 1813 ela tenha perdido o monopólio do comércio na Índia, para o comércio privado britânico em geral, seus poderes de Estado eram mantidos (Chesneaux, 1976).

As medidas fiscais da companhia,² mencionadas no parágrafo anterior, afetaram a sociedade tradicional indiana. Não apenas alteraram o estatuto do solo, até aquele momento considerado prerrogativa do Estado, e a partir daí, objeto de apropriação privada. Novas relações econômicas foram introduzidas nas aldeias, uma demanda que empobrecia os camponeses e os colocava dependentes dos agiotas em anos de colheita ruim, com tendência também a comercializar a produção, corroendo o equilíbrio e o caráter autárquico da economia campesina. As grandes cidades manufatureiras do interior, como Dacca, Patna, Nagpur, Ahmedabad, sofrem perdas populacionais, ao contrário das regiões portuárias, onde se opera o processo de subordinação da economia indiana ao imperialismo britânico, como Calcutá e Bombaim. Esse esboço de remodelação regional da economia indiana se tornou cada vez mais perceptível no decorrer do século XIX. As regiões com maiores atividades no planalto

² Conforme Chesneaux (1976), as medidas fiscais afetaram as zonas de administração inglesa, pois a Índia dos príncipes protegidos sofreu poucas mudanças na sociedade.

Deccan ou na planície indo-gangética, cuja prosperidade estava no equilíbrio das culturas alimentares, industriais e do artesanato, mínguem em proveito das zonas de produção de matérias-primas, como algodão bruto, e das zonas comerciais ligadas ao comércio britânico. A miséria nos campos é ampla e torna-se mais grave com a ruína do artesanato, os canais e outras obras de irrigação não sofrem os devidos cuidados de manutenção (Chesneaux, 1976).

Vejam na tabela abaixo (Tabela 1) um exemplo de gastos com obras públicas durante um ano fiscal indiano, publicados por Marx em um de seus escritos no jornal *New York Daily Tribune*, em 1853. Segundo ele, os dados foram retirados dos próprios relatórios anuais ingleses sobre a Índia. Entre as obras públicas, estavam as obras de irrigação, estradas, pontes e outros trabalhos de utilidade pública.

Tabela 1 – Lucro e encargos com obras públicas, 1851-1852

	LUCRO BRUTO, 1851-1852	ENCARGOS COM OBRAS PÚBLICAS, 1851-1852
Bengala	£ 10.000.000	£ 87.800
Madrasta	£ 5.000.000	£ 20.000
Bombaim	£ 4.800.000	£ 58.500
Total	£ 19.800.000	£ 166.300

Fonte: Marx e Engels (1978). Elaboração do autor.

Segundo Chesneaux (1976), durante a época da companhia, os algodões e lãs britânicos pagavam 3,5% e 2% para entrar na Índia, já os indianos pagavam 10% e 30% para entrar na Inglaterra. Já, de acordo com Alice Amsden (2009), as tarifas ficavam entre 40%-60% para os tecidos indianos entrar na Grã-Bretanha, no início do século XIX, e na Índia os comerciantes e fabricantes locais de produtos têxteis indianos pagavam entre 6% e 18% de impostos *ad valorem* para o trânsito interno de seus produtos, imposto esse que os comerciantes britânicos estavam isentos. Mesmo com essa atitude, a indústria algodoeira na Índia conheceu um desenvolvimento industrial, mesmo restrito, durante o século XIX, tendo uma dezena de cotonifícios em 1860, e 114 em 1889. A maioria dessas fábricas foi fundada por comerciantes indianos prósperos de Bombaim ou de Ahmedabad, como os Tata. Os britânicos também se esforçavam em impor de forma constante uma rúpia cara, em favor

das empresas britânicas e em detrimento ao interesse comum da burguesia e do povo indiano (Chesneaux, 1976).

Davis faz referência ao jornalista estadunidense John Russel Young, o qual, em passagem pela Índia em 1877, escreveu que

[a] influência inglesa no Oriente é apenas outro nome para tirania inglesa. Não existe maior despotismo nem mais absoluto que o governo da Índia. Poderoso, irresponsável, cruel... [o] dinheiro que a Inglaterra tira da Índia todos os anos é um sério dreno no país, e está entre as causas de sua pobreza. (Davis, 2002, p. 14)

Em fins do século XVIII, a opressão dos mercadores ingleses era tamanha, que os grandes proprietários de terra dirigiram uma petição ao Conselho do país. Petição transcrita por Panikkar, da qual extraímos um trecho:

Comerciam... com todo tipo de grão, de tecidos e com todas as mercadorias que o país pode fornecer. Para obter tais artigos, forçam os camponeses a aceitar sua moeda, e havendo assim comprado pela violência essas mercadorias, pelas quais não pagam quase nada, obrigam os habitantes e os varejistas a comprar-lhes, por um preço bastante elevado, superior ao dos mercados... Quase mais nada resta ao país. (Panikkar, 1977, p. 105)

Além de adquirir poder político nas Índias Orientais, a companhia inglesa obteve o monopólio exclusivo do comércio de chá, do comércio chinês em geral e do transporte de mercadorias para a Europa. A navegação costeira entre a Índia e as ilhas e o comércio no interior da Índia tornou-se monopólio dos altos funcionários da companhia. Monopólios de sal, ópio, bétel, entre outras mercadorias, eram minas inesgotáveis de riquezas. Os funcionários eram os próprios a fixar os preços, esfolando a seu bel-prazer o infeliz indiano. O governador-geral fazia parte desse comércio privado. Seus favoritos obtinham contratos sob condições em que do nada faziam ouro. “Grandes fortunas brotavam num dia, como cogumelos: a acumulação primitiva realizava-se sem adiantamento de um xelim sequer” (Marx, 1996a, p. 371).

Se, como exposto alguns parágrafos acima, a terra passa a ser objeto de apropriação privada e, anteriormente para Marx (1986), ela era “propriedade comunal”, mesmo aparentando levar a uma ausência legal de

propriedade, parece-nos que Barrington Moore comete um equívoco ao afirmar que “a Índia não sofreu movimento de expropriação significativo” (Moore, 1983, p. 354-355), ainda que o próprio autor, parágrafos antes, exponha que os agiotas em determinado momento passam a procurar a posse da terra propriamente dita. Com base em Marx (1986), Chesneaux (1976) e Davis (2002), acreditamos que o imperialismo britânico destruiu de fato um dos fundamentos do Modo de Produção Asiático (Marx, 1986; Campos, 2013), a propriedade comunal.

No ano de 1957, o diretor de cinema italiano, Roberto Rossellini, esteve na Índia. Em sua autobiografia ele faz algumas observações a respeito do imperialismo inglês na Índia. Segundo ele, inicialmente os ingleses foram compradores, como outros, e com a Companhia das Índias até contribuíram para a prosperidade do país. Entretanto, logo se transformaram em implacáveis exploradores de matérias-primas, fazendo regredir a Índia, “que desceu da categoria de país produtor para a categoria de nação ruminante que outros vêm ordenhar, retirando por preços módicos seus recursos naturais” (Rossellini, 1992).

Os ingleses não somente extraíram uma grande parte dos capitais que o comércio exterior havia levado para Índia, retornando para a Europa, entre 1757 e 1780, cerca de 40 milhões de libras. Além disso, utilizaram esse mesmo dinheiro para arruinar a indústria têxtil indiana. A revolução da máquina de Manchester “não teria sido possível sem os investimentos dos empregados da Companhia”, voltando ao país após terem feito fortuna e desejando investir o lucro. As máquinas a vapor de Manchester fabricavam tecidos em série, que concorriam vantajosamente com aqueles que teciam à mão, os artesãos de Delhi, Srinagar, Rejahstan, Lucknow, Benares, Bengala, Madras, Bombaim. Essas máquinas produziam os modelos que os “inventores” ingleses copiaram das estampas indianas, sendo essa a origem do tecido de Jouy (Rossellini, 1992).

Os ingleses haviam começado a destruição sistemática do artesanato indiano, punindo os tecelões, baixando preços, inserindo em seu sistema repressivo um procedimento tão simples quanto eficaz: os infratores estavam condenados a ter o polegar cortado. O polegar que permite aos humanos, entre outras funções, tecer. Durante o século XIX, após ter conquistado os mercados europeus, os tecidos de Manchester foram impostos à Índia, de forma que o algodão voltava a seu lugar de origem, consideravelmente mais caro. E, quando a indústria indiana tentou sair

do limbo, os magnatas de Manchester lá estavam para prejudicá-la (Rossellini, 1992).

Dinheiro, ideias, matéria-prima, homens: pode-se dizer que os ingleses tomaram tudo da Índia, provocando nesse país a mais formidável devastação econômica e social que uma nação já conheceu. Os tecelões indianos desapareceram, tragados pela miséria; a agricultura viu chegar um enorme fluxo de mão de obra; seguiu-se um empobrecimento geral. Autores considerados sérios não hesitam em afirmar que a vampira Inglaterra deve à Índia o século de supremacia industrial cujas delícias consumiu entre 1815 e 1914. (Rossellini, 1992, p. 120)

2. Movimento nacional e luta pela independência

No final da primeira metade do século XIX, por volta de 1847, o último Estado independente da Índia, o Panjab (Punjab), foi conquistado. Mesmo com os Estados e reinos dominados de maneira direta ou indireta pelo imperialismo inglês, o povo indiano cobrou sua liberdade com a Revolta de 1857-1858. Revolta que foi dirigida pelas velhas classes dominantes, as quais desejavam recuperar seus poderes perdidos, e, mesmo contando com o apoio de entusiasmadas massas populares por vastos territórios, não possuía poderes e organização para combater os ingleses e foi derrotada em 15 meses. Do fim da revolta, até 1919, o imperialismo britânico não sofreu grandes ameaças na Índia (Panikkar, 1977). Para Chesneaux (1976), a heterogeneidade de participantes e apoiadores do movimento, e a incapacidade de entendimento entre eles, foi tão responsável pelo fracasso do movimento quanto a capacidade técnica superior das tropas inglesas.

As forças políticas tradicionais não foram capazes de restaurar a independência perdida. Mas também não tentaram, pois as autoridades britânicas mudaram sua política em relação aos principados indianos, tentando mantê-los em seus lugares, ao invés de continuar a destruí-los. O movimento nacional passa a ser dirigido então pelos intelectuais ocidentalizados e a burguesia comerciante moderada. Poucos desses intelectuais tiveram uma ação propriamente política. E mesmo aqueles que conseguiram um maior destaque no primeiro momento, e seus companheiros, eram ligados à causa nacional, mas acreditavam que era preciso confiar na Inglaterra,

proceder através de reformas prudentes, agir constitucionalmente, nos limites da ordem e da lei. Ideias essas presentes na fundação do Congresso Nacional Indiano em 1885, futuro partido nacionalista e revolucionário; de postura muito moderada em sua origem, pedindo por maior participação indiana nos conselhos legislativos britânicos (de Calcutá e das províncias), ou a admissão de indianos nos postos principais do Indian Civil Service.

O Indian Civil Service, além das tarefas administrativas ordinárias, como coleta de impostos, manutenção da lei e da ordem, e de modo mais geral a fiscalização do país, detinha atribuições judiciárias mais elevadas: entre seus membros eram escolhidos uma parte dos juízes das altas cortes provinciais. Os ingleses, para entrar para o Indian Civil Service, prestavam concurso, em que os exames favoreciam os formados em Oxford e Cambridge. Até o final do século XIX, pouquíssimos indianos conseguiram adentrar nas funções principais do Indian Civil Service. Dependente dessa administração existia uma burocracia em escala regional e bem vigiada, e através desses pequenos funcionários, somente indianos, a autoridade governamental se aproximava das massas. O inglês não possuía contato direto com a população indiana, mesmo controlando de perto seus mandatários indianos. Sistema similar ao da Polícia e do Exército, em que os ocupantes dos cargos superiores eram escolhidos na Inglaterra e os demais cargos, ocupados por indianos (Panikkar, 1977).

Mesmo com ideias moderadas, poucos resultados concretos foram alcançados. Somente com a mudança de postura política de alguns integrantes do Congresso, como Tilak, que passaram, entre outras, a criticar o ocidentalismo e a postura moderada dos então dirigentes do Congresso, provocando um embate interno a partir do final do século XIX, que o movimento nacional indiano ganhou novo impulso (Chesneaux, 1976).

Entretanto, o movimento nacional foi muito restrito e de pouca expressão política até a Primeira Guerra Mundial, com a guerra e a Revolução Russa de 1917, o movimento nacional indiano passou por um rápido amadurecimento. Antes exclusivamente político, passou a incorporar questões econômicas e sociais, adotando inclusive a ideia de planos. A vida intelectual até então de forte influência ocidental começou a ser contestada entre os próprios intelectuais. O desenvolvimento

dos partidos socialistas europeus (muito mais revolucionários que atualmente) também teve sua contribuição, como o Partido Trabalhista inglês, apoiando o movimento nacional indiano desde sua fundação. No fim da guerra o movimento indiano já era popular, presenciou o aparecimento da figura política de Gandhi e seu movimento de não cooperação e não violência, a formação de numerosos sindicatos, o surgimento da ala esquerda do Congresso, liderada por Nehru e Bose, e autodeclarada socialista, a fundação do Partido Comunista Indiano, influente nas organizações operárias e camponesas (Chesneaux, 1976; Panikkar, 1977).

Os debates do movimento nacional indiano em prol da independência cresceram em ideias e participantes, deixando complexa sua evolução. Forças populares tornam-se mais ativas, como o campesinato e os sindicatos. O próprio Partido do Congresso presencia um embate entre uma ala mais avançada, ou de esquerda, em torno de Nehru, Bose e intelectuais radicais, e outra direitista, que apoiava atitudes moderadas em relação à Inglaterra e era socialmente conservadora. As divisões no movimento nacional foram diversas, e em sua maioria culminavam em novas organizações ou alas. O imperialismo britânico, obviamente, não reprimia o movimento somente de forma política, mas também com brutalidade, como assassinatos e prisões (Tilak foi preso por duas vezes e Nehru, oito) (Chesneaux, 1976).

Gandhi torna-se figura importantíssima dentro do movimento nacional indiano e no próprio partido do Congresso. Nos primeiros anos da década de 1920, ele consegue cada vez mais aproximar os camponeses do partido, que rapidamente se transforma numa organização de massas, e começa adquirir proeminência na luta pela independência. Para Panikkar (1977), após a Primeira Guerra Mundial a política inglesa tinha um objetivo principal em relação à Índia: ganhar tempo. Era sabido que a independência viria, mas os ingleses almejavam uma independência mais conveniente aos seus interesses. Tentaram então romper a unidade da Índia, aproximando-se de alguns príncipes, medida que não surtiu efeito com muitos deles. Com efeito, a unidade do movimento nacional foi atingida pela questão religiosa. Nem o sistema de castas ou as dezenas de grupos linguísticos abalaram seriamente a unidade do movimento pela independência.

As ideias de Tilak em fins do século XIX, nacionalistas e contra o ocidentalismo do movimento nacional, também tinham uma aproxi-

mação entre o hinduísmo e o movimento, mesmo que o Partido do Congresso não assumisse posição religiosa. Alguns setores da minoria muçulmana (naquele momento cerca de um quarto da população), descontentes com a aproximação do hinduísmo, começaram a se organizar religiosa e culturalmente por uma espécie de renascimento muçulmano, primeiramente na Universidade de Aligarh, e em 1906 fundando o grupo político Liga Muçulmana. Os britânicos contribuíram com o dualismo religioso, quando em 1905 dividiram a região de Bengala, destacando as áreas muçulmanas, e com as reformas eleitorais de 1909, 1919 e 1935, que entre outros decidia pela representação separada para os muçulmanos. Quando a independência de fato foi alcançada em 1947, as regiões de maioria muçulmana formaram o novo Estado do Paquistão.

3. Geopolítica mundial após a Segunda Guerra Mundial

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Império britânico perdeu seu lugar de grande potência mundial. Nesse ínterim, a Índia, uma de suas posses coloniais, conseguiu sua independência. Assim, foi somente após 1947, quando deixou de ser colônia britânica, que o país pôde mudar seu caráter de economia colonial para o de uma nação que de fato se voltava para o desenvolvimento interno.

Também após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos passaram a ocupar o lugar de potência geoeconômica hegemônica no mundo capitalista. Sua ascensão foi favorecida, entre outros fatores, pela maior parte de seu território não ter sido palco efetivo de operações militares na Segunda Guerra, bem como por sua economia de guerra ter contribuído contra os efeitos negativos da crise de 1929 e ainda as economias europeias e japonesa se apresentarem bastante enfraquecidas pelo conflito. Em pouco tempo, a Polônia, Romênia, Bulgária, Tchecoslováquia, Hungria, Albânia, Iugoslávia e Alemanha Oriental passaram a constituir a área de influência socialista. O estabelecimento do poder revolucionário e seu crescimento econômico permitiram à URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) a criação de um poderio militar comparável ao das grandes potências capitalistas. Assim sendo, os Estados Unidos e os seus aliados europeus tiveram que enfrentar uma nova realidade, adversa aos seus objetivos: “governos socialistas em nações da Europa onde



seriam bem-vindas as democracias parlamentares e a livre empresa” (Pontes, 1981, p. 88).

Os Estados Unidos partiram, principalmente a partir de 1947, para uma política deliberada de “contenção” do socialismo soviético, iniciando a confrontação bipolar da Guerra Fria, a qual viria a dominar (com variações de intensidade) toda a evolução mundial nas quatro décadas seguintes (Fernandes, 1999).

Contudo, a partir dos anos de 1970 os Estados Unidos começaram a sofrer uma crise de hegemonia, novas regiões e/ou países industriais com poder competitivo tornavam-se mais evidentes – como a Ásia Oriental, que entretanto foi atingida por violenta crise em 1997 – e aumentava o processo de internacionalização financeira, juntamente com o avanço de políticas liberais pautadas pelo livre jogo das forças de mercado. Assim, a economia mundial passou por importante redefinição de posições geoeconômicas e geopolíticas (Silva, 2001).

Tais características revelam um processo em boa medida lógico-econômico, isto é, ligado à crise do capitalismo – com nítidas repercussões espaciais, assinaladas, entre outras, na redefinição das posições geoeconômicas das nações, ou em importantes realocações dos investimentos. Em parte, porém, e notadamente no que concerne à última característica, estamos diante de mecanismos políticos e mesmo ideológicos, ligados à tentativa dos Estados Unidos de, no bojo da desestruturação da URSS, reafirmar a sua hegemonia política e econômica mundial, através das políticas e do ideário livre cambista da “globalização”³ – enquanto ele próprio, na verdade, aparece cada vez menos globalizado [...]. (Silva, 2001, p. 8)

Certamente, não se pode ignorar que a economia estadunidense conheceu, nos anos 1990, uma considerável retomada (Silva, 2008). Mas, no início do século XXI, outras economias se mostraram mais pujantes, como a chinesa e também a indiana.

Atualmente presenciamos a ascensão mundial dos “países-baleias” (Pochmann, 2010), que com maior importância das escalas do mercado interno (população elevada em grandes áreas territoriais nacionais),

³ Segundo Silva, mesmo que os fluxos financeiros internacionais tenham aumentado desde os anos 1970, “existem dados abundantes que comprovam a falácia de ideias como a da globalização financeira” (Silva, 2001).



somada ao crescimento do nível de emprego e da retirada de parcelas significativas da população em situação de pobreza, indica o reposicionamento desses países na Divisão Internacional do Trabalho. Segundo Pochmann (2010), os dois principais fatores responsáveis pela ascensão dos países-baleias são:

- 1) o movimento global de reorganização do capital, que, de forma concomitante a uma relativa decadência dos Estados Unidos, contribuiu para que o outrora centro dinâmico unipolar se transforme em uma multipolarização geoeconômica mundial (Estados Unidos, União Europeia, Rússia, Índia, China e Brasil);
- 2) os desdobramentos da crise internacional de 2008, sem resolução mais definitiva, principalmente nos países ricos.

Considerando ainda que a crise aconteça intercalada com o avanço da revolução tecnológica e outro ciclo de industrialização tardia na Ásia, nota-se que a dinâmica econômica mundial é cada vez mais desigual, mesmo que combinada. Em um lado o quadro geral de semiestagnação das economias desenvolvidas, no outro o avanço das economias e relações comerciais Sul-Sul (Pochmann, 2010).

Após algumas oscilações nas décadas de 1970, 1980 e 1990, a partir de 2003 a Índia passou a ter taxas de crescimento econômico próximas de 8% ao ano (Trevisan, 2006)⁴. Entre 2003 e 2007, os BRICs⁵ (Brasil, Rússia, Índia e China) foram responsáveis por quase metade do crescimento econômico global, de acordo com a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). No entanto, o maior dinamismo econômico desse grupo encontra-se, sobretudo, nos índices de expansão do PIB da China e da Índia (Prates; Cintra, 2009). Mesmo com a crise econômica que atingiu o mundo capitalista no último trimestre de 2008, a Índia não sofreu sérios problemas econômicos, e no primeiro trimestre de 2009 obteve um desempenho econômico acima do esperado (BBC, 2009).

⁴ Com a crise econômica de 2008, o crescimento do PIB no mesmo ano (ano fiscal indiano de abril de 2008 a março de 2009) apresentou uma queda em relação ao ano anterior, mas, segundo o Reserve Bank of India (RBI, 2012b), entre 2007 e 2011 a taxa média de crescimento do PIB foi de 7,9%.

⁵ Desde 2009 os líderes desses países realizam cúpulas anuais e desde 2011 contam com a participação da África do Sul, transformando o acrônimo em BRICS ("S" de South Africa, em inglês).

4. Gênese do desenvolvimento econômico e industrial indiano

De acordo com Barrington Moore, a formação social indiana colocou alguns obstáculos “no caminho do desenvolvimento econômico antes da aparição dos europeus” (Moore, 1983, p. 365). Entre eles, a insegurança da propriedade, as barreiras à acumulação, o prêmio dado por exibição de luxo e o sistema de castas. O luxo muitas vezes estimulou o comércio e os bancos atingiram elevado desenvolvimento. No entanto, esse comércio não seria o dissolvente que destruiria a sociedade agrária tradicional da Índia. Possivelmente a ausência de uma revolução comercial e industrial pode ser atribuída ao imperialismo britânico, sua destruição do artesanato têxtil e sua atitude com reservas aos interesses comerciais que pudessem concorrer com seus próprios interesses. Mas os ingleses não conseguiram impedir o aparecimento de uma classe comercial nativa moderna.

Durante o século XIX, uma burguesia moderna indiana fundou fábricas (fiações e tecelagens de Bombaim e das províncias centrais, siderúrgicas de Jamshedpur) e abriu bancos e casas comerciais atacadistas. Essa burguesia, na maioria dos casos, surgiu da antiga classe de mercadores, como os parses de Bombaim (entre eles, Jamstji Tata, fundador de Jamshedpur), ou os marwaris (como Birla, da indústria algodoeira). Entretanto, o desenvolvimento do capitalismo indiano, na segunda metade do século XIX, não conseguia grandes avanços. Organizado em grandes monopólios, controlando diversos setores de atividade (como os trustes Tata ou Birla), esteve restrito à indústria leve ou à produção de bens em bruto ou semiacabados, não podendo concorrer com os britânicos no setor importante de máquinas e dos produtos de equipamento pesado. Enfrentava também entraves pela dificuldade de poder de compra das massas populares, insuficiente proteção das tarifas aduaneiras estabelecidas pelos britânicos, pela existência em seu interior de um setor “comprador”, por fim, por uma forte concorrência das empresas britânicas, mais bem equipadas e financiadas. As câmaras de comércio indianas, por setor industrial ou regional, formadas entre 1890-1910, tinham como objetivo defender esses interesses e reivindicar tarifas protetoras mais eficazes, permitindo o desenvolvimento da produção nacional. Em 1927 se uniram na Federation of Indian Chambers of

Commerce and Industry. Suas reivindicações e seus interesses tiveram grande espaço no programa e nas atividades do Partido do Congresso (Chesneaux, 1976). Em seguida, o aço, o açúcar, a seda e o algodão conseguiram conquistar certa proteção tarifária, impulsionando um desenvolvimento industrial. Mas a construção naval não conseguiu vencer os interesses britânicos, ficando sem qualquer proteção. A criação do Reserve Bank of India (Banco Central Indiano)⁶ foi importante para que a rupia indiana (moeda nacional) deixasse de ser controlada por Londres. Bancos e companhias seguradoras indianas começaram a se desenvolver (Panikkar, 1977).

O economista indiano T. R. Sharma (apud Chesneaux, 1976), em estudo sobre a divisão das indústrias modernas na Índia, destacou a necessidade de sua redistribuição, demonstrando a desigualdade do crescimento econômico de alguns centros industriais indianos entre 1891 e 1941: Calcutá, 189%; Ahmedabad, 310%; Cawnpore, 151%; Jamshedpur (cidade dos Tata), 2.383%. Já antigos centros industriais avançaram bem menos: Lucknow, 46%; Benares, 18%; Patna, 7%.

Gijsbert Oonk (2007) apresenta três tipos de desenvolvimento das indústrias modernas indianas: os Marwaris em Calcutá, os Parsis em Bombaim e os Hindus em Ahmedabad.

Os Marwaris são naturais do Rajastão (noroeste da Índia) e passaram a se espalhar pela Índia no século XIX. Antes financiadores dos príncipes do Rajastão, chegados a Calcutá passaram a ser intermediários entre os comerciantes estrangeiros e os indianos, fornecendo principalmente juta bruta para as empresas britânicas. Os britânicos não os viam com bons olhos, pela fama de serem especuladores e tentarem vantagens financeiras, eles não possuíam vínculos formais com os britânicos, e eram vistos como concorrentes. Alguns Marwaris também passaram a ser financiadores, efetuando empréstimos de curto e longo prazo. Algumas famílias, como os Birla e Goenka, agiram de forma diversificada, como comerciantes, banqueiros, corretores em empresas britânicas de comércio, ocupantes de cargos em organizações formais do comércio de juta e principalmente através da aquisição de ações, assumir cargos em empresas britânicas. Após a Primeira Guerra Mundial, os Birla iniciaram sua pri-

⁶ Fundado em abril de 1935, foi uma instituição privada até 1949, quando foi nacionalizado e passou a ser 100% estatal (RBI, 2012a).

meira fábrica de juta, e os Goenka, logo após a Segunda Guerra Mundial (Oonk, 2007).

No caso de Bombaim, os Parsis eram originários, sobretudo, de Gujarat, mas também de Surat; eram comerciantes, tradutores, agiotas, banqueiros e artesãos. Eles tradicionalmente tinham uma boa relação com os britânicos, os quais passaram a apoiar investimentos dos Parsis em Bombaim, como comerciantes intermediários, recebendo incentivos tarifários. Muitas famílias Parsis colocavam seus filhos para trabalhar em empresas britânicas de comércio. Com o tempo eles conseguiam autorização para fazer comércio por fora das empresas em que trabalhavam, e muitos conseguiram bons lucros com comércio de algodão para Manchester e ópio para China. Em um universo de 45 das primeiras indústrias de algodão de Bombaim, Gijbert Oonk (2007) constatou que em torno de 80% desses industriais tinham trabalhado para empresas estrangeiras de comércio (britânicas principalmente), e cerca de 90% tinham sido comerciantes de algodão e/ou ópio. Muitos desses Parsis abriram suas fábricas quando percebiam a mecanização crescente das fábricas inglesas no século XIX, como Tata, por exemplo, conhecido entendedor das indústrias de algodão de Manchester (Oonk, 2007).

Já as indústrias de algodão de Ahmedabad tiveram outra formação. A cidade tinha uma predominância de comerciantes, os britânicos não participavam nem como intermediários, financiadores ou comerciantes, eram funcionários da burocracia imperialista. Inicialmente, um hindu brâmane que exercia cargo em um escritório governamental, aproximou-se de britânicos para tentar ajuda com seu plano de construir uma fábrica de algodão. Após efetuarem cálculos com auxílio de um britânico que possuía contatos com fábricas de máquinas na Inglaterra, perceberam que fábricas de algodão em Ahmedabad seriam rentáveis. Somente após seu sucesso inicial, e depois das fábricas indianas de Bombaim terem se mostrado rentáveis, banqueiros locais passaram a investir em fábricas de algodão em Ahmedabad, em meados do século XIX. Ao contrário do que normalmente aconteceu em Bombaim, esses donos de fábricas em Ahmedabad não tinham exercido cargos em empresas britânicas ou europeias de comércio, ou trabalhado como intermediários. Eram em sua maioria pequenos banqueiros; 63% de um universo de 35 industriais analisados por Oonk (2007) e outros 23% eram comerciantes sem ligações diretas com britânicos. Outra diferença em relação à in-

dústria algodoeira indiana em Bombaim foi com relação ao financiamento dessas fábricas. Em Bombaim eles vieram principalmente de ações e bancos, e em Ahmedabad, de capital acumulado com depósitos a taxas de juro fixas. Em Bombaim existia um sistema bancário formal de tipo ocidental mais desenvolvido do que em Ahmedabad, onde a população em geral preferia se relacionar com os banqueiros e donos de fábricas locais, do que com o sistema bancário “moderno” (Oonk, 2007).

De acordo com Barrington Moore (1983), em fins do século XIX indústrias nativas, principalmente do algodão e da juta, começaram a ganhar importância, quando os melhoramentos nos transportes possibilitaram a importação de maquinaria e permitiram acesso a mercados mais amplos. Por volta de 1880, a Índia possuía uma classe comercial e industrial do tipo moderno. Entretanto, afirma Moore (1983), quando da independência da Índia em relação aos britânicos em 1947, existia apenas um pequeno impulso no sentido da industrialização, pois os recursos não eram dirigidos para construção de fábricas. Para ele, a agricultura era ineficaz, não recebendo estímulos das cidades para uma melhora na produtividade. Assim, a zona rural não gerava recursos para serem usados no desenvolvimento industrial (Moore, 1983).

Entretanto, trabalhos posteriores ao de Barrington Moore (1983), como o de Tirthankar Roy (2009), demonstram a possível existência de poupanças (acumulação), sobretudo em ouro e prata, por parte de indianos agricultores e comerciantes. Também corroboram, com essa possibilidade, Tirthankar Roy (2007) e Gijsbert Oonk (2007). Oonk (2007) preconiza que a maior parte das indústrias da região de Ahmedabad se formaram com inexpressiva participação de britânicos, bem como as da região de Calcutá, e isso para concorrer com as indústrias britânicas da região. Alice Amsden (2009) afirma que estrangeiros deram início à indústria de juta e à construção de ferrovias, mas os indianos assumiram a iniciativa da criação de indústrias de tecidos de algodão, da geração de energia, do transporte marítimo, da construção, do açúcar, do ferro e aço, da engenharia, dos implementos agrários e posteriormente dos produtos químicos, dos automóveis e dos aviões. Pode-se ressaltar também uma pequena passagem da obra de Perry Anderson, publicada originalmente sete anos após o trabalho de Barrington Moore aqui referido: “houve muito pouca industrialização sobre o colonialismo britânico” (Anderson, 2004, p. 517).

Não obstante os trabalhos posteriores ao seu, Barrington Moore, como o próprio Perry Anderson, poderiam ter vislumbrado aquilo que estamos aqui insistindo, ou seja, a possibilidade de uma acumulação antes da chegada de fato dos europeus, em duas passagens de Karl Marx. Marx (1853) lembra que desde tempos imemoriais a Europa recebia os admiráveis tecidos de fabricação indiana, enviando em troca seus metais preciosos. E para Marx (1996b), no início da circulação de mercadorias, unicamente o excesso de valores de uso se converte em dinheiro. Ouro e prata se tornam, por si próprios, expressões sociais do excedente ou da riqueza. Tal forma ingênua de entesouramento eterniza-se naqueles povos em que o modo de produção tradicional é orientado para auto-subsistência corresponde a um círculo de necessidades fortemente delimitado (Modo de Produção Asiático). Da forma que acontece com os asiáticos, “nomeadamente os indianos”. Vanderlint (apud Marx, 1996b), o qual acredita serem os preços das mercadorias determinados pela massa de ouro e prata existentes em um país, se pergunta por que as mercadorias indianas são tão baratas – e responde que os indianos enterram o dinheiro. De 1602 a 1734, os indianos enterraram 150 milhões de libras esterlinas em prata, vindas originariamente da América para a Europa. Em dez anos (1856-1866), a Inglaterra exportou para a Índia e China (grande parte do metal exportado para a China vai para a Índia) 120 milhões de libras esterlinas em prata.

5. Desenvolvimento econômico e industrial após a independência

Com a independência em 1947, os debates em relação ao desenvolvimento socioeconômico puderam de fato tornar-se mais práticos. Visando modernizar a economia, o Estado indiano alçou barreiras tarifárias e não tarifárias para defender o produtor interno, estimulou o desenvolvimento de ramos de atividade selecionados através de linhas especiais de crédito e concessão de subsídios, investiu maciçamente em obras de infraestrutura, implantou novos setores industriais, criando empresas públicas, e buscou coordenar essas iniciativas como partes de um grande projeto (Cruz, 2007).

Essas características são, comumente, presentes nos Estados desenvolvimentistas e/ou de industrialização tardia. Mas, segundo André Nassif

(2006) e Sebastião Velasco e Cruz (2007), na Índia o Estado fez muito mais, e de maneira peculiar. Em uma carta de 1946 de Jawaharlal Nehru, um dos mais ilustres arquitetos do Estado moderno indiano (apud Cruz, 2007, p. 143), podem-se perceber três características do projeto de desenvolvimento indiano:

- 1) priorizar a indústria pesada;
- 2) defender a pequena produção artesanal como forma de ampliar a oferta de empregos;
- 3) planejamento.

Além dessas, podemos também destacar mais duas:

- 4) controle estatal de setores estratégicos; e
- 5) restrição ao capital estrangeiro.

Características essas que estavam enraizadas na experiência indiana sob o jugo do Império britânico e em na luta pela libertação dele (Cruz, 2007).

Sáídos de um processo de independência que terminou com a partição do país, tendo que lidar com problemas linguísticos com possibilidades separatistas e negociar em bases aceitáveis à integração dos principados no território do novo Estado, a principal tarefa que os dirigentes políticos da Índia enfrentavam em meados do século passado era a construção nacional. Modernizar a economia era um aspecto proeminente do projeto, mas estava subordinada à necessidade de consolidação do poder, da pacificação interna e da transformação social (Cruz, 2007; Prates; Cintra, 2009).

O planejamento econômico foi marcante na Índia. Não por acaso, ainda hoje (2012), após reformas liberais nos anos 1990, o país está no seu décimo primeiro plano quinquenal (2008–2012), que, entre suas prioridades, estão a ligeira aceleração do crescimento (de 9% no período 2007–2008 para 10% em 2012) e a ênfase na inclusão social. Metas para melhorar a *performance* em 26 indicadores relacionados à pobreza, à educação, à saúde, às condições de vida das crianças e das mulheres, à infraestrutura e ao meio ambiente (Prates; Cintra, 2009).

No ano de 1938, foi criado no Partido do Congresso o Comitê Nacional de Planejamento, presidido por Jawaharlal Nehru. Em 1945, a

tese do planejamento econômico recebe apoio dos grandes empresários indianos através do documento que ficou conhecido como Plano de Bombaim, em que apresentaram suas ideias, algumas inclusive avançadas para a época, sobre a dimensão econômica do futuro Estado nacional. O planejamento econômico indiano tem como marco inicial a criação da Comissão de Planejamento em 1950, responsável por formular, executar e acompanhar os planos quinquenais. Após a aprovação do 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento em 1951, seguiram-se 11 planos.

Para Cruz (2007), até a reforma executada pelo sucessor de Nehru por volta de 1964, a Comissão de Planejamento foi o núcleo duro do aparelho econômico. A experiência indiana de planejamento econômico é uma das mais longas e mais estudadas que se tem notícia. Durante a década de 1950, economistas ilustres, como Oscar Lange, Jan Tinbergen, Nicholas Kaldor e John Kenneth Galbraith, frequentaram o Instituto Indiano de Estatística, além de outros notáveis estrangeiros frequentarem outros centros de pesquisas indianos. Eles não iriam para ensinar, a interação com os indianos era de mão dupla. Ao mesmo tempo em que a economia do desenvolvimento influenciou o início do planejamento econômico indiano, essa nova área de pesquisa sofreu inspiração do caso indiano. Outra peculiaridade do planejamento econômico indiano é o fato de ter se desenvolvido em um regime político democrático-liberal, com uma acirrada competição eleitoral (Cruz, 2007; Prates; Cintra, 2009).

O padrão indiano de desenvolvimento desde o início priorizou a indústria pesada. Isso desde os discursos nacionalistas de Nehru, nos momentos decisivos para independência, como nos vários documentos programáticos do período, a exemplo do Plano de Bombaim. Essa estratégia constitui uma das metas principais do 2º e do 3º Plano Quinquenal, que foram um importante marco da política industrial indiana e se basearam no modelo teórico proposto pelo professor Mahalanobis do Instituto Indiano de Estatística, inspirado na experiência de desenvolvimento econômico planejado da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Os principais instrumentos políticos industriais utilizados para perseguir essa meta foram os sistemas de licenciamento industrial e de licenciamento de importações (Cruz, 2007; Prates; Cintra, 2009).

A influência do socialismo soviético esteve de algum modo presente, sobretudo a partir da década de 1930, época em que muitos intelectuais passaram a ver com bons olhos a Revolução Russa de 1917 e seus des-

dobramentos. O próprio Nehru teve contato com o socialismo enquanto estudante em Cambridge, e de forma mais importante em 1927, quando estabeleceu contato com alguns marxistas ortodoxos na Conferência de Bruxelas de Nacionalidades Oprimidas e durante uma viagem de quatro dias para Moscou (Frankel, 2010).

Os investimentos em novas plantas ou expansão da capacidade produtiva existente sofriam um forte controle, necessitando de licenças concedidas pelo Comitê de Licenciamento Interministerial, subordinadas às diretivas estabelecidas pelos Planos Quinquenais de Desenvolvimento. O Estado indiano, além de determinar os setores eleitos, também determinava a localização, as tecnologias e dimensões das plantas industriais, seus conteúdos importados e as formas de relacionamento das empresas nacionais com os agentes externos. Apenas as pequenas e médias empresas estavam dispensadas do regime de licenciamento. Exceção essa que fazia parte das características peculiares do projeto de desenvolvimento indiano desde os primeiros momentos, continuando presente até os dias atuais, isto é, a preservação da pequena indústria artesanal.

Para um melhor entendimento dessa característica indiana, é interessante mencionar duas visões majoritárias entre os líderes do movimento de independência. De um lado, Gandhi defendia valores comunitários tradicionais e tinha rejeição à indústria e tecnologia mecânica – “sua atitude em relação à máquina torna-se mais matizada ao longo do tempo” (Cruz, 2007). Já os pioneiros do nacionalismo indiano e os jovens intelectuais do Partido do Congresso, sofrendo influência da experiência de planificação soviética, eram defensores de uma modernização econômica no país. No entanto, as duas visões se conciliaram e as grandes e pequenas empresas convivem mutuamente no país, com diretrizes a respeito de ambas, normalmente presentes nos Planos Quinquenais. Conforme Bagchi (1999, apud Cruz, 2007), a maioria das exportações não agrícolas da Índia são provenientes do setor de pequenas indústrias (Cruz, 2007; Prates; Cintra, 2009).

A união entre Gandhi e Nehru parece supor um movimento de acomodação entre suas respectivas ideias. Parte desse movimento se deve à relativa redução da repulsa de Gandhi à tecnologia mecânica. Facilitada pela rejeição de ambos ao coletivismo soviético, e uma convergência por via da incorporação no programa do socialismo democrático indiano da defesa da indústria artesanal. Esse duplo movimento demonstra

uma concepção distinta de socialismo, propriamente indiana, em que os objetivos modernos de desenvolvimento econômico e os valores comunitários tradicionais seriam reconciliados (Cruz, 2007).

Após falarmos um pouco sobre o sistema de licenciamento industrial, cabe discorrer sobre outro instrumento de política industrial marcante para o padrão indiano de desenvolvimento, a saber, o sistema de licenciamento de importações. Esse sistema visava monitorar de forma quantitativa as importações, principalmente dos setores escolhidos como prioritários nos Planos Quinquenais. Sendo também o principal mecanismo de proteção da indústria interna contra a concorrência externa (Prates; Cintra, 2009).

Outra característica distinta do projeto de desenvolvimento indiano foi o espaço restrito ao capital estrangeiro. A Índia tradicionalmente destinou espaço reduzido para capitais vindos do exterior, mesmo com uma maior liberdade a tais investimentos com as reformas liberalizantes da década de 1990. Desde fins do século XIX, a ideologia econômica do nacionalismo indiano possuía uma forte crítica ao capital estrangeiro como um de seus elementos básicos. Os primeiros nacionalistas declaravam que o desenvolvimento econômico autêntico só era possível se o processo de industrialização fosse iniciado e desenvolvido pelo capital indiano. Durante a década de 1960, contudo, ocorre uma expansão controlada do capital estrangeiro no país. Mas, entre o fim da mesma década e o início da seguinte, observa-se um novo rumo, com a adoção de uma série de medidas legais que deixariam a Índia com um dos regimes de investimentos externos mais restritivos do mundo fora do bloco comunista (Cruz, 2007). Essas medidas só sofreriam abrandamentos a partir da década de 1980.

Mesmo com a introdução de alguns mecanismos de liberalização comercial a partir de 1976, como o relaxamento gradual do antigo regime de licenciamento de importações, o elevado nível protecionista perdurou até 1985, quando aparecem os primeiros sinais das reformas econômicas, consolidadas na década de 1990. Assim é que um conjunto de reformas econômicas estruturais, enfatizando a liberalização comercial, a abertura aos investimentos estrangeiros diretos e a modernização do sistema financeiro e do mercado de capitais, foram implementadas desde 1991 (Nassif, 2006).

Todavia, segundo Nassif (2006), as taxas mais elevadas de crescimento econômico durante a década de 1980 estão associadas em menor grau

ao início do processo das reformas econômicas, sendo mais importantes as políticas fiscais de cunho keynesiano, implementadas durante o período. Ainda para Nassif (2006), a manutenção de um bom desempenho econômico em termos de crescimento do PIB real, estabilidade do nível de preços e elevadas taxas de incremento das exportações, decorre da combinação de três fatores principais: a continuidade de reformas estruturais necessárias para propiciar o aumento da produtividade da economia; uma política macroeconômica priorizando o crescimento econômico e a geração de empregos como meta principal a ser alcançada; e uma visão estratégica de longo prazo que vem transferindo (“lentamente”) atividades do setor público para o privado através de privatizações, mas mantendo o planejamento como regra e o Estado presente em setores economicamente pouco atrativos à livre-iniciativa (notadamente em infraestrutura). Analisando os recentes Planos Quinquenais indianos, percebe-se a importância dada pelo governo a esses três fatores.

Apenas na década de 1990 ocorre um aumento cada vez mais significativo da entrada de capitais estrangeiros na economia indiana, conforme a Tabela 2 e a Tabela 3.

Tabela 2 – Entrada de investimentos estrangeiros na Índia, 1991-2001 (US\$ milhões)

DESCRIÇÃO	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Investimento Estrangeiro Direto (IED)	129	315	586	1.343	2.143	2.842	3.562	2.480	2.167	4.031	6.125
Investimento em portfólio no mercado acionário	4	242	3.647	3.464	2.472	3.122	1.791	-168	2.950	2.590	1.952
Total	133	557	4.233	4.807	4.615	5.964	5.353	2.312	5.117	6.621	8.077

Fonte: Nassif (2006), RBI (2015). Elaboração do autor.

Tabela 3 – Entrada de investimentos estrangeiros na Índia, 2002-2013 (US\$ milhões)

DESCRIÇÃO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Investimento Estrangeiro Direto (IED)	5.036	4.322	5.987	8.901	22.739	34.729	41.738	33.109	29.029	32.952	26.953	30.763
Investimento em portfólio no mercado acionário	944	11.356	9.287	12.494	7.060	27.433	-14.030	32.396	30.293	17.170	26.891	4.822
Total	5.980	15.678	15.274	21.395	29.799	62.162	27.708	65.505	59.322	50.122	53.844	35.585

Obs.: Dados para 2013 são provisórios. Fonte: RBI (2015). Elaboração do autor.

No ano de 2011, as principais nações investidoras na Índia foram: República de Maurício, Singapura, Estados Unidos, Reino Unido, Holanda, Japão, Alemanha e Emirados Árabes Unidos (TET, 2012).

Mesmo sendo comum a criação de indústrias de média tecnologia entre os países do “resto”, de acordo com Alice Amsden (2009), alguns, como a Índia, avançaram mais do que outros na conversão em economias baseadas no conhecimento. O que foi possível através do investimento pesado em habilidades nacionais próprias, ajudando assim a sustentar a propriedade nacional de empresas nas indústrias de média tecnologia e adentrar em setores de alta tecnologia a partir de “líderes nacionais” (Amsden, 2009).

A Índia vem sendo vista como paradigma de sucesso em segmentos intensivos em conhecimento, os quais, excetuando alguns casos, o domínio de *know-how*, ou, conforme Sanjaya Lall (2005), *know-why* (de modo geral, *entender como*, e não apenas saber fazer), a criatividade e as estratégias de mercado possam ser talvez mais importantes que a existência de economias de escala, tanto no nível de plantas produtivas, como no tamanho das firmas (Nassif, 2006).

Mesmo que o desempenho exportador da indústria de *software* tenha ganhado importância nos anos 1990, a gênese desse segmento está na década de 1970, ou seja, antes da abertura econômica, com o surgimento e evolução de uma política industrial que permitiu estimular a eficiência através da liberalização das importações de equipamentos, deflagrando, assim, o posterior *boom* exportador. As medidas de política industrial voltadas para o impulso das indústrias de Tecnologia da Informação (TI) (sobretudo *software*) tiveram dois aspectos mais importantes na contribuição da atual dinâmica exportadora do setor: a liberalização de importações de equipamentos usados pelo setor de TI e a orientação exportadora já em fins da década de 1970, durante o ciclo de difusão dos produtos de *software*, antecipando-se, assim, à fase de amadurecimento desses serviços (Nassif, 2006).

Nassif (2006) acredita existir certo consenso entre alguns autores sobre a importância de dois fatores para o dinamismo exportador das indústrias de TI na Índia: como mencionado anteriormente, uma política mais liberal quanto à importação de *hardwares*, em relação ao histórico de protecionismo do setor industrial indiano em geral; e a criação em 1988 dos parques tecnológicos de *software* da Índia, possuindo forte orientação externa.

Algumas medidas de política industrial voltadas ao setor de *software* direcionavam o caráter exportador, exemplos: liberalização de importações de *hardware* em 1972, com o objetivo de desenvolver *softwares*, condicionada ao compromisso de recuperar o valor importado por meio de exportações, no prazo de 15 anos. Liberalização de importações de *hardware* em 1976, para indianos não residentes, condicionada ao compromisso de exportar *software* no valor correspondente a 100% do total importado. Redução dos tributos sobre lucros líquidos provenientes da exportação de *software* (de 100% para 50%) em 1984. Liberalização total das importações de *hardware* em 1986, com a condição de que a totalidade da produção fosse orientada para as exportações. Isenção de pagamento do imposto de renda para os exportadores de *software* em 1992 (Nassif, 2006).

As exportações (ligadas a TI) passam a se expandir a partir de 1993, facilitadas pela modernização no sistema de telecomunicações indiano, como, por exemplo, com a interligação via satélite do monopólio estatal VSNL ao sistema Intelsat, com os parques tecnológicos sendo difundidos para 13 cidades do país, cada um deles com suas próprias estações por satélite, propiciando canais de comunicação internacional entre produtores de *software*, fornecedores e clientes.

O epicentro das indústrias de TI na Índia é a região de Bangalore, mas cidades como Hyderabad, Chennai, Pune, Noida e Gurgaon (as duas últimas no entorno da grande Delhi) concentram muitas empresas de TI – além de indústrias promissoras das áreas farmacêutica (destaque para genéricos) e de biotecnologia. A Índia possui cerca de 29 parques industriais de tecnologia, com infraestrutura completa e isenção de impostos para empresas que queiram ali se instalar. Nos parques de Bangalore, Hyderabad, Gurgaon e Noida, existem mais de 6,5 mil empresas, que respondem por 80% da produção indiana de *softwares* (Mello, 2008).

Durante a década de 1980, sete amigos largaram seus empregos em Pune (Oeste da Índia) e fundaram a Infosys em Bangalore, que viria a ser a primeira empresa indiana a ter ações negociadas na Nasdaq, a bolsa de valores de tecnologia dos Estados Unidos. O trabalho da Infosys consiste em desenvolver *softwares* que auxiliam empresas como Phillips, JC Penney, Novartis e Goldman Sachs a terem mais eficiência e maiores lucros. A denominada terceirização de desenvolvimento de *software* e serviços de tecnologia da informação (a empresa não possui *call centers*).

Por exemplo, uma empresa norte-americana encomenda um *software* à Infosys que ajude a administrar o setor de recursos humanos. Ou pede para que os indianos examinem o setor de contas a pagar, determinem como ele poderia se tornar mais eficiente e implementem o projeto. A Infosys está entre as chamadas Três Grandes Indianas, ou seja, Infosys, Wipro e Tata Consultancy Services, mais de 90% de seus faturamentos vêm de exportações (Mello, 2008).

Considerações finais

A sociedade indiana sofreu invasões de outros povos e/ou reinos, mas os britânicos afetaram negativamente seus fundamentos como nenhum outro invasor. A base de agricultura e manufatura foi rompida através de medidas comerciais, fiscais e de comércio internacional e interno. Para Nehru (1994), primeiro os britânicos levaram ao colapso muitos tecelões e artesãos de Bengala e Bihar, depois, com sua expansão pela Índia e a construção das ferrovias, espalharam o colapso por toda a Índia.

De modo geral, durante a dominação imperialista britânica os camponeses foram expropriados e violentados de inúmeras formas, mas possivelmente ocorreram exceções, aqueles que conseguiram alguma acumulação e passaram a praticar a agiotagem entre seus próprios pares (Chesneaux, 1976; Panikkar, 1977) poderiam em momento subsequente ascender como pequenos industriais, pois muitos dos pioneiros da indústria moderna eram financiadores/pequenos banqueiros. Como mencionado durante o presente trabalho, muitos também conseguiram alguma acumulação em metais no comércio com os britânicos.

A transição capitalista na Índia sofreu muitas mudanças no século XIX. Em um primeiro momento, ela estava nas mãos dos velhos príncipes. Em seguida, ocorre o aparecimento da burguesia moderna, intelectuais que estudaram na Inglaterra ou advindos das novas instituições de ensino superior, assim como uma classe média, composta principalmente pelos professores das novas universidades e os primeiros indianos funcionários do governo imperial (Chesneaux, 1976). Assim, mudanças na correlação de força passaram a aproximar essa burguesia moderna, os intelectuais e a pequena classe média. Os camponeses certamente poucas forças tiveram, graças à expropriação imperialista (revoltas ocorriam no

campo, mas não movimentos camponeses mais amplos). Parece-nos, assim, que a burguesia e os intelectuais é que levaram à frente a transição ao capitalismo que o imperialismo bloqueava. Claro que o sistema imperialista não sofreu uma ruptura completa. Muito do aparato jurídico-burocrático ainda permaneceu, a nacionalização da malha ferroviária levaria cerca de duas décadas, por exemplo, o sistema bancário levaria mais tempo ainda para ser nacionalizado. Nesse sentido, parece estarmos diante do que Antonio Gramsci denominou uma “Revolução Passiva”. Trata-se, segundo o autor, de um processo em que se observa

[...] as necessidades da “tese” de desenvolver-se integralmente, até o ponto de conseguir incorporar uma parte da própria antítese, para não se deixar “superar”. Isto é, na oposição dialética só a tese desenvolve, na realidade, todas as suas possibilidades de luta, até atrair para si os chamados representantes da antítese. (Gramsci, 1989, p. 77)

É a combinação entre o “velho” e o “novo” de que nos fala Milton Santos (1979).

Após a independência em 1947, o Estado indiano esteve presente no desenvolvimento econômico e industrial, principalmente a partir dos planos quinquenais e todo um aparato burocrático a ele atrelado, para ajudar na execução prática do que os planos propõem. O ativismo estatal, em alguns momentos mais e outros menos, perdura até os dias atuais, mesmo após os movimentos de liberalização da década de 1980 e principalmente 1990. Para Nassif (2006), esse Estado foi importante na projeção internacional da indústria indiana de *software*, por exemplo.

Peculiaridade também do desenvolvimento indiano foram as medidas liberalizantes da década de 1990, que, ao contrário de muitos países em desenvolvimento, foram adotadas de forma gradual e sem abandonar o projeto de desenvolvimento, além de contar ainda com a participação do Estado como gestor do desenvolvimento.

Referências bibliográficas

- AMSDEN, Alice H. A difusão do desenvolvimento: o modelo de industrialização tardia e a Grande Ásia Oriental. *Revista de Economia Política*, v. 12, n. 1 (45), jan.–mar. 1992.
- AMSDEN, Alice H. *A ascensão do “resto”*. São Paulo: UNESP, 2009.



- ANDERSON, Perry. O “modo de produção asiático”. In: ANDERSON, Perry. *Linhas do Estado absolutista*. 3. ed., 2. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BBC Brasil (BBC). *BRICs se recuperam antes de países ricos, diz “Economist”*. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/06/090619_presseconomist_ba.shtml>. Acesso em 30 de setembro de 2009.
- CAMPOS, Bruno de. *Formação social indiana: modo de produção asiático, imperialismo e industrialização tardia*. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013 (Dissertação de Mestrado).
- CHESNEAUX, Jean. *A Ásia Oriental nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. Reformas econômicas em perspectiva comparada: o caso indiano. *Trajatórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- DAVIS, Mike. *Holocaustos coloniais*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- FERNANDES, Luís Manuel. Rússia: do capitalismo tardio ao socialismo real. In: FIORI, José Luís. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FRANKEL, Francine R. *Índia's political economy, 1947-2004: The gradual revolution*. 2. ed. 3. impr. New Delhi: Oxford University Press, 2010.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- KÖNEMANN, Ludwig (ed.). *Historical atlas of the world*. Bath: Parragon Books, 2010.
- LALL, Sanjaya. A mudança tecnológica e a industrialização nas economias de industrialização recente da Ásia: conquistas e desafios. In: KIM, Linsu; NELSON, Richard R. (orgs.). *Tecnologia, aprendizado e inovação: as experiências das economias de industrialização recente*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.
- MAGNOLI, Demetrio; SERAPIÃO JUNIOR, Carlos. *Comércio exterior e negociações internacionais: teoria e prática*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- MARX, Karl. *A dominação britânica na Índia*, 1853. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1853/06/10.htm>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2010.
- MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. V. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996a (Os Economistas).
- MARX, Karl. O dinheiro ou a circulação das mercadorias. In: MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. V. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996b (Os Economistas).
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Sobre o colonialismo*. V. 1. Lisboa: Estampa, 1978.
- MELLO, Patrícia Toledo de Campos. *Índia: da miséria à potência*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.
- MOORE, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- NASSIF, André. A economia indiana no período 1950–2004 – Da estagnação ao crescimento acelerado: lições para o Brasil?. *Textos para Discussão do BNDES*. Rio de Janeiro, n. 107, 2006.





- NEHRU, Jawaharlal. The destruction of India's industry and the decay of her agriculture. *The discovery of India*. 6. impr. New Delhi: Oxford University Press, 1994.
- OONK, Gijsbert. Industrialisation in India, 1850-1947: three variations in the emergence of Indigenous industrialists. In: TAHER, Nasreen; GOPALAN, Swapna (eds.). *Business communities of India*. Hyderabad: The ICFAI University Press, 2007.
- PANIKKAR, Kavalam Madhava. *A dominação ocidental na Ásia: do século XV aos nossos dias*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- POCHMANN, Márcio. Divisão internacional do trabalho. *Valor Econômico*, p. A17, 25 de novembro de 2010, Opinião.
- PONTES, Beatriz Maria Soares. A reorganização dos espaços mundiais após a Segunda Grande Guerra (1945-1979). *Boletim Paulista de Geografia*, n. 58, p. 87-119, set. 1981.
- PRATES, Daniela Magalhães; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. Índia: a estratégia de desenvolvimento – Da independência aos dilemas da primeira década do século XXI. In: CARDOSO JR., José Celso; ACIOLY, Luciana; MATIJASCIC, Milko. *Trajetórias recentes de desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas*. Brasília: IPEA, 2009.
- RESERVE Bank of India (RBI). Disponível em <<http://www.rbi.org.in/scripts/AboutusDisplay.aspx>>. Acesso em 20 de julho de 2012a.
- RESERVE Bank of India (RBI). *Annual report, Aug. 23, 2012*. Disponível em <http://rbidocs.rbi.org.in/rdocs/AnnualReport/PDFs/2T_AN23082012.pdf>. Acesso em 2 de dezembro de 2012b.
- RESERVE Bank of India (RBI). *Handbook of statistics on Indian economy, Sep. 15, 2014*. Disponível em: <http://rbidocs.rbi.org.in/rdocs/Publications/PDFs/155T_SHE130914L.pdf>. Acesso em 11 de abril de 2015.
- ROSSELLINI, Roberto. *Roberto Rossellini: fragmentos de uma autobiografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- ROY, Tirthankar. A delayed revolution: environment and agrarian change in India. *Oxford Review of Economic Policy*, v. 23, n. 2, p. 239-250, 2007.
- ROY, Tirthankar. A Grande Depressão e a economia da Índia no entreguerras. In: LIMONCIC, Flavio; MARTINHO, Francisco Carlos Paloma (orgs.). *A Grande Depressão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SILVA, Marcos Aurélio da. Mudanças geoeconômicas no capitalismo da segunda metade do século XX. *Geosul*. Florianópolis, UFSC, v. 16, p. 7-40, 2001.
- SILVA, Marcos Aurélio da. Japão: revolução passiva e rivalidade imperialista. *Geografia econômica: anais de geografia econômica e social*. V. 1. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2008.
- THE Economic Times (TET). *FDI increases by 31% to \$27.5 bn in 2011*. Disponível em <http://articles.economicstimes.indiatimes.com/2012-03-11/news/31145302_1_fdi-inflows-single-brand-retail-sector-cent-foreign-investment>. Acesso em 12 de abril de 2012.
- TREVISAN, Cláudia. Índia esbarra em contrastes para alcançar China. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, p. B8, 24 de setembro de 2006, Caderno Dinheiro.



a economia e a filosofia moral de adam smith: uma abordagem integral de seus escritos*

the economy and moral philosophy of adam smith: a integral approach of his writings

Juliano Vargas**

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil

RESUMO

O artigo apresenta breves considerações sobre as obras mais relevantes de Adam Smith, *Riqueza das Nações (RN)* e *Teoria dos Sentimentos Morais (TSM)*, salientando ser a primeira extensão da segunda, ambas devendo ser interpretadas conjuntamente. A *RN* revela a visão do autor a respeito da economia, enquanto a *TSM* expõe seus posicionamentos sobre a ética. Valendo-se principalmente do método indutivo, Smith contribuiu para a delimitação da economia, auxiliando a emancipá-la da filosofia moral, mas sem dissociá-las. Atribuir a Smith responsabilidade pela difusão do *laissez-faire* deriva da interpretação parcial de seus escritos. É preciso resgatar o legado do autor quanto a sua filosofia moral e as inquestionáveis conexões estabelecidas entre esta e sua visão da economia, abordando, portanto, sua obra em uma dimensão integral.

Palavras-chave: Adam Smith. *Riqueza das Nações*. *Teoria dos Sentimentos Morais*. Economia. Filosofia moral.

ABSTRACT

The paper presents brief considerations on the most relevant works of Adam Smith, *Wealth of Nations (RN)* and *The Theory of Moral Sentiments (TSM)*, underlining that the first one is an extension of the second, meaning that both should be understood as a unity. The *RN* reveals the author's vision of economics, while the *TSM* displays his positions about ethics. Using mainly the inductive method, Smith contributed to the delimitation of economics, helping to emancipate it from moral philosophy, but without detach them. Assign to Smith a responsibility for the spread of the doctrine of *laissez-faire* comes from the partial interpretation of his writings. In this respect, Smith's legacy ought to proceed by taking in consideration his moral philosophy and its unquestionable connections with economics, approaching his work in its full dimension.

Keywords: Adam Smith. *Wealth of Nations*. *The Theory of Moral Sentiments*. Economics. Moral philosophy.

* Agradeço aos editores e aos dois pareceristas anônimos por suas sugestões construtivas. O autor é extremamente grato aos comentários de Rogério Arthmar e de Tales Rabelo Freitas. Obviamente, os equívocos e omissões remanescentes são de minha inteira responsabilidade.

Submetido: 13 de março de 2015; aceito: 1º de outubro de 2015.

** Mestre em Teoria Econômica pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: brazil.juliano@gmail.com

Introdução

O artigo objetiva mostrar as inter-relações entre as duas principais obras de Adam Smith, a *Riqueza das Nações* (RN) e a *Teoria dos Sentimentos Morais* (TSM), de maneira expositiva e analítica. Para tanto, foram lidas e interpretadas as obras originais do autor tendo em vista o objeto de estudo proposto. Em seguida, estas foram contrastadas com a argumentação de alguns de seus intérpretes.

Neste íterim, as questões abordadas serão as seguintes:

- 1) Quais as contribuições de Smith para o surgimento do discurso econômico?
- 2) Existem argumentos de Smith que indiquem sua intenção deliberada de emancipar a economia da filosofia moral?
- 3) Como os escritos de Smith têm sido interpretados na atualidade?

Visa-se, nas páginas que seguem, retomar o debate do “problema smithiano” sob o ângulo da justiça, discussão que no Brasil é incipiente no que se refere à compreensão das bases do nascimento da economia política. Assim, pretende-se destacar a relevância do pensamento de Smith não apenas no âmbito restritamente econômico e ortodoxo, mas também na seara filosófica, a fim de contribuir para desvelar um Smith distinto do frequentemente percebido pela teoria econômica convencional.

Quanto à estrutura textual, na primeira seção são apresentadas as contribuições de Smith ao discurso econômico, suas características e implicações mais importantes, conectando-as aos conceitos mais destacados da RN. Na segunda seção avaliam-se os argumentos favoráveis à tentativa do autor em emancipar a economia enquanto área autônoma do conhecimento, desvincilhando-a da filosofia moral. Na terceira seção analisa-se criticamente a interpretação atual que a teoria econômica convencional tem feito dos escritos de Smith e as razões mais relevantes para tal. Por fim, ressalta-se a unidade existente na obra do pensador escocês.

1. Adam Smith, a *RN* e o surgimento do discurso¹ econômico

Até o século XVIII inexistia um conceito estabelecido de economia. Ainda que tenham ocorrido antes desse período reflexões sobre assuntos que são próprios dessa área do conhecimento (formação de preços, sistemas de trocas, trabalho etc.), elas não eram suficientemente sistematizadas. Por um lado, até o século XVIII o discurso econômico não estava instituído solidamente, por conta das características das sociedades que precederam as economias de mercado², de modo que as ações visando sua reprodução material frequentemente se orientavam por motivações extraeconômicas³. Por outro, o surgimento do sistema de livre-iniciativa e suas implicações viabilizaram uma construção encadeada de princípios inteligíveis que permitiram a criação desse novo campo de conhecimento, constituindo sua condição objetiva de possibilidade (Cerqueira, 2001).

Nesse sentido, Smith é celebrado como um dos que mais contribuíram para que a economia despontasse enquanto área autônoma do conhecimento, por desempenhar papel pioneiro no estudo e na explicação de seus fenômenos e princípios. Por meio sobretudo do método indutivo⁴, a partir de uma evidente influência da abordagem utilizada por Isaac

¹ Segundo Tribe (1999), o termo “discurso” abarca todas as formas equivalentes passíveis de uso pela terminologia econômica ou que possam ser utilizadas para fins econômicos, englobando, por exemplo, “pensamento”, “tese”, “ideia” e “sistema”. Cabe salientar ainda que, conforme Megill (1975), os termos “teoria” e “sistema” possuem o mesmo significado para Smith, sendo a última a mais frequentemente empregada por autores do século XVIII.

² Existe economia de mercado ou sistema de livre-iniciativa quando os agentes econômicos atuam de forma livre, sem intervenção dos governos. É, portanto, um mercado idealizado, em que todas as ações econômicas e individuais relativamente à transferência de dinheiro, de bens e de serviços sucedem voluntariamente. O cumprimento de contratos voluntários, contudo, é obrigatório e assegurado pelo sistema jurídico. A propriedade privada é protegida pela lei e ninguém pode ser forçado a trabalhar para terceiros. O mercado livre é defendido pelos proponentes do liberalismo econômico.

³ Caso dos escolásticos entre os séculos XIV e XVII ou dos mercantilistas do século XVI e XVII.

⁴ Método indutivo, ou indução, é o raciocínio que, após considerar um número suficiente de casos particulares, conclui uma verdade geral. A indução parte da experiência sensível, dos dados particulares.



Newton⁵ no campo da física (Smith buscou elaborar para os fenômenos sociais aquilo que Newton elaborou para os naturais), o autor buscou explicitar as bases que sustentam a vida social. Em uma análise parcial embora muito acolhida – sobretudo pela teoria econômica convencional⁶ – de sua obra mais famosa, *Riqueza das Nações*, advoga-se que Smith preconizou a liberalização econômica irrestrita, propondo este como o modelo ideal que mais beneficiaria o conjunto da sociedade. O papel do Estado deveria cingir-se a áreas como a defesa, justiça e infraestrutura, com mínima ou inexistente intervenção desse ente na atividade econômica (Viner, 1927)⁷. Para tanto, são evocados fragmentos específicos da *RN* na tentativa de difundir a visão econômica de ordem liberal.

Em tal perspectiva, os termos smithianos mais frequentemente destacados na *RN* são os seguintes: trabalho e troca, interesse próprio e mão invisível. Com referência aos sustentáculos de sua tese, o trabalho e a troca, Smith atesta que o desejável enriquecimento de uma nação é, primordialmente, fruto da divisão do trabalho, que tem como efeito material o aumento da produtividade geral, derivado da propensão humana à troca, fato esse que garante o progresso da sociedade (Coutinho, 1993). No início da *RN* (Smith, 1983, I.1), o pensador escocês afirma que é o trabalho, em um sentido amplo, a única fonte de riqueza de uma nação.

⁵ A obra de Smith intitulada *The principles which lead and direct philosophical enquires; illustrated by the history of astronomy*, publicada em 1795, refere-se à filosofia como a ciência que conecta os princípios da natureza (considerando que no século XVIII era amplamente aceito que a filosofia incluía as ciências naturais). Ao longo do texto, Smith endossa o método indutivo que Isaac Newton utilizou para desenvolver seu sistema astronômico (em que a gravitação é o princípio conector da astronomia). Com efeito, Smith adotou essa metodologia científica em seus escritos, assumindo a simpatia como princípio unificador das ações humanas na *TSM*, por exemplo. Na *RN* considera-se que não foi possível elaborar completamente tal objetivo, pois, ao mesclar elementos econômicos e políticos, inviabilizou-se a possibilidade de existir um único princípio conector. Ademais, pode-se afirmar que Smith foi legatário de duas tradições intelectuais distintas: a racionalista baseada em Descartes e a empirista defendida por Locke, com primazia da segunda sobre a primeira (Megill, 1975). Ver também, a esse respeito, Cerqueira (2006a, 2006b).

⁶ Esse ponto será retomado oportunamente na seção 3.

⁷ “Adam Smith não era um defensor doutrinário do *laissez-faire*. Ele apontou uma grande gama de atividades para o governo, e ele estava preparado para estendê-lo ainda mais, desde que o governo melhorasse seus níveis de competência, de honestidade e de espírito público, mostrando a si mesmo capacidade para responsabilidades mais amplas” (Viner, 1927, p. 291).



O trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente. O mencionado fundo consiste sempre na produção imediata do referido trabalho ou naquilo que com essa produção é comprado de outras nações.

Já a importância da troca é explicada na *RN* a partir da consideração de que o bem-estar material não guarda relação direta com o poder que cada indivíduo tem, uma vez que em uma sociedade comercial há uma dependência mútua, ainda que impessoal, na qual as trocas facilitam a obtenção de bens produzidos por outros indivíduos. A propensão à troca assegura também, mediante a divisão do trabalho e do comércio amplo, a máxima riqueza para a sociedade, permitindo a superação de situações moralmente degradantes (Muller, 1995). Senão, veja-se: “assim sendo, todo homem subsiste por meio da troca, tornando-se de certo modo comerciante; e assim é que a própria sociedade se transforma naquilo que é propriamente uma sociedade comercial” (Smith, 1983, I.iv.1).

No tocante ao interesse próprio, principal conceito comportamental subjacente à teoria econômica da *RN*, é ele que permite a Smith tratar dos fenômenos econômicos de um ponto de vista específico, pois, além de poder descrevê-los de maneira sistemática, eles têm a particularidade de que as ações econômicas permitem alcançar o máximo de bem-estar para a humanidade sem qualquer apelo à benevolência ou à caridade (Cerqueira, 2004). Assim, a combinação de interesse próprio com a garantia da justiça levaria a ações de ordem econômica que beneficiariam a nação. É conhecido o trecho:

é isto o que faz toda pessoa que propõe um negócio a outra. Dê-me aquilo que eu quero, e você terá isto aqui, que você quer – esse é o significado de qualquer oferta desse tipo; e é dessa forma que obtemos uns dos outros a grande maioria dos serviços de que necessitamos. Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não a sua humanidade, mas a sua autoestima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles. (Smith, 1983, I.ii.2)

Quanto à metáfora da mão invisível, esta teria origem no plano divino, em que a “mão de Deus” arranjaria e poria em movimento as peças que compõem a vida econômica da sociedade. Baseado nesse argumento, Smith estabelece o conceito de cadeia invisível, regida por leis naturais, que liga as ações humanas e conduz a sociedade ao melhor dos mundos. De acordo com Luna (1993), Smith usou essa simbologia como um artifício de retórica e como uma expressão para representar um esquema funcional que resolve os problemas econômicos definitivamente. Bianchi e Santos (2007) afirmam que tal metáfora é, simultaneamente, consagrada na economia e fonte de grande controvérsia. Não obstante, tal imagem recorrentemente é interpretada como sinônimo da doutrina do *laissez-faire*, combinada e agregada de ordem e coesão social.

Posto dessa maneira, tem-se a impressão de que, na *RN*, Smith logrou êxito no sentido de dar autonomia plena à economia diante da filosofia moral. Porém, se for aceito que o discurso econômico pós-Smith deixa de ter relação com regras morais, isso significa assumir que as ações econômicas devem ser orientadas espontaneamente para o bem de todos, caso contrário o argumento não se justifica. Isso é paradoxal, pois implica claramente um caráter moral de tais ações (Cerqueira, 2004). Considerado sob um ponto de vista puramente dicotômico, em que a *RN* é uma obra independente e emancipadora estrita da economia enquanto área do conhecimento, é factível conceber que realmente há oposição absoluta entre essa obra e o conteúdo da *TSM*. Aparentemente, pode ser atendido o desejo de se separar a ética e a filosofia moral do discurso econômico de Smith (ver Dumont, 1977).

Contudo, estudos contemporâneos mais minuciosos do conjunto da obra de Smith⁸ corroboram a conclusão de que a *RN* e a *TSM* são partes de um projeto único que o autor planejou concretizar em vida⁹. Muitos admiradores de Smith não procederam à leitura mais profunda e atenta das ideias do autor, sem avançar além de algumas passagens da

⁸ Ver *Glasgow Edition of the works and correspondence of Adam Smith*, publicado a partir de 1976, sendo uma edição crítica que reúne todos seus escritos conhecidos.

⁹ Todavia, a questão da continuidade ou não entre as duas obras segue bastante controversa, sendo conhecida como o “problema smithiano”, expressão cunhada primeiramente por August Oncken (escola histórica alemã) na obra *Das Adam Smith Problem, in Zeitschrift für Sozialwissenschaft*, ed. J. Wolf, Berlin, 1898. Para uma versão mais concisa da obra, ver Oncken (1897).

RN. Por essa razão, não compreendem que Smith não pregava que a “salvação” da economia fosse derivada de uma razão única (Sen, 1999, p. 3). Como exemplo disso, tem-se o seguinte trecho do Prefácio da sexta edição da *TSM*, de 1790 (Smith, 1999), revisado pessoalmente por seu autor, em que é enfatizada a conexão entre a RN e a *TSM*¹⁰:

no último parágrafo da primeira edição do presente trabalho, eu disse que eu deveria em outra obra esforçar-me para dar conta dos princípios gerais do direito e da administração pública, e de diferentes alterações que eles sofreram em distintas épocas e períodos da sociedade. [] Na RN, eu parcialmente cumpri essa promessa, ao menos no que diz respeito à política, ao fisco e as forças armadas.

É mister igualmente observar o contexto histórico em que viveu Smith, reconhecendo que seus interesses teóricos não negligenciaram a emergência do iluminismo escocês e os eventos do século XVIII¹¹ (Griswold Jr., 1999). Por exemplo, conforme sustentam Bianchi e Santos (2007), parte considerável da RN tem como mote a reprovação do sistema mercantilista então vigente, retratando uma veemente crítica à estrutura institucional da época.

Nesse sentido, analisando à luz da história, Danford (1980) diz que os escritos de Smith denotam uma proposta não de interferência política na economia, mas ao contrário, o que ele propôs foram arranjos econômicos por razões políticas. E acrescenta que, após refletir a partir das alternativas disponíveis que as sociedades poderiam escolher, Smith diagnosticou que a mais adequada às necessidades humanas seria a sociedade comercial, que poderia gradualmente aumentar a prosperidade material enquanto encorajaria, ao menos potencialmente, todas as outras benesses de uma civilização evoluída.

Ganem (2000), também enfatizando a importância da conjuntura em que viveu Smith, assevera que o pensamento do autor somente pode

¹⁰ De acordo com Ganem (2000), em defesa da unidade da obra de Smith é possível estabelecer três momentos históricos distintos. O primeiro, por volta de 1890, é considerado a primeira reação à escola histórica; o segundo, com o trabalho seminal de Morrow (1923); e o terceiro, contemporaneamente marcado pela contribuição de vários autores, dentre os quais pode ser destacado Dupuy (1992a, 1992b).

¹¹ Basta lembrar que foi no século XVIII que ocorreram a Revolução Industrial, a Independência dos Estados Unidos (1776) e a Revolução Francesa (1789-1799).

ser entendido na sua real dimensão se forem consideradas não somente a complexidade de um processo que teve início na filosofia política e moral dos séculos XVII e XVIII, mas também as relações que o Smith dessa época estabeleceu com essa realidade.

Cabe ressaltar que, de acordo com os registros disponíveis, Smith não se importou em promover sua obra, em arregimentar discípulos ou em popularizar suas ideias. Seus escritos não foram utilizados como fonte declarada de argumentos de qualquer espécie no período em que o autor estava vivo, o que favorece sua leitura descontextualizada (Cerqueira, 2003). Para Grampp,

quando Smith escreveu a *RN*, ele deu ênfase à queda do feudalismo e relatou com desdém como posteriormente a aristocracia enquadrou o sistema a seu favor. Assim, ele foi forçado a voltar-se para o comércio combinado com o “princípio da avaréza”, o que revogou as restrições sobre o empreendedorismo, renegado até então pela classe dominante. Assim, aqueles que faziam parte da nobreza se viram forçados a ocupar postos produtivos, o que levou a uma mudança drástica de seus perfis. [...] A transformação da economia e dos padrões sociais trouxe consigo o desenvolvimento de instituições políticas representativas. Como as oportunidades de se acumular riquezas cresceram, os homens demandaram segurança e justiça: a proteção de cada homem enquanto ser e de sua propriedade, oportunidade de fazer comércio e de adquirir riqueza. (Grampp, 1948, p. 322)

Destarte, tem-se que a contribuição de Smith para o discurso econômico não reside no fato de ele observar uma dicotomia entre a filosofia moral e a economia, mas sim de uma noção ampla a respeito da civilização, indicando que o desenvolvimento civilizatório e o bem da sociedade poderiam coexistir com a liberdade autointeressada dos indivíduos. Dessa forma, o autor conciliava as virtudes cívicas com o desenvolvimento do comércio, rompendo com o espectro vigente em sua época, de uma dicotomia insolúvel entre os valores morais e o impulso aquisitivo (Tribe, 1978).

O surgimento da economia enquanto área autônoma do conhecimento em Smith não ocorre a partir de uma ruptura, *stricto sensu*, em relação aos aspectos morais. Como aponta Ganem (2000, p. 31), “a autonomia [em sentido estrito] da economia só poderá ser realizada com reduções. Se posteriormente outros teóricos reduzirão a economia,

isto é outra história. Adam Smith, seguramente, não o fez”. Dado o exposto, as duas seções seguintes têm a intenção de evidenciar a unidade existente na obra de Smith, bem como aclarar os caminhos que degeneraram no reducionismo contemporâneo quanto ao entendimento de seus escritos, quase sempre abordados apenas sob o prisma econômico.

2. Adam Smith, a *TSM* e a filosofia moral

Enquanto a *RN* foi uma tentativa de explicação dos fenômenos econômicos (uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações), a *TSM* pode ser compreendida como uma teoria sobre a filosofia moral e social, discorrendo sobre as questões éticas (Megill, 1975).

Segundo Evensky (1987), a *TSM* parte do princípio moral de que é importante diferenciar os efeitos das ações humanas dos sentimentos que as motivam. Smith não distingue sentimentos maus ou bons. As atitudes advindas de interesses rigorosamente pessoais, mediados pelo espectador imparcial (*impartial spectator*)¹² para que não infrinjam as regras da justiça, geram, inesperadamente, o bem comum e a felicidade. O que leva a um sentimento virtuoso é a combinação entre os efeitos das atitudes que ele promove e o propósito estabelecido pelo ente divino.

Em Smith, até mesmo ações motivadas exclusivamente por interesses pessoais (*self-concern*) e amor-próprio (*self-love*) são naturais dos homens e podem ser virtuosas. O autor assevera na *TSM* que,

cada homem é, sem dúvida, por natureza, primeira e principalmente recomendado ao cuidado de si mesmo; e como ele é mais apto ao cuidado de si mesmo do que de alguma outra pessoa, é apropriado e correto que seja assim. Cada homem, portanto, é muito mais profundamente interessado no que quer que imediatamente lhe diga respeito, do que naquilo que diz respeito a qualquer outro homem. (Smith, 1999, II.ii.2.1)

¹² “Espectador imparcial: uma intimidação moral que, olhando ‘acima dos ombros’ do homem econômico, examina minuciosamente cada movimento dele” (Grampp, 1948, p. 318). Também chamado de “homem dentro do peito”, “razão” ou “consciência” (Smith, 1999, III.2.32, III.3.4).



Desse modo, afirmam Bianchi e Santos (2007), há equivalência entre os conceitos de amor-próprio (cuidar de si) e interesse próprio¹³. Eles não se restringem aos âmbitos da autopreservação e do instinto, mas também à esfera social (de caráter moral, político e econômico), havendo, portanto, uma definição genérica de interesse próprio.

Percebe-se que nessa intervenção de Smith há viva menção do conceito da mão invisível, ainda que esta seja muito mais difundida através da *RN*. Na *TSM* a ordem harmoniosa da natureza foi efeito da mão divina, enquanto na *RN* essa divindade benevolente é praticamente ausente. Na *TSM* a mão invisível assume outros contornos: “Autor da natureza”, “Causa Final”, “Grande Juiz dos corações”, “Providência”, “Criatura Divina” e, esporadicamente, “Deus”; sempre enfatizando o papel da divindade sábia e benevolente (Viner, 1927, p. 202).

Para realçar essa diferenciação, seguem excertos considerados importantes em que aparecem deferências à proposta da mão invisível. Primeiramente, no primeiro capítulo da parte IV da *TSM*, intitulado “Do efeito da utilidade sobre o sentimento de aprovação”, encontra-se a descrição de Smith de um proprietário de terra levado pela mão invisível (benevolente) a distribuir sua colheita:

É em vão que o orgulhoso e insensível senhor de terras vê seus extensos campos e, sem ao menos pensar nas necessidades de seus semelhantes, em imaginação consome ele mesmo a colheita inteira. [No entanto,] a capacidade de seu estômago não é proporcional à imensidão de seus desejos, e receberá não mais do que aquele [estômago] do mais humilde camponês. O resto ele será obrigado a distribuir entre aqueles que preparam, da melhor maneira possível, o pouco que ele mesmo utiliza, entre aqueles que vivem no palácio no qual este pouco é para ser consumido, entre aqueles que deixam e mantêm em ordem todas as diferentes bugigangas e quinquilharias que são empregadas na economia da grandeza; todos os quais assim desfrutam de sua luxúria e capricho, que desfrutam das necessidades da vida, as quais eles iriam em vão esperar de sua humanidade ou de sua justiça. Os ricos [...] são conduzidos por uma *mão invisível* a fazer quase a mesma distribuição das necessidades da vida, o que teria sido feito caso a terra fosse dividida em partes iguais entre todos os seus habitantes, e, assim, sem querer, sem saber, promove-se o interesse da sociedade. (Smith, 1999, IV.i, grifo nosso)

¹³ Smith utiliza esses termos indistintamente em trechos da *TSM* (ver Smith, 1999, I.i.2.1.VII.ii.3.12).



Por sua vez, no segundo capítulo da parte IV da *RN*, intitulado “Das restrições sobre a importação de países estrangeiros de tais bens que podem ser produzidos domesticamente”, Smith argumenta que preferir o uso da indústria “doméstica” ao invés da “estrangeira” para obter maiores lucros constitui uma mão invisível que promove os interesses da nação e da sociedade, enquanto enriquece o indivíduo:

à medida que cada indivíduo [] se esforça tanto quanto pode para empregar o seu capital em apoio à indústria doméstica e assim direcionar essa indústria para que o seu produto tenha o maior valor, cada indivíduo trabalha necessariamente para tornar a receita anual da sociedade tão grande quanto puder. Ele geralmente, certamente, nem pretende promover o interesse público, nem sabe quanto ele está a promovê-lo. Ao preferir o apoio da indústria doméstica ao da estrangeira, ele almeja apenas a sua própria segurança; e ao direcionar essa indústria de tal modo que o seu produto possa ter maior valor, ele busca apenas o seu próprio ganho, e ele é assim, como em muitos outros casos, conduzido por uma *mão invisível*¹⁴ para promover um fim o qual não fazia parte da sua intenção. Nem sempre é ruim para a sociedade que não tome parte nisto. Ao perseguir o seu próprio interesse, ele promove frequentemente o da sociedade mais eficazmente do que quando ele realmente o tenciona promover. (Smith, 1983, IV.ii.9, grifo nosso)

Nota-se que, na *RN*, Smith procura analisar e explicar a harmonia do mecanismo econômico, enquanto a *TSM* possui até mesmo características de uma obra “religiosa” harmônica (uma “apologia à moralidade Cristã”). Logo, a mão invisível da *RN* soa como um resquício claro da harmonia divina imposta na *TSM* (Viner, 1927, p. 231).

Na *TSM* há também o conceito – ampliado – de simpatia, fundamental para o entendimento dessa obra, não devendo ser confundida com o conceito da benevolência. De acordo com Thomson (1965), a simpatia em Smith é a força reguladora que sustenta as movimentações divergentes dos indivíduos e direciona suas ações dentro do padrão harmonioso estabelecido pela ordem natural unificada. Megill (1975, p. 86) entende

¹⁴ Este é o único uso explícito dessa expressão na *RN*, tendo ela pouca relação com o “equilíbrio automático dos mercados”, que tende a ser sua interpretação canônica (Bianchi; Santos, 2007), ou seja, da teoria econômica convencional. No contexto original em que foi utilizado, o argumento da mão invisível trata fundamentalmente de crescimento econômico.

que para Smith a simpatia é o alicerce de nossas “faculdades morais”, base para o julgamento da conduta e do caráter das outras pessoas e de si mesmo, ponderando que nossos julgamentos morais são dependentes de nossa situação social.

Smith considera que não sabemos sentir os sentimentos de outras pessoas com a mesma intensidade que elas, o que induz à moderação de nossos próprios sentimentos para que as outras pessoas possam compartilhá-los e possam exprimir sua simpatia para conosco, como se houvesse um espectador imparcial. É através do balanço entre nosso egoísmo (*selfishness*)¹⁵ e o desejo da simpatia dos outros que exercemos o autodomínio (*self-command*), “aquele domínio das paixões que submete todos os movimentos da nossa natureza ao que a nossa própria dignidade e honra e a correção de nossa própria conduta requer” (Smith, 1999, I.i.5.1).

Esse autodomínio norteia a possibilidade de manter a ordem social, prescindindo (em parte) de maior controle do Estado, pois cada indivíduo tem em si um motivo para observar as normas de comportamento adequadas. Cada homem deriva de sua relação com o espectador imparcial àquela virtude mínima a partir da qual a vida em sociedade se torna possível, o sentido de justiça, existente pela seguinte razão e justificativa:

todos os membros de uma sociedade humana precisam cada um do auxílio dos outros e estão, da mesma maneira, expostos a danos mútuos. A sociedade floresce e é feliz onde o auxílio necessário é fornecido reciprocamente pelo amor, gratidão, amizade e estima. [...] [Por outro lado,] a sociedade pode subsistir entre homens diferentes, assim como entre diferentes comerciantes, por uma compreensão de sua utilidade, sem qualquer amor ou afeição mútuo. [...] A sociedade, entretanto, não pode subsistir entre aqueles que estão sempre prontos para prejudicar e lesar uns aos outros. (Smith, 1999, II.ii.3.1-3)

¹⁵ Na opinião de Bianchi e Santos (2007), o egoísmo é a combinação de simpatia fraca com interesse próprio forte, em relação a pessoas distantes e sem relações com o agente, o que pode provocar a repulsa social ao fugir de certos parâmetros. Por esse motivo esse “egoísmo” deve ser controlado, pois, de outro modo, ele poderia nos levar a violar os direitos dos outros homens e, conseqüentemente, inviabilizar a convivência em sociedade.



Desse modo, Viner (1927) indica ser possível para uma sociedade conviver sob a ausência da beneficência (*beneficence*)¹⁶, mas não sem a presença da justiça. Como descrito na TMS, beneficência “é o ornamento que embeleza, mas não a base que sustenta o edifício. [...] Justiça, ao contrário, é o pilar principal que sustenta todo o edifício” (Smith, 1999, II.ii.3.3). O requisito para a existência da sociedade consiste apenas na virtude da justiça: “A beneficência, portanto, é menos essencial para a existência da sociedade do que a justiça. A sociedade pode subsistir sem a beneficência, ainda que não no estado mais satisfatório, mas a prevalência da injustiça deve destruí-la completamente” (Smith, 1999, II.ii.3.3)¹⁷.

Smith defende que a virtude da justiça consiste na imparcialidade que emerge do diálogo com o espectador imparcial. Ela depende, portanto, da capacidade de avaliar os efeitos de nossas ações, colocando-nos no lugar daqueles a quem podemos ofender.

Perturbar a felicidade dele [a de outro homem] apenas porque ela encontra-se no caminho da nossa, tirar dele aquilo que lhe é realmente útil apenas porque pode ser tão ou mais útil para nós, ou favorecer, dessa maneira, à custa de outras pessoas, a preferência natural que cada homem tem por sua própria felicidade acima daquela de outras pessoas é aquilo com que nenhum espectador imparcial pode concordar. (Smith, 1999, II.ii.2.1)

Sem a justiça, concebida à semelhança do direito natural (*natural right*)¹⁸, a sociedade não pode existir. É com base nisso que o Estado deve fazer cumprir o direito de cada indivíduo a sua vida e propriedade, punindo os que violam essa regra (Smith, 1999, II.ii.3.6) (ver Muller, 1995).

¹⁶ Cabe observar que Smith distingue beneficência de benevolência: a primeira se refere aos bons ofícios (ações), enquanto a segunda se refere à boa vontade (desejos) (Smith, 1999, VI.ii.3.1).

¹⁷ Smith distingue justiça de beneficência. Justiça pode ser exigida à força, beneficência não; a violação da justiça expõe a punição, a falta de beneficência não (embora possa ser desaprovada); a observância da justiça não merece recompensa (pois apenas se abstém de causar mal a outrem; no máximo, respeitar-se-á a inocência do indivíduo justo), já um grande exercício de beneficência merece grande recompensa (ver Smith, 1999, ii.1.3, 4, 9).

¹⁸ No sentido smithiano, o direito natural é a liberdade que cada indivíduo tem de agir de maneira em que ele é conduzido inalteravelmente por traços psicológicos e outros por escolha própria” (Grampp, 1948, p. 326).



Na corrida por riqueza, fama e honrarias, ele [o indivíduo] pode correr tão esforçadamente quanto for capaz, e empregar ao máximo cada nervo e músculo para ultrapassar todos os seus competidores. Mas se ele porventura atropela ou derruba qualquer um deles, a complacência dos espectadores termina por completo. Trata-se de uma violação do jogo limpo que eles não podem admitir. [...] Portanto, eles logo simpatizam com o ressentimento natural do prejudicado e o infrator torna-se o objeto de seu ódio e execração. (Smith, 1999, II.ii.2.1)

Cabe ressaltar a posição de Smith segundo a interpretação de Grampp, no que tange ao estabelecimento e cumprimento das leis:

a competição é possível, todavia, apenas na presença de certas condições políticas e, ao prescrever isso, Smith foi decisivamente pessimista¹⁹. As leis devem ser estabelecidas para tornar a propriedade segura, incluindo a propriedade que cada homem tem de seu próprio trabalho, em que a segurança [da propriedade] demanda uma exata e igual administração da justiça. As reformas políticas que Smith pedia não clamavam muito pela aprovação de uma nova legislação, mas sim pela anulação das velhas, tais como as leis do monopólio, das tarifas e de outras restrições ao comércio internacional, além da concepção do Estado em esforçar-se para regular a produção e o consumo. Deixar que os governantes olhassem seus próprios interesses e poder confiar que o povo olhasse os seus foi a forma de Smith resumir sua posição. (Grampp, 1948, p. 333)

Partindo dessas relações estabelecidas entre a *TSM* e a *RN*, é possível retomar a questão da real intenção de Smith quanto à emancipação da economia diante da filosofia moral. Diante do exposto, evidencia-se que a interpretação mais satisfatória dos escritos de Smith no que tange a fundação da reflexão econômica como disciplina separada da filosofia moral não se caracteriza por um dualismo ou contradição entre os princípios das duas obras (interesse próprio e simpatia), antes, pelo contrário, a *RN* representa nesse sentido uma continuação da *TSM* (Raphael; Macfie, 1982).

¹⁹ Smith demonstra pessimismo no que se refere ao estabelecimento e cumprimento das leis. Todavia, no que diz respeito à “ordem natural”, o autor é considerado razoavelmente otimista. Ver Viner (1927) e Cardoso (2002).

O que ocorre é que na *RN* o objetivo de Smith é menos amplo, referindo-se basicamente às questões econômicas, em que as ações se baseiam no interesse próprio (ver Thomson, 1965). Esse fato permite a Smith abordar os fenômenos econômicos de modo singular, em que as diversas situações têm como único aspecto moral a virtude da justiça, com o vínculo social apoiado na “troca mercenária de bons serviços conforme uma avaliação acordada” (Campbell; Skinner, 1981, p. 19).

Para Ganem (2000), a natureza filosófica do autor é exposta na *TSM*, um tratado que o tempo e o debate comprovaram que não pode ser apartado. A economia nasce sob a paternidade de um filósofo moral e dentro dessa perspectiva não é possível, portanto, compreender a obra de Smith sem aceitar a unidade desta. Isso significa enriquecer a *RN* com os escritos filosóficos da *TSM* e entender a relação irrefutável entre as duas obras. Na explicação da ordem social, a *TSM* é tão importante quanto a *RN*.

Na obra de Smith, o interesse próprio da *RN* e a simpatia da *TSM* conciliam a busca da vantagem pessoal, característica das “sociedades comerciais”, com o objetivo prático-moral – inscrito no plano (*design*) da Providência – de alcançar o bem para a sociedade. Com isso, endossa-se o ponto de vista de Sen (1999), de que a teoria econômica convencional empobreceu seu *approach* ao rejeitar uma miríade de considerações morais que determinam os comportamentos humanos, inclusive os econômicos, e focou tão somente as motivações ditadas pelo autointeresse. É justamente essa perspectiva contemporânea reducionista ante os escritos de Smith que será apresentada e analisada na seção seguinte.

3. Interpretações atuais da obra de Adam Smith

Publicações mais recentes sobre Smith vêm comprovando quão restrito tem sido o entendimento de seus escritos, quase sempre abordados apenas sob o prisma econômico. Ao debruçar-se especificamente sobre a dimensão política e ética de seu pensamento, contextualizando-as quanto às questões candentes do século XVIII, os estudos revelam um panorama distinto, em que

Smith é mais cético, filosoficamente e politicamente focado, em que o entusiasmo com que ele recebe a transição para uma sociedade baseada no

comércio e nas manufaturas é mesclado com um reconhecimento desapassionado tanto das perdas quanto dos benefícios advindos da sociedade comercial. (Brown, 1994, p. 1)

Há que se resgatar e enfatizar seu legado no que concerne à filosofia moral e às inquestionáveis inter-relações que foram estabelecidas por Smith desta com a economia. Nesse sentido, Cerqueira assevera que “Smith nunca deu qualquer indicação de que pensasse haver alguma contradição entre [...] trabalhos ou mesmo uma mudança de posição filosófica ao longo de sua vida” (Cerqueira 2003, p. 9). A reconstrução dos argumentos do autor, de sua linguagem e seu contexto, tem fornecido elementos para uma nova compreensão das relações entre a filosofia moral e a economia.

Também merecem serem destacados os motivos de Smith se tornar o grande símbolo da economia moderna, tido como precursor em favor do liberalismo econômico. Para Cerqueira (2001), especialmente ao longo do século XX foi construído um estereótipo de Smith como defensor intransigente do livre mercado e da não ingerência do Estado na condução dos negócios, visão herdada do século XVII e XVIII²⁰ e amplamente majoritária, apesar da presença de algumas poucas vozes dissonantes.

De modo ilustrativo, tem-se que até a crise de 1929 houve um período de predominância de políticas econômicas inspiradas nos preceitos do *laissez-faire*, doutrina atribuída a Smith (ver Black, 1976). Depois da debacle e de seus desdobramentos negativos, sucedeu-se uma queda acentuada em seu prestígio, de forma que, no início da década de 1950, os economistas chegaram até mesmo a considerá-lo fora de moda (ver Moos, 1984).

Segundo Copley (1995), foi por ocasião do bicentenário da primeira edição da *RN*, em 1976 (com o lançamento da Glasgow Edition e do significativo aumento de publicações relacionadas a Smith), que o interesse pelo autor ganhou novo fôlego. A partir daí e especialmente na década de 1980 – atendendo, sobretudo, ao discurso político neoliberal –, sua obra foi vinculada à nova onda de liberalismo econômico e aos movimentos de desregulamentações e privatizações ainda em curso.

²⁰ Como nas obras de Ricardo, Malthus, Say e Mill, que têm características acentuadamente analíticas e escopos marcadamente mais restritos do que a abordagem filosófica e do amplo leque de temas abordados por Smith.

Além disso, Tribe (1999) afirma que a hegemonia do mecanismo de mercado diante da participação do Estado a partir de 1990 ofereceu justificativa prática aos supostos argumentos “smithianos” a favor da liberdade natural, do interesse próprio e dos seus resultados “benéficos”, com que atualmente o nome Adam Smith está firmemente ligado à defesa irrestrita do sistema de livre-iniciativa.

Entretanto, não parece ser essa a real mensagem do autor. Smith faz críticas específicas, em que assinala a importância do Estado e dúvidas quanto ao funcionamento do livre mercado. Segundo Grampp,

há ainda outra qualificação que deve ser feita para a caridade do interesse pecuniário. Mesmo quando expressa no livre mercado, ela apenas tem a tendência de produzir uma ordem harmoniosa. Smith não disse que a competição invariavelmente produz a maior riqueza possível e a mais desejável distribuição dela (e claro que ele negou com ainda mais força que a avareza é desejável em qualquer tipo de ambiente). Nos mais livres dos mercados, empresas individuais não acharão lucrativo oferecer certos bens e serviços, e sua provisão deverá ser feita pelo Estado. Fora essa falha, empresas livres dividem a riqueza nacional de uma maneira em que a justiça distributiva é deficiente sob qualquer aspecto. Os indivíduos vão receber o que eles valem no livre mercado, mas a maneira que o mercado avalia seus serviços e a maneira em que eles deveriam ser avaliados serão duas coisas bem diferentes no caso em que poder e sorte são desigualmente distribuídos. (Grampp, 1948, p. 334-335)

Smith mostrou-se ambivalente quanto ao progresso econômico descrito na *RN*. Se, por um lado, ele apregoava o livre-comércio, por outro era cético de que esse sistema pudesse efetivamente ser estabelecido (Hirschman, 1977). Exemplo disso deriva do seguinte excerto:

esperar, de fato, que a liberdade de comércio devesse ser inteiramente restaurada na Grã-Bretanha, é tão absurdo quanto esperar que uma Oceana (sic) ou Utopia devessem ser estabelecidas ali. Não apenas os preconceitos do público, mas o que é muito mais questionável, os interesses privados de muitos indivíduos, irresistivelmente se opõem a isso. (Smith, 1983, IV.ii.43)

Hirschman (1977) também salienta que Smith fazia ressalvas à divisão do trabalho, que, ao invés de ter a abordagem eufórica do início da *RN*,

recebeu um tratamento lúgubre ao seu final, por seus efeitos perniciosos sobre as capacidades intelectuais e morais das pessoas. Senão, veja-se:

com o avanço da divisão do trabalho, a ocupação da maior parte daqueles que vivem do trabalho, isto é, da maioria da população, acaba restringindo-se a algumas operações extremamente simples, muitas vezes a uma ou duas. Ora, a compreensão da maior parte das pessoas é formada pelas suas ocupações normais. O homem que gasta toda sua vida executando algumas operações simples, cujos efeitos também são, talvez, sempre os mesmos ou mais ou menos os mesmos, não tem nenhuma oportunidade para exercitar sua compreensão ou para exercer seu espírito inventivo no sentido de encontrar meios para eliminar dificuldades que nunca ocorrem. Ele perde naturalmente o hábito de fazer isso, tornando-se geralmente tão embotado e ignorante quanto o possa ser uma criatura humana. (Smith, 1983, V.i.f.50)

Desde meados do século XIX, as referências mais amplas do sistema concebido por Smith foram gradualmente abandonadas e a originalidade do autor foi limitada à defesa do livre mercado. Desvestida de suas reais intenções, especialmente a *RN* passou a ser compreendida unicamente como uma exposição do funcionamento espontâneo e autorregulado do mercado, uma análise da produção e distribuição dos bens materiais associadas apenas acerca da teoria do valor (de troca). Outras contribuições e inter-relações das suas obras, no que diz respeito à ética e à filosofia moral, a economia e a política tornaram-se, assim, secundárias ou esquecidas (Cerqueira, 2004).

Quanto à natureza acadêmica, estudiosos contemporâneos vêm desenvolvendo críticas abrangentes a um dos princípios mais fundamentais da teoria econômica convencional: o pressuposto de que os agentes se orientam tão somente pela busca do interesse próprio (ver Sen, 1997). A esse respeito, questiona-se a maneira extremamente restrita como os economistas têm representado as questões humanas.

Sen afirma que “a natureza da economia moderna foi substancialmente empobrecida pelo distanciamento crescente entre economia e ética” (Sen, 1999, p. 23). Admitindo que a abordagem econômica convencional e sua maneira de conceber os seres humanos tenham produzido resultados teóricos relevantes, Sen (1999) avalia que a teoria econômica contribui ainda mais quando considera os problemas associados às questões éticas.

A leitura convencional associa todo comportamento humano real ao comportamento racional e, com isso, elimina *a priori* a possibilidade de que as limitações cognitivas ou a ausência de informações sobre o ambiente originem a existência de formas de comportamentos não racionais. A mera consistência das escolhas não pode ser tomada como condição suficiente de racionalidade sem que se faça referência específica ao objetivo a alcançar: “se uma pessoa fizesse exatamente o oposto daquilo que a ajudaria a obter o que ela deseja [...] essa pessoa não poderia ser considerada racional, mesmo se essa consistência obstinada inspirasse algum tipo de admiração pasma no observador” (Sen, 1999, p. 29).

Além disso, o modo como se concebe a racionalidade – seja a consistência interna das escolhas, seja a maximização do interesse próprio – é assaz restrito. A racionalidade apoia-se na relação entre o que a pessoa faz e seu interesse pessoal. Conforme Sen, “considerar qualquer afastamento da maximização do interesse próprio uma prova de irracionalidade tem de implicar uma rejeição do papel da ética na tomada de decisão” (Sen, 1999, p. 32).

Com efeito, um pressuposto subjacente – e usualmente adotado pelos economistas – é que o comportamento econômico real consiste em atos orientados apenas à busca do interesse pessoal. Assume-se que o conceito de racionalidade como maximização do interesse próprio é uma boa descrição do que as pessoas efetivamente fazem, ao menos quando lidam com questões econômicas. Contrariamente, o apoio empírico a essa presunção é escasso e estudos recentes demonstram o peso que a presença de diferentes sistemas de valores nacionais tem no desempenho econômico relativo das sociedades (ver Sen, 1995).

Há outro aspecto, este de natureza acadêmica, que se refere ao apontamento de Tribe (1999), de que grande parte das publicações envolvendo Smith reforça, explícita ou implicitamente, uma abordagem convencional do autor apenas como um defensor dos agentes da “economia liberal”, pois é este o principal rótulo dado a ele. Reprova-se essa compreensão usual do pensamento de Smith, que costuma atribuir-lhe a mesma visão restrita sobre as motivações dos atos econômicos.

Para Cerqueira (2003), essa visão foca exclusivamente os contextos em que se enfatiza o papel do amor-próprio e/ou do interesse próprio na sociabilidade. Que ela tenha prevalecido por tanto tempo entre economistas e historiadores do pensamento econômico é algo que não

deveria causar surpresa, pois é um resultado previsível do enfoque a-histórico que orienta essa maneira de abordar obras do passado. Mais do que isso, é também um testemunho da perspectiva limitada que caracteriza a economia contemporânea, uma vez que

o apoio que os crentes e defensores do comportamento autointeressado buscaram em Adam Smith é na verdade difícil de encontrar quando se faz uma leitura mais ampla e menos tendenciosa da obra smithiana. Na verdade, o professor de filosofia moral e economista pioneiro não teve uma vida de impressionante esquizofrenia. De fato, é precisamente o estreitamento, na economia moderna, da ampla visão smithiana dos seres humanos que pode ser apontado como uma das principais deficiências da teoria econômica contemporânea. (Sen, 1999, p. 44)

Cabe frisar que a abordagem newtoniana utilizada por Smith no desenvolvimento de suas teses é distinta do método dedutivo²¹ adotado por grande parte dos economistas da teoria econômica convencional atual. Foi após a ascensão do paradigma neoclássico que uma nova apreciação do legado de Smith transpareceu nos discursos e nos textos econômicos, refletindo uma profunda mudança no ponto de vista a partir do qual foram formuladas novas leituras sobre o autor e sobre a economia enquanto área do conhecimento.

Smith aplicou predominantemente a indução na sua investigação tanto na *TSM* como na *RN*, objetivando reduzir os fenômenos a uma sequência conectada de acontecimentos que seguissem uma regressão infinita até suas causas primárias. Por sua vez, o paradigma neoclássico dedutivo é baseado no individualismo metodológico²², além de descon-

²¹ Método dedutivo é a modalidade de raciocínio lógico que faz uso da dedução para obter uma conclusão a respeito de determinada(s) premissa(s). Essencialmente, os raciocínios dedutivos se caracterizam por apresentar conclusões que devem, necessariamente, ser verdadeiras, caso todas as premissas sejam verdadeiras, se o raciocínio respeitar uma forma lógica válida. Partindo de princípios reconhecidos como verdadeiros (premissa maior), o pesquisador estabelece relações com uma segunda proposição (premissa menor), para, a partir de raciocínio lógico, chegar à verdade daquilo que propõe (conclusão).

²² Concernente à análise da ação humana dos agentes individualmente. O postulado do individualismo metodológico da teoria neoclássica implica que (1) as preferências dos agentes sejam determinadas exogenamente; (2) não haja relações interindividuais, ou seja, que cada agente maximiza sua função de utilidade ou de lucro independen-

siderar a historicidade dos fenômenos na sua análise. Nesse sentido, Luna esclarece que

modelos de equilíbrio geral parecem ter resolvido o enigma teórico da mão invisível ao atribuir aos preços o poder para coordenar uma economia descentralizada caracterizada – à primeira vista – por mercados perfeitos. No entanto, esses modelos são baseados na dedução, que é típica do paradigma neoclássico. Desde que a teoria econômica emergiu dessa tradição, é frequentemente criticada por estar alheia ao cotidiano; nós acolhemos um renovado e bem-informado interesse na metodologia de Adam Smith, que se inicia precisamente com a observação dos fenômenos para construir um sistema teórico conectado e coerente. (Luna, 1993, p. 31)

Em suma, o “verdadeiro” Adam Smith é certamente distinto da figura constantemente difundida, conclusão esta que tem emergido da tentativa de reconstituição do contexto de produção e recepção de sua obra. Ao invés de seguir tratando-o como mais um estudioso dos mecanismos de alocação de recursos através da fixação de preços relativos, trata-se de entendê-lo como um pensador preocupado em refletir sobre as maneiras como o interesse próprio e a sociabilidade podem combinar-se para tornar a sociedade comercial mais próspera, virtuosa e justa (Cerqueira, 2003). Além disso, pode-se asseverar que o conjunto da obra desse autor não assume a existência de agentes puramente racionais e autointeressados, mas sim de criaturas humanas realistas e multidimensionais (Ashraf; Camerer; Loewenstein, 2005).

Conclusão

As contribuições teóricas de Adam Smith permitiram criar um sistema de análise adequado ao estudo da realidade econômica, desde que adaptadas ao estágio atual de desenvolvimento. Essas novas maneiras de abordar os fenômenos econômicos não devem implicar abandono da

temente da atuação dos outros agentes. As relações entre os agentes são substituídas pela existência do leiloeiro (*crieur de prix*, na terminologia utilizada por Walras), o qual permite confrontar e compatibilizar as decisões de oferta e de demanda e assegurar assim o *market clearing* contínuo (equilíbrio geral). Ver Herscovici (2013).

integralidade da mensagem contida na obra do autor, que deve ser examinada considerando a reciprocidade verificada em seus escritos. Da apreciação dos principais argumentos desenvolvidos por Smith na *RN* e na *TSM*, bem como dos debates teóricos decorrentes, cabe salientar os seguintes aspectos gerais:

1) Smith deve ser celebrado como um dos que mais contribuíram para a economia enquanto área autônoma do conhecimento, sendo determinante para o surgimento do discurso econômico. A *RN* desenvolve-se em uma perspectiva marcadamente econômica. Apoiada no conceito da mão invisível, ela aponta que uma sociedade baseada no trabalho e na troca resulta em uma nação mais rica e desenvolvida. Considerando que as condições objetivas de possibilidade do discurso econômico se tornaram possíveis com o advento das economias de mercado, a principal colaboração de Smith foi uma representação da economia mobilizada pelo interesse próprio, que acaba em situações melhores do que em outras formas de sistema produtivo;

2) Smith buscou harmonizar o desejo da vantagem individual, predicado das economias de mercado, com a finalidade moral de atingir o bem social comum, tanto na *RN* quanto na *TSM*. Há fortes conexões entre os aspectos de cunho econômico e as questões relacionadas à ética, à filosofia moral e à justiça, verificando-se suas preocupações quanto ao funcionamento do sistema de livre-iniciativa apregoado. Sua obra não se caracteriza por um dualismo entre interesse próprio e simpatia. A *RN* deve ser entendida como uma extensão da *TSM*, não havendo emancipação *stricto sensu* da economia em relação à filosofia moral. O autor propõe a liberdade para que o indivíduo busque seu interesse próprio sem contraposição a sua natureza civilizatória, conciliando o desenvolvimento do comércio com as virtudes cívicas. Assim, abordar Smith de modo abrangente é um passo importante na superação do abismo criado entre as disciplinas;

3) é comum assimilar Smith seletivamente, seja por interpretações equivocadas, seja por distorções propositais de sua mensagem original. Atribuindo ao autor a condição de defensor intransigente do livre mercado, o estereótipo smithiano de pai do liberalismo econômico foi reforçado pela ascensão do paradigma teórico neoclássico aliado no engajamento em movimentos de desregulamentações e privatizações

ainda em curso. No meio acadêmico é verificada situação similar, revestida por características próprias, em que a teoria econômica convencional desvirtua o modo smithiano de fazer ciência, baseando-se na racionalidade e no individualismo metodológico a-histórico, estreitando a ciência econômica, o que resulta em uma reprovação à compreensão convencional do pensamento econômico de Smith, por costumeiramente conferir-lhe a mesma visão restrita sobre as motivações morais dos atos econômicos.

Por fim, faz-se necessário deixar claro que nesta breve explanação sobre a obra de Adam Smith não se pretendeu esgotar o assunto. Todavia, a recomendação mais coerente diante do exposto é, indubitavelmente, o estudo atento dos textos originais do pensador escocês, combinados e contrastados com as releituras e interpretações de outros autores que tenham se debruçado sobre esse tema.

Referências bibliográficas

- ASHRAF, N.; CAMERER, C. F.; LOEWENSTEIN, G. Adam Smith, behavioral economist. *Journal of Economic Perspectives*, v. 19, n. 3, p. 131-145, Summer 2005.
- BIANCHI, A. M.; SANTOS, A. T. L. Além do cânon: mão invisível, ordem natural e instituições. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 37, n. 3, p. 635-662, jul.-set. 2007.
- BLACK, R. D. C. Smith's contribution in historical perspective. In: WILSON, T.; SKINNER, A. (ed.). *The market and the state: essays in honour of Adam Smith*. Oxford: Clarendon Press, 1976.
- BROWN, V. *Adam Smith's discourse: canonicity, commerce and conscience*. London: Routledge, 1994.
- CAMPBELL, R. H.; SKINNER, A. General introduction. In: SMITH, Adam. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. Eds. R. H. Campbell, A. S. Skinner, W. B. Todd. Indianapolis: Liberty Fund, 1981, p. 1-60.
- CARDOSO, J. L. Natural law, natural history and the foundations of political economy. In: DAVIS, J. B.; MARCIANO, A.; RUNDE, J. (eds.). *The Elgar companion to economics and philosophy*. Cheltenham/Northampton: Edward Elgar, 2002.
- CERQUEIRA, H. E. A. G. O discurso econômico e suas condições de possibilidade. *Síntese – Revista de Filosofia*. Belo Horizonte, v. 28, n. 92, p. 391-405, 2001.
- CERQUEIRA, H. E. A. G. Para ler Adam Smith: novas abordagens. *Texto para Discussão*. Belo Horizonte, CEDEPLAR, UFMG, n. 183, p. 1-23, fev. 2003.
- CERQUEIRA, H. E. A. G. Adam Smith e o surgimento do discurso econômico. *Revista de Economia Política*, v. 24, n. 3 (95), p. 422-441, jul.-set. 2004.



- CERQUEIRA, H. E. A. G. A mão invisível de Júpiter e o método newtoniano de Smith. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 36, n. 4, p. 667-697, dez. 2006a.
- CERQUEIRA, H. E. A. G. Sobre a filosofia moral de Adam Smith. *Texto para Discussão*. Belo Horizonte, CEDEPLAR, UFMG, n. 292, p. 1-30, ago. 2006b.
- COPLEY, S. Introduction: reading the *Wealth of Nations*. In: COPLEY, S.; SUTHERLAND, K. (eds.). *Adam Smith's Wealth of Nations: new interdisciplinary essays*. Manchester: Manchester University Press, 1995, p. 1-22.
- COUTINHO, M. C. *Lições de economia política clássica*. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- DANFORD, J. W. Adam Smith, equality and the wealth of sympathy. *American Journal of Political Science*, v. 24, n. 4, p. 674-695, Nov. 1980.
- DUMONT, L. *From Mandeville to Marx: the genesis and triumph of economic ideology*. Chicago: University of Chicago Press, 1977, p. 1-22.
- DUPUY, J. P. *Le sacrifice et l'envie: le libéralisme aux prises de la Justice*. Paris: Calmann-Levy, 1992a.
- DUPUY, J. P. *Introduction aux sciences sociales: logique de phénomènes collectifs*. Paris: Ellipses, 1992b.
- EVENSKY, J. The two voices of Adam Smith: moral philosopher and social critic. *History of Political Economy*, v. 19, n. 3, p. 447-468, 1987.
- GANEM, A. Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: a abordagem histórico-filosófica. *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 9-36, jul.-dez. 2000.
- GRAMPP, W. D. Adam Smith and the economic man. *The Journal of Political Economy*, v. 56, issue 4, p. 315-336, Aug. 1948.
- GRISWOLD JR., C. L. *Adam Smith and the virtues of enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- HERSCOVICI, A. A economia neoclássica: rumo a uma definição epistemológica. VI ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA, 2013, Vitória.
- HIRSCHMAN, A. *As paixões e os interesses: argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo*. Rio de Janeiro: Record, 1977.
- LUNA, F. From the *History of Astronomy* to the *Wealth of Nations*: wonderful wheels and invisible hands in Adam Smith's major works. *UCLA Economics Working Papers, 691S*. Department of Economics, University of California, Los Angeles, Jan. 1993.
- MEGILL, A. D. Theory and experience in Adam Smith. *Journal of the History of Ideas*, v. 36, n. 1, p. 79-94, Jan.-Mar. 1975.
- MOOS, S. Is Adam Smith out of date?. In: WOOD, J. C. (ed.). *Adam Smith: critical assessments*. V. 3. London/New York: Routledge, 1984 (1951).
- MORROW, G. R. The significance of the sympathy in Hume and Adam Smith. *Philosophical Review*, v. 32, n. 1, p. 60-78, 1923.
- MULLER, J. Z. *Adam Smith in his time and ours: designing the decent society*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- ONCKEN, A. The consistency of Adam Smith. *Economic Journal*, v. 7, n. 27, p. 443-450, Sep. 1897.



- RAPHAEL, D. D.; MACFIE, A. L. Introduction. In: SMITH, A. *The Theory of Moral Sentiments*. Indianapolis: Liberty Fund, 1982, p. 1-52.
- SEN, A. Moral codes and economic success. In: BRITTAN, S.; HAMLIN, A. (eds.). *Market capitalism and moral values*. Aldershot: Edward Elgar, 1995, p. 23-34.
- SEN, A. Rational fools: a critique of the behavioral foundations of economic theory. In: SEN, A. *Choice, welfare and measurement*. Boston: Harvard University Press, 1997 (1977), p. 84-106.
- SEN, A. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999 (1987).
- SMITH, A. The principles which lead and direct philosophical enquires; illustrated by the history of astronomy. *Essays on philosophical subjects*. The Glasgow Edition of the works and correspondence of Adam Smith. Oxford University Press, 1976 (1795).
- SMITH, A. *A Riqueza das Nações: uma investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (1776).
- SMITH, A. *Teoria dos Sentimentos Morais*. São Paulo: Martins Fontes, 1999 (1759, 1790).
- THOMSON, H. F. Adam Smith's philosophy of science. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 79, n. 2, p. 212-233, May 1965.
- TRIBE, K. *Land, labour and economic discourse*. London: Routledge and Kegan Paul, 1978.
- TRIBE, K. Adam Smith: critical theorist?. *Journal of Economic Literature*, v. 37, n. 2, p. 609-632, June 1999.
- VINER, J. Adam Smith and *laissez-faire*. *Journal of Political Economy*. Chicago, University of Chicago Press, v. 35, n. 2, p. 198-232, Apr. 1927.

Diretrizes para Autores

I - Normas para submissão

Os trabalhos devem ser submetidos através do sistema Open Journal System (OJS) disponível aos autores depois de efetuado o cadastro no endereço <http://www.abphe.org.br/revista> e também enviados por email para hehe.abphe@gmail.com

Os trabalhos devem ter no máximo 30 páginas e estar escrito em português, inglês ou espanhol.

Os trabalhos devem ser gravados em programas compatíveis com o ambiente Windows e conter título, resumo e cinco palavras-chave em português e inglês. Trabalhos submetidos em outros idiomas que não o português devem conter título, resumo e 5 palavras-chave no idioma da submissão e em português.

O resumo não deve ultrapassar 10 linhas.

Textos: devem seguir as seguintes especificações: fonte Times New Roman, corpo 12, entrelinha 1,5

Tabelas: devem vir em arquivos Word, inseridas no texto.

Gráficos e planilhas: devem vir inseridos no texto e em arquivo Excel em anexo quando da submissão.

Figuras, gravuras, ilustrações e desenhos em geral: devem vir inseridos no texto e em arquivo anexo quando da submissão. As imagens digitalizadas devem ter resolução mínima de 600 dpi reais (não interpolados), em tamanho natural e salvas em formato JPEG e em cores RGB. Cromos ou slides devem ter resolução mínima de 2.500 dpi reais (não interpolados). Materiais provenientes de câmeras digitais devem ter resolução mínima de 3 megapixels sem compressão (módulo high definition)]

Todas as **tabelas, gráficos, figuras, gravuras, ilustrações e desenhos em geral** devem vir numeradas, acompanhadas de legendas e indicação de fonte (de acordo com as normas para citação).

Notas: devem ser restritas ao mínimo indispensável, inseridas como notas de rodapé. A menção a documentos ou a obras citadas deverá constar no item Referências e não nas notas.

II - Diretrizes para elaboração das citações e das referências

Fontes:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: 2002: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. 24 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: 2002: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. 07 p.

II.1 - Citações

Todas as citações de obras em outros idiomas devem ser traduzidas para o idioma do texto submetido; a inclusão do trecho original em nota é opcional.

Nas **chamadas** no texto devem constar apenas o sobrenome e a data.

Nas **citações** diretas devem constar o sobrenome, a data e a(s) página(s) de onde as citações foram retiradas.

Citação direta com menos de 3 linhas

Exemplo:

Segundo Furtado, a desvalorização cambial estimulou a atividade industrial interna [...] “foi sobre a base desse novo nível de preços relativos que se processou o desenvolvimento industrial dos anos trinta” (Furtado, 1974, p. 204).

Citação com mais de 3 linhas: deve ser retirado do texto, com recuo de 2 cm na margem esquerda, fonte menor (11), espaçamento simples, sem aspas.

Exemplo:

Encarada sob esta perspectiva, isto é, à luz dos objetos mercantis que impulsionaram a expansão ultramarina, compreende-se por que, durante mais de um quarto de século, a descoberta do Brasil tenha permanecido um episódio de importância secundária para os portugueses. (Canabrava, 2005, p. 41)

II.2 - Referências

Nas **referências** a livros, dissertações, teses, artigos e similares devem constar todas as informações bibliográficas.

Para um, dois e três autores, mencionar **sobrenome**, Nome (para todos eles e separados por ponto e vírgula). Para mais de três autores mencionar **sobrenome**, Nome et al.

Quando houver mais de uma referência do mesmo autor, elas devem estar ordenadas cronologicamente por ano de publicação.

Para obras coletivas o(s) nome(s) do(s) organizador(es) substitui o auto e deve ser seguido pela abreviação correspondente entre parênteses: (org.) ou (ed.) ou (coord.)

Se o autor é desconhecido a referência inicia-se com o **título** da obra (só a primeira palavra do título e eventualmente o artigo que o acompanha devem estar em maiúsculas).

Se o autor é uma instituição que também edita a obra, o nome da editora não deve ser repetido.

Os nomes das cidades devem ser grafados como no original: New York (não Nova Iorque).

Eventuais informações adicionais podem ser registradas no final de cada referência.

Referências de fontes e documentos:

A forma geral, quando possível, deve seguir o modelo **sobrenome**, Nome. Título (ou tipo) do documento. Data do documento. Informações descritivas do documento, informações de localização do documento.

Alternativamente as fontes podem ser classificadas em “Manuscritas” (e organizadas por acervo) e “Impressas” (apresentadas em ordem alfabética de autor como as Referências bibliográficas). Ver como exemplo o artigo de Bruno Aidar no volume 2013.2

Referências de material obtido na Internet:

Seguir as normas acima e acrescentar as informações Disponível em seguido do endereço http. Acesso em dd/mm/aaaa

III - Exemplos de elaboração de referências e citações

Exemplo 1

nas referências:

FURTADO, Celso. *Economia colonial nos séculos XVI e XVII*. Elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais. São Paulo: HUCITEC/ABPHE, 2001.

em chamada à referência no texto: Furtado (2001).

em citação direta: (Furtado, 2001, p. x-y)

Exemplo 2

nas referências:

LAGO, Luiz Antônio Correa do; ALMEIDA, Fernando Lopes de; LIMA, Beatriz Mello Flores de. *A indústria brasileira de bens de capital*. Origens, situação recente, perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas / Instituto de Documentação, 1979.

em chamada à referência no texto: Lago, Almeida e Lima (1979).

em citação direta: (Lago, Almeida e Lima, 1979, p. x-y).

Exemplo 3

Livros - mais de três autores

nas referências:

SOBRENOME, Nome et al. *Título do livro*. Complemento do título do livro. Local: Editora, ano de publicação.

em chamada à referência no texto: Sobrenome et al. (ano)

em citação direta: (Sobrenome et al. ano, p. x-y)

Exemplo 4

Capítulo de livro:

nas referências:

ABREU, Marcelo de Paiva. Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945. In: ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso*. Cem anos de política econômica republicana – 1899-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 73-104.

em chamada à referência no texto: Abreu (1990)

em citação direta: (Abreu, 1990, p. 74-75).

Exemplo 5

Artigo em periódico:

nas referências:

LEVY, Maria-Bárbara e SAES, Flávio Azevedo Marques de. Dívida externa brasileira, 1850-1913: empréstimos públicos e privados. *História Econômica & História de Empresas*. São Paulo, v. 4., n. 1, p. 48-91, 2001.

em chamada à referência no texto: Levy e Saes (2001).

em citação direta: (Levy e Saes, 2001, p. 50-51)

Exemplo 6

Quando o autor é uma associação ou empresa:

nas referências:

CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL (CCBB). *Antes: histórias da pré-história*. Rio de Janeiro: Centro Cultural do Banco do Brasil. 2004

em chamada à referência no texto: CCBB (2004).

em citação direta: (CCBB, 2004, p. 50-51)

Exemplo 7

Quando o autor é um órgão público:

nas referências:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Aids no Brasil: um esforço conjunto governo sociedade*. Brasília: Ministério da Saúde. 1998

em chamada à referência no texto: Brasil (1998)

em citação direta: (Brasil, 1998, p. 13-14)

Exemplo 8

Jornais quando não há autor:

nas referências:

JORNAL O Estado de São Paulo (OESP). Editorial. 12 de setembro de 2010, caderno A, p. 2

em chamada à referência no texto: OESP (2010).

em citação direta: (OESP, 2010, p. 13-14)

Exemplo 9

Trabalho completo ou resumo apresentado em congresso:

nas referências:

SZMRECSÁNYI, Tamás József Márton Károly. História econômica do período colonial. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 1, 2002, São Paulo. Resumo: Coletânea de textos apresentados. São Paulo: EDUSP-Hucitec, 2002.

em chamada à referência no texto: Szmrecsányi (2013)

em citação direta: (Szmrecsányi, 2013, p. x-y)

Exemplo 10

Se a instituição é o autor da obra e também o editor:

nas referências:

INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO (IBBD). *Amazônia: Bibliografia, 1614-1962*. Rio de Janeiro, 1963-1972.

em chamada à referência no texto: IBBB (1972).

em citação direta: (IBBD, 1972, p. 103-111)

Exemplo 11

Material disponível na internet:

nas referências:

ALVES, Maria Bernardete Martins; ARRUDA, Susana Margareth. *Como fazer referências bibliográficas, eletrônicas e demais formas de documentos*. São Carlos, 2007. Disponível em <http://www.bu.ufsc.br/framerefer.html>. Acesso em 20 fevereiro 2014.

em chamada à referência no texto: Alves e Arruda (1972).

em citação direta: (Alves e Arruda, 1972, p. 3)

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. O texto apresentado está desidentificado

Para assegurar a integridade da avaliação por pares cega, para submissões à revista, deve-se tomar todos os cuidados possíveis para não revelar a identidade de autores e avaliadores entre os mesmos durante o processo. Isto exige que autores, editores e avaliadores (passíveis de enviar documentos para o sistema, como parte do processo de avaliação) tomem algumas precauções com o texto e as propriedades do documento:

1. Os autores do documento excluíram do texto nomes, substituindo com "Autor" e o ano em referências e notas de rodapé, em vez de nomes de autores, título do artigo, etc.
 2. Em documentos do Microsoft Office, a identificação do autor deve ser removida das propriedades do documento (no menu Arquivo > Propriedades), iniciando em Arquivo, no menu principal, e clicando na sequência: Arquivo > Salvar como... > Ferramentas (ou Opções no Mac) > Opções de segurança... > Remover informações pessoais do arquivo ao salvar > OK > Salvar.
 3. Em PDFs, os nomes dos autores também devem ser removidos das Propriedades do Documento, em Arquivo no menu principal do Adobe Acrobat.
- #### 2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTE
- #### 3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
- #### 4. O texto está em espaço 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
- #### 5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
- #### 6. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.
- #### 7. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".



SÓCIOS HONORÁRIOS

Alice Piffer Canabrava
in memoriam

Annibal Villanova Villela
in memoriam

Celso Furtado
in memoriam

Charles R. Boxer
in memoriam

Eulália Maria Lahmeyer Lobo
in memoriam

Frédéric Mauro
in memoriam

Jacob Gorender
in memoriam

Manoel Correia de Andrade
in memoriam

Nelson Werneck Sodré
in memoriam

Roberto Cortés Conde

SÓCIOS FUNDADORES E EFETIVOS

Adalton Franciozo Diniz

Adalberto de Carvalho Graciano

Ademir Gebara

Afonso de Alencastro Graça Filho

Agnaldo Valentin

Alcides Goularti Filho

Alexandra Maria Pereira

Alexandre Macchione Saes

Alexandre Mendes Cunha

Alexandre Queiroz Guimarães

Alexandro Rodrigues Ribeiro

Amaury Patrick Gremaud

Amilcar Baiardi

Ana Claudia Caputo

Ana Lucia Nunes Penha

Ana Paula Sobreira Bezerra

Ana Sara Ribeiro Parente Cortez

Anderson José Pires

André Arruda Villela

André Filippe de Mello e Paiva

Andre Luiz Passos Santos

Angelo Alves Carrara

Armando João Dalla Costa

Ary Cesar Minella

Augusto Fagundes
da Silva dos Santos

Beatriz Duarte Lanna

Benedicto Heloiz Nascimento

Bernardo Gouthier Macedo

Bernardo Kocher

Bruno Aidar Costa

Bruno Fernandes Mamede

Bruno Giovanni Chequin

Caio da Silva Batista

Carla Maria Carvalho de Almeida

Carlo Guimarães Monti

Carlos Alberto Campello Ribeiro

Carlos Alberto Cordovano Vieira

Carlos Augusto de Castro Bastos

Carlos Eduardo de Freitas Vian

Carlos Eduardo Ferreira de
Carvalho

Carlos Eduardo Suprinyak

Carlos Eduardo Valência Villa

Carlos Gabriel Guimarães

Carlos Gilberto de Sousa Martins

Carlos Henrique
Lopes Rodrigues

Carolina Miranda Cavalcante

Cézar Teixeira Honorato

Cesare Giuseppe Galvan

Charles Achcar Chelala

Claudia Alessandra Tessari

Claudia Heller

Cláudia Maria do Socorro Cruz

Fernandes Chelala

Cláudia Musa Fay

Daniel do Val Cosentino

Daniel Feldmann

Danilo Barolo M. da Lima

Denise Mattos Monteiro

Diego de Cambraia Martins

Domingos Savio da Cunha Garcia

Dulce Portilho Maciel

Ebenezer Pereira Couto

Edison Antônio de Souza

Edneila Rodrigues Chaves

Edson Trajano Vieira

Eduardo Barros Mariutti

Eduardo da Motta e Albuquerque

Eduardo Girão Santiago

Einstein Almeida Ferreira Paniago

Elena Soihet

Eliana Lamberti

Eliana Tadeu Terzi

Elione Silva Guimarães

Elisa Maria de Oliveira Müller

Elisabeth von der Weid

Erna Elisabete Rodrigues Camillo

Erika da Cunha Ferreira Gomes

Fábio Alexandre dos Santos

Fábio Antônio Campos

Fábio Carlos da Silva

Fábio de Silos Sá Earp

Fábio Farias de Moraes

Fábio Ferreira Ribeiro

Fábio Pesavento

Fábio Ricci

Fábio Robson Casara Cavalcante

Fábio Rogério Cassimiro Correa

Fania Fridman

Fausto Saretta

Felipe Pereira Loureiro

Fernando Antonio Abrahão

Fernando Carlos Greenhalgh de
Cerqueira Lima

Fernando Cézar de Macedo
Mota

Fernando da Matta Machado

Fernando Franco Netto

Fernando Gaudereto Lamas

Fernando Henrique do Vale

Fernando Tadeu de
Miranda Borges

Flávio Azevedo Marques de Saes

Flávio Rabelo Versiani

Francisco Eduardo de Andrade

Francisco Luiz Corsi

Francisco Vidal Luna

Geneci Guimarães de Oliveira

Glaudson Gomes Barbosa

Guilherme Babo Sedlacek

Guilherme Barreto
Bacellar Pereira

Guilherme Costa Delgado

Guilherme Grandi

Gustavo Acioli Lopes





Gustavo de Barros	Katia Franciele Corrêa Borges	Maximiliano M. Menz
Gustavo Pereira da Silva	Kleber Eduardo Men	Michel Deliberali Marson
Hamilton Afonso de Oliveira	Lafaiete Santos Neves	Milena Fernandes de Oliveira
Heitor Pinto de Moura Filho	Laurent Azevedo Marques de Saes	Mônica de Souza Nunes Martins
Helena Carvalho de Lorenzo	Leandro Braga de Andrade	Natalia Vargas Escobar
Heloisa Helena Pacheco Cardoso	Leandro do Carmo Quintão	Natânia Silva Ferreira
Hernan Enrique Lara Sáez	Lelio Luiz de Oliveira	Nelson Mendes Cantarino
Hernani Maia Costa	Leonardo Antonio	Nelson Nozoe
Hilário Domingues Neto	Santin Gardenal	Orlando José Bolçone
Hildete Pereira de	Liara Darabas Ronçani	Oscar Graeff Siqueira
Melo Hermes de Araújo	Ligia Maria Osório Silva	Ovídio Batista Valadão Neto
Horácio Gutiérrez	Lucas Araújo Carvalho	Palmira Petratti Teixeira
Hugo Eduardo Araujo da	Luciana Suarez Lopes	Paula Chaves Teixeira Pinto
Gama Cerqueira	Luís Augusto Ebling Farinatti	Paulo Cesar Gonçalves
Irene Nogueira de Rezende	Luiz Felipe Bruzzi Curi	Paulo Coelho Mesquita Santos
Ismênia de Lima Martins	Luís Frederico Barreto Rodrigues	Paulo Roberto Cimó Queiroz
Ivan Colangelo Salomão	Luis Otávio Pano Tasso	Paulo Roberto de Almeida
Ivan da Costa Marques	Luiz Carlos Delorme Prado	Pedro Antonio Vieira
Ivanil Nunes	Luiz Carlos Soares	Pedro Cezar Dutra Fonseca
Jacques Marcovitch	Luiz Eduardo Simões de Souza	Pedro Paulo Zahluth Bastos
Jaques Kerstenitzky	Luiz Fernando Saraiva	Pedro Ramos
Jeanesley Charles de Lima	Luiz Mateus da Silva Ferreira	Pérola Maria Goldfeder e Castro
João Antonio de Paula	Luzia Monteiro Araújo Soares	Ramón Vicente García
João Rodrigues Neto	Marcel Pereira da Silva	Fernández
Jocimar Lomba Albanez	Marcelo Augusto Monteiro	Raquel Glezer
Jonis Freire	de Carvalho	Regina Maria D'Aquino
Jorge Enrique Mendoza Posada	Marcelo Magalhães Godoy	Fonseca Gadelha
Jorge Luiz da Cunha	Márcia Naomi Kuniochi	Renata Stadter de Almeida
José Alberto Bandeira Ramos	Marcílio Alves Chiacchio	Renato Leite Marcondes
José Flávio Motta	Márcio Luis Souza Marchetti	Renato Perim Colistete
José Haroldo Aguiar Junior	Marcos Lobato Martins	Ricardo Zimbrão Affonso
José Jobson de Andrade Arruda	Maria Alice Rosa Ribeiro	de Paula
José Jonas Almeida	Maria Antonieta	Rita de Cássia da Silva Almico
José Lannes de Melo	Parahyba Leopoldi	Roberson Campos de Oliveira
José Ricardo Barbosa Gonçalves	Maria Christina Siqueira de	Roberto Borges Martins
José Roberto Barsotti Baldin	Souza Campos	Roberto Pereira Silva
José Roberto Novaes de Almeida	Maria Heloisa Lenz	Rodrigo da Costa Dominguez
José Sebastião Witter	Maria Isabel Basílico	Rodrigo Fontanari
Josemir Camilo de Melo	Celia Danielli	Rogério Naques Faleiros
Josué Modesto dos	Maria José Rapassi Mascarenhas	Rogério Vial
Passos Subrinho	Maria Lucia Lamounier	Rômulo Garcia de Andrade
Juanito Alexandre Vieira	Maria Lucilia Viveiros Araújo	Ronaldo Herrlein Júnior
Juliano Giassi Goularti	Maria Sylvia Macchione Saes	Rosana de Melo Louro
Julio Cesar Bellingieri	Maria Teresa Andrade	Rosângela de Lima Vieira
Julio Cesar Zorzenon Costa	Ribeiro de Oliveira	Rosângela Ferreira Leite
Julio Manuel Pires	Maria Thereza Miguel Peres	Rubens Rogério Sawaya
Jussara França de Azevedo	Mário Danieli Neto	Rui Guilherme Granziera
	Mario Marcos Sampaio Rodarte	



Sérgio Marley Modesto Monteiro

Sérgio Tadeu de
Niemeyer Lamarão

Silvia Fernanda de
Mendonça Figueiroa

Simeia de Nazaré Lopes

Solange Regina Marin

Sonia Regina de Mendonça

Stephen Anthony de Castro

Suzana Cristina Fernandes
de Paiva

Sylvio Mário Puga Ferreira

Talita Alves de Messias

Tânia Maria Ferreira de Souza

Tatiana Pedro Colla Belanga

Teresa Cristina de
Novaes Marques

Thiago Alvarenga de Oliveira

Thiago de Novaes França

Thiago Fontelas Rosado Gambi

Thiago Marques Mandarino

ThomasVictor Conti

Tomás Rafael Cruz Cáceres

Vera Lucia Amaral Ferlini

Victor Manoel Pelaez Alvarez

Walter Luiz Carneiro de
Mattos Pereira

Wilma Peres Costa

Wilson Suzigan

Wilson Vieira

Wolfgang Lenk

Zoia Vilar Campos

História econômica & história de empresas / Associação
Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. – Vol. 1
(1998) –. – São Paulo:
ABPHE, 1998-

Semestral
ISSN 1519-3314

tiragem desta edição: 200 exemplares

publicação da

© ABPHE — Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica
Esta Revista está sendo indexada pelo *Journal of Economic Literature*, nas versões
electronic on line e *CD-Rom*.

pedidos de números avulsos e de assinaturas

devem ser encaminhados à Secretaria da ABPHE:

ABPHE

Departamento de História – Instituto de Ciências Humanas – UFJF

Rua José Lourenço Kelmer, s/n – Campus Universitário – Bairro São Pedro

Juiz de Fora – Minas Gerais – Brasil

36036-330

abphe1@gmail.com – www.abphe.org.br

Aos cuidados de Ângelo Carrara